



Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS

EMITIDO EM 23/06/2026 11:41

**Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 24/03/2026

1. Identificação do material bibliográfico

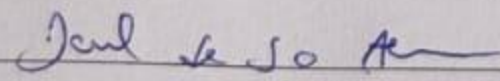
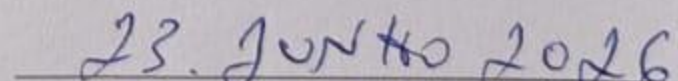
Tese

2. Identificação da Tese

Autor: DANIEL DE SÁ AGUIAR		Matrícula: 20221006442 (<i>identificador</i>)
Telefone:		
Identidade: 2002099080840 - SSP/CE	CPF:	E-mail: danieldesa13@gmail.com
Orientador: FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO	CPF: 448.623.853-20	E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br
Membro da banca: CÍCERO JOAQUIM DOS SANTOS	CPF: 008.406.523-05	E-mail: joaquim.santos@urca.br
Membro da banca: FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO	CPF: 448.623.853-20	E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br
Membro da banca: JOHNY SANTANA DE ARAUJO	CPF: 474.646.073-68	E-mail: johny@ufpi.edu.br
Membro da banca: JUCIELDO FERREIRA ALEXANDRE	CPF: 002.644.323-63	E-mail: jucieldo.alexandre@ufca.edu.br
Membro da banca: PEDRO VILARINHO CASTELO BRANCO	CPF: 396.467.853-87	E-mail: pedrovilarinho@ufpi.edu.br
Data da Defesa: 24/03/2026	Titulação: Doutor	
Título: Adoecimento e morte na Ibiapaba oitocentista: transcender, decompor e contaminar.		
Instituição de Defesa: Universidade Federal do Piauí/UFPI	CNPJ: 6517387000134	
Afiliação:	CNPJ:	
Palavras-chave: Ibiapaba, Morte, Catolicismo, Higienismo.		

3. Agência de Fomento

NÃO INFORMADO

4. Informação de acesso ao documentoLiberação para publicação: **Total**
Assinatura do autor
Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse [/sigaa/documentos/](#) informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **1e92238cab**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA DO BRASIL**

DANIEL DE SÁ AGUIAR

**Adoecimento e morte na Ibiapaba oitocentista (1850-1890): transcender,
decompor e contaminar.**

**Teresina
2026**

DANIEL DE SÁ AGUIAR

**Adoecimento e morte na Ibiapaba oitocentista (1850-1890): transcender,
decompor e contaminar.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito à obtenção do título de doutor em História do Brasil.

Orientador: Francisco Gleison da Costa Monteiro

**Teresina
2026**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

A283a Aguiar, Daniel de Sá.
Adoecimento e morte na Ibiapaba oitocentista (1850-1890):
transcender, decompor e contaminar / Daniel de Sá Aguiar. – 2026.
311 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de
Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2026.
“Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro”.

1. História - Ceará. 2. Morte. 3. Doença. 4. Catolicismo.
5. Higienismo. I. Monteiro, Francisco Gleison da Costa. II. Título.

CDD 981.31

DANIEL DE SÁ AGUIAR

**Adoecimento e morte na Ibiapaba oitocentista (1850-1890): transcender,
decompor e contaminar.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito à obtenção do título de doutor em História do Brasil.

Orientador: Francisco Gleison da Costa Monteiro

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro - UFPI
(Orientador)

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo - UFPI
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco - UFPI
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Jucieldo Ferreira Alexandre - UFCA
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos - URCA
(Examinador Externo)

Às mulheres da minha vida, a minha querida filha, Maria Eliza, grande motivação da minha existência; à minha mãe, Toinha, pelo cuidado constante e pelo incentivo fundamental à minha trajetória acadêmica; e à minha amada esposa, Elineuda, pelo apoio incondicional e pela compreensão diante dos desafios desta jornada. Dedico *in memoriam* às minhas avós, Dalgiza e Irene, pelos cuidados de mãe que transcenderam gerações.

AGRADECIMENTO

Inicialmente o ato de agradecer é o reconhecimento pela ajuda concreta, incentivo e entender que nenhuma caminhada não se faz só, mas com a participação de muitas pessoas ao nosso redor. Na base da minha história estudantil meu grande agradecimento a minha mãe Antônia de Sá Aguiar, mais conhecida como Toinha que ainda guarda meu primeiro caderno, mostrando o carinho e valorização. No momento das aulas do doutorado tive que sacrificar de compartilhar momentos do crescimento e cuidados com a minha filha Maria Eliza que acredito irá compreender quando buscar nossa história. Agradeço a compreensão e ajuda no desafio de ser pai, professor e estudante a minha esposa Elineuda Albuquerque da Silva que teve sua responsabilidade aumentada nos cuidados com nossa filha nas minhas atividades do doutorado.

Agradeço a todos os membros da minha família que sempre me incentivaram e ajudaram em especial as minhas tias que sempre estavam e ainda estão dando apoio minha vida acadêmica. Em especial desde os anos iniciais as Tias Rosirene, Lourdes e desde a infância passando pela graduação, mestrado e doutorado agradeço as tias Lucia, Leane e Aurea como também aos tios Sá e Araújo pelo suporte nas minhas pesquisas.

Meu grande agradecimento a meu orientador Gleison que sempre me incentivou e ajudou nos debates acadêmicos e leituras para quem vive no mundo a educação básica e distante do cotidiano, do chão das universidades este apoio é exatamente fundamental tanto para o mestrado como para os desafios do doutorado.

Não menos importante ao meu amigo Marcio com mestrado e doutorado pelo mesmo programa onde compartilhamos os desafios de viajar, estudar, trabalhar e ser pai.

Agradeço a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, aos professores Dr. Johny Santana e Dr. Pedro Vilarinho com suas contribuições para a melhoria da escrita da tese e a turma do doutorado pelo acolhimento e diálogos de pesquisa.

Agradeço também ao núcleo gestor da E.E.M Tancredo Nunes de Menezes na pessoa do Jean, Fatinha, Eurilange e aos colegas professores pela compreensão, incentivo e ajuda nos desafios de ser estudante e trabalhador da educação.

RESUMO

Esta tese investiga a cultura do adoecimento e da morte sob as perspectivas secular e religiosa na Ibiapaba durante a segunda metade do século XIX (1850-1890). O período é marcado pela difusão e implementação de discursos científicos via ações estatais, as quais se apresentavam como diferentes de um passado dominado pelo olhar espiritual sobre os corpos, fosse ele oriundo dos indígenas que habitavam a Ibiapaba ou da Igreja Católica, que se firmara na região com seus ritos. O desenvolvimento da pesquisa busca compreender tanto os processos de manutenção quanto as novas formas de ocidentalização e ordenação do mundo material e espiritual, a partir dos discursos e práticas religiosas e científicas estabelecidos na região. Destacam-se, nesse contexto, os olhares naturalistas e deterministas da comissão científica liderada por Freire Alemão, bem como as observações de Antônio Bezerra de Menezes, ambos a serviço do Estado. Este incorporou discursos de "civildade" e higiene que orientavam as incipientes políticas públicas de saúde, materializadas na criação de leis, órgãos, na proibição de enterramentos em igrejas e na construção de cemitérios públicos. A partir desse momento, os corpos não eram vistos apenas sob o aspecto da transcendência, da salvação, da assombração ou da magia, mas como potenciais propagadores de doenças por meio da teoria miasmática. No entanto, a população incorporou a cultura fúnebre católica em detrimento das tradições dos indígenas que habitavam a Ibiapaba, visando a garantia de uma "boa morte". Tal conceito buscava evitar a continuação do sofrimento terreno na vida pós-morte e, por meio de missas, caixões, sacramentos e vestimentas mortuárias, os indivíduos evidenciavam hierarquias sociais e o poder de ostentação fúnebre. A participação em irmandades era uma das formas de garantir esse aparato simbólico e material no momento último, contudo, estas associações nem sempre atuavam de maneira harmônica com a Igreja oficial, fosse na administração do cemitério ou na condução dos rituais fúnebres dos ibiapabanos. Essas tensões demonstram que a morte possuía uma dimensão material que gerava profundas disputas de poder. A documentação pesquisada para evidenciar essas relações compreendeu diários de viagens, relatórios provinciais, jornais, legislações e arquivos paroquiais.

Palavras-chave: Morte, Doença, Catolicismo, Higienismo.

ABSTRACT

This research investigates the culture of illness and death under a secular and religious perspective in Ibiapaba during the second half of the 19th century (1850-1890). This epoch is characterized by the diffusion and implementation of scientific discourses through state actions. Unlike a past dominated by the spiritual view of bodies, whether of the indigenous people who occupied Ibiapaba or the Catholic Church and its rites. The research tries to understand both the maintenance processes and the new forms of westernization and ordering of the material and spiritual world, based on the religious and scientific discourses and practices established in the region. In this context, the naturalist and determinist views of the scientific commission led by Freire Alemão stand out, as well as the observations of Antônio Bezerra de Menezes in the region, both serving the State, which incorporates discourses of "civility" and hygiene actions that guided the incipient public health policies with the creation of laws, organs, prohibitions of burials in churches, and construction of public cemeteries. From this moment on, bodies were not only seen from the aspect of transcendence, salvation, haunting, magic, but as propagators of diseases through the miasmatic theory. However, the population incorporated the Catholic funeral culture to the detriment of the indigenous people who formed Ibiapaba, to guarantee a "good death", that is, to avoid continuation of earthly suffering in the afterlife and, through masses, coffins, sacraments, and mortuary attire, individuals highlighted social hierarchies. Participation in brotherhoods was a way to guarantee a symbolic-material apparatus at the last moment, but these did not always act harmoniously with the Catholic Church, whether in the administration of the cemetery or the funeral rituals of the ibiapabanos, showing that death had a dimension of power disputes. The documentation used to understand and highlight these relationships were travel diaries, provincial reports, newspapers, legislation, parish archives and statutes.

Keywords: Death, Disease, Catholicism; Hygienism

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01- Carta Capitania do Ceará.....	58
FIGURA 02 -Rota da Comissão Científica.....	93
FIGURA 03- Acampamento da Comissão Científica.....	105
FIGURA 04- Cotidiano do Ceará, uso da rede.....	106
FIGURA 06- Mapa da Província do Ceará. Planta da Vila de Fortaleza.....	107
FIGURA 06- Plano da Villa de Viçosa do Ceará em 1860.....	109
FIGURA 07- Esboço da igreja matriz de Viçosa.....	110
FIGURA 08- Esboço de São Pedro de Ibiapina.....	111
FIGURA 09- Esboço de uma casa em Campo Grande.....	112
FIGURA 10- Municípios Criados no Ceará 1823 a 1889.....	130
FIGURA 11- Casula Roxa.....	238

LISTA DE TABELAS

TABELA 01- Municípios e População Província 1897.....	56
TABELA 02- Étnico /Gênero Província 1872.....	63
TABELA 03- Número de Escravizados na Província 1881.....	64
TABELA 04- Cores dos Hábito paróquia de Viçosa.....	219
TABELA 05 – Causas de Morte paróquia de Viçosa.....	219
TABELA 06 -Sacramentos Paróquia de Viçosa.....	220
TABELA 07- Local de Sepultamento Paróquia de Viçosa.....	221
TABELA 08- Cor Hábito Paróquia São Benedito.....	222
TABELA 09 -Sacramentos Paróquia de São Benedito.....	225
TABELA 10- Causa da Morte Paróquia de São Benedito.....	226
TABELA 11- Etnia- Paróquia de São Benedito.....	229
TABELA 12- Sacramentos Paróquia de Ibiapina.....	231
TABELA 13- Cor do Hábito Paróquia de Ibiapina.....	232
Tabela 14- Causa de Morte Paróquia de Ibiapina.....	233
Tabela 15- Local de Sepultamento Paróquia de Ibiapina.....	234

SUMÁRIO

Lista de figuras.....	09
Lista de tabelas.....	10
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: Entre Céu, Serra, Mar e Sertão: Ocupação e Ocidentalização da Ibiapaba.....	32
1.1 Jesuítas na Ibiapaba: Evangelização, conquista espiritual e colonização.....	32
1.2 Ibiapaba, Ceará no Século XIX: Economia e sociedade.....	52
1.3 Ibiapaba como refúgio e a Morte à Espreita: A Tragédia das Secas no Ceará..	63
CAPÍTULO II O Olhar Científico sobre a Ibiapaba: Salubridade, Civilização e Raça.....	79
2.1. Conhecer, explorar para desenvolver.....	79
2.2 A Ciência imperial e a chamada “Comissão das Borboletas”	84
2.3 A Ibiapaba: Natureza e Cultura nos Diários de Freire Alemão.....	95
2.4. As viagens científicas de Antônio Bezerra pelo Ceará oitocentista.....	121
CAPÍTULO III O Corpo Adoentado e Morto na Ibiapaba Oitocentista: Decompor e Contaminar.....	139
3.1 Estado e Igreja: distanciamentos e aproximações diante da morte.....	141
3.2. Adoecer e morrer no catolicismo e na sciencia.....	166
3.3 Hygiene publica, melhoramento dos indivíduos.....	172
3.4 A imprensa entre o projeto civilizatório e as disputas políticas.....	175
3.5 Ibiapaba, doenças, higienismo, determinismos e curas	183
3.6 Cemitérios públicos como infraestrutura de saúde na Ibiapaba.....	193
3.7 Código de Postura: Higiene e racionalidade no Espaço Urbano.....	190
CAPÍTULO IV “Rebater os cavilosos assaltos do demônio”: Entre o terreno e o espiritual diante a morte.....	200

4.1 Arquivos paroquiais: do individual as tradições universais.....	200
4.2 Vestido, sacramentado e encomendado para a outra vida.....	205
4.3 Villa Viçosa: Morrer em casa, se enterrar no cemitério público.....	210
4.4 São Benedito: Entre indígenas, pardos e Brancos.....	222
4.5 Ibiapina: entre cemitério público, particular e enterro na matriz.....	230
4.6 Irmandades e Igreja: Disputas pelo mundo material e espiritual.....	250
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	283
 FONTES E REFERÊNCIAS.....	286
 ANEXO.....	296

INTRODUÇÃO

A caminha da pesquisa no “Cenário” Ibiapaba

A Ibiapaba, como tema desta pesquisa, é fruto de inquietações que remontam à graduação, quando, na disciplina de História do Brasil, elaborei um projeto sobre a Ibiapaba colonial para tentar compreender as relações entre a Igreja Católica e o Estado português na ocupação do Ceará setecentista. A partir dessa pesquisa inicial, percebi a vasta quantidade de registros históricos concernentes à Ibiapaba, mesmo sendo uma região afastada dos centros de tomada de decisão da época.

A região inicialmente chamava a atenção pela densidade populacional indígena, disputada por europeus para servir como força de guerra. Com o avanço da colonização, inclusive no oitocentos, esses povos passaram a ser utilizados como força de trabalho, especialmente após a fundação do diretório. Outro aspecto relevante da Ibiapaba, comumente chamada de serra, é sua inclusão em uma área do norte cearense que engloba serra, sertão e mar. Situada em posição de fronteira, a região localizava-se entre as capitanias de Pernambuco e do Maranhão e, a partir do século XIX, entre as províncias do Piauí e do Ceará. Sua relativa proximidade com o litoral facilitava a comunicação e o transporte de mercadorias por meio da chamada enseada de Camocim, o que tornou a região ainda mais atrativa para as ocupações.

A perspectiva de encontrar metais preciosos o clima ameno, solo úmido são outros itens que permeavam os registros históricos sobre a Ibiapaba descrita em fontes diversas que podem ser encontradas em diversos acervos documentais¹. Dentre estes destacamos as Revistas do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (RIC)², na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)³, na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)⁴, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)⁵, nos Anais da Biblioteca Nacional (ABN)⁶, no Arquivo Histórico

¹ Esses acervos de memórias podem ser consultados em suas respectivas sedes físicas, localizadas em diversos estados do Brasil e em Portugal. Parte desses acervos pode ser encontrada digitalizada ou não. Dependendo da pesquisa que se pretende realizar, deve-se consultar os sites para verificar se essas fontes estão disponíveis em formato digital.

² Cf. <https://www.institutodoceara.org.br/revistas/>

³ Cf. <https://www.gov.br/bn/pt-br>

⁴ Cf. <https://www.bnportugal.gov.pt/>

⁵ Cf. <https://www.uc.pt/>

⁶ Cf. <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>

Ultramarino (AHU)⁷, na Biblioteca Nacional da França (BnF Gallica)⁸ no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)⁹, no Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEP)¹⁰, e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)¹¹. Os Relatórios de Província hospedados no Center for Research Libraries (CRL)¹² e os Arquivos do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce¹³

A construção do tema desta pesquisa adveio, inicialmente, da minha participação no Coletivo de Estudos da História da Ibiapaba (CEHI). Por intermédio deste, foi possível o acesso à documentação do século XIX salvaguardada no Arquivo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto. Ao tomar conhecimento dos registros de óbito, surgiu a curiosidade de investigar quais evidências históricas tais fontes revelavam. Deparamo-nos com uma documentação inédita no tocante ao seu tratamento historiográfico, visto que não foram localizadas produções que utilizassem esses arquivos como fonte principal.

No entanto, é necessário advertir para as dificuldades inerentes à análise documental, dada a ausência de padronização da língua portuguesa moderna nos manuscritos oitocentistas. Durante os períodos citados, a escrita, as formas de grafia, a separação silábica, os pronomes de tratamento e a própria descrição de pessoas e objetos possuíam características muito particulares. Para a sua compreensão, exigem-se estudos paleográficos e a constante consulta a dicionários de termos da época. Devido a essas especificidades, torna-se necessária uma habilidade de leitura que se assemelha a um novo processo de “alfabetização”, fundamental para o entendimento da escrita e das proeminências sociais daquele contexto.

A ação do tempo nos documentos, com suas folhas desgastadas, às vezes com fungos, borradas e rasuradas, dificulta a leitura e, conseqüentemente, o entendimento do discurso. Como nos alerta o historiador Chartier, “a tarefa primeira do historiador, como do etnólogo, é reencontrar essas representações antigas, na sua irredutível especificidade, isto é, sem as envolver em categorias anacrônicas.”¹⁴. A prática cotidiana da leitura desses manuscritos aprimora a familiaridade com seus estilos de

⁷ Cf. <https://digitalq.ahu.arquivos.pt/>

⁸ Cf. <https://gallica.bnf.fr/>

⁹ Cf. <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/02/arquivo-publico/>

¹⁰ Cf. <https://arquivopublico.pe.gov.br/>

¹¹ Cf. <https://www.ihgb.org.br/revista-ihgb/>

¹² Cf. <https://catalog.crl.edu/Record/ba60b95b-e9d7-5305-939b-c7e2b0e61b0a>

¹³ Cf. <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-diocesano-de-tiangua>

¹⁴ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.p. 37

escrita. Somam-se a isso os desafios impostos pelo acesso a determinados arquivos privados, como os da Igreja, que demandam processos de negociação para o agendamento, manuseio, digitalização e obtenção de cópias dos documentos.

Os arquivos eclesiásticos, como os livros de tombo e os assentos paroquiais, constituem um corpo documental de história longa e significativa. Considerando que tal documentação é produzida pela instituição Igreja presente no Brasil desde os primeiros séculos da colonização e capilarizada por todo o território nacional, suas linhas registram as trajetórias de moradores de vilas e povoados. Esses registros têm sido parte integrante das pesquisas historiográficas sob perspectivas que transcendem dados quantitativos, alcançando a dimensão sociocultural. O desafio no uso dessas fontes reside na metodologia necessária para extrair informações sobre as relações cotidianas de uma paróquia ou freguesia, evitando que se tornem apenas um banco de dados desvinculado das "teias" de interesses e conflitos dos lugares e períodos estudados. As correntes que orientam metodologicamente a análise dessas fontes fundamentam-se na história cultural e na micro-história, as quais permitem embasar a pesquisa sob a ótica das representações sociais e dos aspectos do cotidiano. Pois

Se queremos entender a micro-história, podemos dizer que ela parte de uma imagem da história enquanto ciência das perguntas gerais e das respostas "locais", ou seja, que não mira generalizar respostas, mas que, por meio de um caso, um lugar, um documento, um acontecimento, lidos a partir do aumento da escala, busca identificar perguntas que possuam valor geral e que, entretanto, permitam um amplo leque de respostas¹⁵.

Esta perspectiva historiográfica permite conceber a Ibiapaba como um micro-lugar, dada a abrangência de temas como o catolicismo, a civilização, o higienismo, a doença e a morte. Nesse sentido, questiona-se em que medida a região foi afetada por tais fenômenos, o quanto se adaptou ou refutou influências externas e de que maneira reconfigurou pensamentos e ações institucionais ao longo de sua história.

As relações em torno da doença e da morte na Ibiapaba oitocentista constituem o foco deste trabalho. A pesquisa é guiada pelas perspectivas da micro-história italiana no tocante a redução de escala de lugar, tempo e tema de debate; abrindo

¹⁵ LEVI, Giovanni. Micro-história e história global in: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 20

espaço para o olhar para arquivos individuais que se articulam a conjunturas maiores, que chegam a lugares mais afastados por meio de comunidades, grupos organizados ou instituições, como Igreja e Estado, que no século XIX processou a continuação da formação do Estado nacional.

A gênese do projeto de Estado Nacional de seu a partir dos acontecimentos da independência do Brasil (1822), passando pelo primeiro reinado (1822 – 1831) e período regencial (1831 – 1840) que foi gestando um Estado jurídico e territorial e de identidade nacional com dificuldades, pois Holanda¹⁶ assinala haver um desejo de separação de Portugal enquanto também existia um desejo de manutenção de autonomia das províncias.

O recorte temporal estudado aqui é “recheado” de transformações com os avanços técnicos- científicos e de formação e solidificação do Estado Nação, com a busca de uma ordem civilizacional como enfatiza Mattos.¹⁷ Em seu trabalho, podemos enxergar, nos disciplinamentos da morte, formas de uma ordem civilizatória, onde seus impactos são sentidos na sociedade em geral, seja nos grandes centros ou mesmo nas províncias do país, que através das suas documentações históricas, manifestam conflitos, aceitações e resistências a estas modificações.

Nesse contexto os registros de óbito e Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará (século XIX) eram documentações que estavam na nossa “mira” como fontes para um projeto de pesquisa; e no contato com ambos, visualizamos que o corpo na morte, ou morto, está presente com olhares diferente, expandindo o horizonte da pesquisa e demandou alargamento do estudo bibliográfico sobre o tema. Assim, buscamos nos aprofundar nestes documentos para melhor fundamentar a pesquisa, pois evidenciam a preocupação com a morte e vida, isto é, ordenar o mundo material ante a morte e mediar sua passagem para o “outro mundo” através de rituais religiosos.

O adoecimento e morte, como temática na história humana dentro da atuação da igreja católica como instituição construída de representações das práticas ritualísticas em torno do morrer e da morte na história do ocidente, se relaciona muito fortemente ao processo de ocidentalização na Ibiapaba pelas missões, construção de

¹⁶HOLANDA, Sérgio Buarque de. História da Civilização Brasileira, Tomo II – **O Brasil Monárquico, volume 3: O processo de emancipação**. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

¹⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema. A formação do Estado imperial**. 5ª. ed.; São Paulo: Hucitec, 2004

igrejas, educação e manifestações de festas religiosas que, no decorrer dos séculos passam a envolver multidões em busca da “boa morte”. Tal participação reflete um catolicismo enraizado na história da cristandade com mudanças históricas que se desenvolveram durante o século XIX.

Esta pesquisa objetiva analisar as transformações nas experiências da doença e da morte na Ibiapaba durante a segunda metade do século XIX (1850-1890). Investiga-se como a ascensão dos discursos e práticas higienistas, implementados por políticas públicas do Estado Imperial e fomentados por intelectuais influenciados pelas ciências europeias (biologia, química e medicina), construiu novos significados para o morrer, agora vinculados à materialidade biológica e aos mecanismos de propagação de enfermidades. Essa nova racionalidade modificou a percepção sobre o corpo enfermo e o cadáver, que por séculos foram regidos por uma cosmologia espiritual e religiosa. Nessa transição, a preocupação social com a passagem para o “além”, garantida por sacramentos e sepultamentos em proximidade com o sagrado, vai cedendo lugar ao controle sanitário, deslocando o foco do corpo simbólico para o corpo biológico e patológico.

A Ibiapaba como tema de Estudo.

O estudo da Ibiapaba não nos é novo, pois produzimos uma dissertação de mestrado sobre a Ibiapaba colonial; esta região faz parte de estudos sobre sua ocupação e dinâmicas político-econômicas e culturais com foco no período colonial. Entretanto, o contato com os documentos do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto, de Tianguá-CE, permitiu-nos deslocar o olhar para o período imperial e pensá-la sob outras perspectivas em relação às produções já existentes. No âmbito historiográfico, destaca-se o debate sobre as questões de disputas e negociações entre autoridades, agenciadores coloniais/imperiais e os indígenas. Um dos estudos mais importantes e referência para outros pesquisadores é o de Lígio José de Oliveira Maia, intitulado *Serras de Ibiapaba: De aldeia à vila de índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial — Século XVIII*¹⁸. Esta tese, defendida em 2010 no Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, é

¹⁸ MAIA, Lígio de Oliveira. **SERRAS DE IBIAPABA. De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial - Século XVIII**. Tese (Doutorado em História)- UFF, Niterói, 2010

extremamente necessária para compreender a região na sua formação de embates, negociações e acordos entre indígenas Estado/Igreja.

O pesquisador buscou registros da presença indígena nos assentos paroquiais do Arquivo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto; contudo, em relação ao século XVIII, encontrou poucos livros remanescentes neste departamento. Maia sustenta a hipótese de que outros assentos paroquiais da fase jesuítica tenham desaparecido, restando apenas transcrições de alguns desses livros feitas por Freire Alemão durante a Comissão Científica de Exploração (1859–1861)¹⁹. Apesar de não fazer dos arquivos do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto a sua principal fonte de pesquisa, este foi um dos primeiros historiadores a trabalhar essa documentação em uma tese de doutorado. Maia demonstrou rigor metodológico ao cruzar os assentos do referido Departamento com outras documentações advindas de arquivos nacionais e internacionais.

A segunda pesquisa acadêmica sob o viés do debate indígena, que adota a tese de Maia como referência, sobre a Ibiapaba é o trabalho de Maico Oliveira Xavier em sua pesquisa intitulada *“Cabôcullos são os brancos”: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real — Século XIX*²⁰. Xavier também se destaca pelo rigor metodológico semelhante ao operado por Maia. Trata-se de sua dissertação de mestrado, defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC).

A pesquisa versa sobre os indígenas da Ibiapaba, analisando o cotidiano desses povos frente à visão etnocêntrica europeia em relação à vida dos nativos. Sua principal característica, como pesquisador, é apresentar os indígenas como sujeitos ativos da história, e não apenas como espectadores.

Por meio de uma análise detalhada, Xavier trata do século XIX para explorar o legado dos jesuítas e o aldeamento na Ibiapaba, destacando a antiga Vila Viçosa Real (atual Viçosa do Ceará). De maneira magistral, o autor examina as estratégias de resistência indígena aos desmandos dos diretores do Diretório Pombalino, bem como

¹⁹ Esta comissão tinha como objetivo mapear e revelar os recursos naturais e culturais do país para exploração. Os estudos botânicos, geográficos, minerais e zoológicos dos interiores mais distantes dos grandes centros geraram uma interpretação naturalista do Brasil a partir da visão civilizatória europeia.

²⁰ XAVIER Maico Oliveira **“Cabôcullos são os brancos”: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX**. Dissertação (Mestrado em História)-UFC, Fortaleza, 2010.

suas articulações alinhadas aos governadores e demais autoridades locais, que tinham como principal objetivo regulamentar o trabalho indígena.

O pesquisador continua a explorar a temática indígena em seu doutorado, intitulado *Extintos no Discurso Oficial, Vivos no Cenário Social: Os Índios do Ceará no período do Império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão*²¹. Em sua tese, o autor amplia o escopo do estudo para o Ceará, revisitando a documentação paroquial para reforçar os registros da presença indígena, mesmo diante das tentativas das autoridades de suprimir as culturas desses povos. No caso da Ibiapaba, enfatiza que, em São Benedito, os indígenas, embora se declarassem cristãos e seguissem as normas da Igreja, ainda possuíam seus feiticeiros e mantinham rituais próprios de sua cultura.

O historiador contribui para a análise historiográfica ao evidenciar que, apesar dos discursos oficiais das autoridades provinciais do Ceará que, no século XIX, negaram a existência dos indígenas, estes permaneciam presentes em diversas documentações. Nos assentos de batismo e casamentos das atuais cidades de Viçosa do Ceará, Ibiapina e São Benedito, observa-se que esses sujeitos casaram e batizaram seus filhos na tradição católica, contudo, mantendo a sua identificação étnica indígena.

As fontes e seu usos

Os trabalhos citados demonstram que a construção do que hoje conhecemos como Ibiapaba possui uma história marcada por relações de enfrentamento, negociações e reconfigurações culturais entre indígenas e colonizadores europeus. Além disso, outras questões necessitam de investigação nessa documentação, ainda pouco explorada pelas comunidades local, regional e nacional. Para além dos arquivos de casamento e batismo trabalhados nas pesquisas citadas, permanece a lacuna quanto às análises dos livros de óbitos.

Nessa abordagem, buscamos discutir a importância desses registros como possibilidade de pesquisa histórica, direcionando nosso foco para a análise das simbologias em torno da morte sob o ponto de vista da tradição católica e fomentando

²¹ XAVIER, Maico Oliveira. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do império do Brasil - trabalho, terras e identidades indígenas em questão**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018.

o debate para que outros pesquisadores possam olhar essa documentação por novas perspectivas.

Assim, um dos grandes desafios para os pesquisadores que utilizam essas fontes consiste em deparar-se com informações que não são narrativas de acontecimentos políticos, sociais e econômicos; trata-se de textos que não envolvem múltiplos indivíduos em tramas de vitórias e perdas permeadas de disputas, acordos e negociações. O trabalho com a história serial apresenta o risco do reducionismo na catalogação de documentos, o que pode resultar na perda de análises mais abrangentes sobre o contexto social que esses registros elucidam, e neste sentido,

A história serial reduz, de fato, o percurso do historiador a dois níveis. Apaga as estruturas sob a série factual e, por outro lado, não resolve o problema da passagem de uma série para outra. Contenta-se com causalidades específicas de tal ou tal série. Pelo contrário, a via que se abre a certo número de historiadores é procurar, para além da multiplicação da temporalidade e de objetos, o entrelaçamento dialético dos últimos em uma articulação que seja mais conveniente aquilo que é específico de tal ou tal momento histórico.²²

Essa constatação levanta questões e aponta caminhos sobre este corpus documental no campo das possibilidades de problemáticas e temáticas históricas para a escrita de artigos, monografias, dissertações ou teses. A ausência de uma trama com personagens se movimentando socialmente entre indivíduos e instituições pode gerar a falsa percepção de que essa documentação possua um potencial reduzido para elucidar a vida social e, conseqüentemente, menor relevância historiográfica. A noção de pesquisa histórica e documento devem considerar que,

Em história, tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de, dessa forma, transformar em "documentos" determinados objetos distribuídos de outra forma, essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo fato de copiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando, ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto.²³

O trabalho com os arquivos do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto envolve uma operação historiográfica, conforme o estudo de Michel de Certeau. Esse processo deve relacionar documentos e discursos a partir de uma

²² DOSSE, François. **A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio, Editora Universidade Estadual de Campinas, 1992. p. 194

²³ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 80

análise atenta e rigorosa, por meio da qual se consegue perceber o poder e a presença da Igreja Católica como uma instituição influenciadora de pensamentos e comportamentos, bem como detentora de formas de controle social. Tal dinâmica ocorre de modo semelhante ao de outras instituições produtoras de registros históricos, as quais devem ser analisadas, tendo em vista que “o pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente”.²⁴

Deve-se adotar uma perspectiva historiográfica que contemple o local, o particular, o cotidiano e a redução da escala de análise, somada a uma abordagem de longa duração para captar as mudanças sociais e as implicações nacionais e mundiais nos registros paroquiais. Os arquivos do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto evidenciam a preocupação milenar do ser humano diante da morte e da ritualização desse momento em sua realidade local, além de abarcarem questões nacionais concernentes à relação entre a Igreja e o Estado brasileiro. Do ponto de vista metodológico, conforme propõe Fragoso, o trabalho com os arquivos paroquiais deve ser conduzido, entre outros, sob certos parâmetros,

A micro-história italiana com seus procedimentos onomásticos e a ideia de que cada agente é o ponto de encontro de diversas relações sociais (consanguíneas, culturais, políticas, econômicas, etc.)
A de longa duração, ou seja, o procedimento através do qual é possível perceber que algumas das relações sociais que dão vida aos atores ultrapassam suas vidas (...). Assim, o procedimento está atento à temporalidade de um complexo relacional cuja duração ultrapassa mais de duas vidas. Através dessa prática metodológica, é possível recuperar permanências (padrões relacionais) e mudanças de fundo de uma sociedade ou, se preferirem, de suas estruturas.²⁵

Devemos perceber que os registros de óbito não são meramente documentos de registro oficial; eles carregavam a afirmação, por parte dos indivíduos, de sua tradição católica, evidenciada na simbologia do hábito com o qual eram vestidos para o sepultamento e na confirmação do recebimento dos sacramentos. Assim, tais

²⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**, (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 539.

²⁵ FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 47-48

registros são manifestações das preocupações dos fiéis e da Igreja, enquanto instituição, diante da finitude.

Nossa pesquisa historiográfica sobre o período imperial nos arquivos paroquiais da Ibiapaba enfrenta dificuldades de continuidade, pois muitos livros não existem ou podem estar em posse de particulares, fora do ambiente eclesiástico. Deve-se compreender, outrossim, que o ambiente paroquial, por si só, não é suficiente para a compreensão social das questões fúnebres. As anotações nos arquivos de óbito trazem informações que demandam a busca de outras fontes e leituras, como o avanço do pensamento científico-sanitarista da época, que passou a provocar transformações nas relações entre Estado, Igreja e sociedades organizadas (irmandades) em torno da ritualização da morte.

Ao se fundamentar nos livros de óbito, nossa pesquisa adota uma abordagem que relaciona temas como catolicismo, ciência, doenças e cultura fúnebre. O estudo de outros documentos da época, como jornais, correspondências, estatutos e leis que tratam de saúde pública, adoecimento e morte na província, permite que a análise não se limite apenas à perspectiva espiritual.

Os registros de óbito, neste cenário, dialogam com os Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará do século XIX no que tange à discussão sobre saúde pública, especialmente quanto à identificação, nomeação, classificação e ordenação das enfermidades e causas de morte. Percebe-se, também, certo embate entre o pensamento científico-sanitarista e os registros de óbito realizados por representantes da Igreja. A morte torna-se, portanto, um problema que transcende o universo espiritual-religioso, tornando-se uma preocupação central dos discursos de saúde pública e de suas ordenações seculares.

Os relatórios de província trazem a problemática do discurso higienista como política pública e pensamento do século XIX, contexto no qual os cemitérios passam a integrar a atenção de infraestrutura dos municípios, devido à preocupação estatal de combater os sepultamentos nas igrejas. Isso se constata no relatório da província do Ceará de 1838, que alerta para a danosa prática de sepultamento em uma pequena igreja. E, “ao analisar as percepções e concepções de saúde e doença do século XIX, é preciso observar como se deu o surgimento de nova racionalidade médica e como

esta repercutiu em mudança de mentalidade no mundo ocidental, interferindo no espaço e no modo de vida das populações”.²⁶

Esta racionalidade passa a interferir nas práticas fúnebres, pois enxerga no cadáver um disseminador de doenças. Consequentemente, o sepultamento deveria ser submetido ao controle estatal, mediante a ordenação do enterro em cemitérios públicos, tema recorrente nos relatórios provinciais.

As representações simbólicas acerca do adoecer e da morte sofreram transformações profundas diante do avanço de novos conhecimentos e modos de interpretar o mundo. Tal mudança é verificável nos relatórios de província, que demonstram uma preocupação com a preservação da vida; esta, no decorrer do século XIX, torna-se gradualmente racionalizada pelo viés científico que passou a nortear as políticas públicas de saúde do Império. Essa nova orientação é corroborada pelo texto legal da época, que determinava: “§ 5º Estudar as epidemias, as epizootias e todas as moléstias reinantes, bem assim os meios de preveni-las e combater-las, e fiscalizar sob o ponto de vista da salubridade os cemitérios”.²⁷

A análise dos periódicos da época constituiu outra fonte de grande valia incorporada à pesquisa, pois neles se refletem os debates, as leis e as perspectivas sobre o avanço da secularização da morte, as medidas sanitárias e o higienismo, elementos compreendidos como requisitos do projeto civilizador e da formação do Estado Nacional. Nesse cenário, emergem embates políticos que exploram questões religiosas e de saúde, evidenciando a busca pela salubridade em um século marcado por surtos de febre amarela, cólera-morbo, varíola (bexigas) e peste bubônica.

A imprensa, enquanto fonte documental, deve ser observada a partir de seus registros do cotidiano, das determinações institucionais e da ótica dos intelectuais que buscavam interferir nas relações sociais, orientados pelas tendências políticas dos jornais nos quais expressavam suas opiniões. Embora fosse um canal privilegiado de divulgação de ideias no século XIX, sua abrangência era limitada pelo analfabetismo e pelo alto custo de consumo. Contudo, seus debates eram propagados para além das páginas, representando as preocupações de autoridades e de diversos estratos da sociedade. Assim, “a imprensa não apenas interfere nas

²⁶COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista e a ordem urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

²⁷BRASIL. Decreto Nº 8.387, De 19 De Janeiro de 1882. **Manda observar o Regulamento para o serviço da saúde publica**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1882, Página 97 Vol. 1 pt II. Disponível em: <http://www.camaradosdeputados.gov.br>>. Acessado em 02 março 2021.

questões políticas, mas em diversos setores da vida social, na articulação e disseminação de idéias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir em sua historicidade, o que a torna uma fonte inesgotável de pesquisa e estudo”²⁸

Nos periódicos, observamos tensões entre as irmandades e a Igreja oficial, com relatos do cotidiano sobre cemitérios, enterros e os posicionamentos entre ciência e religião, esta última perdendo espaço para a primeira, que se afirmava como critério de civilidade. Textos sobre as cidades da Ibiapaba aparecem ocasionalmente nos jornais cearenses, tais como *O Cearense*, *A Constituição*, *Gazeta Oficial* e *Pedro II*, evidenciando que regiões economicamente prósperas e com intelectuais influentes detinham maior espaço na imprensa provincial.

Grande parte desses registros possui caráter oficial, contendo nomeações, dados de arrecadação, orçamentos, estatísticas populacionais, questões policiais, editais e despachos, além de embates sobre a reputação de indivíduos. Especificamente quanto ao objeto desta pesquisa, destacam-se a publicação dos códigos de postura municipais e as discussões sobre a construção de cemitérios. Para além dos textos oficiais, sobressaem os conflitos entre a irmandade de Viçosa do Ceará e o Padre Bevilaqua acerca da administração cemiterial e eclesiástica, bem como críticas aos serviços prestados pelo vigário à população. Tais embates eram atravessados pelas disputas entre "Saquaremas" (conservadores) e "Luzias" (liberais), refletindo o posicionamento político-partidário de cada periódico. Assim,

tomar o jornal como fonte não significa pensá-lo como receptáculo de verdades; ao contrário, o que se propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos.²⁹

Em meio aos embates políticos, os jornais mantinham um consenso quanto à influência europeia como padrão de desenvolvimento e civilidade. Entre outros

²⁸ LEITE, C. H. F. **TEORIA, METODOLOGIA E POSSIBILIDADES: OS JORNAIS COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA**. Revista Escritas, 7(1), 03–17. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/1629>. Acessado em: 04 Ago 2024.

²⁹ SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. **Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica**. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 4, n. 8, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/941>. Acesso em: 10 jan. 2025.

comportamentos herdados do "Velho Mundo", as medidas de higiene e salubridade compunham os critérios para que o Ceará se integrasse ao projeto de formação do Estado Nacional, gestado sob a perspectiva do aproveitamento das riquezas regionais e do conseqüente progresso econômico. Soma-se a isso a realidade concreta da disseminação de doenças, sofrimentos e mortalidades que geravam prejuízos à região, a qual ainda não figurava como um espaço de prestígio entre as demais províncias no Brasil oitocentista. Esse panorama é explorado pela imprensa como uma defesa do "comportamento civilizado", condição apresentada como essencial para o pleno desenvolvimento provincial.

Panorama Historiográfico e Bases Teóricas

Mentalidade, cultura e representações são as categorias históricas que fundamentam esta tese, orientando os conceitos, metodologias e os questionamentos aplicados tanto à temática quanto às fontes selecionadas. No que tange à construção teórica da pesquisa, recorreu-se, primordialmente, ao clássico da historiografia nacional, que é, *"A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX"*³⁰ A obra propicia uma reflexão profunda sobre a transição da morte sacralizada, sob o domínio das irmandades, para o processo de secularização e o avanço das políticas de construção de cemitérios públicos — movimentos que geraram intensas disputas pelos "negócios da morte".

Este cenário provocou a mobilização de irmandades, conventos e paróquias frente à implantação de legislações que proibiam os enterros no interior das igrejas e em seus entornos. No ápice dessas disputas, ocorreu a "Cemiterada", uma revolta popular em Salvador, em 1836, motivada pela oposição à administração empresarial laica do cemitério de Campo Santo. Para além deste conflito específico, o autor historiciza o contexto mundial dessas transformações, analisando a retração do domínio religioso sobre a morte em face da ascensão das normas governamentais e do controle estatal. Sendo que, "tanto na Europa como aqui ocorreram reações a essas mudanças, em particular em relação ao fechamento de Igrejas e cemitérios

³⁰ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

paroquiais aos mortos. Pois, o enterro nas igrejas era visto como uma das estratégias de salvação da alma."³¹

Também se observa o cotidiano dos rituais fúnebres no século XIX, na Bahia, que aponta para influências portuguesas e africanas nas práticas da preparação para o “bem morrer”. Isso inclui os cortejos, lugar de enterramentos, os sacramentos e os negócios que envolviam a construção, serviços vários na preparação e enterro do morto. No decorrer do livro, apresenta-se a visão da medicina, pois “para eles, a proximidade entre mortos e vivos era prejudicial à saúde destes, por motivos que a medicina da época não entendia muito bem mas acreditava que entendia”.³²

Nesse cenário, a obra de João José Reis oferece um importante suporte metodológico para o uso dos arquivos paroquiais, especialmente no que concerne à percepção da descrição das doenças, etnia, faixa etária e sexo dos falecidos. O autor demonstra como esses registros revelam a “hierarquia da morte”, evidenciada pela presença ou ausência de sacramentos, de modo que as tabelas estatísticas por ele apresentadas serviram de modelo para as análises quantitativas elaboradas nesta pesquisa.

Um dos trabalhos de referência na historiografia mundial nesta temática é *História da morte no Ocidente: Idade média aos nossos dias*³³. Na obra, Philippe Ariès aborda a tradição católica medieval de aceitação e familiarização com o fim da vida, conceito que classifica como “morte domada”. Essa mentalidade era caracterizada pela estreita proximidade de familiares e da comunidade com o processo de morrer. No entanto, a partir do século XVIII, as mudanças tornam-se mais nítidas, visto que, “do século XVI ao XVIII, o corpo morto e nu tornou-se um objeto de curiosidade científica e de deleite mórbido”³⁴. Como o próprio título indica, o autor propõe uma análise de longa duração, compreendendo que as transformações nessas sensibilidades são lentas e graduais. A obra destaca a transição da morte como um acontecimento comunitário e familiar, no qual o desfecho da vida era “também de uma cerimônia pública. O quarto do moribundo transformava-se, então, em lugar público, onde se entrava livremente”³⁵. Essa acessibilidade passou a ser questionada sob o

³¹Ibidem p. 23

³² Ibidem p.247

³³ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: Idade média aos nossos dias**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2012.

³⁴Ibidem. p. 143.

³⁵ Ibidem. p 39

viés da higiene pelos médicos setecentistas, processo que culminaria na morte isolada, despojada de rituais comunitários e confinada aos quartos de hospitais.

O século XIX, sob a perspectiva de Ariès, é compreendido como o período em que se originou o medo moderno da morte, alimentado tanto por temores pragmáticos como o risco de sepultamento prematuro, quanto pela ameaça existencial da finitude. Nesse momento, observa-se uma mudança de sensibilidade na qual os homens passam a temer as imagens do morrer e do próprio cadáver. Ao traçar a cronologia dessa relação, o autor aponta que, “a partir do século XIX, as imagens da morte são cada vez mais raras, desaparecendo completamente no decorrer do século XX; o silêncio que, a partir de então, se entende sobre a morte significa que esta rompeu seus grilhões e se tornou uma força selvagem e incompreensível”.³⁶ Esse pavor oitocentista contrasta radicalmente com a definição de “morte domada”, categoria na qual prevaleciam a aceitação e a familiaridade, pois, “no cristianismo primitivo, o morto era representado de braços estendidos em atitude de oração. Espera-se a morte deitado, jacente”.³⁷ Tal postura é flagrantemente contrária ao tabu, ao receio e ao silenciamento da morte nos últimos séculos.

Sobre o estudo da doença na historiografia uma leitura obrigatória são os estudos de Anny Jackeline Torres da Silveira e Dilene Raimundo do Nascimento e em particular seu texto *A Doença Revelando a História*³⁸. As autoras abordam o crescimento dos estudos deste campo da história nas últimas décadas e se consolidando como estudo que transcende a visão puramente biomédica, de aspectos puramente da natureza, e também alargar o debater para além das grandes descobertas científicas de cura ou tratamento, mas interpretar a patologia como um fato social e culturalmente construído.

Essa perspectiva encara a doença não apenas como a ação de um microrganismo, mas como um amálgama que envolve sentidos atribuídos por diferentes grupos e épocas. Como afirma a historiografia, para toda sociedade a doença é um problema que exige explicação, funcionando como um significante e suporte das expressões sociais. Assim, ela se torna um instrumento analítico capaz de revelar estruturas sociais e a formação de discursos sociopolíticos que estruturam

³⁶Ibidem. p.152

³⁷ Ibidem p. 37

³⁸ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e NASCIMENTO, Dilene R. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene R. e CARVALHO, Diana Maul (orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília, Paralelo 15, 2004, pp.13-30

poderes e comportamentos. O estudo das doenças ganha destaque ao iluminar tensões latentes, permitindo que o historiador atente para o silêncio de experiências que abrangem desde dinâmicas demográficas e relações com o divino até espacialidades urbanas, políticas públicas e trocas comerciais. Sendo que,

Para toda sociedade, a doença é um problema que exige explicação, é necessário que ela tenha um sentido. Desse modo, a história das doenças é um dos caminhos para se compreender uma sociedade: é preciso avaliar a dimensão social da doença, como ela se dá a ver, pois a doença funciona como significante social, é suporte e uma das expressões da sociedade.³⁹

Tomando a historiografia estadual, temos um trabalho de referência para as representações da morte no Ceará, a dissertação de Henrique Sérgio de Araújo Batista⁴⁰ reflete sobre a arquitetura tumular do século XIX no cemitério São João Batista em Fortaleza-CE. Nela, o autor analisa a arquitetura tumular do século XIX, promovendo um debate sobre a formação das necrópoles e as tradições cristãs relacionadas ao sepultamento, expressas na arte cemiterial. O título da obra, *"Assim na Morte como na Vida: Arte e Sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915)"*, sintetiza o debate de que a sociedade buscava estender, simbolicamente, a diferenciação social para além da vida. Nesse contexto, Batista discute o papel das irmandades na garantia de uma "boa morte" e na manutenção da ostentação ritualística. O estudo avalia, ainda, como a proibição dos sepultamentos nas igrejas da província do Ceará foi impulsionada pelos discursos higienista e civilizatório, os quais também promoveram formas de exclusão social por meio de regras comportamentais aplicadas aos rituais fúnebres.

Outro trabalho relevante para esta pesquisa é o de Maria Clélia Lustosa Costa⁴¹, que discute as políticas higienistas no Ceará oitocentista sob a ótica das características naturais da região. A autora esclarece a aplicação da teoria miasmática, da vacinação e das ações de saúde pública influenciadas por práticas europeias, sublinhando que "em Fortaleza, também se sentiu a brisa dos ventos do

³⁹ Ibidem p. 19

⁴⁰ BATISTA Henrique Sérgio de Araújo. **ASSIM NA MORTE COMO NA VIDA ARTE E SOCIEDADE NO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA (1866-1915)**. Dissertação de Mestrado em História – UFC. Fortaleza. 2003.

⁴¹ COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista e a ordem urbana** [livro eletrônico] Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

discurso higienista e urbanista europeu”.⁴² Embora o foco da obra seja a capital, compreende-se que a Ibiapaba era afetada por essa cadeia de hierarquias urbanas que se iniciava nos centros europeus e passava pelas capitais das províncias brasileiras. Nesses núcleos urbanos, formulavam-se as teorias, legislações e ações voltadas à salubridade e ao combate às doenças, as quais posteriormente se expandiam para o interior.

A autora discute como essas novas racionalidades acerca do corpo, tanto vivo quanto morto, foram recepcionadas e aplicadas na província por meio das ações governamentais registradas nos Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará. Tais documentos são fundamentais para compreender os primórdios das iniciativas de saúde pública, pois avaliam a correlação entre as condições naturais, com destaque para os períodos de seca e a disseminação de enfermidades potencializada pela precariedade socioeconômica da população. Sendo que,

As secas eram, geralmente, acompanhadas por epidemias de cólera, de febre amarela e, principalmente, de varíola. Os “retirantes”, de corpos frágeis e subnutridos que buscavam as cidades onde ficavam concentrados em ambientes promíscuos e insalubres, eram os clientes preferenciais da doença.⁴³

A realidade calamitosa do Ceará exigia políticas públicas de saúde capazes de conter a disseminação de epidemias para além dos retirantes, que eram confinados em espaços conhecidos como “campos de concentração”. Tais cercados, embora tivessem a intenção imediata de evitar saques e a criminalidade urbana, também podem ser interpretados como uma drástica medida sanitária de isolamento social.

No tocante à construção do Estado Nacional, o trabalho de Ilmar Rohloff de Mattos⁴⁴ fundamenta a compreensão desse período ao analisar a busca incessante por “ordem” e “civilização”. A “ordem” é entendida como a manutenção da estrutura escravocrata, fundiária e da centralidade do poder na figura do monarca; já a “civilização” vincula-se à prevalência da razão e à inserção do Brasil no rol das “nações civilizadas”, as potências europeias que difundiam a secularização e o progresso científico.

⁴² Ibidem p. 73

⁴³ Ibidem p. 113

⁴⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema. A formação do Estado imperial**. 5ª. ed.; São Paulo: Hucitec, 2004

No que tange à Comissão Científica e sua atuação na Ibiapaba, embora não exista uma publicação monográfica específica sobre a região, destaca-se a obra, *Comissão das Borboletas a Ciência do Império entre o Ceará e a corte*⁴⁵ de Maria Sylva Porto Alegre. No título, a autora recupera a alcunha satírica pela qual o grupo ficou conhecido no Ceará, indicando que a população local reduzia sua complexa atividade científica à mera coleta de espécies como borboletas. O termo “*comissão defloradora*” também é explorado para evidenciar o foco popular nas relações íntimas dos membros em detrimento do projeto de construção de uma identidade nacional e do inventário das potencialidades econômicas do Império.

A autora, no tocante a passagem da comissão na Ibiapaba, trata do olhar da comissão para as potencialidades naturais da região e na presença indígena. Discute o caráter identitário, onde os nativos não se consideravam caboclos, mas indígenas e trata da descrição de um ritual indígenas. Contudo, alerta para a visão determinista da época ao transcrever parte da descrição da comissão que anotam a “falta de educação” dos indígenas, isto é, a ausência de enquadramento nos costumes determinados pelos padrões europeus da época.

Sobre a viagem de Antônio Bezerra de Menezes, temos os trabalhos de Paulo Ítalo Moreira⁴⁶. As viagens de Bezerra extrapolaram o caráter meramente burocrático de coleta de dados sobre as receitas municipais. Graças à sua formação, seus relatos constituíram-se como documentos históricos de um naturalista cujas contribuições foram fundamentais para os estudos científicos no Ceará da segunda metade do século XIX. Observa-se, ainda, o perfil multidisciplinar e engajado do intelectual, que atuava na fundação de agremiações, além de participar ativamente da produção escrita e da pesquisa sobre a província. Seus registros de viagem oferecem uma visão analítica das potencialidades econômicas cearenses, com ênfase na mineração e na agricultura, sem abdicar da observação de costumes de parcelas da população que, sob sua ótica, eram considerados “selvagens”.

Para Antônio Bezerra de Menezes, a Ibiapaba apresentava uma nítida influência do clima sobre as características físicas de seus habitantes. No entanto,

⁴⁵ PORTO ALEGRE, Maria Sylva. **Comissão das Borboletas: a ciência do império entre o Ceará e a Corte (1856-1867)**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

⁴⁶ MOREIRA, Paulo Ítalo. **As viagens naturalistas de Antônio Bezerra de Menezes e as Ciências Naturais no Ceará na segunda metade do século XIX**. Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. Rio de Janeiro. 2016

o naturalista também identificava uma “frouxidão de costumes”, a qual atribuía à marcante presença indígena e ao influxo de retirantes que buscaram refúgio na serra durante a Grande Seca de 1877. Diante desse cenário, o autor defendia a aplicação de métodos científicos como condição essencial para o pleno aproveitamento agrícola da região.

A tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro, intitulado **“Entre Céu, Serra, Mar e Sertão: Ocupação e Ocidentalização da Ibiapaba”**, propõe um debate sobre o processo de ocupação do Ceará e, por conseguinte, da Serra da Ibiapaba. Objetiva-se analisar as relações estabelecidas entre o homem, a morte e o cadáver na história regional, a fim de compreender a influência da Igreja Católica por intermédio das missões jesuíticas. Estas intervenções modificaram paulatinamente as formas como as populações indígenas ritualizavam a morte, substituindo costumes ancestrais por práticas sacralizadas sob o domínio das irmandades e ordens religiosas. Somam-se a esse cenário as dinâmicas econômicas e sociais da província no século XIX, período em que os indígenas ainda eram estigmatizados como “selvagens” e interpretados como um obstáculo ao projeto civilizador imperial.

O segundo capítulo, intitulado **“O Olhar Científico sobre a Ibiapaba: Salubridade, Civilização e Raça”**, propõe um debate sobre a perspectiva científica construída acerca do Ceará, com foco especial na Serra da Ibiapaba durante o século XIX. A análise concentra-se em duas expedições fundamentais: a Imperial Comissão Científica de Exploração (1859-1861) e a viagem de Antônio Bezerra de Menezes (1884-1885). Enquanto a primeira possuía caráter nacional e a segunda, provincial, ambas se constituíram como iniciativas pautadas pelo racionalismo e pelo viés civilizatório, visando mapear recursos naturais e minerais para integrar a região ao projeto de modernização imperial.

Sob o prisma do determinismo ambiental e racial, os relatos dessas expedições descrevem a Ibiapaba como um “oásis” de potencialidades econômicas, as quais seriam subaproveitadas em virtude da presença indígena, classificada sob o estigma da “indolência”. Por fim, o capítulo examina registros etnográficos sobre os costumes, a saúde e o imaginário religioso local, explicitando como as condições sanitárias da população eram vinculadas, na visão da época, aos hábitos e às origens étnicas dos ibiapabanos.

No terceiro capítulo, intitulado **“Corpo morto: do transcender ao se decompor e contaminar”**, evidenciamos as transformações históricas na relação da sociedade com a morte e o cadáver a partir do advento da ciência moderna, da medicina e do higienismo. Aborda-se o disciplinamento do corpo morto decorrente da disseminação e aplicação do discurso do Estado higienista no século XIX. Analisa-se como a teoria miasmática impulsionou a criação de cemitérios públicos, transferindo os sepultamentos do interior das igrejas para o campo santo externo, visando à higienização do espaço urbano. Por meio de relatórios provinciais e periódicos, busca-se compreender como a morte foi reconfigurada como um evento biológico; nesse sentido, a decomposição, a contaminação e a propagação de doenças tornam-se argumentos centrais para o controle estatal sobre os corpos, sem, contudo, desvincular-se totalmente da hegemonia simbólica da Igreja.

O quarto capítulo, intitulado **“Rebater os cavilosos assaltos do demônio”: entre o terreno e o espiritual diante da morte”**, investiga como a busca pela salvação da alma no século XIX, na região da Ibiapaba, articulava tradições católicas, rituais fúnebres e o controle institucional exercido pela Igreja. A análise fundamenta-se em registros paroquiais de óbito e estatutos de irmandades — documentos que transitam entre o âmbito eclesiástico e as esferas de controle social e civil no Brasil Imperial. Discute-se o ideal do “bem morrer”, no qual o preparo para o além envolvia a recepção de sacramentos no leito doméstico e a escolha de indumentárias simbólicas.

O texto também examina a transição dos sepultamentos nas naves das igrejas para os cemitérios públicos sob a ótica do higienismo. Elementos como os sacramentos, o dobre dos sinos, o uso do caixão, as missas, a localização do túmulo e a vestimenta mortuária são analisados como itens que carregam valores terrenos e distinções de poder. Tais componentes geravam tensões políticas e econômicas entre o clero e as associações leigas na administração do sagrado e das necessidades materiais e simbólicas inerentes aos rituais fúnebres locais.

CAPÍTULO I

Entre Céu, Serra, Mar e Sertão: Ocupação e Ocidentalização da Ibiapaba.

1.1. Jesuítas na Ibiapaba: Evangelização, conquista espiritual e colonização.

A Ibiapaba, que, segundo Pe. Antônio Vieira, significa “Terra Talha” na língua dos indígenas. Em diversos documentos coloniais sua escrita aparece de várias formas como: Buapava, Ybiapaba, Igreiapaba. Esta região, que se configura como planalto, com área territorial de 5.697,30 (km²)⁴⁷ e população segundo um censo de 2024 de 442.405⁴⁸, na região norte do Estado do Ceará, de limite fronteiro com o Estado do Piauí. Contando atualmente com 9 Municípios: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará, em uma província que “foi uma das últimas fronteiras a serem conquistadas, sendo sua ocupação bastante tardia em relação às demais capitanias do Nordeste”.⁴⁹

No período colonial, na Ibiapaba é palco da produção de uma das primeiras fontes históricas europeias produzida sobre o Ceará: *Relação do Maranhão*⁵⁰, escrito em 1608 pelo Jesuíta Pereira Figueira em sua viagem com o Pe. Pinto, também jesuíta, que iniciam a presença desta ordem religiosa na região. Esta ordem religiosa passa a produzir uma série de documentações férteis, como cartas, solicitações, sermões, crônicas sobre o cotidiano dos indígenas. Os jesuítas deixaram escrito os interesses da companhia, da coroa portuguesa e das relações entre indígenas e outras nações europeia. A Ibiapaba está presente, em fontes oficiais, das autoridades portuguesas, francesas e holandesas, nos arquivos coloniais das capitanias de Pernambuco e do Estado do Maranhão e Grão-Pará; pois, enquanto lugar de possível arregimentação de indígena para a guerra, trabalho ou conversão, “fez da Ibiapaba

⁴⁷ CEARÁ. IPECE Textos para Discursão. nº 111- Novembro 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_111.pdf

⁴⁸ SEBRE. Observatório Setorial Territorial, Serra da Ibiapaba-CE. Disponível em: <https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/serra-da-ibiapaba-ce>. Acessado em: 20 Maio 2025

⁴⁹ ANTUNES Ticiane de Oliveira. ÍNDIOS ARENGUEIROS: SENHORES DA IGREJA? RELIGIÃO E CULTURA POLÍTICA DOS ÍNDIOS DO CEARÁ OITOCENTISTA. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2016. p. 47

⁵⁰ FIGUEIRA, Luiz, S.I. *Relação do Maranhão* [1608]. In: Revista do Instituto do Ceará – RIC, p. 97, 1903.

assunto sempre imprescindível nas correspondências de autoridades laicas, mas também inacianas”.⁵¹

A expulsão dos jesuítas em 1759 não significou a ausência da Igreja Católica, que permaneceu como uma força central na disciplina de comportamentos e na produção de fontes históricas sobre a região. Para o período imperial, reside nos arquivos eclesiásticos uma documentação fértil, composta por registros de batismos, casamentos e óbitos. Tais registros somam-se a documentos oficiais, como anais, ofícios, representações, relatórios, requerimentos e correspondências, além de periódicos da época e dos diários de viagem de Francisco Freire Alemão (1860) e Antônio Bezerra, que percorreram a Ibiapaba.

Administrada por missões jesuíticas durante o período colonial e habitada por uma expressiva população nativa, a região atravessou um gradativo processo de ocidentalização. Nesse contexto, os inacianos implementaram modos de vida pautados pela lógica europeia, alterando profundamente as relações econômicas, religiosas e sociais locais.

A Ibiapaba insere-se no contexto da colonização portuguesa no Ceará, que ocorreu de forma tardia em comparação a outras capitanias. Essa lacuna na presença lusa abriu espaço para incursões francesas: inicialmente no Rio de Janeiro (França Antártica, 1555–1560) e, após a expulsão, no Maranhão (França Equinocial, 1612–1615), cenário que marcou a primeira presença europeia na Ibiapaba. A consolidação do domínio português, por sua vez, deu-se por meio do conflito para expulsar os franceses, destacando-se o embate entre a expedição de Pero Coelho, em 1603, e o capitão francês Adolphe Mambille (ou Bombille), que contava com o apoio dos indígenas ibiapabanos, e

Pero Coelho com os seus soldado e índios avassalados atingiu a Serra ela Ibiapaba e, metendo-se em combate contra os aborígenes, viu-os já auxiliados por muitos franceses, mais, exactamente dezeseis deles, dos quais prendeu dez, fugidos os restantes⁵²

⁵¹ MAIA, Légio José de Oliveira. **Cultuadores da Vinha Sagrada: Missão e tradução nas Serras de Ibiapaba (século XVII)**. Dissertação de Mestrado ao programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2005 p. 15

⁵²GIRÃO, Raimundo. **FRANCESES NO CEARÁ**. Disponível em: https://www.academiacearensedelettras.org.br/revista/revistas/1953/ACL_1953_13_Franceses_no_Ceara_Raimundo_Girao.pdf. Acessado em 10 jun 2023

Mesmo conseguindo vencer os franceses, a expedição de Coelho deixou os indígenas da Ibiapaba inimigos dos portugueses pela forma truculenta como agiu. A partir desta realidade, temos a primeira iniciativa de ação dos padres jesuítas na região em 1607, para “negociar amizade” com os indígenas da Ibiapaba, que passa, então, a se tornar um lugar de disputas ritualísticas entre os nativos e jesuítas, bem como embates geopolíticos entre nações europeias e

PAX CHRISTI. No mez de jan.ro de 607 p. ordem de fernaõ Cardim pr.^{al} desta pr.^a nos partimos pera a missão do Maranhão o p.^e fr.^{co} Pinto e eu cõ obra de sessenta Indios, cõ intenção de pregar o evangelho aaquella desemperada gentilidade, e fazermos cõ q' se lançassem da parte dos portugueses, deitando de si os frãcezes corsairos q' lá residem pera q' indo os portugueses como determinão os não avexassem nem captivassem, e pera q' esta nossa ida fosse sem sospeita de engano pareceo bem ao p.^e pr.^{al} q' não levassemos cõnosco portugueses e assi nos partimos sós cõ aquelles sessenta Indios.⁵³

É possível identificar, nesse trecho, uma ação estratégica coordenada entre o Estado português e a Igreja Católica. Em sua escrita, o missionário evidencia a distinção tática entre as duas instituições ao mencionar a possibilidade de “ir à Ibiapaba sem suspeita”, o que implicava uma aproximação desprovida da violência ostensiva das forças estatais armadas. Essa dinâmica fundamentava-se no regime de padroado, que regia as relações entre as esferas civil e eclesiástica no Brasil colonial. Sob esse sistema, a Coroa Portuguesa detinha a autoridade e o papel de protetora da Igreja Católica nos domínios lusitanos.

Nesse cenário, os jesuítas utilizavam a persuasão religiosa como instrumento para atrair as populações nativas à conversão, visando integrá-las como força de trabalho e contingente militar aliado aos interesses portugueses. Por sua vez, os indígenas da Ibiapaba alternaram períodos de resistência, negociação e alianças estratégicas com os colonizadores, demonstrando agência política diante das pressões do sistema colonial.

Na Aldea da Ibiapaba tem em si coatro diversas naçoens, as principaes são a dos Taboyaras, e dos Topez, e desta he o Governador, Capitão mor, e Mestre de Campo, cavalheiros do Habito de São Tiago. He habitada esta Aldea de mais de dez mil pessoas, e

⁵³ FIGUEIRA, Luiz, S.I. **Relação do Maranhão** [1608]. In: Revista do Instituto do Ceará – RIC, p. 97, 1903.

a sua milícia consta de doze companhias, que se achão sempre promptas para tudo, que he do serviço de Deos, de ElRey, e do Estado; e a mesma promptidão se acha em todas as outras Aldeãs, e naçoens.⁵⁴

A presença prolongada e sistemática de portugueses na Ibiapaba e em suas circunvizinhanças, fossem eles colonos, militares ou religiosos, gerou tensões constantes. Tais conflitos orbitavam em torno da escravidão indígena e das disputas fundiárias, opondo os interesses dos colonos à atuação dos missionários. Ao buscarem o apoio da Coroa Portuguesa para a consolidação do sistema de aldeamentos, os jesuítas posicionavam-se estrategicamente como “protetores” dos nativos, visando coibir a escravização desenfreada que ameaçava o projeto evangelizador.

A atuação dos jesuítas é, portanto, um marco indelével na história da Ibiapaba, convertendo a região em um dos principais centros de aldeamento do Ceará colonial. A presença inaciana resultou na produção de uma vasta e fértil documentação, essencial para a análise das complexas relações estabelecidas tanto entre as diferentes etnias indígenas quanto destas com os europeus.

Os inacianos estiveram presente na região, segundo Leite, “primeiro (1607-1608), com os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, numa ação sem sucesso devido o assassinato do Pe. Pinto e encerramento da tentativa de cristianizar os indígenas ibiapabanos”.⁵⁵ Tendo em vista o isolamento do Pe. Figueiras, a falta de apoio da coroa e dos inacianos, bem como o risco de morte do missionário, a Ibiapaba ficou sem atuação sistemática portuguesa. No intervalo para a segunda missão, temos registros de relações entre indígenas da Ibiapaba e holandeses que estavam ocupando Pernambuco (1630-1654). Sobre os conflitos entre lusitanos e flamengos o Pe. Bettendorff registra que os holandeses tiveram o socorro de indígenas “da banda da Ibiapaba”⁵⁶.

A segunda missão de 1656-1662 “com os padres Pedro de Pedrosa, Antônio Ribeiro e Gonçalo Veras sob a supervisão do padre Antônio Vieira, que visitaram a

⁵⁴ COUTO, Domingos do Loreto. **DESAGRAVOS DO BRASIL GLORIAS DE PERNAMBUCO**. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg177349/drg177349.pdf. Acessado em 25/07/2023.

⁵⁵ LEITE, Serafim. **História da companhia de Jesus no Brasil. Tomo III**. Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1943. p 03

⁵⁶ BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. Brasília. Senado Federal. 2010 p. 70

Ibiapaba e fundam a Missão de Ibiapaba, chamada por Vieira de Missão de “São Francisco Xavier”⁵⁷ Vieira evidencia uma forte influência do protestantismo holandês em indígenas que tinham chegado a Ibiapaba saindo de Pernambuco, trazendo ‘práticas protestantes que deveriam ser combatidas. A visão de Vieira⁵⁸ e dos demais padres era de que havia uma “selvageria” e desobediência à tradição católica. Esta segunda iniciativa busca consolidar a missão instalada, enquanto na terceira missão menos direta e efetiva, “com os padres Jacobo Cócleo e outros, com atuação entre Fortaleza Parangaba, Camocim e Ibiapaba”⁵⁹ (1662-1671), não tiveram atuação permanente.

O quarto momento (1691-1759) compreende a fixação da missão jesuíta e a sistematização do aldeamento da Ibiapaba, destacando-se a fundação da Aldeia de Nossa Senhora da Assunção pelos padres Ascenso Gago e Manuel Pedroso. Isso corresponde, sob a ótica europeia, à origem da cidade de Viçosa do Ceará. Além da dificuldade em converter os indígenas, os missionários precisavam disputar as terras com os colonos, que pretendiam escravizar os nativos e ocupar o território do aldeamento.

No quinto momento (1723-1759), “sob administração do padre João Guedes com a aldeia de certa forma estruturada funda-se o “Hospício do Ceará”.⁶⁰ O termo Hospício entendido na época como hospedaria evidencia a presença atenção para a catequização dos indígenas da Ibiapaba. Com a expulsão das ameaças estrangeiras, os indígenas serviam de força de guerra contra outros grupos nativos que resistiam a ocupação/ocidentalização de regiões próximas. O aldeamento buscava sua autonomia econômica,

Entretanto, procuravam os Padres das garantias de vida à Aldeia, quanto às indispensáveis subsistências. Porque não obstante alguns subsídios, provindos de Portugal, não havia possibilidade de manter a Aldeia, sem fazendas, por ser a carne a base e garantia da alimentação. Aquele inconveniente das distâncias das fazendas foi-se desvanecendo com o aumento delas. Por volta de 1695, o P. Ascenso Gago situou alguns gados no Rio Camuci. Diz o mesmo Padre, na sua carta de 10 de outubro de 1695, que tencionava comprar 20 ou 30 novilhas para a sua Missão⁶¹.

⁵⁷ Ibidem. p 03

⁵⁸ VIEIRA, Antônio. Sermões XVII. **Relação da Missão de Ibiapaba**. Erechim: EDELBRA, 1998

⁵⁹ LEITE, Serafim. **História da companhia de Jesus no Brasil. Tomo III**. Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1943. p 03

⁶⁰ Ibidem: p. 03

⁶¹ Nova carta do Pe Ascenso Gago, que de acordo com o historiador Serafim Leite “tinha vindo a pé, por terra, quasi 300 léguas, de Ibiapaba a Pernambuco, onde chegou andrajoso, voltou a nesse mesmo

Percebe-se que a manutenção das missões era dificultosa pela falta de apoio da Coroa Portuguesa e pelo isolamento geográfico em relação às sedes das capitanias, visto que a Ibiapaba era administrada pela capitania de Pernambuco. Deve-se notar que a introdução desses animais provocou mudanças no modelo de trabalho das comunidades indígenas, gerando um processo de ocidentalização das populações nativas por meio da nova lógica de produção e de labuta. Com a saída dos jesuítas da Ibiapaba,

Em 1759 quando foram expulsos os Padres da Companhia os bens administrados pelos jesuítas na missão da Ibiapaba compunham-se de quatro fazendas de gado a saber: a da Imbueira, a da Missão, a da Tiaya e da Pitinga, com um total de 4.709 cabeças de gado vacum, 470 de gado cavalari e 200 de gado meudo.⁶²

A atuação desses padres ao longo do período colonial revela, em seus relatos, as transformações do cotidiano cultural dos indígenas em meio a negociações e resistências simbólicas e físicas. Os jesuítas na Ibiapaba, além de combaterem as crenças, os rituais, o poder dos pajés e a organização espacial e administrativa nativa, também impuseram mudanças nos hábitos cotidianos, como na alimentação e no vestuário. As comunidades indígenas eram vistas pelos inacionos como povos pagãos, desprovidos da presença do Deus católico; sendo assim, sua missão era "retirar" o demônio do convívio indígena e humanizá-los sob a ótica cristã.

Neste processo, os jesuítas buscavam modificar as concepções de mundo e os comportamentos dos nativos, combatendo a nudez, a poligamia, o canibalismo e as práticas relativas à morte mediante a catequese, as missões e os aldeamentos. Em relação à Ibiapaba, observa-se que

Nesta aldeia de Jurupariacçu permaneceram os Padres quatro meses. Forçados pela demora, organizaram a catequese. Precária sem dúvida, visto que os Jesuítas só mais tarde viriam para ficar de assento, mas catequese já verdadeira no que era possível: ensino da doutrina a adultos e meninos, com grande alacridade e frequência dos mesmos; combate às superstições a que estes índios eram sumamente atreitos; administração de sacramentos aos índios

ano 1695. Dois anos depois, a 25 de julho de 1697, retoma o fio da história. In PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena do Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Ana Lima, 2011 p. 60.

⁶² MARTINS Vicente. **O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba**. In: In Revista do Instituto Histórico do Ceará Fortaleza ANNO XLII – 1928 p. 118

cristãos, que levavam consigo, a algum moribundo, até a um filho branco que por ali se achava, mameluco, já mais barbaro que civilizado.⁶³

Os hábitos e crenças indígenas eram classificados como supersticiosos e avaliados sob uma carga de preconceitos. Os padres buscavam impor novos comportamentos aos nativos por meio da doutrinação religiosa, submetendo os povos originários aos sacramentos da Igreja Católica. Nos relatos, há indícios da interferência direta da Igreja nos ritos fúnebres, como no episódio em que indígenas cristãos levam um moribundo para receber a Unção dos Enfermos. Jurupariáçu era o chefe de uma das aldeias da Ibiapaba, situada onde hoje se localiza a cidade de Ibiapina (CE). Nota-se que a região, quando da chegada dos jesuítas, já registrava contatos prévios entre seus habitantes e europeus (notadamente os franceses), além de experiências com o cristianismo. Isso é corroborado por um documento de outubro de 1720, no qual os Tabajaras (Tupis) da Serra da Ibiapaba descrevem sua situação e a epopeia da migração realizada desde a Bahia.⁶⁴ Sobre a visão da morte na tradição indígena Tapuia,

De modo q' desta serra da Ybiapaba até o maranhão tudo está cheio de selvagens q' a todos matão ou cativão (...) Todos também p.^r costume quão dos seus morrem se são homens, as mulheres lhe comem a carne, e ossos moydos lhos bebem p.^a q' não tenham saudades daquelles q' metem nas entranhas, tendose p.^r mais pios nesta impiedade q' os q' enterrão os mortos apartando os de sy de todo o que he causa das saudades.⁶⁵

Deve-se, inicialmente, compreender que o texto acima reproduz a classificação imposta pelos portugueses aos indígenas no início da colonização, dividindo-os entre Tupis e Tapuias. Estes últimos eram vistos como o grupo da “língua travada”, ou seja, um conjunto de etnias com troncos linguísticos diversos e menos compreensíveis aos europeus, situados nos “sertões” e com menor “amizade” com os colonizadores, sendo, por isso, tidos como mais propensos ao canibalismo. Os jesuítas demonizavam

⁶³ LEITE, Serafim, **História da companhia de Jesus no Brasil**. Tomo III. Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1943. p. 07

⁶⁴ Documento de outubro 1720 em que os Tabajaras, da Serra da Ibiapaba, descrevem a sua situação e a epopeia de migração feita da Bahia. PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena do Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Ana Lima, 2011. p.85

⁶⁵ BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. Brasília. Senado Federal. 2010 p. 109

a forma como os nativos buscavam preservar a memória do falecido, citando que estes “comem a carne, e ossos moydos lhos bebem p.a q’ não tenham saudades daqueles”. Diante dessas práticas, os inacianos passaram a interferir na cultura funerária nativa e, paulatinamente, o catolicismo impôs seus dogmas e simbologias nos séculos seguintes, persistindo mesmo após a expulsão da Companhia de Jesus.

A escrita jesuítica evidencia um processo de resistências adaptativas dos povos que habitavam a Ibiapaba e seus entornos, tendo em vista que essas populações, por questões culturais, não se limitavam a obedecer às ordenações europeias. O Pe. Figueiras narra a sua atuação reforçando uma suposta superioridade cultural na conversão dos indígenas:

Estando nos hu dia a noite em nossa casa ouvimos hu q’ tossia cõ grande efficaia e escarrava procurando de vomitar fazendo grande estrondo, mandamos saber q’ era aquillo, vierão nos dizer q’ estava hu menino doente e hu feiticeiro q’ o curava e a cura era chupallo como costumão, dizendo q’ lhe tirão o mal de dentro, e pera fingirem melhor o emgano (...) fomos nos ver então o menino, e achando m^{to} mal aparelhamolo; perguntamos se queria ser f.^o de D^e respondeo que si com grãnde alegria e q’ queria ir p^a o ceo, e logo mostrãdo hus effeitos de predestinado recebeo o santo baptismo ao dia seguinte e por ser em dia de São barnabé lhe pusemos o seu nome e com ele se foi p^a a gloria; fomos p^a elle ajuntandose todos os cristãos nosso companheiros e o trouxemos a enterrar ao é de hua grande cruz que diante de nossa igreginha tinhamos levantado.⁶⁶

Os inacianos “disputavam” com os pajés a cura, a ritualização e os modelos de crença nas comunidades indígenas onde atuavam. Na citação acima, o uso dos termos “feiticeiro”, “engano” e “mal aparelhado” evidencia o embate de poder cultural e religioso diante da doença e da morte. Nos textos, observamos o esforço em impregnar no mundo indígena categorias simbólicas como o “ser filho de Deus”, o “ir para o Céu” e o batismo. Assim, o corpo passa por uma nova normatização, tanto espiritual quanto física, submetendo-se ao batismo como um ritual de passagem para o universo católico. O indivíduo é, então, renomeado (renascido) ao receber o nome de um santo e passa a ter um local dito sagrado onde seu corpo deveria ser enterrado para alcançar a “glória”, conforme os padrões católicos.

Enquanto o batismo era visto pelos padres como um renascimento, para os indígenas o ato do batismo pode ser entendido como uma forma de negociação, pois

⁶⁶ FIGUEIRA, Luiz, S.I. **Relação do Maranhão [1608]**. In: Revista do Instituto do Ceará – RIC, p. 103, 1903. p. 116

“o batismo, (...) sinal de conversão para os padres, devia ser algo bem distinto para os índios”⁶⁷ Essa diferença de percepção pode ser interpretada como uma busca por maior aceitação no ambiente colonial de avanço da colonização, além da necessidade de obter certa “proteção” dos jesuítas contra a escravidão e ocupação de terras onde viviam.

A materialização da presença católica e dessa ritualística ocorria no sepultamento ao pé da cruz e nas proximidades da igreja. Este cenário estava inserido em um processo de ocidentalização promovido pelo binômio Igreja/Estado para o chamado Novo Mundo, que se tornara palco de uma nova cruzada voltada à cristianização de todos os povos. Isso ocorria porque,

Em nome da Cruz e mais tarde da civilização, a sociedade do Ocidente empenha-se, durante a Idade Média, em guerras de colonização e expansão. E a despeito de toda a sua secularização, o lema “civilização” conserva sempre um eco da Cristandade Latina e das Cruzadas de cavaleiros e senhores feudais. A lembrança de que a cavalaria e a fé romano-latina representa uma fase peculiar da sociedade ocidental, um estágio pelo qual passaram todos os grandes povos do Ocidente, certamente não desapareceu.⁶⁸

Embora não estivessem mais na Idade Média, a Cruz e a imposição de práticas tidas como “civilizadas” legitimavam a expansão dos domínios europeus. Mesmo com a redução da presença direta de agentes da Igreja e do Estado em certos períodos, o impacto do processo cristianizador e civilizatório estendeu-se por séculos através das práticas fúnebres, conforme será analisado nos próximos capítulos.

Na Carta Ânua de 1695, escrita pelos padres Ascenso Gago e Manuel Pedroso, missionários jesuítas responsáveis pelo aldeamento dos Tabajaras na Ibiapaba encontra-se o registro histórico desse processo. Neste documento, relata-se que:

É esta nação dos Aconguaçus também gentio de corso. Habita aquela ponta da Serra de Ibiapaba, que fica mais vizinha ao mar. Nos costumes não diferem do Tapuia Reiirú. Não comem carne humana, mas os ossos dos seus defuntos os desenterram ao cabo de 6 meses e moídos e desfeitos os comem com mel de abelha, em sinal de amor

⁶⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas 2000 p 146

⁶⁸ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 1 v. p. 67.

que lhes têm. Costumam pratear os seus defuntos um ano inteiro; e os viúvos se não tornam a casar senão depois de ano.⁶⁹

O ato de consumir o corpo humano assume significados distintos no relato do Padre Gago. Em relação à morte, destaca-se a ausência da antropofagia mesmo entre os “gentios do corso”, isto é, indígenas não aldeados que não aceitavam a lógica da colonização. Isso ocorre pois, “diferente dos índios do sertão que viviam “no corso”, aos indígenas das aldeias eram “garantidas” a posse da terra e o “bom” tratamento das autoridades, de acordo com as diferentes legislações indigenistas no período colonial”⁷⁰. Para outros grupos, a morte possuía uma relação com a antropofagia na qual se desejava obter virtudes através da carne consumida. Já no ritual fúnebre do consumo dos ossos, havia o desejo de transcender a matéria para uma dimensão espiritual, definindo a maneira como esse grupo se relacionava com os corpos mortos.

O padre não detalha como os nativos pranteavam seus defuntos por um ano, nem quais rituais eram realizados nesse período. Entretanto, ao observarmos o combate dos missionários à poligamia indígena, torna-se relevante a anotação sobre o respeito do viúvo (ou viúva) em não contrair novo matrimônio imediatamente após a morte do parceiro.

Ascenso Gago, em seus relatos, busca inferiorizar os costumes dos indígenas da Ibiapaba e de seus entornos em diversos aspectos. Ele afirma, por exemplo, que estes são “depravadíssimos” em seus casamentos e desordenados em suas bebedeiras, criticando severamente o repúdio às mulheres e a poligamia. Além disso, o cronista sustenta que:

São supersticiosíssimos e crêem cegamente as mentiras dos seus pagés ou adivinhos; porém nesta parte vivem já muito emendados com a ajuda divina aos que conosco assistem, porque muitas vezes os temos convencidos com razões evidentes, mostrando-lhes as falsidades e embustres dos seus pagés, curando e dando são, por permissão divina, a muitos enfermos que os pagés nunca puderam sarar.⁷¹

⁶⁹ Carta Ânua do Padre Ascenso Gago e Manuel Pedroso de 1695, missionários jesuítas que aldearam os tabajaras na Ibiapaba. In PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena do Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Ana Lima, 2011. p 33

⁷⁰ MAIA, Lígio de Oliveira. **SERRAS DE IBIAPABA. De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial - Século XVIII**. Dissertação de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. p 29.

⁷¹ Carta Ânua do Padre Ascenso Gago e Manuel Pedroso de 1695, missionários jesuítas que aldearam os tabajaras na Ibiapaba. In PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena do Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Ana Lima, 2011. p 33

Muitas mortes eram precedidas por enfermidades que constituíam um campo discursivo e de ações vinculadas, também, ao universo espiritual, envolvendo questões de cura, vida e morte. Tendo em vista que a doença é compreendida como um processo de morte, seu combate e controle no contexto colonial ocorriam dentro do embate entre jesuítas e pajés/caraíbas — sendo que estes últimos perdiam credibilidade em seu próprio meio diante da ação missionária. A vida e a morte, tanto físicas quanto espirituais, são temas recorrentes nos relatos das diversas atuações jesuíticas na Ibiapaba. Ainda na Carta Ânua de 1695, os padres Ascenso Gago e Manuel Pedroso registram que,

Já tem o Céu recebido a principais desta nova cristandade, em 41 inocente que são mortos depois de recebida a água do batismo e muitos dêstes foram bautizados ins extremis. Como também 26 adultos que morreram bautizadose, quanto podemos colegir, bem dispostos. Um dêles foi uma índia velha bautizada e casada antigamente, pelos primeiros Padres que vieram a esta missão, a qual havia perto de 40 anos que, deixando o marido, vivia amancebada com outro, do qual tinha já filhos e netos. Adoeceu esta índia de se poder bulir por si, posta já no arcabouço sem outra figura que a da mesma morte. Tive notícias do estado em que estavam, visitei, amoestei-a a que se confessasse e tratasse de salvar a sua alma, pois da vida podia já ter nenhuma esperanças. (...) naquela tarde do dia em que a confessei, expirou, deixando-me mui consolado por estes sinais de sua predestinação.⁷²

O batismo indígena é uma das maiores conquistas da missão jesuíta, sendo essa ação exposta de forma numérica e constante como o grande marco da conversão dos nativos na Ibiapaba e em outras regiões do país. O batismo pode ser entendido como um “novo nascimento” do indígena para uma vida dentro do universo cristão. Contudo, esse sacramento não era necessariamente compreendido pelos indígenas da mesma forma que pelos missionários; para o nativo, sua aceitação poderia ser apenas um item de negociação para sobreviver ou obter benefícios diante do avanço da colonização. Afinal, “nas petições encaminhadas ao Rei, os aldeados identificavam-se pelo nome de batismo português e pela aldeia na qual habitavam”.⁷³

A visão da vida pós-morte ou da “boa morte” nos relatos de Gago e Pedroso iniciava-se com a aceitação do batismo. Este ato é entendido como um ritual de

⁷² Ibidem p. 41

⁷³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 99

passagem para a cristandade católica, garantindo o acesso aos “benefícios espirituais” da Igreja, segundo os inacianos. Outro ritual citado para a “boa morte” é a confissão; sobre esta, “segundo o texto tridentino, há uma necessidade de se aplicar o sacramento da Confissão tendo em vista que nem todos conseguem manter a santidade adquirida com o Batismo e por isso, é preciso ter outra forma de obter o perdão dos pecados, sendo a Confissão.”⁷⁴ No tocante ao batismo,

Os pajés proclamavam, então, que o "batismo matava", ao constatarem que os Índios morriam tão logo, logo recebiam os "santos óleos". Aos olhos dos índios, se o batismo dos padres lhes trazia a morte, - morte real e simbólica -, o rebatismo da santidade significava para eles a vida, - vida eterna na terra da imortalidade.⁷⁵

Não há registros de rebatismo na documentação analisada, mas a questão da confissão repete-se no relato dos padres Ascenso Gago e Manuel Pedroso na Ibiapaba. Os missionários narram o caso de uma indígena idosa que, muito doente, não conseguia mais falar; contudo, sob a atuação do jesuíta, ela recuperou a fala para se confessar e “pouco depois de absolta, se partiu desta vida para a Eterna, como se pode piamente crer.”⁷⁶ A recusa ao batismo, por outro lado, surge como forma de resistência e disputa entre o pajé e os jesuítas, que se colocavam como novos guias espirituais. Isso demonstra que a ocidentalização dos costumes envolveu relações de poder de lideranças que buscavam angariar adeptos. E,

Para que a visão do batismo como instrumento de morte fosse disseminada e consolidada entre os índios, foi primordial a participação dos feiticeiros, figuras respeitadas, que exerciam um tipo de domínio tradicional nas comunidades indígenas.⁷⁷

O autor ainda aborda a morte de crianças logo após o batismo in extremis. Devido ao falecimento dos infantes logo após o ritual, muitos indígenas recusavam o

⁷⁴ MOTA, Jaqueline Ferreira da. **A confissão tupi: a problemática dos confessionários jesuítico-tupi nos séculos XVI-XVIII nas missões do Grão-Pará e Maranhão e do Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. p 46

⁷⁵ VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios - Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 p 121

⁷⁶ Carta Ânua do Padre Ascenso Gago e Manuel Pedroso de 1695, missionários jesuítas que aldearam os tabajaras na Ibiapaba. In PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena do Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Ana Lima, 2011 p. 41-42

⁷⁷ SEMEÃO, Lucas de Almeida. **Prática batismal e os cuidados com o corpo e com a alma no Brasil colonial (séculos XVI e XVII)**. Oficina do Historiador, 15. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2022.1.41788>. Acessado em: 05 Set 2023

batismo por associarem essa prática à piora do quadro de saúde e à consequente morte.

O ato da confissão também não era aceito de forma automática pelos nativos, visto que estes associavam a presença europeia, às mazelas que enfrentavam. Assim, muitos seguiam as orientações de seus pajés e caraíbas, que eram combatidos pelos inacianos, como já citado. Morte e cura eram relatadas como espaços de conversão e de construção da imagem da salvação para os indígenas que as aceitavam. Ainda na carta de Gago e Pedroso, descreve-se que:

Outro índio, mancebo e robusto, adoeceu de sezões ou maleitas, as quais não obedecendo a remédios algum dos que naquêlê Sertão se lhe podiam aplicar, veio a definhar-se tanto que parecia o retrato da morte. Em todo o tempo da doença o catequizei e instruí, exortando-o que se bautizasse, porém nunca o quis fazer, dizendo que os doentes que se baptizavam logo morriam; fundava-se em que as crianças que bautizavamos in extremis não escapavam com vidas nem se satisfaziam de rezão alguma das muitas que sobre esta sua mal fundada rezão lhe dava.⁷⁸

A recusa ao batismo e ao casamento monogâmico, os ataques a igrejas, a manutenção de práticas religiosas próprias e a expulsão de padres figuram entre itens de resistência, mas também de aceitações negociadas conforme interesses e contingências. Vida e morte contrastavam-se de forma física e simbólica nas relações entre indígenas e as ações católicas, que buscavam desacreditar as práticas de cura nativas, apresentando o batismo, a catequese e a confissão como recursos para a possível cura do corpo e da alma.

A região da Ibiapaba, no período colonial, foi administrada pela capitania de Pernambuco e do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Este último foi criado em 1621 com capital em São Luís e que,

Mesmo sem definição formal, estamos falando de uma área que corresponderia mais ou menos aos atuais Estados “brasileiros” de Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Tocantins, Piauí Maranhão e Mato Grosso (ao Norte do paralelo 16°). Além disso, em certos períodos do

⁷⁸ Carta Ânua do Padre Ascenso Gago e Manuel Pedroso de 1695, missionários jesuítas que aldearam os tabajaras na Ibiapaba. In PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena do Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Ana Lima, 2011 p. 42

século XVII também fazia parte do Maranhão o Ceará, este último considerado a fronteira natural do Estado do Brasil.⁷⁹

A Ibiapaba era a fronteira norte deste limite entre o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil, com capital em Salvador. O Ceará foi administrado pelo domínio do Estado do Maranhão e Grão-Pará até 1656, quando passou para o Estado do Brasil, sob a jurisdição de Pernambuco. Como lugar fronteiro, a Ibiapaba tinha sua importância geopolítica, tendo sido alvo de ocupação francesa e presença holandesa, além de lugar de recrutamento de indígenas como força de guerra. Somando-se às disputas militares e geopolíticas, também podemos dizer que houve disputas espirituais, quando o catolicismo enxergou a ameaça dada pela conversão de indígenas ao protestantismo holandês. O relato de Vieira é flagrante ao afirmar que a Ibiapaba era a “Babel das seitas do norte”.

O processo de ocidentalização da Ibiapaba vinculou-se às ações da Igreja Católica e menos à atuação do Estado português. Nesse contexto, a missão jesuítica, através do processo de cristianização da Ibiapaba, vai paulatinamente modificando os modos de vida, os saberes e as cosmologias das populações indígenas da província. Os missionários permanecem até o estabelecimento da política pombalina, que determinou a extinção dos aldeamentos administrados pelos inacianos, que

Em 1759 quando foram expulsos os Padres da Companhia os bens administrados pelos jesuítas na missão da Ibiapaba compunha-se de quatro fazendas de gado a saber: a da Imbueira, a da Missão, a da Tiaya e da Pitinga, com um total de 4.709 cabeças de gado vacum, 470 de gado cavalari e 200 de gado meudo conforme registro seguinte⁸⁰

As mudanças decorrentes da ocidentalização da Ibiapaba estão presentes nas relações de consumo, de produção e de trabalho. A proliferação de fazendas e o aumento do rebanho evidenciam uma nova lógica de saberes e fazeres que os povos indígenas passam a vivenciar, especialmente com a introdução de animais que, originalmente, não faziam parte de sua cultura.

⁷⁹ CARDOSO, Alírio. **A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica** (1596-1626). Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000100016>. Acessado em 12 Ago 2023

⁸⁰ MARTINS Vicente. **O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba**. In: In Revista do Instituto Histórico do Ceará Fortaleza ANNO XLII – 1928 p. 118

A obra “Relação da Missão da Ibiapaba”, do Padre Antônio Vieira, aborda o período colonial ao tratar de diversos temas culturais e geopolíticos. Destaca-se, no texto, a menção aos indígenas oriundos de Pernambuco e “convertidos” ao protestantismo batavo, bem como a distinção etnográfica entre Tupis e Tapuias e suas respectivas práticas antropofágicas:

É toda esta costa cheia de muitos baixos, que com o vento e correntes das águas se mudam frequentemente; e foram muitos os navios de diferentes nações que aqui fizeram naufrágio, os quais eram despojos da cobiça, da crueldade e da gula dos tobajarás, porque tudo o que escapava ao mar vinha cair em suas mãos, roubando aos miseráveis naufragantes as fazendas, tirando-lhes as vidas, e comendo-lhes os corpos. (...) Esta era a vida bárbara dos tobajáras de Ibiapaba, estas as feras que se criavam e escondiam naquelas serras, as quais foram ainda mais feras depois que se vieram a ajuntar com elas outras estranhas, e de mais refinado veneno, que foram os fugitivos de Pernambuco.⁸¹

Ao visitar a Ibiapaba em 1660, décadas após as incursões dos padres Pinto e Figueira, Antônio Vieira descreve a importância dessa região tanto para a Igreja quanto para o Estado português, que permanecera décadas sem a presença lusa, especialmente após a ocupação holandesa no Nordeste. A antropofagia é um aspecto da dinâmica da morte na cultura indígena no Brasil colonial que evidencia as particularidades de certos grupos e a ritualização das disputas simbólicas com os europeus; além disso, aponta para as características da visão dos colonizadores, em particular dos religiosos:

Os jesuítas não forneceram um mapeamento dos costumes indígenas, mas do “pecado” e das possibilidades de afastá-lo para a finalidade máxima da existência humana: alcançar a salvação da alma. As histórias de canibalismo remetem-se sempre a este fim, funcionando alegoricamente como discurso moral, ou melhor, como ato de escrita devocional e edificante.⁸²

A Coroa portuguesa e a Companhia de Jesus enxergaram a necessidade da presença jesuítica para combater a “vida bárbara” dos Tabajaras e a influência holandesa sobre os indígenas “protestantes”. Em um Ceará onde,

⁸¹VIEIRA, Antônio. Sermões XVII. **Relação da Missão de Ibiapaba**. Erechim: EDELBRA, 1998.p 368-369

⁸² AMARAL, Luz Guilherme. **Carne Humana: a retórica do canibalismo na América portuguesa quinhentista**. Campinas- SP. 2003. p. 63

No século XVII, a capitania do Ceará era uma região de passagem e de defesa, uma área simbolicamente construída de demarcação militarizada através da criação e manutenção de fortes, por exemplo. Essa situação permanecera de modo mais ou menos semelhante tanto para a Coroa portuguesa quanto para comandantes holandeses - nos breves intervalos em que as Províncias Unidas dos Países Baixos ocuparam o Ceará (entre 1637-1644 e 1649-1654).⁸³

Vieira, ao tratar da Ibiapaba, escreve evidenciando preocupações da geopolítica da época, visto que a presença holandesa estava intimamente interligada à defesa e expansão do catolicismo na América e, em especial, na Ibiapaba. O autor escreve em defesa do Estado e da religião católica, que se “misturavam” na colonização diante da ameaça concreta dos holandeses e de indígenas “aliados” ou “convertidos” ao protestantismo batavo. O questionamento dos nativos em relação à ritualística cristã revela os embates e a rejeição à cultura europeia, evidenciando como os indígenas enxergavam a vida e a morte:

Por outra via, tinha já procurado o demônio tirar-lhes do pensamento a fé e temor do inferno, espalhando entre eles um erro apazível semelhante à fábula dos Campos do Elísios, porque dizem que os três principais das aldeias da serra têm debaixo da terra outras três aldeias muito formosa, onde vão depois da morte os súditos de cada um, e que o abaré, ou padre, que lá tem cuidado deles, é o padre Francisco Pinto, vivendo todos em grande descanso, festas e abundância de mantimentos.⁸⁴

O pós-morte, nessa perspectiva, manteria os indígenas em suas aldeias; isto é, permaneceriam dentro de sua cultura original e não teriam que “viver” no Céu ou Inferno apresentados pelos missionários. Nota-se, mais uma vez, uma reconfiguração da doutrina católica a partir da forma como os nativos enxergavam o mundo na época. É possível perceber na escrita de Vieira a crítica à constatação de que os indígenas possuíam um “lugar” próprio para seus mortos, onde viveriam de modo análogo ao Céu católico. Dando continuidade ao relato, Vieira detalha a explicação dos indígenas acerca da vida após a morte,

e, perguntados donde tiveram esta notícia, e se lhes veio algum correio de outro mundo, alegam com testemunha viva, que é um índio muito antigo, e principal entre eles, o qual diz que, morrendo da tal doença

⁸³MAIA, Lício de Oliveira. **SERRAS DE IBIAPABA. De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial - Século XVIII.** Tese (Doutorado em História)- UFF, Niterói, 2010. p. 31

⁸⁴ Ibidem p. 388

que teve, fora levado às ditas aldeias; por sinal que uma se chama Ibirupiguaia, outra Inambuapixoré, a terceira Anhamari, e que lá vira todos os que antes dele haviam morto, e entre eles a sua mulher, a qual o não quisera receber, a pelejaram com ele por ir desta vida sem levar um escravo a servisse, e que depois disto tornara a viver.⁸⁵

A relação em torno da morte e da vida faz-se bem peculiar no trecho citado, tendo em vista que o indígena teria "entrado" em contato com o mundo dos mortos, rompendo com a vida concreta e com a impossibilidade de transitar entre esses mundos. Também podemos associar esse relato às disputas de poder entre a ritualística cristã e a indígena, no tocante ao trânsito entre o mundo dos vivos e o dos mortos. Na concepção exposta, os indígenas viam o pós-morte como um lugar de libertação de sofrimentos, ressaltando a inexistência da escravidão que os vitimava; esse "lugar", contudo, possuía características de sua vida concreta na terra, como a existência de aldeias. Esta visão demonstra a força e o dinamismo da cultura fúnebre, revelando um imaginário carregado de simbolismos e reapropriações das realidades que vivenciavam. Vieira continua com sua visão etnocêntrica, afirmando que,

O índio por sua pouca malícia, parece incapaz de haver composto esta história, e, assim, julgam os padres que foi sem dúvida ilusão do demônio para o enganar a ele, e por meio dele aos outros, e, quando menos, para pôr em opiniões um ponto tão importante como o do inferno.⁸⁶

A influência do demônio, segundo Vieira, é a explicação recorrente para os pensamentos e ações dos indígenas em todo o texto da “Relação da Missão da Ibiapaba”. O missionário registra uma luta constante para “extirpar” o mal do convívio nativo e convertê-los em cristãos civilizados. As figuras do demônio e do inferno são utilizadas para explicar, converter, ameaçar e incentivar comportamentos específicos. Como parte da missão jesuítica consistia em livrar o homem da condenação eterna, a recusa desse discurso por parte dos indígenas acabava por torná-los indivíduos “demonizados” aos olhos do cronista.

O processo de ocidentalização na região da Ibiapaba revelou-se contínuo, sustentado pela presença permanente dos europeus. Mesmo após o declínio da

⁸⁵ Ibidem p. 389

⁸⁶ Ibidem p. 390

autoridade religiosa na administração local, a região permaneceu sob controle laico, consolidado pela imposição do Diretório Pombalino, que

O programa de civilização dos ameríndios imposto pelo Diretório dos Índios (1755-1758) significou uma mutação na doutrina missionária de justificação da colonização portuguesa, concretizada pela transferência do controle direto das populações indígenas das ordens religiosas para os poderes civis e episcopais. A nova legislação impunha a substituição dos missionários por párocos colados, a outorga de direitos municipais às aldeias e a demarcação das sesmarias indígenas, o estímulo à produção agrícola e artesanal, o uso obrigatório da língua portuguesa⁸⁷

A região da Ibiapaba insere-se no processo de secularização com a política de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. No contexto do conhecido despotismo esclarecido⁸⁸, que foi a adoção de medidas na tentativa de conciliar o absolutismo com o iluminismo em expansão. Neste cenário, a religião católica e, em especial, os jesuítas foram alvo de diminuição do seu poder. A racionalidade da administração, na procura de gerar mais renda para Portugal, propiciou um novo modelo de gestão dos aldeamentos. Estes, contudo, não deixam de ser vistos como espaços de trabalho “civilizatório”; isto é, os indígenas continuavam tutelados como elementos úteis tanto para o trabalho quanto para a atuação em conflitos contra outros grupos indígenas considerados hostis à colonização.

A educação, nesse contexto, configurava-se como uma das principais preocupações do Diretório Pombalino, sendo concebida como um instrumento do projeto civilizador imposto pela Coroa portuguesa. Essa política determinou a conversão das antigas aldeias indígenas em vilas, as quais passaram a ser geridas por um diretor leigo, deixando de submeter-se à tutela dos clérigos jesuítas. Isso porque, “a educação indígena passava pela compreensão dos neófitos aos preceitos da Religião Católica e da disciplina do trabalho, cujo objetivo era assimilar os índios ao mundo ocidental e cristão do Antigo Regime português”⁸⁹. O ensino da língua portuguesa, foi um dos itens que marcaram a política pombalina no tocante a ocidentalização das populações autóctones do Brasil.

⁸⁷ KANTOR, Iris. **A Academia Brasílica dos Renascidos e o governo político da América Portuguesa (1759)**. Revista da História das Ideias, v. 24, p. 51-83, 2003. Disponível em: https://app.docvirt.com/mi_bibliografico/pageid/127998. Acesso em: 21 jan. 2023. p. 324

⁸⁸ Ver: FALCON, Francisco José Calazans. **Despotismo Esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986.

⁸⁹ MAIA, Lício de Oliveira. **SERRAS DE IBIAPABA. De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial - Século XVIII**. Dissertação de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010 p. 253

O Ceará, em particular a região da Ibiapaba, foi profundamente marcado pela atuação das missões jesuíticas e pela implantação do Diretório Pombalino, ambos compreendidos como instrumentos de disciplinamento espacial, social e político. A Ibiapaba destacou-se pela presença significativa dessas duas formas de controle, sendo que o Diretório, mesmo após sua revogação oficial em 1798, não desapareceu completamente.

No século XIX, seus mecanismos continuaram a operar em determinadas regiões do Brasil e do Ceará, ainda que esvaziados da dinâmica característica do período colonial. No caso cearense, o Diretório foi reativado em 1840, motivado por demandas relacionadas à escassez de mão de obra e à necessidade de disciplinamento dos povos indígenas. Como observa João Paulo Peixoto Costa ao analisar a documentação da vila de Viçosa, essa reativação revela a persistência de práticas coloniais sob novos enquadramentos legais e administrativos. Conforme afirma Costa,

Percebe-se que a intenção de reativar o Diretório servia apenas para reagregar os índios em espaços próprios, de modo a facilitar seu fornecimento para o trabalho nas propriedades. Os objetivos do governo e a expectativa dos vereadores de Viçosa apontavam exclusivamente para o controle da população indígena e seu pleno aproveitamento enquanto mão-de-obra, sem que estes readquirissem um estatuto especial ou os antigos privilégios do Antigo Regime. As autoridades municipais da antiga vila de índios passaram longe de cogitar que lideranças indígenas voltassem a ocupar cargos na câmara. A lei setecentista em plena década de 1840 não se configurava apenas como uma “herança” arcaica, mas era operacionalizada a serviço de interesses políticos e econômicos.⁹⁰

Ao transitar do projeto catequético do “indígena cristão” para o modelo do “indígena vassalo e trabalhador”, o foco da política estatal passou a ser o disciplinamento desses sujeitos com vistas à sua contribuição para o progresso da nação. O agrupamento desses indivíduos em vilas configurava-se como uma estratégia facilitadora de sua mobilização para as atividades agropecuárias. Em uma província caracterizada pela escassez de mão de obra escravizada de origem africana, o braço indígena revelava-se essencial para a produção das fazendas locais. Assim, a dita “liberdade” e a civilidade do nativo estavam estritamente vinculadas à

⁹⁰ COSTA, João Paulo Peixoto. **Na lei e na guerra: política indígena e indigenista no Ceará (1798-1845)** Teresina: EDUFPI. 2018. p. 114

sua submissão ao trabalho e aos ideais de desenvolvimento econômico, perpetuando, sob uma nova roupagem, a lógica de exploração colonial adaptada às demandas do período.

A Ibiapaba agrícola do século XIX possuía peculiaridades marcantes, decorrentes de suas condições geográficas e climáticas singulares (as quais a distinguiam da maior parte do semiárido cearense). Contudo, essa singularidade ecológica não isentava a região dos discursos estigmatizantes que associavam o interior do Ceará ao atraso e à barbárie, preconceito este fortemente alimentado pela expressiva presença indígena em seu território.

1.2 Ibiapaba, Ceará no Século XIX: Economia e sociedade.

Sob o aspecto econômico e social o Ceará viveu um período de relativo isolamento por ser uma região subordinada à Capitania de Pernambuco, da qual se emanciparia apenas em 1799. Ao longo desse processo, autoridades estatais e religiosas, tanto portuguesas quanto brasileiras, empenharam-se continuamente em promover uma ocidentalização mais efetiva da província. No século XIX, sob a égide da formação dos Estados nacionais, prevaleceu a busca por uma racionalidade burocrática voltada ao progresso econômico, ao aproveitamento das riquezas naturais e à integração territorial. Tais elementos eram considerados fundamentais para a consolidação da unidade nacional no período pós-independência, visto que,

Independentemente do papel atribuído à colonização portuguesa ou às culturas indígenas na gênese do novo país, para uns e outros era ao Estado que competia, em meados do século XIX, a missão histórica de criar uma civilização nos trópicos. E esta civilização, pelo simples fato de se situar nos trópicos, deveria constituir uma síntese dinâmica e *sui generis* de elementos europeus e americanos. A identidade nacional passava a residir, não em qualquer essência atemporal, ou numa simples oposição à antiga metrópole, mas num processo - ou, melhor, num projeto - cujo sujeito e impulsionador era o Estado, representado pelo imperador. Promotor da modernidade, portador da cultura, da técnica e do progresso europeus, o Estado, apoiado pelo círculo restrito de cidadãos cultos, tinha como tarefa organizar e disciplinar uma natureza inculta, na qual se incluíam aqueles setores da população que até então tinham estado excluídos do processo civilizatório⁹¹

⁹¹ ROWLAND Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003 (Estudos Históricos, 50) p. 382

Embora o século XIX tenha buscado implementar um novo modelo civilizacional baseado na racionalidade e na cientificidade, esse projeto continuava a tomar a o Velho Continente como referência, perpetuando uma lógica colonial na relação com o Brasil. O Estado brasileiro, ainda que almejasse se desvincular do domínio político europeu, mantinha-se atrelado à Europa por meio de influências culturais e da dependência econômica. O desejo de alcançar maior autonomia e reconhecimento no cenário internacional impulsionou a adoção de transformações socioculturais no cotidiano da população, voltadas à “conversão” de indígenas aos padrões de modernidade impostos por potências europeias, como Inglaterra e França, que detinham significativa hegemonia naquele período. No Ceará, o projeto de ocidentalização oitocentista se desenvolveu de forma gradual, refletindo tanto as especificidades regionais quanto as tensões entre tradição e modernidade, de forma que,

A rede urbana, do início do século XIX, seguiu os caminhos naturais do sertão, trilhados primeiramente pela população indígena, mas também pelos vaqueiros, pelos representantes da Igreja e, por fim, pelo próprio Estado português. A conquista e a fixação foram pautadas por uma rede de consensos e intrigas. Os diversos agentes uniram-se das mais diversas formas e em tempos diferenciados, transformando o espaço. Alternam-se Estado e Igreja, Igreja e fazendeiros, fazendeiros e Estado, o Estado e os índios, marcando suas presenças no território, alterando lentamente, por todo o século XVIII, a paisagem natural do sertão e do litoral do Ceará.⁹²

O Ceará do século XIX e, por extensão, a região da Ibiapaba estavam inseridos no processo de construção do Estado Nacional brasileiro. Este, ao ser gestado nos âmbitos político, administrativo e econômico, enfrentava o desafio de forjar uma identidade *sui generis*, que adaptasse as características americanas ao modelo civilizatório europeu. O Oitocentos foi marcado pelo esforço de construção e consolidação das instituições imperiais; nesse cenário, tanto o Ceará quanto a Ibiapaba tiveram papel ativo, inclusive com a participação de seus contingentes na Batalha do Jenipapo.⁹³ que defendia a independência das provinciais do norte. Simultaneamente, irá contestar o poder estabelecido nos pós-independência com a

⁹² JUCÁ NETO, C. R. **Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 20, n. 1, p. 133–163, jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100006>. Acessado em: 24/01/2025

⁹³ Ver: COSTA. PEIXOTO João Paulo. **Na lei e na guerra: política indígena e indigenista no Ceará (1798-1845)** Teresina: EDUFPI. 2018

participação na Balaiada, revolta popular iniciada no Maranhão que se estendendo pelo Piauí, chegou até a Ibiapaba. Pois em “1 de julho - Os balaios apoderam-se de S. Pedro de Ibiapina”⁹⁴.

Mesmo localizadas em regiões periféricas em relação aos grandes centros do Império, essas áreas não ficaram alheias aos debates e conflitos em torno da formação do Estado nacional. O Ceará, articulado com as elites pernambucanas, teve participação ativa na Confederação do Equador (1824), movimento que se insurgiu contra o centralismo político de D. Pedro I e o modelo constitucional autoritário imposto pela Carta Outorgada de 1824. Onde, “aos vinte seis dias do mez de Agosto de mil oitocentos vinte e quatro, 3.º da independência e 1.º da Liberdade do Brasil, e confederação das províncias unidas do Equador, n'esta cidade da Fortaleza, capital do Ceara”.⁹⁵

No campo econômico, a província tinha como base a agricultura de subsistência, a pecuária e a cotonicultura, sendo estas duas últimas as atividades que mais influenciaram a conformação do espaço, as dinâmicas socioculturais e o processo de ocidentalização das relações de trabalho, consumo e produção. Pois Girão atenta para o fato de que, “a pecuária e o algodão ainda eram as duas maiores colunas do edifício da riqueza cearense.

Outros produtos passaram a reforçá-las, tais como a oiticica, a mamona, o café, o caju, os minérios”⁹⁶ O autor acrescenta a cera de carnaúba como produto de valor comercial, enquanto o viajante Daniel Parish Kidder reforça sua importância ao identificar que, “prolifera nesta província, em grande abundância, a carnaubeira (*coriphæra cerifera*). (...) Ao sertanejo ela fornece alimento, roupa e abrigo. Além de seu fruto comestível, o palmito que produz no topo é grande e delicioso”⁹⁷. “Ainda no século XVIII, a atividade pecuarista passou a investir na produção das chamadas carnes preparadas — especialmente o charque — como forma de agregar valor à criação de gado nas regiões litorâneas. Conforme observa Raimundo Girão, essa transição foi motivada pela,

⁹⁴ STUART, Barão de. **Datas e factos para a história do Ceará**. Edição fac-sim.- Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 2001. p 116

⁹⁵ Ibidem p. 20

⁹⁶ GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1984 p. 259

⁹⁷ KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte**. Brasília: Senado Federal. 2008 p. 176

A impossibilidade de concorrer comercialmente com os rebanhos oriundos dos sertões da Capitania e de suas vizinhas faz com que os fazendeiros da área litorânea, já a partir da primeira metade do século XVIII passem a exportar seu gado abatido transformado em carne-seca salgada e em couro. Surgiram, assim, no Ceará, as fábricas de beneficiar carne, as chamadas Oficinas, Charqueadas ou Feitorias, instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú estendendo-se depois ao Parnaíba, no Piauí, e ao Açu e Mossoró, no Rio Grande do Norte.⁹⁸

Além da busca por alternativas econômicas, é fundamental considerar as condições geográficas favoráveis à secagem e à conservação por meio da salga. Entre esses fatores, destacam-se a alta insolação, a disponibilidade de sal e a ação constante dos ventos, bem como a existência de rotas marítimas que possibilitavam o escoamento da produção para outras capitanias, como Pernambuco e Bahia.⁹⁹

No que se refere à atividade pecuarista na formação do Ceará e de outras províncias do Nordeste, destaca-se a contribuição de Capistrano de Abreu. Em sua análise da história colonial, ele ressalta a relevância da pecuária para a ocupação territorial, para a consolidação de práticas mercantilistas e para a conformação sociocultural do sertão. Abreu enfatiza, ainda, o papel do couro na dinâmica cotidiana, refletindo a centralidade do gado como elemento estruturador da vida social. Conforme afirma o autor, foi nesse período que se consolidou a “civilização do couro”, onde o animal fornecia desde o vestuário até o abrigo e o sustento, e

Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.¹⁰⁰

⁹⁸ GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Charqueadas**. In: Revista do Instituto do Ceará – ANNO CX – 1996 pp. 72

⁹⁹ Ver. NOBRE, Geraldo. **As oficinas de carnes do Ceará: Uma solução local para uma Pecuária em crise**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977.

¹⁰⁰ ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília. Senado Federal – Conselho Editorial. 1998. pp. 135

A pecuária configurou-se como a primeira iniciativa econômica europeia de larga escala a exercer impacto significativo sobre o território cearense. Desenvolvida por colonos e ordens religiosas, a exemplo da já mencionada Companhia de Jesus, essa atividade caracterizou-se pela criação extensiva de gado, especialmente às margens dos principais rios. Nesse sentido, a pecuária desempenhou um papel central na configuração do espaço geográfico, orientando os fluxos de ocupação e estruturando a organização socioeconômica local sob a lógica do sistema colonial, pois permitiu a interiorização da presença europeia para além da faixa litorânea,

Dos núcleos de povoamento oriundos das fazendas de gado e que estavam sob influência das estradas das boiadas, surgiu a maioria das vilas do Ceará que corresponderam a unidades territoriais com relativa autonomia política e administrativa.¹⁰¹

É preciso considerar o baixo valor agregado da pecuária em comparação à agroindústria açucareira e à mineração, setores que concentraram a riqueza no Brasil Colônia. No Ceará, tais atividades foram inviabilizadas por limitações naturais, como o clima semiárido e a reduzida fertilidade dos solos. Essa condição técnica e geográfica relegou a região a uma posição periférica nos cenários econômico e político nacionais durante a Colônia e o Império. No que tange à demografia das vilas, essa dinâmica de marginalização reflete-se nos dados de 1897, que demonstram

TABELA 01- Municípios e População Província 1897

Municípios	POPULAÇÃO
Fortaleza	9.624
Aquiraz	9.527
Aracaty	5.333
<i>São Bernardo</i>	<i>10.787</i>
<i>Icó</i>	<i>17.698</i>
<i>Crato</i>	<i>11.735</i>
Campo Maior	6.515
São João do Príncipe	7.560
<i>Sobral</i>	<i>14.629</i>
Granja	4.924
Villa Nova d'El Rei	7.623
Arronches	1.415
Messejana	1.570

¹⁰¹ DA SILVA, V.; AMARO GOMES DE ALENCAR, F. **FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CEARÁ: DAS 16 VILAS ORIGINAIS AOS 184 MUNICÍPIOS ATUAIS** - DOI 10.5216/bgg.v35i1.35484. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 35, n. 1, p. 53–69, 2015. DOI: 10.5216/bgg.v35i1.35484. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/35484>. Acesso em: 28 jul. 2025.

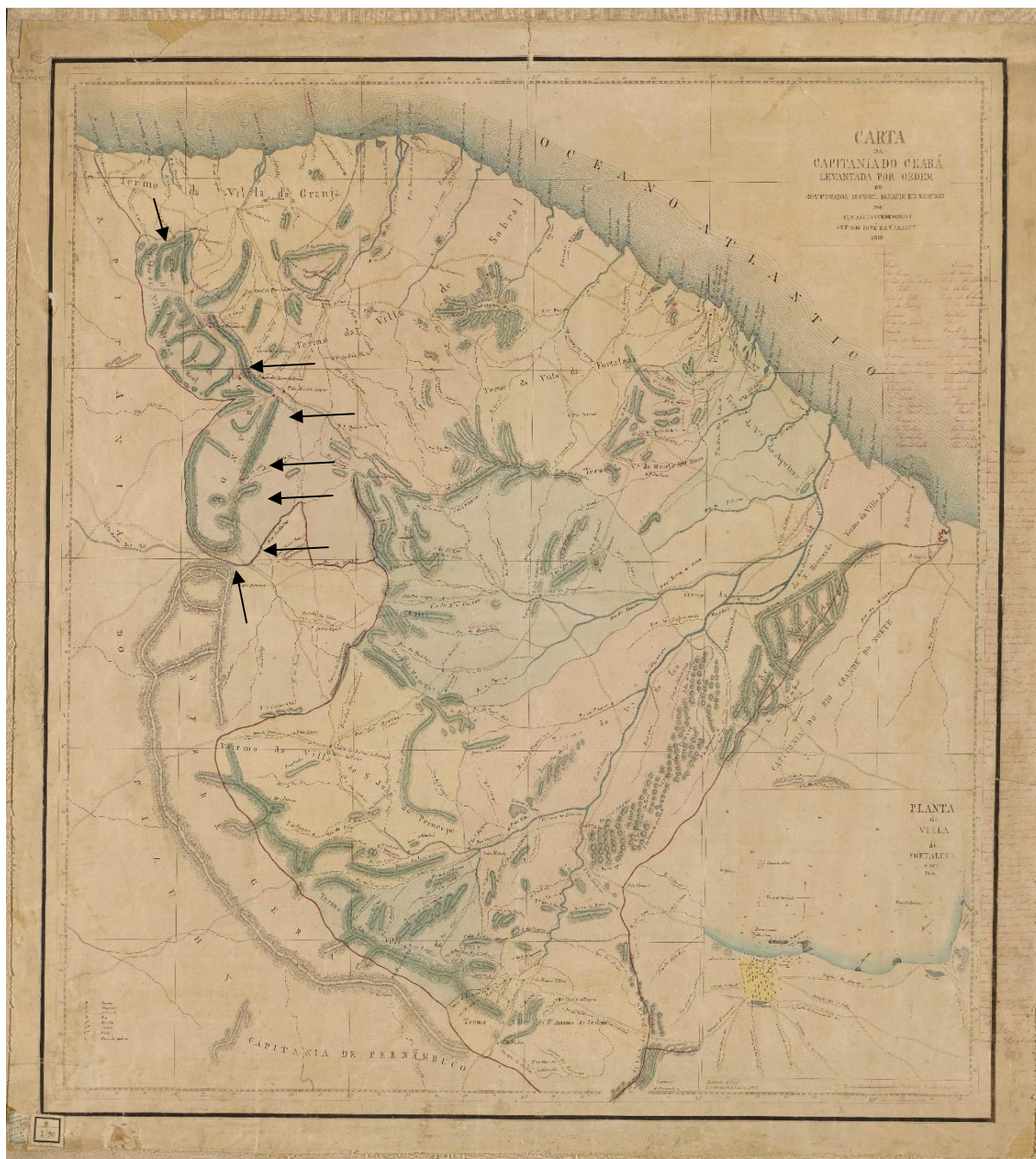
Soure	727
Monte-mor-novo	2.745
<i>Viçosa Real</i>	7.934
Monte-mor Velho	311
Almofada	1.011
<i>São Pedro de Ibiapina</i>	4.170
Total	125.838

Fonte: MENEZES, Luiz Barba Alardo de. *Memória sobre a Capitania Independente do Ceará*. (Separata da Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 11, T. 11, 1897, p. 36-60). In: **Documentação Primordial sobre a capitania Autônoma do Ceará**. Ed. Fac-similar de Separatas da Revista do Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. pp. 52-53.

As vilas com maior concentração populacional no território cearense estavam, em grande medida, associadas à atividade pecuarista, como nos casos de Sobral, Icó, Crato e São Bernardo (atual Russas) — localidades que se destacavam como polos de criação ou entrepostos estratégicos nas rotas das boiadas. Paralelamente, nota-se na cartografia do período o crescimento de Fortaleza e Aquiraz, centros urbanos que ganharam proeminência impulsionados pela expansão da economia algodoeira.

Também desperta atenção a presença de duas vilas na região da Ibiapaba com densidade populacional expressiva, a despeito da ausência de um dinamismo econômico voltado à grande produção ou à exportação. No caso de Viçosa, por exemplo, o contingente populacional remonta às comunidades indígenas originárias do antigo aldeamento jesuítico ali estabelecido. Na cartografia da época, a Ibiapaba sobressai tanto por seu relevo quanto por sua função de marco divisório da província. As vilas que faziam fronteira com essa região eram Granja, Sobral e São João do Príncipe (atual Tauá). Na carta geográfica de Antônio José da Silva Paulet, elaborada em 1818 sob o governo de Manuel Inácio de Sampaio, observa-se

FIGURA 01- Carta Capitania do Ceará



Fonte: SILVA Paulet, Antonio José da. **Carta da capitania do Ceará levantada por ordem do governador Manoel Ignácio de Sampaio.** Disponível em: <https://bdilb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14166>. Acessado em: 27 Abri 2024 (Grifo nosso)

As vilas do Ceará podem ser classificadas conforme suas origens: aquelas formadas por missões jesuíticas e as decorrentes da atividade pecuarista. Essa organização espacial revela as prioridades do domínio português: enquanto as “vilas de brancos” serviam aos interesses econômicos, especialmente vinculados à pecuária, as “vilas de índios” funcionavam como instrumentos de controle social e territorial. Estas últimas tinham como objetivo restringir o acesso das comunidades

autóctones à terra, uma vez que estas eram vistas como empecilho à produção econômica; se bem administradas, tais populações deveriam fornecer mão de obra. A geografia colonial, portanto, não foi obra do acaso, mas um reflexo da lógica de exploração e reorganização do espaço conforme os desígnios metropolitanos. Como afirma Neto,

Até os primeiros anos do século XIX, com exceção de Aquiraz e Fortaleza, localizadas no litoral, as demais vilas de brancos fundadas situavam-se em pontos estratégicos para produção, reprodução e circulação da atividade da pecuária. Assentavam-se nos cruzamentos das estradas das boiadas e na foz dos principais rios da capitania: os rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú. Pelo lugar geográfico das vilas, confirma-se o interesse português pela atividade produtiva (...) As vilas de índios de Messejana, Soure (atual Caucaia) e Arronches (atual Parangaba) foram implantadas próximas da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, onde já existiam pequenas missões estabelecidas pelos inacianos. Já as vilas do Crato e de Monte-mor o Novo d'América (atual Baturité) estavam situadas no sopé das serras do Araripe e de Baturité. A missão da Ibiapaba, futura Vila Viçosa Real (atual Viçosa), fora implantada na serra da Ibiapaba.¹⁰²

Mais do que simples aglomerados populacionais, as vilas funcionavam como instrumentos de controle, estrategicamente posicionadas para dominar povos, rotas comerciais e recursos naturais. A análise desses assentamentos revela tensões: as “vilas de brancos” eram pilares da exploração, ao passo que as vilas indígenas, em contraste, revelavam tentativas complexas de resistência ou adaptação dentro de um sistema de expansão de moldes ocidentalizados.

A cotonicultura, por sua vez, passou a integrar a economia cearense e a promover sua inserção na economia mundial, servindo como alternativa para as elites locais nos moldes mercantilistas, embora essa cultura já fizesse parte do cotidiano dos indígenas e fosse utilizada por eles para a produção têxtil artesanal muito antes da exploração comercial,

assim posto, o algodão cearense representava a matéria-prima para a Revolução Industrial, porém apenas como um fornecedor de pouca expressão. Por meio do algodão eram produzidos e exportados tecidos para o mundo todo, a partir dos portos da Inglaterra. As

¹⁰² NETO Clovis Ramiro Jucá. **Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, 20(1), 133–163. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100006>. Acessado em: 21 mar 2025

exportações de algodão pelo Porto de Fortaleza aumentaram substancialmente a partir da segunda metade do século XIX.¹⁰³

A inserção do Ceará na economia mundial não gerou benefícios expressivos o suficiente para elevar a província a uma posição de destaque político, seja na região Nordeste ou no cenário nacional. Tal limitação deveu-se, em grande medida, à fragilidade de sua pauta exportadora, severamente pressionada pela concorrência internacional — sobretudo a produção algodoeira dos Estados Unidos. Rodolpho Theóphilo registra esse cenário de vulnerabilidade ao escrever que “o algodão, a nossa mais importante indústria agrícola, elevou-se a um preço nunca visto. Na guerra dos Estados Unidos chegou a dar 30\$000 por 15 kilos. Hoje, elevou-se a mais 50%!”¹⁰⁴.

O tradicional binômio econômico cearense, gado e algodão, embora impulsionado pela valorização da fibra no mercado internacional, não foi suficiente para promover um expressivo avanço econômico e social na província. Ao longo do século XIX, o Ceará permaneceu como uma região de limitada relevância política e econômica no contexto nacional. A convivência entre ambas as atividades era marcada por uma estreita complementaridade: enquanto a cotonicultura fornecia alimento para o gado (através do caroço), as fazendas pecuaristas não ofereciam resistência à introdução do cultivo algodoeiro em seus domínios. De forma que,

Esta associação, aliás, processou-se nas demais lavouras algodoeiras no Nordeste, dando origem ao que se convencionou chamar de binômio boi-algodão, que passaria a dominar a paisagem tanto do Sertão como do Agreste. O algodoeiro, longe de prejudicar a pecuária trouxe, ao contrário, benefícios para a atividade, sob diversos aspectos. De fato, da planta do algodoeiro obtinham-se as sementes que, após a extração do óleo, forneciam a torta, que é um excelente alimento para o arraçoamento dos bovinos. De outro lado, após a colheita do algodão o gado era colocado a pastar nos restos das demais culturas com as quais o algodão era consorciado. Desta forma, a malvácea conciliou perfeitamente o interesse dos pecuaristas que, para ela, passaram a se voltar com toda a avidez, até mesmo em regiões de grande risco, para o seu cultivo.¹⁰⁵

¹⁰³ CUNHA George Henrique de Moura. **Ensaio sobre a economia da província do Ceará durante do século XIX**. Revista Economia Política do Desenvolvimento Maceió – AL V.5 N.7. JUNHO/2018. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/repd.v9i21.8746>. Acessado em: 11 Abr 2024

¹⁰⁴ THEOPHILO, Rodolpho. **Scenas e tipos**. - Ed.Fac-sim. - Fortaleza: FWA, 2009.

¹⁰⁵ MOREIRA, José de Alencar Nunes. **Origens, crescimento e progressos na cotonicultura do Brasil**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa de Algodão. - Campina Grande: EMBRAPA-CNPA : Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/95065>. Acessado em 22 Nov 2024

No século XIX, a economia cearense caracterizou-se pelo uso relativamente limitado de mão de obra escravizada, sobretudo em comparação a outras províncias brasileiras. Contudo, não se deve subestimar a presença dessa população, que desempenhava funções em diversos setores, desde o serviço doméstico até atividades produtivas e comerciais urbanas. As condições econômicas da província não propiciavam a importação em larga escala de cativos, visto que tal processo demandaria vultosos investimentos para os quais o Ceará dispunha de poucos recursos. Como caracteriza Ribard e Funes, a escravidão no território cearense assumiu um caráter mais diversificado e menos concentrado do que nas regiões de grande lavoura,

Desde o processo da ocupação colonial, uma configuração social diferenciada das sociedades do engenho foi-se desenhando no Ceará, exigindo pouca mão de obra cativa, contando desde o início com a força de trabalho do nativo e com um estilo de vida que não foge ao padrão encontrado em outras regiões tidas como economicamente periféricas. Isso, de certa forma, refletia o poder aquisitivo dos proprietários, cujo *modus vivendi*, em sua maioria, estava dentro de um padrão de riqueza bastante relativo, marcado pela simplicidade, beirando a rusticidade, o que acabava refletindo no dia a dia, inclusive dos trabalhadores escravizados.¹⁰⁶

No tocante à mão de obra no Ceará provincial, destaca-se a análise do historiador João Paulo Peixoto Costa, já mencionado, ao examinar os esforços dos governos locais para disciplinar e “civilizar” as comunidades indígenas por meio do trabalho sistemático. Tal estratégia buscava mitigar o estigma do Ceará como uma província habitada por povos “bárbaros”, imagem que a distanciava dos ideais de uma sociedade ocidentalizada. Conforme observa o autor, “já nos primeiros anos da administração do governador Sampaio no Ceará, percebemos as principais metas de sua política em relação aos pobres livres e índios da capitania: combater a vadiagem e civilizar o povo”.¹⁰⁷ “Nesse contexto, o combate à vadiagem esteve associado à tentativa de inserção forçada dos indígenas no mercado de trabalho, especialmente em atividades agrícolas, pecuárias e domésticas. No entanto, essas ações

¹⁰⁶ RIBARD Franck. FUNES Eurípedes A. Fortaleza, uma cidade negra na “Terra da Luz” in: FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (Orgs.) **Histórias de Negros no Ceará** [recurso eletrônico] -Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 19. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1aJcVigGLboJJcO6E32SoJ859SwAaHx-l/view>. Acessado em: 10 Dez 2024

¹⁰⁷ COSTA João Paulo Peixoto. **Um celeiro de mão-de-obra: trabalho indígena e o processo de civilização no Ceará** (1812 – 1820). In: **Etnicidades** v. 23 n. 32. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/672>. Acessado em 10 Jan 2025

enfrentaram resistência significativa por parte dos nativos, expressa, entre outras formas, por meio de fugas e recusas ao trabalho compulsório. Ainda sobre essa realidade, Xavier constata que o discurso do governador Nunes Belford revelava o incômodo da elite com a autonomia indígena, ao afirmar que,

apresentava como uma boa alternativa para tornar desnecessária a importação de escravos africanos. Mão de obra indígena livre e remunerada: noutros termos, era isso que Nunes Belford estava defendendo, embora, convém repetir, isso nem sempre ocorresse na prática.¹⁰⁸

Os dois governadores mencionados atuaram no início do século XIX, período marcado pela ascensão da cultura algodoeira no Ceará. Nesse cenário, destaca-se a análise de Xavier sobre o hiato entre o discurso oficial e a prática efetiva quanto à substituição da mão de obra escravizada africana por trabalhadores indígenas. Tal política não se concretizou, o que evidencia as limitações da economia provincial em financiar a aquisição e a manutenção de cativos.

Um dado relevante apontado pelo autor é a análise do *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, de Thomaz Pompeu, publicado em 1863¹⁰⁹. O documento apresenta números reduzidos da população indígena e, em localidades como Viçosa, cuja origem remonta diretamente a aldeamentos missionais —, nota-se a ausência de qualquer referência à presença nativa. Tal omissão revela um nítido processo de invisibilização étnica. Xavier utiliza esse material como fonte para evidenciar que “logo, vê-se, aí, discurso político e intelectual se complementando quanto à negação das identidades indígenas no Ceará provincial”.

Numa análise mais abrangente dos dados populacionais, destaca-se o Censo Imperial de 1872, especialmente no que concerne à classificação racial. Nele, a designação “indígena” não é mencionada explicitamente; em seu lugar, figuram os termos “pardo” e “caboclo”. Essa ausência evidencia um processo de apagamento das identidades originárias nos registros oficiais do Império, refletindo a estratégia estatal de invisibilização dessas populações. Os dados relativos à Província do Ceará apresentam-se discriminados da seguinte forma:

¹⁰⁸ XAVIER, Maico Oliveira. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do império do Brasil - trabalho, terras e identidades indígenas em questão**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018. Coleção Humanidades – UFC. p 115.

¹⁰⁹ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I. Fac-símile da edição publicada em 1863. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997[1863].

TABELA 02- Étnico /Gênero Província 1872

	Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Homens	136940	172841	14424	26701
Mulheres	131896	166325	14510	21136

Tabela adaptada pelo autor da tese. In.: Recenseamento do Brasil de 1872 – Província do Ceará. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

A análise dos dados evidencia a expressiva presença de indivíduos classificados como “caboclos” categoria que, no século XIX, servia para designar pessoas de ascendência indígena. Se considerarmos, ainda, a população “parda”, cujas origens frequentemente envolviam essa mesma ancestralidade, constata-se que a maioria da população cearense era, à época, de matriz nativa. Apesar de os brancos constituírem o menor contingente entre os grupos registrados, eram eles os principais detentores das terras, do poder político e do controle econômico. Essa disparidade reafirma a permanência de estruturas coloniais, nas quais a riqueza e a influência permaneciam restritas a uma elite. Sobre essa parcela da população, o jornal *O Cearense*, em edição de 1879, apresenta uma reflexão relevante. Em meio à grave seca, o periódico analisa o perfil da população votante à luz do contexto de mortes, migrações forçadas e do crescente debate em torno da questão social, revelando tensões entre representação política e realidade socioeconômica da província,

A sêcca faz concentrar nas villas e povoações, sedes das parochias, os homens de fortuna ou de certos recursos, que tomam parte nas questões políticas das localidades. O que sahem em demanda do litoral, os brejos e das serras abandonado seus domicílios, são ordinariamente os homens do campo, os pobres das freguesias, aliás indifferentes às cousas políticas, e que podem considerar massas inertes.¹¹⁰

No tocante à Ibiapaba, foco deste estudo, nota-se que a região se insere perfeitamente no contexto de busca por mão de obra indígena e de negação das identidades nativas. A presença de escravizados de origem africana na Serra da

¹¹⁰ Jornal **O Cearense** anno XXII 17/01/1879 nº 2543. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=ibiapaba&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7811> Acessado em 07/02/2024

Ibiapaba não era expressiva, conforme indicam os dados do Relatório Provincial de 1881, apresentado pelo então presidente da província, Pedro Leão Velloso¹¹¹,

TABELA 03- Número de Escravizados na Província 1881

MUNICÍPIOS QUE CONSTITUEM CIRCUNSCRIÇÕES FISCAIS	Nº DOS ESCRAVOS EXISTENTES EM AGOSTO DE 1881
Aracaty e União	1112
Canidé e Pentecoste	395
S. Bernardos as Russas	415
Sant' Anna	578
Ipu	592
Pacatuba	229
Santa Quitéria	421
S. João do Principe e Arneirós	1157
Icó	591
Baturité	798
Tamboril	354
Jaguaribe-mirim, Cachoeira e Riacho do Sangue	1039
Espirito Santo de Morada Nova	266
Limoeiro	576
S. <i>Benedicto e Ibiapina</i>	244
Telha	428

VELLOSO Pedro Leão. Sessão ordinária 1881 p 26. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em : 15 Jan 2023. Grifo nosso.

Outros dados sobre a população cearense constam em uma publicação do jornal *O Cearense*, datada de 17 de janeiro de 1868, que apresenta considerações acerca da coleta de informações para o censo populacional. O texto evidencia as deficiências desse processo, expressando preocupação com a precisão e a exatidão dos dados coletados, o que comprometeria a confiabilidade das estatísticas oficiais, onde,

E é por isso que ainda não temos uma estatística completa da nossa população: a que existe ressen-te-se de exactidão. O Exm. senador Pompéo em sua obra, que qualificamos de gigantesca, mostra as dificuldades com que se lucta para obter os dados estatísticos a respeito da população, e quando se chega a obtel-os, sam, mais ou menos, inexactos.¹¹²

¹¹¹ VELLOSO Pedro Leão. Sessão ordinária 1881 p 26. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 15 Jan 2023. Grifo nosso.

¹¹² Jornal **O Cearense** anno XXII 17/01/1868 nº 2543. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=ibiapaba&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6310> Acessado em 07 Feb 2024

É instigante observar o ordenamento jurídico dos censos populacionais, visto que esses dados estatísticos passam a consolidar o projeto de um Estado racional e cientificamente orientado. A fonte analisada sintetiza essa transição ao apresentar um mapa demográfico da província do Ceará em 1860¹¹³, com divisão por freguesias e categorias de população livre e escravizada.

Nota-se que Fortaleza detinha a maior população do Ceará na época, mas chama a atenção a elevada densidade da freguesia de Granja (vizinha à Serra da Ibiapaba), uma das mais populosas da província. Sobre a Ibiapaba, os números revelam que a população livre era de 14.597 habitantes, enquanto a escravizada somava 224 indivíduos.

Essa região configurava-se como a segunda freguesia com o menor contingente de escravizados no Ceará. Tais dados sugerem que a economia da Ibiapaba não orbitava em torno da mão de obra cativa na mesma proporção que outras zonas da província, possivelmente devido a uma estrutura produtiva menos vinculada ao grande domínio agroexportador — priorizando, em contrapartida, atividades como a pecuária extensiva e a policultura de subsistência.

A economia na Ibiapaba através dos textos dos jornais do século XIX, mostram que, “hoje as serras da Aratanha, Maraguape, Acarape, Baturité, e também já Uburetama, Ibiapaba, e Cariri contem bastantes plantações de café, que promettem em poucos annos centuplicar a producção actual”¹¹⁴.

Além do café, a mandioca era um produto central na Ibiapaba, fundamentada na herança agrícola dos aldeamentos indígenas da região. O café, por sua vez, consolidou-se como um robusto gerador de renda na Ibiapaba oitocentista, deixando resquícios históricos visíveis até hoje, como os casarões em ruínas que testemunham a pujança econômica celebrada nos periódicos da época. Tais registros distinguem a identidade da região da economia predominantemente pecuarista dos chamados “sertões”.

Segundo uma publicação de 1858 na seção "Riqueza Pública" de parte de um relatório no jornal *O Cearense*, "os terrenos agrícolas hoje mais explorados na

¹¹³Jornal **O Cearense** anno XIX 31/01/1865 nº 1782. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=vi%c3%a7osa&pagfis=7812>. Acessado em 07 Fev 2024

¹¹⁴ A Província do ceara. **O Cearense**. Fortaleza. 23 Abr. 1861. p. 02 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=ibiapaba&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5030> Acessado em 11 Out 2024

província são o Cariri (...), as serras e vales da Ibiapaba (...) cultiva-se a mandioca".¹¹⁵ O texto jornalístico destaca a relevância da mandioca como um dos pilares da dieta cearense. Complementarmente, menciona que o arroz, o feijão e o milho, cultivados em todo o Estado, eram fundamentais para a subsistência local. Contudo, o periódico sublinha que o maior vigor econômico proviesse do algodão, da cana-de-açúcar, do café e do fumo, considerados os produtos mais rentáveis.

1.3. Ibiapaba como refúgio e a Morte à Espreita: A Tragédia das Secas no Ceará.

As estiagens prolongadas configuram-se como um elemento indissociável da identidade cearense, historicamente associadas a cenários de privação que impactam o ecossistema e a vida humana. Essa severidade climática retardou a inserção da capitania nas rotas do mercantilismo colonial, visto que a escassez hídrica inviabilizava o modelo de *plantation* açucareiro, motor da ocupação em outras áreas do Nordeste. Assim,

O abandono da terra, a falta de instalação definitiva do homem, a espereza do clima e a resistência do indígena, depois da entrada de Pero Coelho, ao lado da esterilidade do solo (que só produzia sal e âmbar, que dava nas praias lançado pelo mar), foram agentes que retardaram a ocupação das terras interiores.¹¹⁶

Embora a citação anterior não mencione a seca explicitamente, as descrições do clima e da composição do solo evidenciam a vulnerabilidade do território às estiagens recorrentes. Essa realidade ganha contornos documentais diretos na obra *Datas e Fatos para a História do Ceará*, de Guilherme Studart. Ao catalogar os eventos do ano de 1614, o autor assinala “Neste anno houve grande secca no Ceará”¹¹⁷ no decorrer do mesmo livro quando trata do ano de 1748, anota que “A rigorosa seca, que tem experimentado esta Capitania do Ceará desde o anno de corenta e tres a esta parte tem posto a seus moradores em concideravel deminuisão

¹¹⁵ Relatório sobre o Estado do ensaio Estatístico da província do Ceará em 1º de junho de 1858. **O Cearense**. Fortaleza. 14 set. 1858. p. 03 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=ibiapaba&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4622> Acessado em 11 Out 2024

¹¹⁶ ALVES, Joaquim **História das Secas (séculos XVII a XIX)**. Edição fac-símile.-Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003 p. 16

¹¹⁷ Barão de. **Datas e factos para a história do Ceará tomo I**. Edição fac-sim.- Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 2001. p 23

de bens, que são os gados em que consistem seus cabedais.”¹¹⁸ O texto prossegue destacando que a prolongada estiagem também comprometeu a manutenção da mão de obra escravizada, revelando as dificuldades de sustentar a produção econômica na capitania diante das adversidades climáticas.

A província do Ceará carrega, desde sua formação, uma memória recorrente sobre as secas e suas consequências, especialmente no que concerne à pecuária, considerada a primeira grande riqueza econômica da região. Sobre a trajetória das estiagens, destaca-se a obra de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, *Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará*. No texto, o autor reitera a tese expressa no título, argumentando que o desmatamento agrava as condições climáticas locais. Embora reconheça que a preservação florestal não eliminaria os períodos de seca, defende que sua conservação poderia mitigar significativamente os impactos desses fenômenos.

A preocupação com a degradação ambiental também se manifesta nos relatórios do presidente da província, nos quais se propõe a aplicação de penalidades aos responsáveis pelo desmatamento. Este é identificado como um dos fatores que agravam a situação de estiagem, conforme aponta Pessoa,

A conservação das mattas, que está hoje demonstrado pela experiencia serem um attrahente poderoso das chuvas, é medida de utilidade incontestavel, que pode ser decretada mediante imposição de penas severas aos infractores que se animarem a destruil-as, pondo à terra tão proficuo elemento para proteger a província de futuras eventualidades.¹¹⁹

As descrições e análises sobre a seca no Nordeste, em especial no Ceará, são frequentemente acompanhadas pela busca de alternativas para minimizar seus efeitos ou mitigar o sofrimento da população. Nesse cenário, destaca-se a contribuição de Antônio Muniz de Souza que, em sua obra *Viagens e Observações de um Brasileiro* (1834), propõe soluções para o enfrentamento das estiagens

Embora o autor não tenha visitado o Ceará, suas observações resultam de viagens por outras províncias do Nordeste, como Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, que também enfrentavam períodos prolongados de seca. Em um dos trechos

¹¹⁸ Ibidem p. 242

¹¹⁹ PESSOA Caetano Estellita Cavalcanti. Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1877 p. 39 Disponível: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 14 Feb 2024.

da obra, na seção intitulada “Das batatas”, Muniz de Souza menciona o Ceará como uma das províncias mais fustigadas pela estiagem. Tal menção demonstra sua percepção sobre a gravidade climática da região, pois,

“e se esta planta fosse levada á todos os pontos das nossas Províncias, e principalmente para o interior, n'aquellas em que mais predominão as secas, como acontece no Ceará, e a plantassem, viria a servir-nos de socorro, e recurso nas secas extraordinárias que nos tem por vezes afligido”.¹²⁰

Para o autor, a importância do armazenamento de água, mediante a construção de açudes, configura-se como uma medida essencial para socorrer a população durante as estiagens. Sobre esses ciclos de seca na província, constam registros documentais e memoriais no estudo de Thomaz Pompeu de Sousa, que escreve,

A primeira de que ha memoria foi de 1724 á 27. À tradição, pincipalmente no Cariri conserva lembrança dessa grande secca, de que aliás faz menção o Sr. Aciolis nas suas memorias da provincia da Bahia, dizendo que ella fez secear até as fontes da Babia, e foi geral por todo norte do Brazil.

A segunda de que achamos noticia em documentos officiaes no archivo da thesouraria da fazenda foi de 1777 á 1778 em que, segundo informações da antiga Provedoria o gado da capitania ficou redusido á menos da oitava parte.

A terceira foi a chamala *secca grande* de 1792 à 93, ou antes de 1791 á 93. Esta ainda dura na memória de alguns velhos que a presenciaram.

A quarta grande secça foi em 1825, tristemente celebre pela mortalidade de gente que occasionou; não tanto por causa da secca, como pelo concurso de causas políticas, que então agitarão os povos. A quinta secca dessa cathegoria foi a de 1845, ainda bem presente á memoria desta geração, que ella foi testemunha.

São 5 por tanto as grandes seccas occorridas no periodo de 120 annos desde 1724 á 1845.

Não falamos de outras não tão fataes, mas bastante graves como as de 1809, que assolou os gados de muitas ribeiras, e 1817.¹²¹

A Ibiapaba, recorte espacial deste estudo, por constituir um território serrano, foi considerada por cronistas e estudiosos um espaço de refúgio em tempos de seca.

¹²⁰ SOUZA, Antônio Muniz de. **Viagens e observações de hum Brasileiro**. Typ. Americana de I. P. da Costa. Rio de Janeiro, 1834, p. 179. Disponível em: < https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4498/1/017189_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 14 Fev 2024. 2014.

¹²¹ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará**.- Ed. Fac-sim. - Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p. 28

Suas características naturais, já detalhadas nesta pesquisa, diferenciavam-na da aridez predominante na maior parte do território cearense. Uma descrição da Ibiapaba no século XIX, de autoria de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, reforça essas distinções ao destacar que,

A chapada da Ybiapaha é fresca, em algumas partes coberta de mattos, com correntes, alagadiços ou brejos, e nascentes d'água até ao lugar chamado S. Gonçalo (comarca c freguesia do Ipú): também para o lado do noroeste de villa Viçosa á sua terminação no Timonha vai abaixando, e estreitando-se, for mando antes uma successão de serrotes, ou cabeços pouco ferteis, ou seccos, como quebradas de serra, de maneira que a chapada larga, fértil em mattos e alagadiços, e própria para a cultura, é a que se estende desde Viçosa até S. Gonçalo, onde estão os povoados de villa Viçosa, S. Pedro de Ybiapina, S. Benedicto, Campo Grande (antiga villa Nova d'El Rei) e S. Gonçalo, antiga matriz da freguesia da serra dos Cocos.¹²²

As características naturais da região contribuíram para que a Ibiapaba se tornasse um polo de atração, especialmente em contraste com as áreas circunvizinhas assoladas por sucessivos períodos de estiagem. A presença de alagadiços, brejos, nascentes e solos férteis, como evidencia a citação anterior, contrastava com a aridez predominante no restante da província.

O periódico *O Cearense*, ao analisar a demografia da província, aponta a Ibiapaba como um centro de convergência populacional, pois

São reconhecidas n'esta provincia a proliferação, sua saúde proverbial, e facilidade de subsistência; e que de 1845 para cá nem um obstáculo tem contrariado o progresso da população, antes é um facto também constante o da emigração que de 1845 em diante tem affluido das provincia visinhas para as serras do Cariri, Ibiapaba, Baturité, Acarape.¹²³

A Ibiapaba, à semelhança de outras regiões serranas do Ceará, constituía um espaço privilegiado frente às adversidades das secas. Nessas áreas, observava-se a viabilidade de cultivos de alto valor comercial, como o café e a cana-de-açúcar. Em um de seus relatos, o pesquisador descreve, que, “a mandioca dá por toda a parte, a

¹²² BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará. Tomo I. Fac-símile da edição publicada em 1863**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997[1863]. p 17-18

¹²³ POPULAÇÃO DO CEARÁ, População Actual. **O Cearense**. Fortaleza. 17 Jan. 1868. p. 01-02 Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/709506/per709506_1868_02543.pdf Acessado em 11/10/2024

cana prospera (...) o café se dá nos cumes dos montes da beira, ou tope da serra. O algodão nas encostas frescas.”¹²⁴. Para além dessas observações, o autor ressalta, em passagens distintas, a fertilidade multifacetada da região, cujos atributos evidenciam um potencial agrícola ainda subutilizado diante de suas capacidades naturais.

Embora a Ibiapaba não tenha se configurado como uma das regiões de maior opulência econômica no Ceará oitocentista, os relatos de miséria absoluta, fome e desolação são escassos se comparados aos de outras áreas da província. Quando tais registros ocorrem, costumam estar atrelados ao incremento do fluxo migratório em direção à serra. No Relatório do Presidente da Província de 1879, José Júlio de Albuquerque Barros observa que: “Somente nas serras mais frescas, tais como Ibiapaba, Meruoca, Baturité, Pacatuba e Maranguape, e nos vales do Cariri e Ipú, conservou-se alguma vegetação.” O presidente acrescenta que essas regiões foram parcialmente poupadas dos efeitos mais severos da estiagem graças à fertilidade natural do solo. No entanto, a Ibiapaba não ficou totalmente imune à crise, como evidencia uma publicação do jornal *O Cearense*, de 1877, na qual se lê:”

Secca na Viçosa- D’ali nos escreve nosso amigo Dr. Francisco Praxedes o seguinte: Mais uma esperança perdida, faltarão completamente as chuvas de outubro, que talvez, ainda podessem salvar porção de gados dos sertões adjacentes e das chapadas da serra. Estamos aqui n’uma situação verdadeiramente desesperadora, a maioria da população já se alimenta unicamente com o palmito, massa do coco e alguma farinha de macajuba. Escacearão de todos os generos alimenticios, e agora o que fazer com uma população de emigrantes superior à quarenta mil individuos agrupados em torno dos povoados da Viçosa, S. Pedro e S. Benedicto? É preciso que o governo lance suas vistas sobre esta comarca, maior foco d’emigração em toda a provincia, porque, segundo nos informarão de S. Benedicto já se rouba mandioca nos sitios e á presença dos donos á mão armada; hoje, a fome já pbriga á commetter isto; amanhã, o que fará aquela população núa, faminta, destituida de todos os recursos?¹²⁵

Na mesma página, outro texto aborda a estiagem e analisa o fluxo migratório para a Serra Grande (Ibiapaba). Além de retratar o quadro de fome e sofrimento que

¹²⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão** (1859-1861). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 351

¹²⁵ Secca na Viçosa. **O Cearense**. Fortaleza. 25 Nov. 1877. p. 04 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=Praxedes%20&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=11962> Acessado em 27 Mar 2024

assolava a província, o artigo destaca a busca por soluções, mencionando a criação de uma comissão de engenheiros com o apoio do Instituto Politécnico, para estudar a região. Ironicamente, naquele momento, o estudo encontrava-se inviabilizado justamente pelos efeitos da seca que castigava o Ceará.

O século XIX representou um período de avanços na ciência, na técnica e na racionalidade, elementos que deveriam nortear o desenvolvimento do Estado Nacional. Este, por sua vez, direcionou sua atenção às regiões tidas como “atrasadas” do Império. Nesse contexto, o Ceará tornou-se objeto de uma expedição científica destinada a compreender e propor soluções para o problema das secas na província, já que “o progresso que impulsionava a ideia de uma nação forte e pronta para a indústria encontrava no Ceará o problema da instabilidade climática.”.¹²⁶

Embora a intenção inicial da Comissão Científica de Exploração¹²⁷, liderada por Francisco Freire Alemão, tenha sido investigar a presença de metais preciosos, baseada em conjecturas históricas sobre essa possibilidade, nota-se que o fomento à mineração constituía uma alternativa estratégica para uma região que enfrentava obstáculos crônicos ao desenvolvimento de uma produção agrícola vultosa. Assim,

o tema da seca passa a ser o principal elo de ligação entre a província do Ceará e o governo central. Com a supremacia dos estudos científicos de caráter pragmático, o Ceará passa a ser entendido como um problema a ser resolvido pelo saber da mineralogia, geologia, botânica, zoologia e astronomia.¹²⁸

O projeto nacional voltado à integração das províncias periféricas trouxe à tona a problemática da seca, despertando a atenção tanto do Estado quanto das elites intelectuais. A estiagem ocorrida entre 1877 e 1879 alcançou ampla repercussão e tornou-se objeto de profunda preocupação pública, especialmente após a emblemática declaração do Imperador D. Pedro II. Diante da gravidade da situação, ele afirmou que, “se não há mais recursos financeiros, então devemos considerar a venda das joias da Coroa. Não podemos permitir que nenhum cearense morra de fome por falta de assistência.”.¹²⁹

¹²⁶ RIOS, Kenia Sousa. A Comissão Científica e a Seca do Ceará. In: **A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema ou Raja Gabaglia**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006.p 14

¹²⁷ Esta comissão será retomada no segundo capítulo com maiores explicações sobre sua história.

¹²⁸ Ibidem.p 13

¹²⁹ XAVIER, Leopoldo Bibiano. **Revivendo O Brasil-Imperio**. Franca: Artpress, 1991. p 51

A morte, tema central desta pesquisa, é explorada por uma pluralidade de discursos políticos, jornalísticos, científicos, literários e memoriais no Ceará do século XIX. Sua representação assume variadas estéticas e funções, em consonância com as intenções de seus produtores, que buscam cristalizar a associação entre a seca, o território cearense e a finitude. Assim,

o senador Visconde de Jaguaribe (CE) apresentou um retrato ainda mais dramático. Num pronunciamento, ele pediu que uma eleição que se realizaria em sua província fosse cancelada:

— A província do Ceará é hoje um vasto cemitério. Em vez de população que vote, se hão de encontrar cadáveres e sombras.¹³⁰

Embora o Ceará tenha enfrentado diversos períodos de estiagem ao longo de sua história, a seca ocorrida entre 1877 e 1879 ganhou maior visibilidade e repercussão, sensibilizando as elites em um contexto no qual o Brasil buscava afirmar-se como uma nação em progresso. A morte, nesse cenário, passa a ser instrumentalizada pelo discurso político como forma de acusar o Governo Imperial de negligência diante da catástrofe na província. O pedido de cancelamento das eleições pode ser entendido tanto como uma estratégia para conferir visibilidade às mortes provocadas pela seca, quanto como uma denúncia da ingerência do poder central.

A realidade de miséria, fome e mortalidade vivenciada no sertão contrastava com o ideal de modernização, projetando a imagem de um país ainda marcado por traços de “primitivismo”. Além disso, a catástrofe mobilizou sentimento de solidariedade e reforçou a ideia de união nacional em torno de uma causa humanitária. Pois, “a seca do Ceará fortalecia, naquele momento político, o sentimento de pátria em nome da caridade. Todos os brasileiros eram convocados a ajudar seus irmãos do Norte”.¹³¹

A publicidade acerca desse período torna-se evidente com a circulação do jornal *O Retirante: Órgão das Vítimas da Seca* (1877-1878), que buscava divulgar, sensibilizar e denunciar o descaso governamental diante dos horrores provocados pela estiagem. O periódico posicionava-se como o porta-voz dos flagelados, muitos dos quais viam na Ibiapaba um refúgio para mitigar seus sofrimentos, pois,

¹³⁰ WESTIN, Ricardo. **500 mil mortes, doença, fome, desvio de verba e pedido de CPI: o retrato da Grande Seca do Império**. Agência Senado. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/500-mil-mortes-doenca-fome-desvio-de-verbas-e-pedido-de-cpi-o-retrato-da-grande-seca-do-imperio>. Acessado em: 22 Mar 2025.

¹³¹ RIOS, Kenia Sousa. A Comissão Científica e a Seca do Ceará. In: **A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema ou Raja Gabaglia**, Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006.p 13

Hontem vim de S. Benedicto e S. Pedro, onde o estado da população emigrante constangeu-me muito, mormente depois que o vigário, padre João Rodrigues Alves de Mendonça, informou que uma criança, cuja família emigara do Tamboril, morrerá á fome!! Si ha lugar que mais merecesse a séria atenção do governo para onde ha affluido uma população enorme de emigrantes é por certo a Ibiapaba¹³².

A citação mencionada refere-se, também as povoações de São Benedito e São Pedro (atual Ibiapina) e ao município de Campo Grande, que corresponde à cidade de Guaraciaba do Norte, situada na região da Ibiapaba. Descrita por “Assenta em uma chapada da serra Ibiapaba, fértil, cultivada e de excelente clima.”¹³³

As descrições dos cenários de morte e sofrimento causados pela estiagem também são exploradas pela literatura, vertente que passou a ser denominada como “literatura da seca”. Esta compreende publicações que abordam o tema, direta ou indiretamente, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. A seca de 1877 potencializou a preocupação com essa temática, como se pode observar

com a catástrofe da seca de 1877, o assunto ganhou destaque e suscitou novas expedições, novos estudos, novas ações governamentais e, obviamente, provou ser um tema tão importante que sua proliferação nas manifestações culturais - como, de fato, ocorreu na literatura - foi inevitável.¹³⁴

A literatura passa a descrever paisagens, personagens e sentimentos, despertando sensibilidades ao discutir, de forma ficcional e a partir de uma realidade concreta, os problemas causados pela seca. Nesse contexto, o Ceará configura-se como um território marcado pela morte e pelo abandono. Nas palavras de José do Patrocínio, em sua obra *Os Retirantes*, observa-se,

Em 77 muito rasto e pouco pasto; em 78 muito pasto e pouco rasto.
E explicava em seguida:
- É que haveis de fugir de vossas moradas, como a caça acuada, tendo horror ao próprio som das vossas pisadas. A seca, porém, vos

¹³² Campo Grande. **O Retirante**. Fortaleza. 01 Set. 1877. p. 02 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=770558&pesq=seca&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=47>. Acessado em: 15 Dez 2023

¹³³ Ibidem

¹³⁴ SCOVILLE. André Luiz Martins Lopez de. **LITERATURA DAS SECAS: FICÇÃO E HISTÓRIA**. Tese (doutorado) Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Letras. Curitiba. 2011, p.101.

seguirá os passos como um cão destro, e para onde quer que fujais, lá encontrareis o desabrigo, a fome e a morte.¹³⁵

apresenta o discurso do vigário, que inaugura a obra com o panorama de um destino marcado pela mortalidade. Romanciar as problemáticas sociais, as condições humanas e suas relações com a natureza amalgamando ficção e realidade são características marcantes dessa literatura. Conforme explica Landim

A temática do regionalismo nordestino, seja da fase realista-naturalista, seja da modernista, gira em torno dos problemas geográficos, sociais e políticos da região. Assim o fenômeno da seca é tratado como as consequências humanas e sociais deles envolvidos.¹³⁶

Landim apresenta um rol de obras que denomina como a “genealogia da literatura regionalista”, as quais abordam, sob diferentes perspectivas, a temática da seca. Entre os títulos elencados pelo autor, destacam-se: *O Sertanejo* (1875), de José de Alencar¹³⁷; *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora¹³⁸; são obras que apresentam o cenário de seca, mas esta não é o tema central do romance. *Os Retirantes*, de José do Patrocínio¹³⁹; *A Fome* (1890) e *O Paroara* (1891), de Rodolfo Teófilo; e *D. Guidinha do Poço* (1891), de Oliveira Paiva¹⁴⁰, estas já abordam a seca como temática principal. A lista inclui também obras publicadas no século XX, porém, como nosso estudo se concentra no século XIX, não serão listadas outras publicações.

Morte e religiosidade são os temas centrais desta pesquisa, analisados em textos produzidos durante os períodos de estiagem. Neles, a população é retratada por indivíduos que veem na providência divina uma forma de mitigar seus sofrimentos. Nas primeiras linhas do romance *O Retirante*, descreve-se uma manifestação religiosa durante uma procissão; em outro momento, enfatiza-se a

¹³⁵PATROCÍNIO. José do. **OS RETIRANTES**. Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000168.pdf>. Acesso em: 26 Abr. 2025.

¹³⁶ LANDIM, Toberto. **Seca; a estação do inferno**. Fortaleza, UFC /Casa José de Alencar. 1992. p 09

¹³⁷ Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/sertanejo.pdf>

¹³⁸Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/Acervo_Digital/livros_eletronicos/bndigital0078/bndigital0078.pdf

¹³⁹Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or168020/or168020.html#page/1/mode/1up

¹⁴⁰Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-26478/dona-guidinha-do-poco>

busca pela “boa morte”, isto é, a necessidade de um aparato ritual que garanta a salvação na vida ultraterrena,

- Doença ou morte? - perguntou Antão Ramos apontando para a rede.
- É morte, sim senhor - respondeu o recém-chegado -, e nós queríamos ver se o Sr. Vigário encomendava e mandava fazer o enterro.¹⁴¹

A morte sem amparo religioso acarreta consequências também para os sobreviventes, que temem ser atormentados por aqueles que sofrem no pós-morte por não terem recebido os sacramentos cristãos, especialmente o batismo, rito que sela a inserção do indivíduo na comunidade de fé. Conforme demonstra a narrativa de *A Fome*, de Rodolfo Teófilo, o autor descreve que: “-Meia-noite, disse Freitas, depois de ter aberto a porta e olhado a Via-Láctea. - É choro de pagão, que sete anos depois de enterrado, à hora da meia-noite, vem pedir a água do batismo, disse Josefa, que era muito supersticiosa”.¹⁴²

Ao longo da narrativa, Josefa reitera sua fé amparando-se na figura de sua tia Antônia, descrita como uma mulher austera e devota. Esta acreditava na imprescindibilidade do batismo como condição para uma “boa morte”, rito que, à época, guardava estreita relação com o privilégio dos sepultamentos realizados no interior das igrejas. Em *Dona Guidinha do Poço*, Oliveira Paiva descreve: “A matriz tinha sido vassourada por um caiamento desinfetante por amor das sepulturas que aí se faziam, pois, naquela era, defunto ainda era objeto de estima e de terços”¹⁴³. A referência à morte, onipresente naquele contexto de flagelo, exigia um rigoroso respeito sob a ótica religiosa. Todavia, esse período evidencia as tensões trazidas pelo século XIX, marcadas pela transferência dos sepultamentos para os cemitérios públicos e por uma crescente preocupação sanitária, medidas que colidiam com práticas seculares de cunho devocional.

Oliveira Paiva, em sua narrativa, resgata elementos fundamentais do universo religioso do Ceará oitocentista, como as “experiências” de Santa Luzia, em 13 de dezembro, voltadas à previsão das chuvas, e o tradicional dia de São José, tido como o marco derradeiro de esperança para um bom inverno. Além disso, a figura divina é

¹⁴¹ PATROCÍNIO. José do. **OS RETIRANTES**. Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000168.pdf>. Acesso em: 26 Abr. 2025

¹⁴² TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 28

¹⁴³ PAIVA Manuel de Oliveira. **Dona Guidinha do Poço**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000237.pdf>. Acessado em: 07/10/2024

uma constante no discurso dos personagens, que articulam gratidão, súplicas e o reconhecimento do poder transcendente em meio às adversidades.

Na obra *O Paroara*, a busca pela “boa morte” também se faz presente, materializando-se na figura do vigário, que ministra o sacramento da extrema-unção. O cenário de transição e assistência espiritual é descrito da seguinte forma: “A moribunda, depois de receber o Senhor, radiante de resignação e de coragem, poz as mãos em postura supplice, em nome do Deus dos fracos, dos desamparados, dos afflictos pediu ao vigário Murão que lhe recolhesse a filha duas vezes orphã, que sem pai e se mãe ficava abandonada no mundo”.¹⁴⁴ Nessas obras, a Igreja é personificada na figura do vigário — aquele que conduz, orienta e oferece amparo ao povo no âmbito da religiosidade popular. Tal dinâmica converge para o que propõe Eduardo Hoornaert, ao afirmar que,

Era no entanto, sobretudo em relação à morte, às almas e ao outro mundo que mais se firmava aos olhos do povo simples o poder da Igreja. E isso assumia grande importância aos olhos do povo, porque a religiosidade popular se caracterizava por um profundo respeito às almas dos outros mundos.¹⁴⁵

A presença do vigário, especialmente durante os períodos de seca, assume papel central tanto no plano simbólico quanto no cotidiano das populações sertanejas. Em um cenário de miséria e desamparo, a Igreja Católica consolidava-se como uma das poucas instituições efetivamente presentes nos rincões da província, oferecendo não apenas consolo espiritual, mas um senso de ordem e pertencimento comunitário. O vigário, nesse contexto, atuava como autoridade moral, intermediando a relação dos fiéis com o sagrado e legitimando práticas tradicionais, como promessas, procissões e rogativas pela chuva.

Ademais, a atuação do clero inscrevia-se num modelo de religiosidade popular marcado pela ideia de sofrimento redentor. A seca era, muitas vezes, interpretada como uma provação divina, e cabia à Igreja canalizar o martírio coletivo em rituais que reafirmavam a resignação e a solidariedade. Assim, a instituição não apenas

¹⁴⁴ TEÓFILO Rodolfo. *O Paroara*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/870826962/O-Paroara-Rodolfo-Teofilo>. Acessado em: 28/10/2024

¹⁴⁵ HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1985. 2 v. p. 148

promovia ritos de passagem, como o batismo e a extrema-unção, mas exercia uma liderança que atenuava as pressões sociais diante da negligência estatal.

Dessa forma, a literatura regionalista oitocentista revela a centralidade da Igreja como mediadora simbólica da existência no sertão. Simultaneamente, esses textos denunciam o abandono institucional da região, evidenciando como a esfera da fé substituíra a ação do Estado frente às catástrofes.

Essa religiosidade também transparece nos documentos oficiais, como nos relatórios dos presidentes de província. Em diversas passagens, os governantes recorrem ao cristianismo como elemento civilizatório e recurso simbólico. Nesse contexto, o presidente João José Ferreira de Aguiar invoca a divindade frente às misérias da estiagem, ponderando que:

Deixo esta provincia, fazendo os mais ardentes votos para que Deus ponha termo aos seus soffrimentos: parto tranquillo por assistir-me a consciencia de haver feito quanto esteve ao meu alcance, afim de alliviar as dores da população cearense que precisou do auxilio nacional.¹⁴⁶

Para além do apelo religioso, que decorria da incapacidade estatal em resolver, de maneira plena, os problemas da estiagem, Aguiar posiciona o Estado Nacional como um agente ativo no auxílio à população cearense. No entanto, o governante enfatiza que apenas a Divina Providência seria capaz de solucionar, em definitivo, os efeitos da seca. Interpreta-se que, na visão do presidente, somente a intervenção metafísica poderia prover a chuva e, por conseguinte, suprir as carências da província naquele cenário.

Em contrapartida, o olhar científico sobre a religiosidade em momentos de crise, expresso nos relatos de Guilherme Capanema ou Giacomo Raja Gabaglia, aponta que certas formas de relação com o sagrado poderiam comprometer a salvaguarda dos indivíduos. Segundo o intelectual, sujeitos considerados “fanáticos” passariam a depositar exclusivamente na fé a resolução de seus infortúnios, tornando-se menos aptos a julgar a realidade de forma pragmática e crítica. Nas palavras do autor,

¹⁴⁶ AGUIAR, João José Ferreira de. Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1878 p 13 Disponível: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 16 Ago 2023

Imagine-se o quadro medonho que deve apresentar um povo a braços com a miséria e a fome, sem educação do trabalho, acostumado a facilidade alimentar-se e dominado pelo fanatismo religioso, às vezes imprudentemente movido para fins que bem se não explicam. Disse fanatismo religioso, e insisto, para distinguir das santas verdades do evangelho e das máximas edificantes da religião cristã. A religião é o conforto mais poderoso do homem nas horas críticas; é nela que se adquire a paciência para sofrer.¹⁴⁷

Gabaglia não rejeita integralmente o cristianismo, mas critica severamente certas modalidades de sua prática. Dado que o contexto de sua escrita foca na busca por melhorias e pela prosperidade provincial, o autor identifica no “fanatismo” um entrave às ações humanas destinadas à transformação da realidade. Embora reconheça que a fé possa servir de lenitivo ao sofrimento popular, adverte que, quando desvirtuada, torna-se um obstáculo ao progresso. Essa posição reflete o ideário liberal e racionalista da época, que percebia na religiosidade tradicional uma barreira à modernização. Muitos intelectuais do Império defendiam a ciência e a instrução técnica como as únicas vias para superar o atraso do Nordeste, onde “os fenômenos naturais pareciam agora fugir das explicações mitológicas e passavam para a esfera da racionalidade. Através da observação e entendimento, a natureza deveria ser domesticada.”¹⁴⁸

As manifestações religiosas perpassam os relatos sobre a seca no Ceará. Para a população sertaneja, majoritariamente católica e detentora de uma fé profundamente arraigada, a estiagem era frequentemente interpretada como um castigo divino diante das faltas humanas. A fé funcionava como um refúgio emocional e, por vezes, como a única esperança frente à tragédia — mesmo quando, conforme demonstra o discurso do presidente da província, o Estado Nacional buscava articular auxílio aos necessitados e,

quando as sêcas se manifestam, isto é, quando deixa de chover um, dois e três annos, tudo muda de aspecto. A penuria se manifesta em todos os seus horrores. O povo cemeça por dirigir preces a Deus, pedindo chuvas, depois começa a barbarie de degradar as imagens colocando-as como refens, em desterros longinquos, com o fim de

¹⁴⁷ GABAGLIA Raja. **Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará**. In: *A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*, Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006.p 83

¹⁴⁸ SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará investigado: a Comissão Científica de 1859**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2011. p 27.

excitar a piedade divina. Exgotados todos os recursos das preces, começam as procições, e os cilícios.¹⁴⁹

A produção intelectual da época, seja literária ou descritiva, contribuiu para a construção de uma imagem de atraso e decadência da província, cujos habitantes eram frequentemente representados como imersos na barbárie. Essas representações contrastavam com o projeto do Governo Imperial de promover o progresso baseado na racionalidade e de consolidar a imagem de um Brasil que superaria a herança colonial de subdesenvolvimento. Como parte desse esforço, o Império organizou a Comissão Científica de Exploração (1859), que elegeu o Ceará como foco de estudos devido à urgência de combater os efeitos das secas, tidas por séculos como o principal entrave ao progresso econômico regional.

Diante dos impactos da “Grande Seca” de 1877, as autoridades provinciais designaram uma nova comissão para analisar a situação econômica dos municípios. Para liderar esse trabalho, foi nomeado Antônio Bezerra, que não se restringiu à fiscalização tributária; ele elaborou um relato naturalista que buscava investigar e propor intervenções para o desenvolvimento da província. Seguindo a tendência das comissões científicas da época, seu olhar era orientado por vieses iluministas e deterministas, fundamentados nos conhecimentos científicos daquele período, tema que será alvo de análise detalhada no próximo capítulo.

¹⁴⁹ ALVES, Joaquim **História das Secas (séculos XVII a XIX)**. Edição fac-símile.-Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003 p. 178

CAPÍTULO II

O Olhar Científico sobre a Ibiapaba: Salubridade, Civilização e Raça.

2.1. Conhecer, explorar para desenvolver.

O século XIX foi marcado pelo avanço da ciência e do racionalismo como formas privilegiadas de explicar e intervir na realidade. Com o desenvolvimento da Revolução Industrial, impulsionado pelos progressos técnico-científicos e pela consolidação do capitalismo, os discursos de progresso e desenvolvimento passaram a integrar o imaginário das elites intelectuais e governamentais, orientando políticas e visões de mundo baseadas na ideia de modernização contínua.

Uma das formas de compreender, propor soluções e intervir na realidade, segundo os critérios racionais do século XIX, foram as expedições científicas organizadas por diversos países europeus. Essas iniciativas, que já existiam no século XVIII, buscavam explorar e catalogar diferentes regiões do mundo a partir da perspectiva de uma ciência em expansão, promovida por uma Europa consolidada como centro irradiador de inovações técnicas, modelos explicativos e teorias científicas, onde,

expandiu-se consideravelmente o conhecimento da flora dos diversos continentes ao longo do século XVIII. Inúmeras missões e várias expedições, integradas, muitas vezes, por naturalistas foram despachadas aos diferentes recantos do Globo para coletar espécimes que, remetidos a botânicos, herbários, jardins botânicos, colecionadores particulares e centros de estudos na Europa, permitiriam seu exame.¹⁵⁰

No século XIX, a busca por explorar a natureza, além de visar ao desenvolvimento socioeconômico, intencionava desacreditar as chamadas superstições e crendices da época. Isso ocorria em um cenário no qual a medicina ainda estava se estabelecendo como conhecimento acreditado de diagnóstico e cura, buscando sobrepor-se às práticas tradicionais. Tanto nos relatos da Comissão Científica do Império quanto da comissão cearense de Bezerra de Menezes, observam-se críticas às práticas de cura e crenças da população da Ibiapaba. Nota-

¹⁵⁰ ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência: a ciência moderna**. 2. ed. — Brasília FUNAG, 2012.p 382

se que os intelectuais exibiam a superioridade dos conhecimentos científicos em detrimento dos saberes tradicionais.

Estes viajantes cientistas, ao realizarem estudos sobre a Ibiapaba, aproveitavam-se de conhecimentos da população local para refutar ou aprimorar seus referenciais científicos. Para além dos saberes oriundos das culturas nativas, buscavam impulsionar os estudos da região guiados pelo interesse nos recursos naturais, que poderiam fomentar o desenvolvimento econômico e sustentar ideais de progresso e aperfeiçoamento da humanidade. Para além da flora, também a fauna, o clima, os minérios e diversos fenômenos físicos, químicos e astronômicos tornaram-se objetos de estudo das expedições científicas. Tais expedições, orientadas por uma perspectiva racionalista, também tinham como objetivo combater explicações de cunho religioso ou mitológico que, até então, predominavam em muitas sociedades. De forma que,

O grande especialista em animais não seria mais o caçador que conseguia ouvir, encontrar os rastros e matar o bicho, mas aquele que teve acesso à carcaça do animal, seu esqueleto, sua imagem fixada em desenhos e até mesmo suas vísceras conservadas em aguardente. O mesmo vale para as plantas: os herboristas de populações que habitavam há milênios em um determinado bioma perderam o lugar de especialistas para cedê-lo a pessoas que acessavam herbários, livros e estufas nas frias cidades europeias. O grande ciclo das expedições científicas do século XIX consolidou uma determinada maneira de produzir conhecimento sobre a natureza.¹⁵¹

O Brasil, por suas características naturais, despertou o interesse de diversas expedições científicas europeias, motivadas a conhecer a fauna, a flora e as riquezas minerais do território. A própria formação do Brasil enquanto objeto de estudo está ligada à chegada de viajantes europeus, alguns dos quais adotavam uma abordagem descritiva, investigativa e sistemática, voltada à catalogação e à análise. Os observadores também analisavam as potencialidades econômicas de exploração e enriquecimento que o país oferecia.

Fatos históricos, como a vinda da família real, a abertura dos portos e a Independência do Brasil, facilitaram a presença de expedições estrangeiras no país. A diminuição das restrições impostas anteriormente pela Coroa portuguesa à entrada

¹⁵¹ KURY, Lorelai. **As expedições naturalistas no Brasil no século XIX: o período da Independência foi uma época áurea para as viagens científicas de europeus ao Brasil. 200 anos depois, devemos refletir sobre o tipo de conhecimento que produzimos e sobre o que queremos para o século XXI.** Cienc. Cult. [online]. 2022, vol.74, n.3. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220043>. Acessado em: 10 mar. 2024

de estrangeiros, aliada à necessidade do Brasil recém-independente de evidenciar suas riquezas, contribuiu para esse movimento. No contexto do pós-independência marcado pela escassez do ouro e pela desvalorização da cana-de-açúcar no mercado internacional, tornou-se fundamental permitir a presença de expedições estrangeiras para suprir a falta de iniciativas nacionais. Segundo Bailão,

A chegada dos inúmeros naturalistas estrangeiros nas colônias americanas e sua continuidade após os processos de independência foram facilitadas, portanto, na medida em que os próprios Estados e elites locais estimulavam e autorizavam os estudos de flora, fauna, mineralogia, hidrologia e relevo nos territórios – frente às faltas de investimento e treinamento especializado de súditos portugueses em número suficiente nessas áreas. Além disso, com o declínio e o esgotamento de muitas minas, a Coroa passou a estimular a visita de especialistas a fim de recuperar a extração ou descobrir novas jazidas, com a aplicação de novas técnicas e conhecimentos mineralógicos que surgiam naquele momento. Portanto, houve no início do século XIX um encontro entre os diferentes projetos pessoais e científicos dos viajantes, ou mesmo de instituições estrangeiras, com os planos de gestão territorial do Império português e depois do Brasil independente.¹⁵²

Além de abordar a abertura do país e o interesse das elites nacionais pelas expedições científicas, o autor levanta questões relevantes sobre a origem social dos viajantes, seus interesses e as formas de financiamento dessas empreitadas, as quais exigiam altos investimentos. Bailão classifica essas expedições em dois grupos: aquelas autofinanciadas por indivíduos abastados, que podiam custear as próprias viagens, e aquelas financiadas por elites ou por governos. Já os viajantes com menos recursos precisavam vender suas produções ou trabalhar ao longo do percurso, o que impactava diretamente seus interesses, suas capacidades de exploração e a forma como os resultados de seus estudos eram utilizados.

Podemos destacar algumas destas empreitadas de exploração científica¹⁵³ como a famosa expedição de Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von

¹⁵²BAILÃO, André Secchieri. **Tropicalidades múltiplas: as matas, os campos e as viagens naturalistas no século XIX**. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: doi:10.11606/T.8.2022.tde-16022023-163744. Acesso em: 10 Fev. 2024

¹⁵³ Ver: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Relatos sobre o Brasil feitos por estrangeiros nos séculos XVII a XIX**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca/exposicoes-virtuais/exposicoes-virtuais-permanentes/relatos-de-viajantes-estrangeiros-sobre-o-brasil-dos-seculos-xviii-e-xix>. Acessado em: 02 Jan 2025

Spix (1817-1820).¹⁵⁴ Iniciada ainda no período joanino, ela produziu um registro fundamental da flora, da fauna e das populações indígenas. Após 1822, o fluxo de expedições continuou, com destaque para a Expedição Langsdorff (1825-1829)¹⁵⁵, organizada pelo cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro, que explorou o interior do país e contou com a participação do pintor alemão Johann Moritz Rugendas, cujas obras são um valioso testemunho visual da sociedade e da paisagem brasileira da época. A chegada desses viajantes contribuiu para o conhecimento internacional sobre o Brasil e para a formação de importantes acervos científicos. Barão de Studart em seu texto *os Extranjeros e o Ceará* publicado na Revistas do Instituto do Ceará (1918) observa que,

O Ceará não se mostra o paraíso dos naturalistas, como do Brasil dizia Burmeister; pobres como são sua flora e fauna, elle não tem attrahido a seu seio os estudiosos e amadores, como as as regiões Amasonicas, onde a natureza pompea com todas as suas galas e maravilhas, ou as regiões do Brasil meridional.¹⁵⁶

O autor tece considerações sobre os historiadores que negligenciam o Ceará, afirmando que a historiografia tradicional do Brasil concentra-se predominantemente "da Bahia para o sul", embora reconheça a existência de escritos sobre Pernambuco. Studart chama a atenção para o desinteresse daqueles que narram a história do país em relação às demais regiões. O texto lista diversos estrangeiros que percorreram a província, destacando figuras de maior relevância; ele inicia o rol com Henry Koster e sua obra *Travels in Brazil*, mencionando também George Gardner.¹⁵⁷ com sua obra *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841* Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Outro nome é Hadfield, William¹⁵⁸, 1806-1887 que escreveu *Brazil, the River*

¹⁵⁴ Ver: SALLAS, A. L. F. **Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação**. História, Ciências, Saúde-manguinhos, 17, 415–435. 20210. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000200009>. Acessado em: 12 Jan 2024

¹⁵⁵ Ver: HARDMAN, F. F., & Kury, L. **Nos confins da civilização: Algumas histórias brasileiras de Hercule Florence**. História, Ciências, Saúde-manguinhos, 11(2), 385–409. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000200008>. Acessado em: 15 Jan 2024.

¹⁵⁶ STUDART, Barrão, *Extranjeros e o Ceará*. In: Revista do Instituto do Ceará – RIC, p. 192, 1918

¹⁵⁷ KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Disponível: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7190>. Acessado em: 22 Abr 2024

¹⁵⁸ Ver HADFIELD William. **Brazil, the River Plate, and the Falkland Islands; with the cape Horn route to Autralia. Including notices of Lisbon, Madeira, The Canaries, and Cape Verds**. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4454>. Acessado em 16Abr 2024.

Plate, and the Falkland Islands; with the cape Horn route to Australia. Including notices of Lisbon, Madeira, The Canaries, and Cape Verds. Ainda temos D. P. Kidder e J.C Fletcher¹⁵⁹, e Pedro F. Theberge que teve sua obra *História do Ceará* editada por seu filho Henrique Theberge. Soma-se Agassiz, Elizabeth Cabot Cary com *Viagem ao Brasil: 1865-1866*¹⁶⁰.

A Ibiapaba, tema desta pesquisa, foi pouco explorada pelos estrangeiros listados por Studart. Nos registros em geral, ela é citada apenas como uma área de limite da província, uma vez que esses viajantes costumavam se deter à descrição e ao estudo de localidades fronteiriças com Pernambuco ou próximas a Fortaleza, ponto de entrada na província. Esse desconhecimento, somado aos escassos relatos sobre a existência de metais aproveitáveis para o desenvolvimento nacional, constituiu um dos motivos para a Ibiapaba tornar-se alvo da Comissão Científica do Império, que contava, entre suas divisões, com uma seção de Geologia e Mineralogia.

2.2 A ciência imperial e a chamada “Comissão das Borboletas”.

Além de acolher cientistas e naturalistas estrangeiros interessados em esquadrihar o território nacional, o próprio Estado imperial empenhou-se em organizar expedições científicas de caráter nacional com o intuito de mapear áreas desconhecidas e fomentar o desenvolvimento econômico do país. Nesse contexto, destaca-se a Comissão Científica de Exploração (frequentemente denominada pela historiografia como a "Comissão das Borboletas"), instituída em 1859 sob a coordenação do médico e botânico Francisco Freire Alemão.

A expedição tinha por finalidade precípua promover o levantamento e o inventário científico do território, com ênfase especial nas províncias que hoje compõem as regiões Norte e Nordeste. Cumpre sublinhar que, na geografia administrativa do Império, utilizava-se de maneira generalizada a denominação unificada de "Norte" para designar todas as províncias situadas acima da Bahia, territórios que eram percebidos pelo poder central como imensos sertões pouco explorados e que necessitavam de uma sistemática catalogação de suas

¹⁵⁹ Ver: KIDDER, Daniel P. Daniel Parish. **Brazil and the Brazilians: portrayed in historical and descriptive sketches**. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7914>. Acessado em 14 Fev 2024

¹⁶⁰Ver AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1048>. Acessado em 02 Abr 2024

potencialidades econômicas para serem efetivamente integrados ao projeto de modernização nacional.

A intenção era mapear os recursos naturais, estudar as condições geográficas, climáticas e culturais do sertão e produzir saberes que pudessem subsidiar políticas de desenvolvimento econômico e social no Império. O trabalho da Comissão foi orientado por uma perspectiva iluminista, que valorizava a ciência como instrumento de progresso e civilização. Nesse sentido, a expedição não tinha apenas fins científicos, mas também um viés civilizatório, pois pretendia integrar as regiões interiores à lógica do Estado imperial. Acreditava-se que o conhecimento técnico e científico poderia modernizar o país, superando o atraso atribuído a essas áreas e às suas populações. Em um,

clima de otimismo impunha-se à dignidade nacional colaborar no reconhecimento científico da Pátria. Daí a receptividade do projeto e as fundadas esperanças nas investigações programadas. Alguns, entretanto, distorciam ou limitavam os seus objetivos. Eram os que só pensavam nas vantagens materiais, nas minas a descobrir, principalmente. Ou os que aplaudiam a Comissão por mero espírito de jacobinismo, querendo ver a prata de casa brilhar mais do que a de fora.¹⁶¹

Neste cenário, o Ceará foi uma das províncias escolhidas para exploração, dadas as potencialidades de recursos minerais na região. Além do olhar desenvolvimentista, os participantes deixaram registros sobre os modos de vida das populações contatadas, bem como percepções e indicações de intervenções nas localidades visitadas. O uso dos estudos da Comissão nesta pesquisa justifica-se pela passagem e produção de registros do grupo na Ibiapaba oitocentista. Segundo Braga,

O Regimento aprovado pelo Ministro do Império, Sérgio Teixeira de Macedo, reflete o interesse do governo nessas faladas ocorrências metalíferas, através dos seguintes itens:
É muito recomendada na Província do Ceará a exploração minuciosa de suas principais serras, e sobretudo das extensas **serranias da Ibiapaba** e do Araripe, onde a tradição coloca ricas minas de metais, e são fecundíssimas nos reinos vegetal e animal.¹⁶²

¹⁶¹ BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza. Editora Imprensa Universitária da UFC, 2003. p. 18

¹⁶² Ibidem. p. 37 grifo nosso

Observa-se a intencionalidade da expedição, bem como o estudo prévio dos locais de visitação, visando ao aprimoramento dos relatos já existentes e ao aproveitamento dessas riquezas naturais para o desenvolvimento da província. A menção à "exploração minuciosa" indica o alinhamento entre ciência e economia: no século XIX, prevalecia a crença de que o conhecimento geográfico, geológico e naturalista poderia servir diretamente ao progresso econômico, fosse pela mineração, fosse pela exploração de recursos vegetais e animais.

A Comissão Científica integra a história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição criada em consonância com um movimento mais amplo que ocorria na Europa. Durante o século XIX, diversos países fundaram academias, institutos e sociedades científicas com objetivos semelhantes: construir discursos nacionais, além de legitimar e consolidar novos Estados e projetos políticos. A Europa atuava como o centro irradiador de temas, modelos, métodos de organização e formas de divulgação de pesquisas, de modo que,

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado em 1838, mas os fatores que permitiram e justificaram a sua criação remontam   Regência,   Independência e mesmo ao período colonial. A criação do IHGB pode ser associada ao movimento de criação de uma nacionalidade, após o surgimento de um Estado nacional aut nomo, em 1822. Está associada a um projeto de unidade nacional de fundo eminentemente conservador, que buscou se sobrepor às rebeliões do período regencial, trazendo em seu bojo regressistas, constitucionais e românticos, todos se unindo nervosamente sob a égide da legitimidade monárquica.¹⁶³

A menção às rebeliões regenciais reforça o cenário de instabilidade que marcou a década de 1830, quando levantes como a Cabanagem, a Balaiada, a Revolta dos Malês, a Sabinada e a Revolução Farroupilha ameaçavam a unidade territorial e política do Império. O Instituto surge, assim, como parte de um esforço deliberado para criar um discurso unificador que apagasse ou minimizasse conflitos internos, fortalecendo a coesão nacional sob a liderança centralizada do monarca. Dessa forma, o IHGB não pode ser visto apenas como uma instituição acadêmica, mas como um instrumento de poder cultural e político do Império, responsável por selecionar, interpretar e divulgar uma versão oficial do passado. Sua criação revela a profunda

¹⁶³SOUZA, Ricardo Luiz de. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: o conhecimento e o poder (1838-1945)**. Londrina: Eduel, 2020. p. 09

interdependência entre produção intelectual, identidade nacional e manutenção da ordem política no Brasil do século XIX.

Neste cenário, a Comissão Científica foi estruturada em cinco seções de estudos, compostas por membros do IHGB:

- A seção de Botânica era chefiada por Francisco Freire Alemão, também chefe da Comissão Científica de Exploração;
- A de Geologia e Mineralogia estava sob a responsabilidade de Guilherme Schüch de Capanema;
- Manoel Ferreira Lagos liderava os estudos Zoológicos;
- As pesquisas Astronômicas e Geográficas ficaram sob o comando de Giacomo Raja Gabaglia;
- As de Etnografia e Narrativa de Viagem ficaram a cargo de Gonçalves Dias.

Para auxiliar as seções, o pintor José dos Reis Carvalho produziu uma vasta documentação iconográfica. O diretor Francisco Freire Alemão de Cysneiros, mais conhecido como Freire Alemão, designado como o chefe da comissão, foi um importante médico, botânico e naturalista brasileiro. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro em 1827 e doutorou-se pela Universidade de Paris em 1831, onde também se dedicou aos estudos de História Natural e Botânica, áreas pelas quais se tornaria referência no Brasil.

Exerceu diversos cargos e foi membro de várias organizações de estudos naturais e de medicina; foi diretor do Museu Nacional, membro do Conselho do Imperador, suplente de deputado na Assembleia do Rio de Janeiro e médico da família imperial. Com uma vasta produção intelectual na área de botânica, ele circulava pela elite intelectual do Império e, ao enviar seus estudos para a Europa, obteve o reconhecimento de intelectuais do outro lado do Atlântico.¹⁶⁴

Guilherme Schüch (1824-1908), mais tarde conhecido como Barão de Capanema, nasceu em Timbopeba, localidade situada nos arredores de Mariana, em Minas Gerais. Era filho do austríaco Roque (Rochus) Schüch, bibliotecário do Gabinete de História Natural da Imperatriz Leopoldina. Em 1841, ingressou no

¹⁶⁴ CYSNEIROS, FRANCISCO FREIRE ALLEMÃO DE. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970)**. Disponível em <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/dicionario>. Acessado em 26 ago 2024

Imperial Instituto Politécnico de Viena, onde permaneceu por cinco anos, concluindo sua formação no ano letivo de 1845-1846.

Capanema exerceu diversos cargos e posições nos âmbitos político e intelectual do Império: foi fundador e diretor da Repartição-Geral dos Telégrafos, professor da Academia de Belas Artes, major honorário do Exército e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Pelos seus serviços, recebeu o título de Barão de Capanema, concedido por meio de decreto pelo Imperador D. Pedro II.¹⁶⁵

Manuel Ferreira Lagos (1816-1871) chefiava a Seção Zoológica na Comissão. Foi naturalista e secretário do IHGB, além de adjunto da Seção de Zoologia e Anatomia Comparada do Museu Nacional. Trabalhou na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e atuou como comissário-geral do Império para a segunda Exposição Universal de Paris (1867). Por seus serviços, foi agraciado com a Ordem da Rosa (no grau de oficial, em 1854, e de comendador, em 1861).

Durante uma sessão do IHGB, na presença do Imperador D. Pedro II, Lagos propôs a criação de uma comissão científica, apelando para a necessidade urgente de estudos científicos sobre o Brasil. Em sua fala, apontou:

Propomos que o IHGB se dirija ao governo imperial, pedindo-lhe haja nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânicos e inorgânicos e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas¹⁶⁶

Dentre as seções listadas, dedicaremos atenção às de Botânica e Zoologia, como também às de Geologia e Mineralogia, que passaram pela Ibiapaba em virtude da busca dos estudiosos por riquezas naturais e pelo conhecimento da região. A passagem da Comissão Científica pelo Ceará gerou, inicialmente, a expectativa de que a expedição trouxesse melhorias para a população e valorização para a localidade, especialmente por atrair atenção a uma província frequentemente descrita

¹⁶⁵ Ver: BRASIL. Museu Imperial Arquivo Histórico. **Catálogo da Coleção Capanema**. Arquivo Histórico - Petrópolis, 2021. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/Colecao-Capanema-com-OCR.pdf>. Acessado em: 14 maio 2024.

¹⁶⁶ 4ª SESSÃO EM 30 DE MAIO DE 1856. Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.12 Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/10828/search/naturalistas. Acessado em 20 Set 2024.

sob o viés da seca e da desolação. "Era um fato inédito na vida da província. Grupo de maior vulto intelectual ainda não aportara a estas plagas".¹⁶⁷

A Comissão entrou no Ceará em 4 de fevereiro de 1859, desembarcando em Fortaleza sob o olhar atento de uma multidão. Contudo, encerrou seus trabalhos em 13 de julho de 1861, com a partida dos membros sem a mesma empolgação verificada na chegada. Como não foram encontradas na província as riquezas minerais pretendidas, a expedição não deixou garantias imediatas de desenvolvimento socioeconômico. De forma que,

A História da expedição ao Ceará foi bastante conturbada, gerou críticas veementes da imprensa, acusações ao governo, desentendimentos entre os membros componentes da Comissão e conflitos com os grupos locais. Os incidentes da viagem foram amplamente explorados. O que era plano otimista, no início, foi se transformando, paulatinamente, em ambiente negativo e, finalmente hostil. Alvo de anedotário e chacotas, a expedição recebeu da população os apelidos de "Comissão das Borboletas" e "Comissão defloradora". A oposição aos governistas insistia na acusação de que se tratava apenas de mais uma forma de desperdício dos recursos públicos e não via nela nenhum interesse concreto.¹⁶⁸

O olhar da sociedade sobre a expedição foi marcado pelo humor, pela ironia e até pelo sarcasmo. Os apelidos "Comissão das Borboletas" e "Comissão Defloradora" não apenas diminuía o caráter científico da missão, mas também ridicularizavam seus objetivos e desqualificavam seu valor prático. Na percepção popular, a coleta de borboletas, embora fosse uma prática legítima no âmbito da pesquisa naturalista, carecia de utilidade imediata para o progresso e o desenvolvimento material.

Esse fenômeno demonstra a dificuldade de legitimar iniciativas científicas em um ambiente social e político onde a utilidade prática era mais valorizada que a construção do conhecimento. A esse julgamento somava-se a influência da moral cristã vigente que, pautada em ideais de castidade, condenava veementemente as relações extraconjugais, intensificando o tom de censura e reprovação em torno do comportamento de alguns membros.

¹⁶⁷RENATO Braga, **História da Comissão Científica de Exploração**. Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 44

¹⁶⁸PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Comissão das Borboletas: a ciência do império entre o Ceará e a Corte (1856-1867)**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003. p. 13-14

A narrativa revela a distância entre o discurso oficial (otimista e modernizador) e a recepção pública (marcada por desconfiança, ironia e hostilidade). Isso permite refletir sobre a relação entre ciência, política e sociedade no Brasil, onde a legitimação do saber científico muitas vezes esbarrava em tensões políticas, dificuldades logísticas e resistência social. Assim, a memória da expedição ficou mais associada ao ridículo e à crítica política do que aos seus objetivos científicos originais. Em uma menção à saída da comissão no jornal *O Cearense*, observa-se outro discurso, pois,

Cruzeiro do Sul: Seguirão nelle os membros da comissão scientifica exploradora que se achavão nesta capital a saber os senhores: conselheiro Freire Allemão, e Dr. Freire Sobrinho, Dr. Lagos, Dr Capanema, capitão Reis, Dr Gabaglia e seus adjuctos, Dr. Santo Souza, Barbelo, soares, e Lassance: todos esses honrados cavaleiros, que tão dignamente se portarão nesta província, deixarão sympathias, e sinceras affeições. Desejamos feliz viagem, e que muito breve deem a estampa o resultado de seus importantes trabalhos de exploração. Consta-nos que o Sr. Lagos falem das ricas coleções zoológicas, que conduzio, leou espécimes de todas as industrias da província, e uma interessante coleção de raridades naturaes, e artificiais do Ceará para da uma exposição pública na corte, e quicá remeter ao palácio da indústria universal de Londres para o anno de 1863. Desta vez ao menos o mundo saberá o que é o Ceará debaixo da relação industrial.¹⁶⁹

O texto do periódico oferece uma visão claramente oposta às caricaturas e ironias que acompanharam a Comissão Científica de Exploração. No relato, os membros da expedição são descritos com respeito, sendo chamados de “honrados cavaleiros”, expressão que associa a imagem dos cientistas aos ideais de virtude, dignidade e civilização. O tom é de admiração e reconhecimento, ressaltando a maneira como esses estudiosos “tão dignamente se portarão nesta província” e o quanto deixaram “sympathias e sinceras affeições”

A citação também evidencia o apreço pelo trabalho científico realizado no Ceará, destacando as ricas coleções zoológicas e as raridades naturais e artificiais que seriam levadas para exposição pública na Corte e, possivelmente, enviadas à Exposição Universal de Londres. Esse destaque demonstra que, para o jornal, o

¹⁶⁹ NOTICIARIO Fortaleza 16 de Julho de 1860. **O Cearense**. Fortaleza. 16 Julho. 1861. p. 04 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=770558&pesq=seca&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=47> Acessado em 10 Ago 2023

esforço dos cientistas ultrapassava o campo puramente acadêmico, assumindo uma dimensão simbólica de valorização regional. Ao registrar que “o mundo saberá o que é o Ceará debaixo da relação industrial”, o periódico expressa um sentimento de orgulho e pertencimento, vendo na Comissão um instrumento de inserção da província no cenário nacional e internacional do progresso científico e econômico.

A análise desse contraste revela que a Comissão se tornou um espelho das tensões do século XIX: de um lado, a desconfiança popular diante de uma ciência associada ao poder e ao luxo; de outro, a esperança de que o saber e a exploração racional da natureza pudessem integrar a região aos projetos de modernização do Império.

A passagem da Comissão Científica pela região da Ibiapaba esteve orientada pelo propósito de investigar suas riquezas naturais, bem como as formações geológicas e minerais que despertavam o interesse dos estudiosos. A atratividade do local estava vinculada não apenas às potencialidades minerais, mas também ao clima favorável, associado à saúde, à diversidade da vegetação e às possibilidades de exploração agrícola. Nesse sentido, a Ibiapaba, assim como outros locais estudados, constituiu-se como um “laboratório natural”, permitindo a observação sistemática de espécies da flora, de plantas medicinais e de cultivos com potencial para o desenvolvimento agrícola. Entre as instruções da seção botânica dos trabalhos da comissão, lê-se que,

Observará o aspecto geral do paiz quanto a sua vegetação primitiva ou secundaria, com relação a natureza do terreno e seus accidentes e as condições meteorológicas ordinárias.

Emfim, notará as matas mais ricas em madeiras de construcção naval, e em que seja fácil a sua extracção para serem reservadas.

2º O Estudo dos vegetaes cultuvados, e o systema de cultivo adoptado no paiz: notando a qualidade das terras, as influências atmosféricas, e quanto outros accidentes forem benéficos ou nocivos à lavoura.¹⁷⁰

As instruções para a Comissão Científica de Freire Alemão mostram como o projeto nacional e o uso das ciências no Brasil Imperial estavam articulados às necessidades práticas do Estado: fortalecer a indústria naval, ampliar a produtividade agrícola e compreender o clima e os solos para racionalizar a exploração da terra.

¹⁷⁰ CAPANEMA, Barão de; ALEMÃO, Francisco Freire; LAGOS, Manuel Ferreira. **Trabalhos da comissão científica de exploração**. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Universal de Laemmert, 1862. p.47. Disponível em: <https://literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=208019>. Acessado em: 22/10/2024

Esse olhar científico, embora marcado por interesses utilitários, contribuiu para o início de um mapeamento mais sistemático dos recursos naturais do país, o qual era visto, sob a ótica governamental, como um território de vastas potencialidades ainda a serem aproveitadas. No que concerne às instruções específicas sobre o Ceará e a Ibiapaba, observa-se que,

É muito recomendada na província do Ceará a exploração minuciosa de suas principais serras, e sobretudo das extensas serranias da Hybiapaba e do Araripe, onde a tradição coloca ricas minas de metaes, e são fecundíssimas nos reinos vegetal e animal.¹⁷¹

Ao mirar o Ceará, marcado pelo semiárido, o Estado encontrava um espaço desafiador e, ao mesmo tempo, estratégico, pois suas serras, mais úmidas, funcionavam como refúgios de biodiversidade e potenciais fontes de recursos minerais. Dessa forma, a expedição científica cumpria um papel político, reforçando a presença do Estado Imperial em áreas distantes e contribuindo para a integração territorial. Simultaneamente, a ênfase na “fecundidade dos reinos vegetal e animal” mostra que a Comissão tinha o objetivo de catalogar a biodiversidade local, avaliando seu potencial para a medicina, a alimentação, a construção e outras aplicações práticas. O destaque dado à Ibiapaba e ao Araripe demonstra, ainda, a tentativa de interiorizar a ciência, expandindo as pesquisas para além do eixo Rio-São-Paulo-Minas.

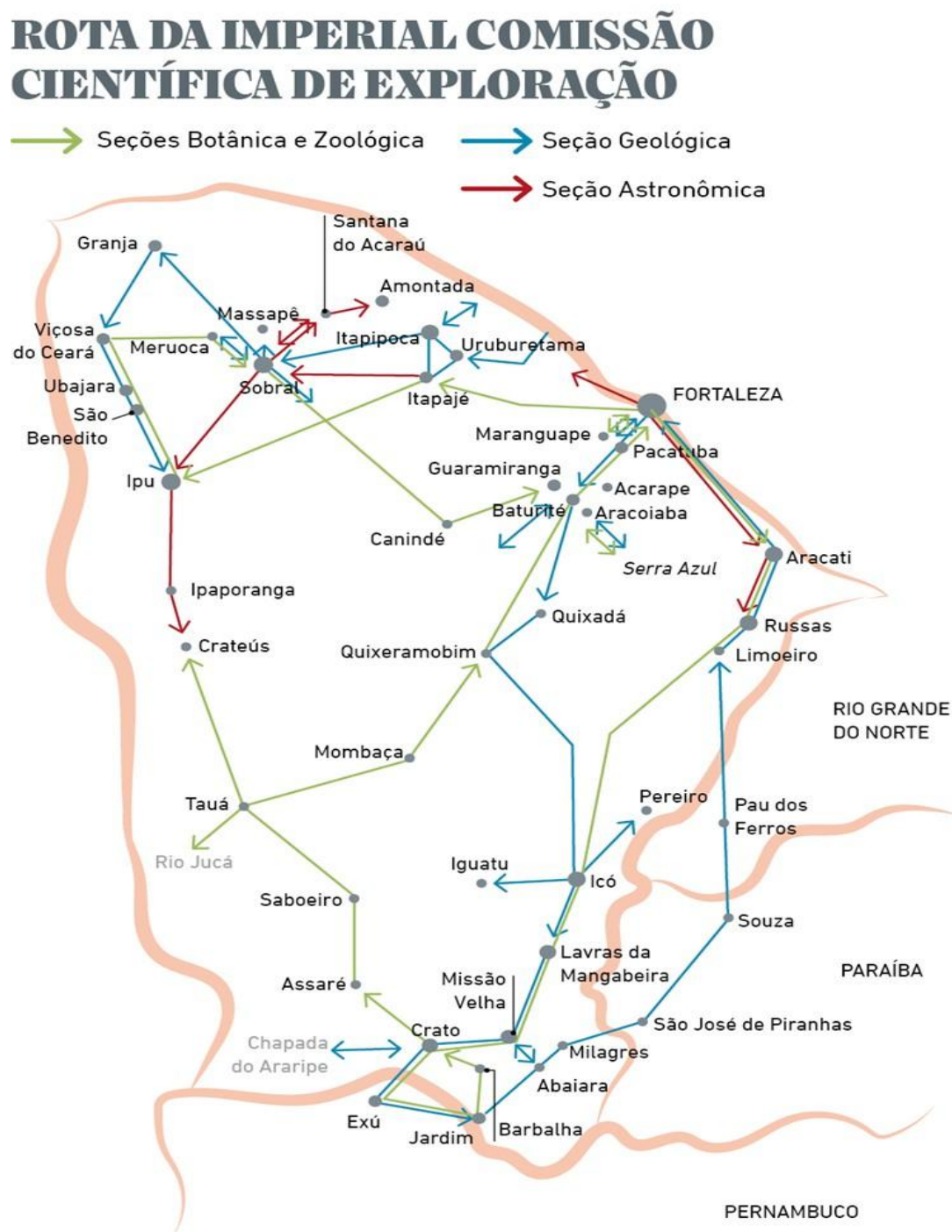
Conforme apresentado na página seguinte, a rota da Comissão utiliza Fortaleza como ponto de partida e de retorno, simbolizando o centro administrativo e logístico da missão. A partir da capital, as rotas se expandem para o interior, conectando regiões como o Maciço de Baturité, a Serra da Ibiapaba, o Cariri e o Sertão Central.

A capital cearense serviu como base de suprimentos e reorganização, além de ser o centro de convergência para os dados coletados pelas diferentes seções científicas. Dela partiam praticamente todas as rotas das três equipes especializadas, evidenciando sua importância estratégica para o empreendimento. Os padrões de deslocamento variavam conforme a natureza de cada especialidade: as Seções Botânica e Zoológica (identificadas pelas linhas verdes) formavam uma grande malha

¹⁷¹ Ibidem p 47

circular pelo interior, do norte ao sul do Ceará e na fronteira com Pernambuco, desenvolvendo ramificações secundárias. A lógica desses deslocamentos era cobrir diferentes biomas e altitudes, abrangendo serras, sertões e a região do Cariri.

FIGURA 02 -Rota da Comissão Científica



Fonte: Expedição Borboletas Disponível em: <https://especiais.opovo.com.br/borboletas/>
 .Acessado em: 10 Abr 2023

A Seção Geológica (em azul) adotava rotas mais lineares e direcionadas, priorizando formações rochosas, vales fluviais e áreas de potencial mineral. Já a Seção Astronômica (em vermelho) percorria rotas mais esparsas e estratégicas, com menos ramificações que as demais. Sua lógica consistia em estabelecer coordenadas precisas em pontos geograficamente distribuídos para fins cartográficos. Neste contexto,

Freire Alemão viajou oito meses pelo Sul da província e cinco meses pelo Norte, deixando registrado um rico material sobre essas experiências em seu diário de viagem, que se aproxima do estilo narrativo de Saint-Hilaire, não obstante as influências recebidas de Martius, com quem colaborava regularmente. Note-se que apenas a expedição ao Sul, rumo ao Crato, acha-se publicada, enquanto que o relato da viagem ao Norte da província, na direção da Serra da Ibiapaba, continua inédito até o momento.¹⁷²

Observam-se as influências europeias nos estudos e na escrita de Francisco Freire Alemão, que mantinha contato direto com Martius para a troca de informações. O relato sobre a Serra da Ibiapaba encontra-se publicado no Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão, organizado por Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho, Francisco Régis Lopes Ramos e Kênia Sousa Rios, obra disponível virtualmente no sítio da Fundação Waldemar Alcântara.¹⁷³ Nessa publicação, destaca-se o capítulo: "Viagem de Fortaleza até a Serra Grande (9 de outubro de 1860 - 2 de março de 1861)". Até o momento, não foi localizada uma edição dedicada exclusivamente à viagem de exploração da Ibiapaba, que fosse análoga à obra *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato (1859)*, publicada pelo Museu do Ceará em 2006.

No livro *História da Comissão Científica de Exploração*, Renato Braga, ao analisar o papel da imprensa na cobertura da Comissão no interior, registra que houve pouco acompanhamento pelos jornais *O Cearense* e *Pedro II*. O autor esclarece que os correspondentes não acompanhavam os deslocamentos do grupo e que os políticos locais, que poderiam relatar a passagem da expedição, não o faziam. Braga ressalta que apenas o Padre Lino (em Russas), João Brígido (no Crato) e um autor anônimo (em Quixeramobim) realizaram registros na imprensa;

¹⁷² PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. PREFÁCIO. In: Kury, Lorelai (Org.). **Comissão Científica do Império: 1859-1861**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio. 2009. p.13

¹⁷³ Disponível em: <https://www.fwa.org.br/books/diario-de-viagem-de-francisco-freire-alemao/>

evidenciando que a Ibiapaba e outras regiões ficaram sem cobertura jornalística enquanto a exploração ocorria.¹⁷⁴

Ainda observando o mapa da rota da expedição, nota-se que a Serra da Ibiapaba teve papel relevante nos percursos da Comissão, especialmente nas rotas das seções Botânica, Zoológica e Geológica, enquanto apenas uma localidade foi alvo de estudos astronômicos. As cidades de Viçosa do Ceará, Ubajara, São Benedito e Ipu aparecem como pontos de passagem e estudo, o que evidencia o grande interesse científico pela região. Além de sua importância natural, essa área desempenhou uma função estratégica na rota geral da Comissão, funcionando como um ponto de ligação entre o litoral (representado por Fortaleza e Sobral) e o sertão (com cidades como Crateús, Tauá e Crato). Assim, a serra constituiu-se como um corredor natural de passagem e investigação científica.

2.3 A Ibiapaba: Natureza e Cultura nos Diários de Freire Alemão.

A análise do diário de viagem de Freire Alemão e dos relatórios produzidos pela Comissão Científica de Exploração acerca da Serra da Ibiapaba permite compreender, de forma ampla, o avanço das práticas e dos discursos científicos no Brasil oitocentista. Esses documentos revelam não apenas a aplicação concreta dos saberes no reconhecimento do território e de seus recursos naturais, mas também evidenciam como o discurso científico se consolidava como instrumento de poder e de legitimação do projeto imperial de modernização e domínio do espaço nacional.

Assim, o estudo dessas fontes oferece uma visão privilegiada sobre a articulação entre ciência, Estado e território, demonstrando como a observação empírica, o registro minucioso e a linguagem técnica serviram para afirmar o prestígio da ciência e inscrever o Brasil no horizonte da civilização e do progresso, segundo os parâmetros do pensamento europeu do século XIX.

No tocante à pesquisa, esses relatos inserem-se na perspectiva de compreender a consolidação dos discursos científicos, especialmente no que se refere às concepções sobre a doença, a morte e o corpo. Nesse período, o olhar da ciência passa a ocupar um lugar privilegiado, deslocando-se progressivamente dos cuidados religiosos e místicos que até então predominavam. O corpo humano, vivo

¹⁷⁴ BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza. Editora Imprensa Universitária da UFC, 2003. p. 18

ou morto, tornou-se objeto de observação, experimentação e classificação, sendo integrado ao projeto de construção do saber moderno. Assim, os registros da Comissão e, em particular, o diário de Freire Alemão sobre a Ibiapaba revelam como a ciência se apropriava do corpo como campo de conhecimento e controle, refletindo as tensões entre ciência, moral e sociedade no contexto do Império.

Freire Alemão "entra" na Serra da Ibiapaba pela cidade do Ipu, que possui sua sede no chamado "pé de serra" e parte de seu território no topo do planalto. Esta cidade não consta na documentação paroquial estudada aqui, pois o Ipu pertence à Diocese de Sobral; portanto, seus registros de nascimento, casamento e óbito não estão depositados no Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto, em Tianguá-CE. O diário de Freire registra suas impressões sobre os lugares, potencialidades agrícolas, características da fauna, flora e solo, além de realizar medições constantes de temperatura e analisar a capacidade produtiva da região e de seus habitantes. Observando que,

Os diários de viagem, em particular, teriam o sabor extra de devassar mundos que, uma vez enquadrados no exótico, no pitoresco, no outro, poderiam ser apreciados sem colocar em grande risco as convenções sociais do período. Pode-se argumentar que o diário de viagem de Freire Alemão atendia a uma demanda específica, a serviço do imperador e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Mas a prática institucionalizada do registro científico, que procura reunir, classificar e enquadrar os fenômenos naturais e humanos, não é imune a efeitos imprevistos.¹⁷⁵

O diário de Freire Alemão, elaborado a serviço do Império por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, refletia o projeto imperial de conhecer e dominar o território através da ciência, reunindo e classificando informações sobre a natureza e a sociedade brasileiras. No entanto, o texto ressalta que essa prática científica, ainda que institucionalizada, não estava imune a percepções subjetivas e emoções. Assim, os diários de viagem ultrapassavam sua função puramente técnica, transformando-se em registros que, simultaneamente, serviam ao poder imperial e revelavam as complexidades do olhar do cientista diante da diversidade do país. Ainda sobre a

¹⁷⁵ TEIXEIRA, Karoline Viana. **A seiva e o traço: configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. 2017. 397f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2017. p 378

visão da Comissão acerca da Ibiapaba, lê-se no relatório da Seção Geográfica e Geológica que:

Não me foi possível fazer estudo algum sobre a Ibiapaba, mas pelo que vi não posso deixar de recomendar encarecidamente ao Instituto Histórico que como iniciador da idéa da criação de uma comissão científica tenha sempre em vista uma exploração minuciosa daquela serra, a qual tem de produzir resultados importantes para a sciencia, e sobretudo de grande alcance pratico para o desenvolvimento do commercio e indústria na província do Ceará, e crear um recurso que possa contribuir poderosamente para anular os máos efeitos das sêccas inevitáveis.¹⁷⁶

Há uma preocupação científica que se manifesta no desejo de produzir “resultados importantes para a sciencia”, ou seja, de ampliar o conhecimento sobre as áreas de botânica e mineralogia. A menção à serra como “fecunda” e promissora sugere uma curiosidade naturalista em sintonia com os ideais das comissões científicas do século XIX, que buscavam mapear e compreender as regiões de forma sistemática. Ao mesmo tempo, a citação revela um forte caráter utilitarista e desenvolvimentista: a exploração da Ibiapaba é vista como meio de “criar um recurso que possa contribuir poderosamente para anular os máos efeitos das sêccas inevitáveis”. Assim, a ciência atua também como instrumento de intervenção e solução para problemas econômicos e ambientais recorrentes no Ceará, como as estiagens.

Ao longo da viagem de Freire Alemão pela Ibiapaba, tornam-se recorrentes em suas anotações os pedidos da comunidade local por atendimento médico. O naturalista registra as doenças e as condições de saúde da população, as quais avalia a partir da análise do clima, das águas e da alimentação. É notório seu olhar e sua atuação médica na região quando requisitado por uma população carente de assistência baseada em conhecimentos científicos. Embora o tema central desta pesquisa não seja a análise das práticas alimentares, é relevante notar o olhar científico sobre questões que se relacionam às patologias e, consequentemente, aos óbitos registrados nos arquivos paroquiais. Nesse contexto,

¹⁷⁶ CAPANEMA, Barão de; ALEMÃO, Francisco Freire; LAGOS, Manuel Ferreira. **Trabalhos da comissão científica de exploração**. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Universal de Laemmert, 1862. p.47. Disponível em: <https://literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=208019>. Acessado em: 22/10/2024

Sendo o clima aqui do alto da serra tão temperado, o lugar enxuto, e bem arejado, temos todavia notado que há muita gente, principalmente raparigas, que são descoradas; temos visto algumas opiladas e muita gente se queixa do estômago, da cabeça, e há uma queixa muito geral, é o calorão, “Sinto um calorão”, dizem eles, não podemos explicar isto senão pela má e insuficiente nutrição; há aqui muita miséria. Usam muito da paçoca da banana verde e há gente que só come a farinha: o mal venéreo também concorre para esse mau estado de saúde. Manoel entende que também pode provir isso de ser a maior parte dessa gente criada no sertão, donde vieram para aqui no ano de 1843 em que houve grande seca. A mudança de um lugar quente e seco, e onde se faz uso bastante de carne, para outro fresco, mais úmido, e menos alimentam animal, é, para ele, a principal causa.¹⁷⁷

O trecho revela o modo como Freire Alemão e seus colegas observavam a realidade social e biológica das populações locais, articulando conhecimento médico, discurso científico e sensibilidade social dentro da missão imperial de investigar e classificar o território brasileiro. Em primeiro lugar, o olhar do naturalista sobre os habitantes da Ibiapaba é marcadamente médico-naturalista: ele observa o contraste entre o ambiente físico, descrito como “temperado, enxuto e bem arejado”, e o estado debilitado da população, especialmente das “raparigas descoradas” e “opiladas”.

Essa descrição revela o esforço em compreender a saúde humana em relação ao meio, uma preocupação típica da medicina do século XIX, influenciada pelas teorias do determinismo ambiental. Sob essa ótica, os aspectos geográficos ditavam as capacidades físicas e intelectuais de uma população, frequentemente avaliada a partir de um viés eurocêntrico, que considerava o clima e o ambiente europeus como os ideais. Somava-se a isso o higienismo, corrente que defendia que os hábitos de higiene das populações evidenciavam seu grau de civilidade. Acreditava-se que o controle sanitário e a adoção de bons hábitos higiênicos livrariam os indivíduos de doenças, resultando em maior inteligência, produtividade e desenvolvimento social.

Neste contexto os serviços médicos de Freire eram requisitados pela população que passava a enxergar nos conhecimentos científicos do médico solução para suas enfermidades, sendo registrado que: “Tivemos esta manhã, e durante o dia bastante atrapalhação com gente que se vinha receitar”.¹⁷⁸ Sobre a escrita do cientista Teixeira observa que,

¹⁷⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)** Francisco Freire Alemão. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 334-335

¹⁷⁸ Ibidem p. 333

Para além de uma preocupação com a saúde da população, o reconhecimento da demanda por médicos pelo poder real permite entrever o estabelecimento de uma nova forma de regular politicamente a vida social no Brasil. Interessava, então, implementar um espaço normalizado, ordenar a circulação de pessoas e bens e constituir uma população saudável e apta ao trabalho, solucionando os problemas sanitários e as epidemias que grassavam nas crescentes concentrações urbanas¹⁷⁹.

É possível observar uma “padronização” dos comportamentos a partir de discursos em uma sociedade que se torna progressivamente mais complexa e interdependente, fenômeno visível na difusão de doenças e no aumento da velocidade e das possibilidades de comunicação. Os discursos civilizatórios buscam ser internalizados pela sociedade para que se transformem em atitudes consideradas “normais”.

No decorrer da escrita de Freire Alemão, é flagrante o seu olhar voltado às potencialidades econômicas da região. O naturalista observa a qualidade dos produtos locais, as potencialidades de uns e o aproveitamento de outros, estabelecendo sempre uma relação entre o solo, a vegetação e as capacidades humanas nos lugares estudados. No caso da Ibiapaba, essa lógica não é diferente, pois,

O processo "civilizador" visto a partir dos aspectos dos padrões de conduta e de controle de pulsões e a mesma tendência que, se considerada do ponto de vista das relações humanas, aparece como um processo de integração em andamento, um aumento na diferenciação de funções sociais e na interdependência e como a formação de unidades ainda maiores de integração, de cuja evolução e fortuna o indivíduo depende, saiba disso ou não.¹⁸⁰

É possível observar uma “padronização” dos comportamentos a partir de discursos em uma sociedade que se torna progressivamente mais complexa e interdependente, fenômeno visível na difusão de doenças e no aumento da velocidade e das possibilidades de comunicação. Os discursos civilizatórios buscam

¹⁷⁹ TEIXEIRA, Karoline Viana. **A seiva e o traço: configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. 2017.– Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2017. p 177

¹⁸⁰ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 2: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 83

ser internalizados pela sociedade para que se transformem em atitudes consideradas “normais”.

No decorrer da escrita de Freire Alemão, é flagrante o seu olhar voltado às potencialidades econômicas da região. O naturalista observa a qualidade dos produtos locais, as potencialidades de uns e o aproveitamento de outros, estabelecendo sempre uma relação entre o solo, a vegetação e as capacidades humanas nos lugares estudados. No caso da Ibiapaba, essa lógica não é diferente, pois,

Arroz não o cultivam. Mandioca, feijão e milho dão muito. À mandioca era a primeira cultura antigamente, hoje cuida-se mais da cana, com que se faz rapadura e aguardente, A cana rende muito aqui, assim uma pipa de garapa de 80 canadas (cana dá oito garrafas) dá 16 canadas de aguardente, e no Ipu só dá oito e mesmo sete. O açúcar, porém, do Ipu é melhor que o daqui; que é sempre trigueiro.¹⁸¹

A observação de que “a mandioca era a primeira cultura antigamente, hoje cuida-se mais da cana” mostra uma mudança significativa nas prioridades econômicas locais. Essa transição da mandioca para a cana-de-açúcar representa a passagem de uma produção voltada à subsistência para uma agricultura de fins comerciais, associada à fabricação de rapadura e aguardente. Tal transformação evidencia o avanço de práticas produtivas mercantilizadas e a integração da Ibiapaba a circuitos econômicos mais amplos da província.

Quando o relato menciona que “a cana rende muito aqui” e compara o rendimento da produção com o do Ipu, observando que “uma pipa de garapa de 80 canadas dá 16 canadas de aguardente, e no Ipu só dá oito”, percebe-se o rigor técnico da observação. A Comissão, fiel ao seu propósito científico, quantifica, compara e avalia o potencial produtivo das regiões visitadas, buscando identificar os locais mais férteis e economicamente promissores.

Na escrita, também se observa a avaliação de outras culturas, como laranja, banana, mamão, goiaba e caju. Essas espécies são analisadas quanto à sua quantidade e qualidade, bem como à possibilidade de melhoria do seu cultivo e aproveitamento comercial, pois

¹⁸¹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)** Francisco Freire Alemão. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 330

É possível perceber ao longo dos eventos expositivos realizados na segunda metade do século XIX uma reiterada divulgação das potencialidades da agricultura nacional. Isso nos sugere não apenas que o país de fato tinha na terra a sua principal riqueza, mas principalmente, remete-nos a um projeto de industrialização dessas riquezas, pois se possuía a matéria-prima, mas faltavam os meios de explorá-las de forma mais “racional”.¹⁸²

Tendo em vista a preocupação com a população as descrições no diário oscilam entre elogios e críticas, pois “as crianças são muito vivas e inteligentes. Estão na escola matriculadas 60”¹⁸³ como também “na vila Viçosa a saúde pública não é boa. Quanto a mim, a mudança de estação é causa disto”.¹⁸⁴ No diário de Freire Alemão, observam-se poucas referências à morte. As menções existentes estão relacionadas, principalmente, aos retirantes da seca e aos conflitos decorrentes da Balaiada. Em torno dessas mortes, contudo, não há descrições sobre rituais fúnebres, como velórios ou enterramentos, tampouco indícios de preocupação sanitária com os cadáveres.

O texto de Freire Alemão é fundamental para compreender o olhar da Comissão Científica de Exploração sobre a região, marcado pela racionalidade e pela busca de explicações naturalistas e médicas para os fenômenos sociais e sanitários. Essa perspectiva expressa-se na tentativa de identificar e combater as causas da morte, bem como de promover melhores condições de vida que contribuíssem para o desenvolvimento e a modernização da nação. Nesse contexto, “quando cheguei chegou também de Vila Viçosa um expresso mandado pelo juiz de Direito dela, pedindo-me que fosse socorrer a vila, cuja população estava aterrada com uma febre que ali está matando muita gente. Respondi-lhe que lá iria amanhã o meu adjunto”.¹⁸⁵

No decorrer do diário não é esclarecido qual a doença provocava esta febre ou qual tipo mais específico da doença que faz a população procurar o recurso da medicina oficial tendo em vista que há procura constante das pessoas pelas orientações da Comissão Científica e, mais especificamente, pelo médico, revela a confiança e a crescente legitimidade que a medicina passava a ter no tratamento das

¹⁸² SANTOS, Paulo Cesar. **A Província e a ciência nacional: a Comissão Científica de 1859 no Ceará**. Khronos, São Paulo, Brasil, n. 10, p. 159–179, 2020. DOI: 10.11606/issn.2447-2158.i10p159-179. Disponível em: <https://revistas.usp.br/khronos/article/view/174575>. Acesso em: 11 out. 2023

¹⁸³ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)** Francisco Freire Alemão. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 336

¹⁸⁴ Ibidem. p. 364

¹⁸⁵ Ibidem p. 344

doenças que se espalhavam pela província e, em particular, na região da Ibiapaba, que era vista pelo cientista, pois

oferece as mais belas proporções para uma boa habitação do homem e para o desenvolvimento industrial, pela amenidade de seu clima, pela bondade das águas e pelas forças produtivas do terreno. O que tem estorvado a esse desenvolvimento é em primeiro lugar a falta de vias de comunicação em razão da escarpa abrupta da serra, a falta de águas permanentes e enfim a condição dos homens que a têm habitado, ou índios indolentes, ou brancos facinorosos, e mais bravios que os caboclos. As gerações que têm passado por cima deste felicíssimo torrão, ignorante, perverso, não têm deixado rasto de sua existência senão pela destruição das belas matas que revestiam a serra, [que] lhe davam frescor, vigor e águas perenes. Deixaram o que não podiam destruir, a beleza do seu céu, a amenidade do seu clima, a pureza de seus ares e a terra empobrecida e ressecada, que está esperando pela atividade e indústria, para lhe restituir a substância e frescura com que possa nutrir e felicitar uma numerosa e bela população.¹⁸⁶

A Ibiapaba, com a presença de populações indígenas cujos comportamentos eram rotulados como “indolentes”, passava a ser vista como um empecilho ao desenvolvimento pautado nos padrões civilizatórios europeus. Esse olhar, carregado de determinismo racial em relação aos habitantes da região, estava intrinsecamente ligado à perspectiva de Freire Alemão sobre o povo cearense de modo geral; pois, “o povo em geral é bom, industrioso, mas indolente, como são os povos dos países quentes, e das raças americana, africana e dizemos também latina”¹⁸⁷. A análise se estende aos brasileiros em geral e sua formação étnica miscigenada; contudo, no caso da Ibiapaba, embora a presença africana seja registrada, ela não é considerada o fator predominante na formação da população local, dada a hegemonia da presença indígena na região.

Um ponto relevante do relato de Freire Alemão refere-se ao envolvimento da Ibiapaba com a Balaiada (1838–1841)¹⁸⁸ naturalista discorre sobre o que considera uma “péssima formação populacional” de São Pedro de Ibiapina, por entender que

¹⁸⁶ Ibidem p. 351

¹⁸⁷ Ibidem p. 352

¹⁸⁸ Sobre a Balaiada no Ceará e na Ibiapaba ver: COSTA João Paulo Peixoto. **A Balaiada no Ceará: possibilidades de pesquisa**. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; PEREIRA, Josenildo de Jesus; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (Orgs.) Histórias e memórias da Balaiada [recurso eletrônico] São Luís, MA: Editora UEMA; Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. Disponível em: <https://repository.essex.ac.uk/34310/1/517%20-%20Historias%20e%20memorias%20da%20Balaiada.pdf>. Acessado em: 10 Fev 2023.

muitos remanescentes desse movimento regencial passaram a habitar a cidade após o conflito. Sobre essa composição social, Freire escreve,

Isto foi sempre um lugar habitado de caboclos e miserável depois dos distúrbios da Balaiada de 1840. Ensinados os caboclos e serenados os ânimos, é que entrou isto a povoar-se de melhor gente, e que se vai tornando habitável. O clima é excelente, todavia há menos moléstias do que o que se devia esperar, devidas ao mal passado [e] à falta de tratamento, e ao vírus sífilítico¹⁸⁹

O trecho do diário de Freire Alemão revela, de forma clara, o olhar hierarquizante, moral e científico que orientava as observações da Comissão Científica de Exploração no século XIX. Ao afirmar que o lugar “foi sempre habitado de caboclos e miserável depois dos distúrbios da Balaiada de 1840”, o autor situa sua narrativa no contexto de reorganização social e política do Império, após as revoltas regenciais que ameaçaram a unidade territorial e a formação de uma identidade nacional.

Ao citar a Balaiada, movimento popular ocorrido no Maranhão e no Piauí, vizinho à Ibiapaba, esta é evocada para marcar um tempo de desordem e atraso que, segundo o autor, só foi superado quando, “ensinados os caboclos e serenados os ânimos”, o espaço começou a ser ocupado por “melhor gente”. Essa diferenciação entre “caboclos” e “melhor gente” revela a perspectiva civilizatória da Comissão, que via a mestiçagem e a pobreza como sinais de depauperação; como era comum na época, o progresso estava intrinsecamente associado ao padrão branco-europeu.

Sobre o Ceará, no tocante ao clima, doenças e práticas de cura (incluindo a Ibiapaba), destacam-se os textos de Manoel Freire Alemão, sobrinho de Freire, que atuou como seu adjunto na expedição. Em artigo publicado *n’O Progresso Médico, em 1876, sob o título “Clima e moléstias endêmicas de Ibiapaba (Ceará): notícia extraída de apontamentos inéditos”*¹⁹⁰ o autor aborda inicialmente a temperatura, o clima, a qualidade da água e a alimentação, bem como as produções agrícolas. Avalia, ainda, as edificações locais como precárias, por serem em sua maioria de palha, carentes de infraestrutura básica, igrejas suntuosas ou prédios apropriados para a

¹⁸⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)** Francisco Freire Alemão. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 364

¹⁹⁰ Clima e moléstias endêmicas de Ibiapaba (Ceará) notícia extraída de apontamentos inéditos. **O Progresso Médico**, v. 1, n. 1, 1876. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025887&pesq=Ibiapaba&pagfis=192>. Acessado em: 24 Set 2024

detenção de indivíduos. Manoel continua sua análise apontando para a “pobreza da serra em tempos de penúria”¹⁹¹. Assim, a Ibiapaba, vista como refúgio dos retirantes no capítulo anterior, é aqui descrita como um lugar pobre e carente.

A “Ibiapaba adoentada” no relato citado analisa as mulheres sob a ótica de seu aparelho reprodutor, além de investigar enfermidades oculares e descrever o medo da população de uma “febre remittente, especie de typho endemico que muito assusta a gente da serra”¹⁹². Relata um alto índice de mortalidade devido a essa febre, anotando que casos de sezões (malária) e tísica (tuberculose) eram raros. Já problemas gástricos, reumáticos e asma são descritos como doenças comuns. O artigo finaliza analisando os usos da fitoterapia cearense e ibiapabana.

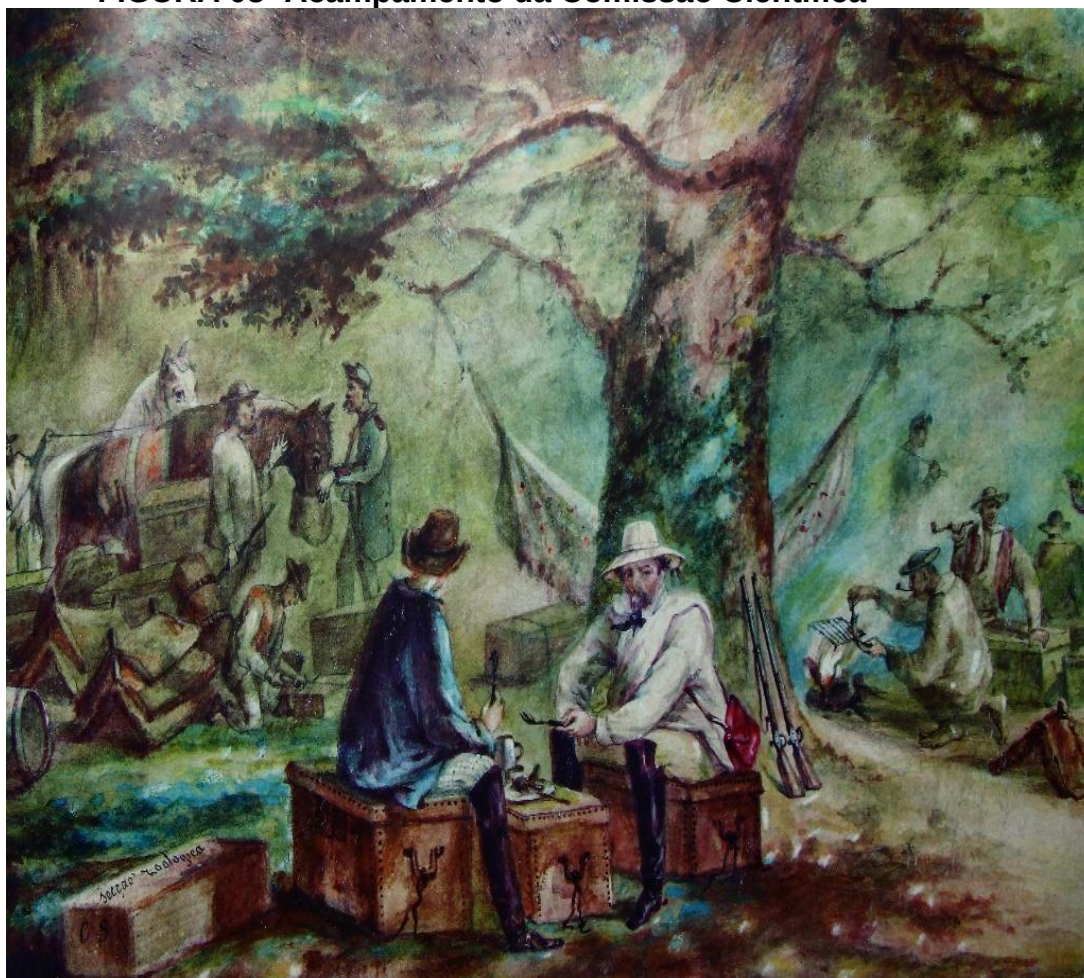
A Comissão, além da escrita, buscava registrar suas observações por meio de imagens, compreendendo que os detalhes visuais conferiam maior clareza às explicações científicas. Embora os desenhos mais famosos de Freire Alemão sejam os botânicos, seus registros de edificações funcionam como um mapa social e geográfico que revela a interação humana com o ambiente natural. Esses esboços serviam como ponto de partida para investigações sobre a capacidade de sustentação da vida e o desenvolvimento regional, pois “a projeção da Ciência nacional era indispensável para a consolidação da homogeneidade e do status de civilização almejado para o país”¹⁹³.

O registro iconográfico apresentado a seguir retrata um acampamento da Comissão em um local que contrasta com a paisagem clássica do Ceará associada à seca: nota-se uma vegetação densa e árvores de grande porte. José dos Reis Carvalho tinha o compromisso de produzir essa documentação para auxiliar as seções científicas. Sua pintura não busca apenas a estética, mas a precisão do registro: o vestuário e os utensílios de metal fornecem um retrato fiel da ciência itinerante do Império.

¹⁹¹ Clima e moléstias endêmicas de Ibiapaba (Ceará) notícia extrahida de apontamentos inéditos. **O Progresso Médico**, v. 1, n. 1, 1876. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025887&pesq=Ibiapaba&pagfis=192>. Acessado em: 24 Set 2024

¹⁹² Ibidem. p 193

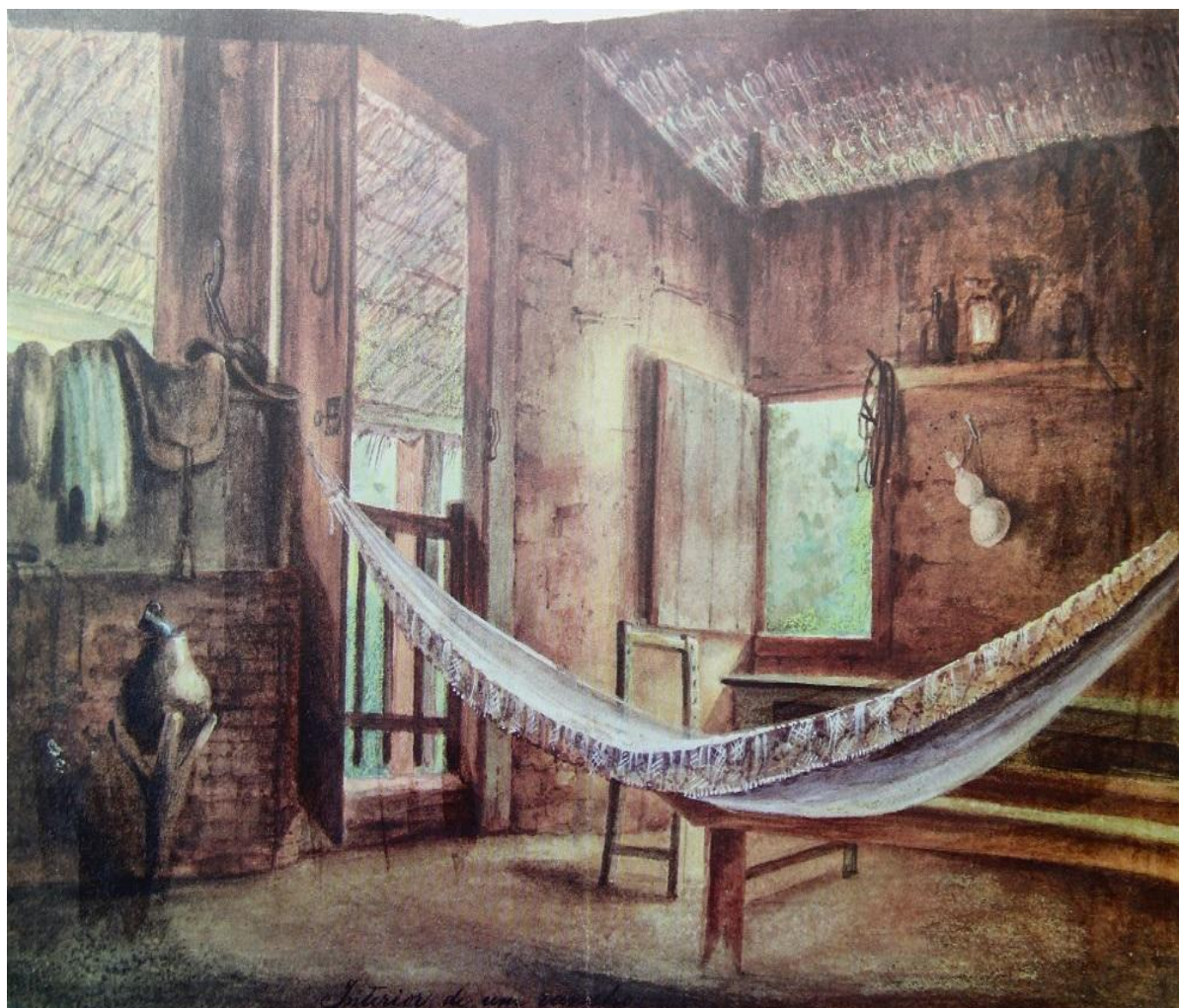
¹⁹³ CAVALCANTE, F. H. B. (2013). **Ciência brasileira em ação: natureza e história nas investigações da Comissão Científica de Exploração (1859 – 1861)**. Cadernos De História Da Ciência, 9(2), 11–41. Disponível em: <https://doi.org/10.47692/cadhisciecienc.2013.v9.34307>. Acessado em: 12 ago 2023

FIGURA 03- Acampamento da Comissão Científica

Fonte: Aquarela de José dos Reis Carvalho mostra o acampamento da Comissão Científica em trajeto pelo interior cearense. Disponível em: <https://especiais.opovo.com.br/borboletas/>. Acessado em: 10 Abr 2023

Observam-se redes armadas entre as árvores e pequenas tendas ao fundo, sugerindo a adaptação dos cientistas aos costumes locais de repouso. À direita, um membro da equipe prepara o alimento em um fogo de chão, enquanto cavalos e mulas, essenciais para o transporte em terrenos difíceis descansam. Vale ressaltar que esses animais de carga chegaram a ser temporariamente substituídos por camelos, trazidos para o Ceará sob a lógica de que seriam o recurso ideal para um ambiente imaginado como desértico; contudo, os animais não se adaptaram ao clima e ao relevo da região¹⁹⁴ Além do acampamento, Reis registrou o cotidiano do Ceará, em,

¹⁹⁴ Sobre a experiência do uso dos camelos no Ceará ver: Lopes, M. M.. (1996). "Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará". História, Ciências, Saúde-manguinhos, 3(1), 50–64. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701996000100004>. Acessado em: 21 Feb 2024

FIGURA 04- Cotidiano do Ceará, uso da rede

Fonte: Rede retratada por José dos Reis Carvalho. Disponível em: <https://especiais.opovo.com.br/borboletas/etnografica.html>. Acessado em: 10 Abr 2023

A rede de dormir simboliza a herança indígena incorporada ao cotidiano brasileiro. As paredes de taipa (barro batido), o piso de terra e o telhado de palha ou madeira revelam as técnicas construtivas e a simplicidade das habitações da província. A presença dos equipamentos de montaria no espaço interno da casa reforça a essencialidade de burros, cavalos e jumentos para o trabalho e o transporte da época. Essa imagem funciona como um registro etnográfico, capturando a essência de uma era sob o olhar minucioso do artista. Ainda sobre o Ceará, o mapa da província do século XIX permite compreender a distância da Ibiapaba, situada na fronteira com o Piauí, em relação à capital, que aparece no destaque do mapa como um espaço urbano ainda modesto.

Figura 05- Mapa da Província do Ceará



Fonte: Mapa da Província do Ceará. Planta da Vila de Fortaleza Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br> . Acessado em: 21 Jul 2024 (grifo nosso)

Paralelamente à análise das doenças, a organização do espaço sagrado e mortuário de Viçosa surge como um campo de investigação fundamental para compreender as transformações urbanas do século XIX. Embora o cemitério, ponto central deste estudo, não seja mencionado no texto de Freire Alemão, ele é identificado no esboço que o naturalista fez da vila em 1860. Nesse desenho, o campo-santo aparece posicionado na borda do traçado urbano, situado atrás da igreja para evitar os sepultamentos no interior ou ao lado do templo, conforme registra o arquiteto José Liberal de Castro em sua obra *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará*.¹⁹⁵ O

¹⁹⁵CASTRO, José Liberal de. **Igreja Matriz de Viçosa do Ceará**. Arquitetura e Pintura de Forro. Fortaleza: Edições IPHAN/UFC, 2001.

autor historiciza a construção da vila e, conseqüentemente, da igreja, partindo de relatos coloniais e oitocentistas, como os de Freire Alemão. Cita, também, Antônio Bezerra de Menezes e outros intelectuais, mas, no tocante ao cemitério, fundamenta-se em um documento do período colonial.¹⁹⁶ que descrever a igreja construída pelos jesuítas e que ao lado existia um pequeno cemitério. No quarto capítulo, trataremos de uma matéria jornalística sobre uma reforma na igreja que revelou ossadas humanas, resultando em acusações contra o Padre Bevilaqua pela falta de cuidado com os restos mortais.

Freire Alemão não apenas desenha, mas categoriza os edifícios por função. Essa distinção permite ao leitor compreender a estrutura social da vila através de um olhar técnico, diferenciando as construções permanentes das mais precárias. O cientista registra sua própria localização para esclarecer que a observação foi realizada in loco, atestando sua presença efetiva no local e demonstrando a preocupação em situar a vila dentro de uma moldura geográfica precisa.

Nas imagens produzidas por Freire, a mudança no tocante ao cemitério é um “sintoma” da época. Ele registra o conflito silencioso entre a tradição colonial, representada pelo Colégio dos Jesuítas e pela Igreja Matriz, e a modernidade científica, expressa no cemitério afastado e na catalogação rigorosa de cada residência e serviço público.

Além de Viçosa, observam-se abaixo os esboços de Ibiapina e de Campo Grande (atual cidade de Guaraciaba do Norte), mantendo a mesma intencionalidade: evidenciar as características da geografia urbana e o nível de desenvolvimento local, detalhando suas casas e equipamentos públicos. Descrição do plano da Vila de Viçosa,

1 - Alto da Serra, chamado Ceo 2 - Igreja 3 - Lugar de Collegio da Companhia 4 - Casa do Vigario Sr. Jozé Bevilacqua 5 - Casa, em que estamos aposentados 6 - Casa de Tenente 7 - Casa da Camara 8 - Cadeia 9 - Casa onde está o Sr. Juiz de Direito 10 - Escola publica de primeiras lettras 11 - Casa do Sr. Augusto Ponte d'Aguiar 12 - Casa do Sr. Cap. Placido Fontenelle F.º 13 - Casa do Sr. João Pacheco 15 - Casa do Sr. Major João Severiano Presidente da Camara 14 - Casa do Sr. Tenente Coronel Vicente Magalhães, do Esp.to Santo 16 - Casa do Sr. Manoel Ferreira Porto 17 - Engenhoca do Sr. Manoel Ferreira 18 - Açougue, ou casa onde se talha a carne 19 - Cruzeiro levantado por Sr. Serafim 20 - Quartel 21 - Cemiterio 22 - Casa onde morou o Sr.

¹⁹⁶ O documento é: *Derrota e jornada do mestre Piloto Manuel Róis dos Santos por onde consta as qualidades de que se reveste a serra de Ibiapaba desde que chegou ao Porto do Camocim*. In Studart, Barão de. Notas para a história do Ceará. Brasília: Senado Federal, 2004 [1892]

Galvaglio. Os lugares cheios de traços indicam casas de telha. Os quadros em branco indicam palhoças = as palhoças são m.to mais numerosas, ha mesmo alguns becos guarnecidos de palhoças q. não puderam ser compreendidos no mappa. Villa Viçosa em 27 de Dezembro de 1860.¹⁹⁷

FIGURA 06- Plano da Villa de Viçosa do Ceará em 1860

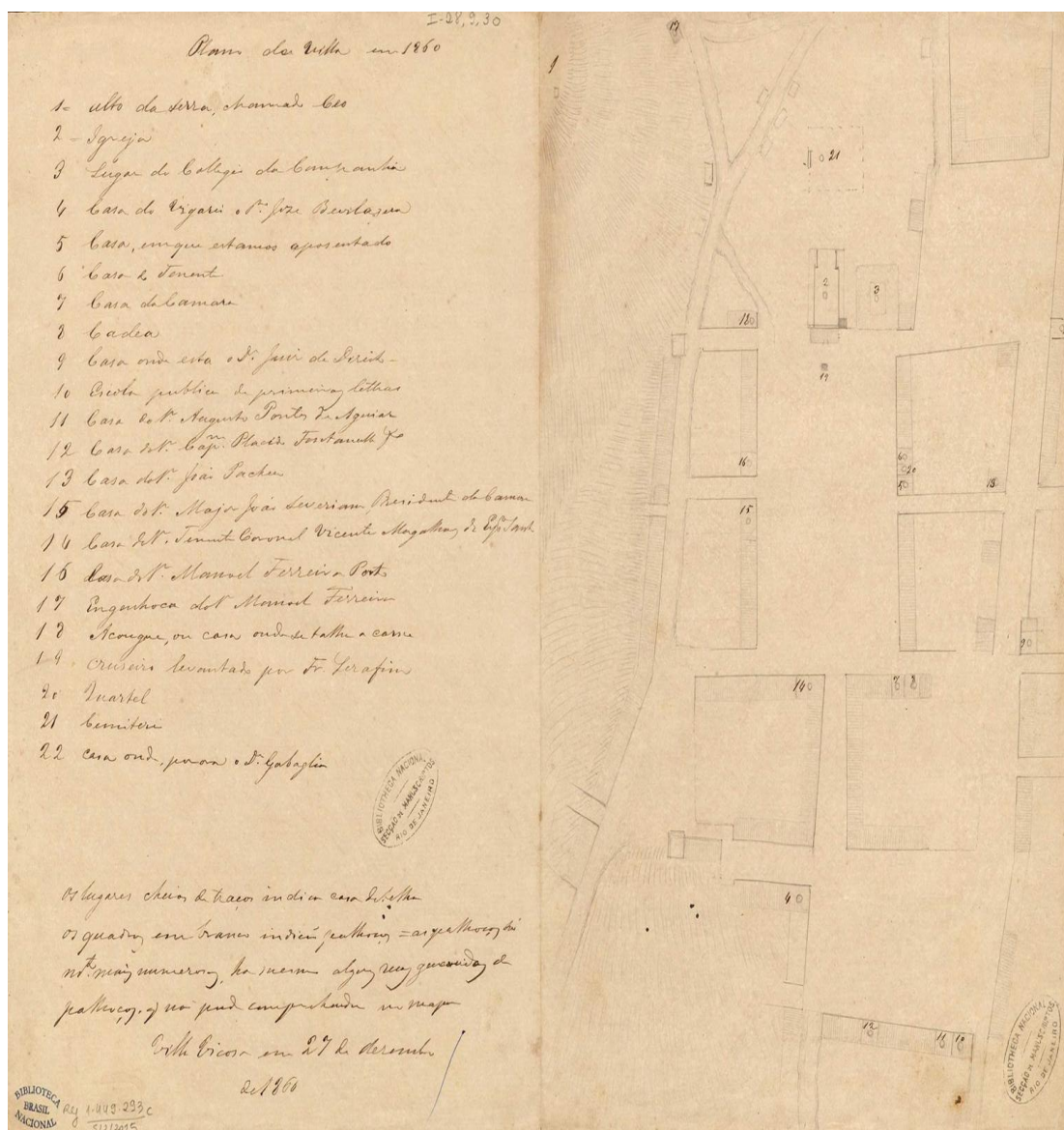
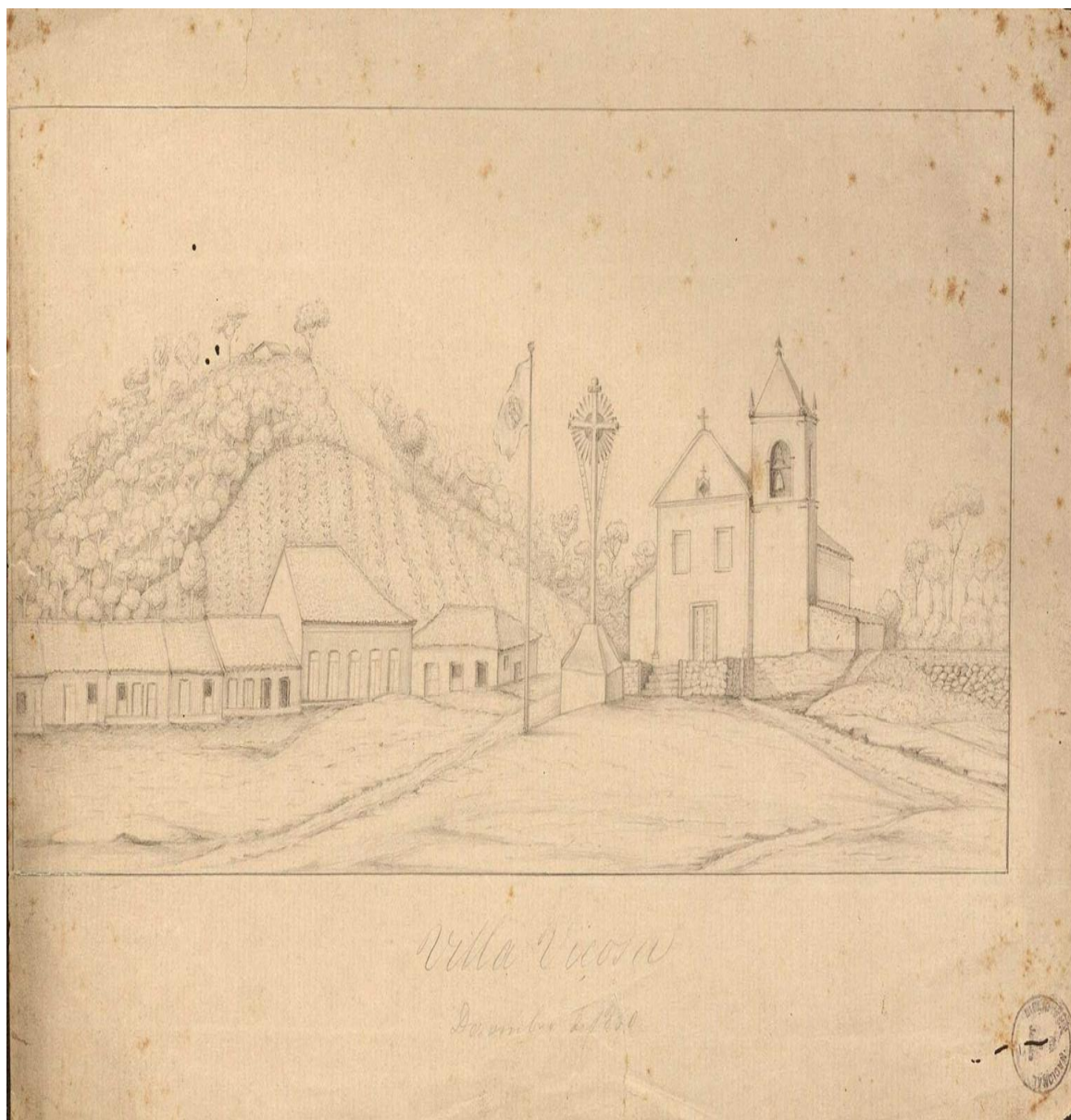


FIGURA 07- Esboço da igreja matriz de Viçosa

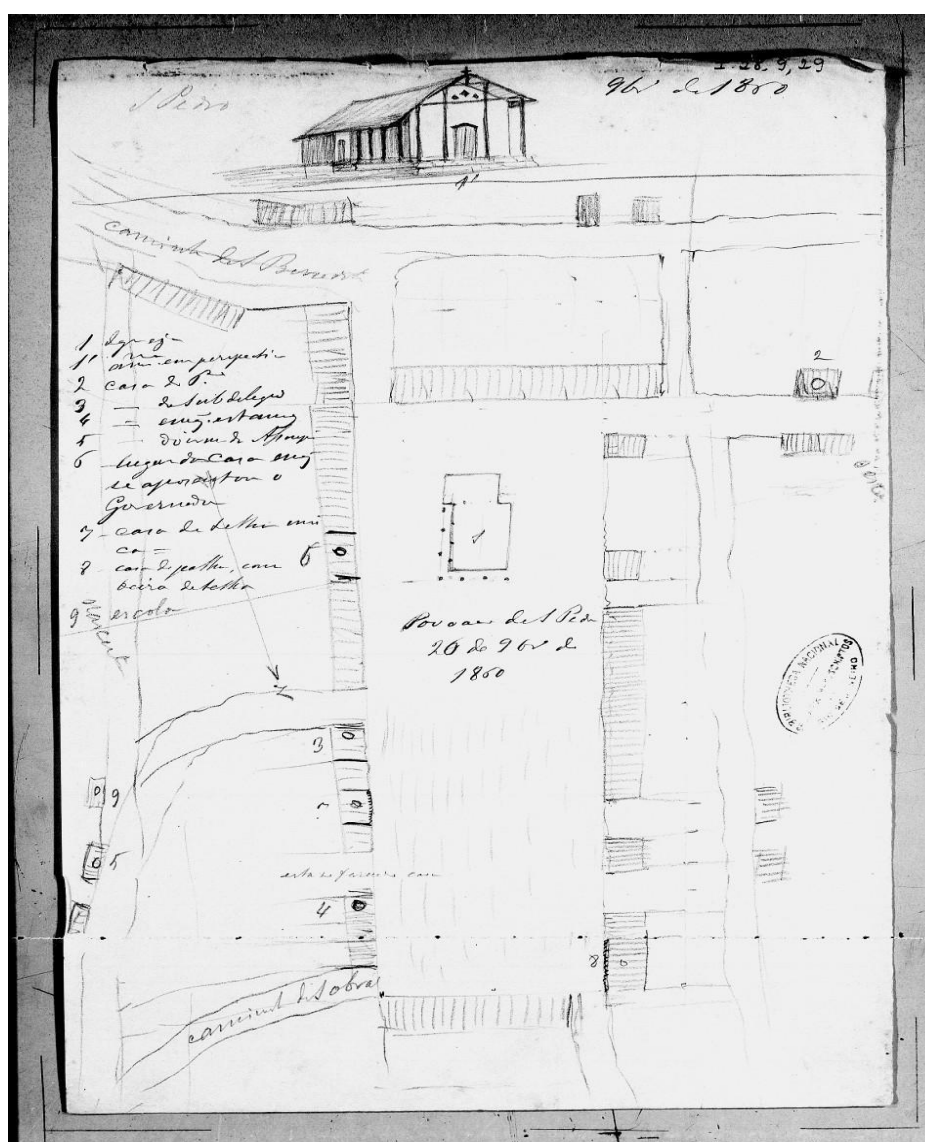


Autor desconhecido. Desenho da Vila Viçosa. Coleção Freire Alemão. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/291511>. Acessado em: 10 maio 2023

FIGURA 08- Esboço de São Pedro de Ibiapina

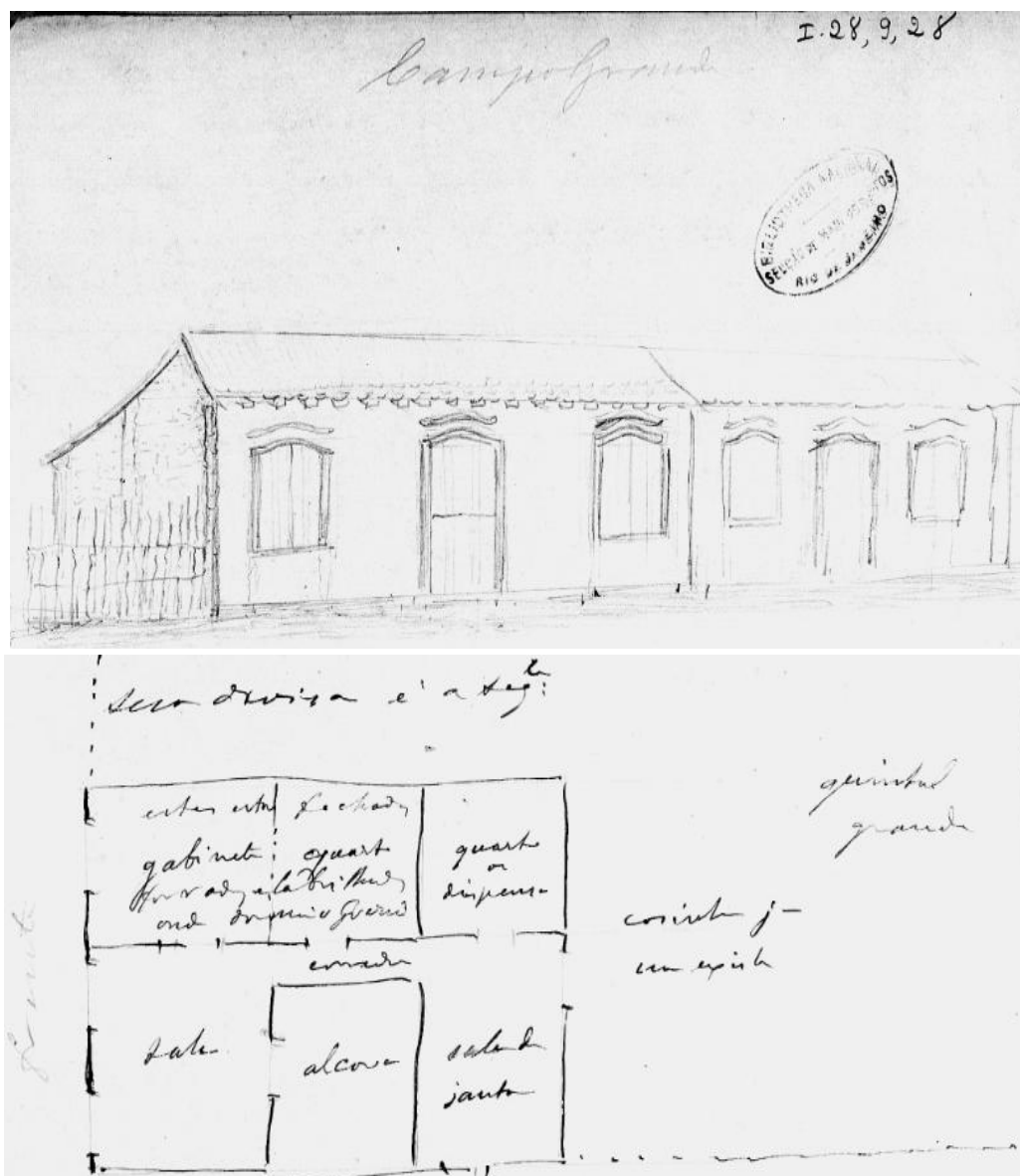
Topo (acima do desenho da igreja): S. Pedro / 9 br. de 1860 (9 de novembro de 1860) Centro do mapa: Povoação de S. Pedro / 20 de 9 novembro de 1860

- 1- Igreja
- 2- Casa de Pe (provavelmente residência paroquial ou de autoridade)
- 3- [Casa] do Subdelegado
- 4- [Casa] em que estivemos
- 5- do Juiz de Orfãos
- 6- Lugar da casa ? o Governador
- 7- Casa de telha antiga
- 8 -Casa de palha, com beira de telha
- 9 -Escola



Fonte: ALEMÃO, Francisco Freire. Esboço da povoação de São Pedro. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/428197>. Acessado em: 10 maio 2023

FIGURA 09- Esboço de uma casa em Campo Grande



ALEMÃO, Francisco Freire. Esboço de uma das mais antigas e mais nobres casas da localidade de Campo Grande. nov. 1860 Disponível em : <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/428198>. Acessado em:

Retomando o relato de Freire Alemão, que relaciona a saúde às condições ambientais, observa-se que, em seu trajeto rumo à Vila de Viçosa, o naturalista passou por Quatiguaba. O local, hoje um distrito situado a 15,8 km de Viçosa do Ceará, foi descrito como,

Quatiguaba está numa grande baixada, ou depressão da serra, o calor é aí mui forte às três horas (27 graus), a vegetação é caatinga (caatinga, mata seca) e estava toda desfolhada. Assim já notamos aqui grande diferença na gente de cima da serra, que é em geral pálida e adoentada (como nós lá somos no Rio). Aqui toda a gente, homens,

mulheres e crianças, todos são vigorosos, corados, alvos e de cabelos loiros nas crianças, e negros nos adultos.¹⁹⁸

“Pele alva” e cabelos loiros constituem critérios de proximidade com a civilização europeia, onde a condição racial implicaria uma melhor condição de saúde; está implícita, aqui, a comparação com a caracterização racial que o autor fez dos habitantes “de cima da serra”. Há uma distinção entre habitantes de localidades diferentes dentro da Ibiapaba sob a lógica do determinismo biológico. Freire classifica e cria identidades para as populações ibiapabanas em seus diferentes lugares e características étnicas, carregado de uma visão típica do ambientalismo científico oitocentista, que buscava explicar as diferenças humanas por meio da natureza. Freire também relata que

O subdelegado nos presenteou hoje com três bandejas de frutas, laranjas, limas e bananas, tudo coberto como bem engomados, e conduzidos por três pretos, **asseadamente vestidos**.¹⁹⁹

Ainda,

Ceia, que para nós era jantar, porquanto almoçamos em Quatiguaba ao meio-dia. Descansamos quando nos aprontávamos para ir cear em casa do delegado nos entram pela porta [a]dentro dois moleques, cada um com uma grande bandeja **coberta de toalhas mui limpas**; era o padre vigário que nos mandou um banquete para cear.²⁰⁰

O asseio dos lugares, das coisas e dos corpos ia se tornando pauta e exigência de boas maneiras, além de requisito de receptividade e civilidade; afinal, ao receber uma figura como Freire Alemão, eram necessários tais cuidados. As autoridades da região viam-se no dever de exercitar os conhecimentos e as exigências dessas práticas sanitárias vigentes na época. Enquanto o naturalista evidencia seu discurso de ordem e civilidade, elogia a aparência e a limpeza como virtudes: quanto mais “limpo” e “organizado” o ambiente, mais “civilizado” parecia aos olhos de um homem das elites imperiais.

Outro ponto notório é a hierarquia social nas figuras do subdelegado e do padre, que representam as maiores instituições de ordenação social na localidade.

¹⁹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)** Francisco Freire Alemão. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 366

¹⁹⁹ Ibidem. p. 346

²⁰⁰ Ibidem. p. 367 (Grifo Nosso)

Nota-se, ainda, a normalização da inferioridade racial quando o autor aponta para os “três pretos”, evidenciando a naturalidade do trabalho servil no cotidiano oitocentista. Na Ibiapaba, além dos registros sobre as febres, Freire Alemão avalia que:

Na terça-feira, 27, acordamos eu, e principalmente Manoel de fluxados, a viagem ao sertão nos fez algum benefício. Na quarta-feira à noite, logo que aqui cheguei reapareceu-me, e o conservo ainda. Ontem quinta-feira o meu criado Francisco apareceu com febre. E quando estávamos já agasalhados, nos bateram à porta pedindo que fôssemos ver o Sr. E, pai da moça que se casou anteontem, que estava sem fala. Manoel lá foi vê-lo, era um ataque nervoso, tínhamos apenas dormido o primeiro sono quando nos bateram à porta de novo, era na mesma casa. A moça, filha dele, que se tinha casado, estava a tossir desde a boca da noite e [a] lançar escarros de sangue; lá foi Manoel, sangrou-a e medicamentou.²⁰¹

A passagem de Freire Alemão pela Ibiapaba expõe um caso concreto de doença e a atuação de seu sobrinho, Manoel Alemão, que tratou de uma moça utilizando a técnica do sangramento e medicamentos não especificados. O sangramento terapêutico, utilizado desde as primeiras civilizações, consistia na retirada de sangue para “renovar” e “limpar” o organismo. A sangria era realizada com o uso de sanguessugas ou ventosas. Na cultura africana, essa prática possuía significados próprios, muitas vezes associada à “saída de espíritos”. No século XIX, a atividade dos sangradores passou por uma regulamentação estatal que visava proibir iniciativas populares, especialmente aquelas ligadas às tradições de matriz africana.²⁰²

Em sua passagem pela Ibiapaba, Freire Alemão revela perspectivas profundamente influenciadas pelo pensamento iluminista da época, bem como sua intencionalidade como agente estatal da Comissão Científica. Seu olhar sobre os ibiapabanos não é meramente descritivo, mas analítico, especialmente quando discorre sobre a relação dos habitantes com o meio ambiente, por considerar que a “gente do lugar” não aproveita a natureza como deveria. Sobre o diário de Freire, é importante observar que,

²⁰¹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)** Francisco Freire Alemão. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 364

²⁰² Ver: DANTAS Rodrigo Aragão **BARBEIROS-SANGRADORES: AS TRANSFORMAÇÕES NO OFÍCIO DE SANGRAR NO RIO DE JANEIRO (1844-1889)**. Dissertação (mestrado) História das Ciências e da Saúde. Oswaldo Cruz – Fiocruz. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_rodrigo_dantas.pdf. Acessado em: 15 Nov 2023

Nunca saberemos as circunstâncias que motivaram a redação de um diário de viagem que em muito ultrapassava as demandas do trabalho de campo. A formação ilustrada de Freire Alemão justifica, em parte, essa tentativa de apreensão totalizante, a partir de uma matriz de conhecimento ainda não compartimentado em disciplinas.²⁰³

Um documento relevante para o estudo da Ibiapaba nesse período é o *Relatório dos costumes e algumas seitas mais notáveis que ainda existem entre os nossos indígenas do termo de Vila Viçosa*, de Antônio Marques da Assunção. Esse relato foi entregue a Francisco Freire Alemão e trata especificamente dos povos indígenas da região. Assunção possuía uma relação próxima com esses grupos, pois,

Veio visitar-me o Sr. Antonio Marques da Assunção, morador em um sítio daqui a duas léguas. É filho do ajudante Gonçalo Marques da Assunção, que foi comandante interino ou subalterno das aldeias de índios daqui da serra: era uma autaridade policial e muito era ele dos índios, e ainda hoje respeitam e consideram a sua família. Prometeu escrever uma memória sobre as seitas religiosas dos índios.²⁰⁴

Embora o relato de Assunção não trate diretamente dos sepultamentos e rituais fúnebres dos indígenas da Ibiapaba, ele aborda as práticas de cura e o desdém com que os "feiticeiros" indígenas (que se consideravam médicos) eram vistos. Observa-se que a Ibiapaba é atravessada por camadas de saberes sobre a cura e de poder sobre a vida e a morte: primeiramente, com os jesuítas tentando extinguir os costumes ancestrais; agora, com o confronto entre a tradição indígena e a medicina científica. E,

Os Feitisseiros se qualificão entre os nossos indiginas como Médicos, e como tais os assistem, e curão suas emfirmidades e atthé na outra classe de homens quando os acreditão: suas curas verção mais nos afectados de galicos, rheosmatismo, nésvosia ventosidades e desmantelo (das Senhoras por via de suas menstruações não regulares, Tomores de irisipella, e dores siaticas, ordinariamente nada aproveitão de suas curas, apenas alguma milhóra nos ataques de ventusidade, ou rheosmatico etc. por via de algumas frição, e beberagens de érvas ácres, e firmentózas que applicão, aquelas no curço da cura, e esta na ocasião de feixar o corpo do emfeitiçado.²⁰⁵

²⁰³ TEIXEIRA, Karoline Viana. **A seiva e o traço: configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. 2017.– Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2017. p. 144

²⁰⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)** Francisco Freire Alemão. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 344

²⁰⁵ Relatório de Antônio Marques da Assunção (Coleção Freire Alemão), novembro de 1860: **"Costumes, e algumas seitas mais notaveis que ainda existem entre os nossos Indígenas do**

Esse relato conflita tanto com as concepções religiosas quanto com as do Estado moderno racionalizado, visto que os indígenas combatem as doenças a partir de saberes herdados historicamente de seus antepassados. O universo de conhecimento indígena relaciona-se ao contato estreito com a natureza e às suas particularidades culturais, pois a cura, ou a própria manifestação das doenças, vincula-se à ideia do “corpo emfeitiçado”. Tal concepção não servia de parâmetro para as ciências biológicas, químicas e médicas, que passavam a regular o olhar e as práticas diante do corpo sintomático ou morto. Nota-se, contudo, a presença ativa de indígenas e sua relação de cura com não indígenas, o que destoava das convenções científicas da época, “e curão suas emfirmedades e atthé na outra classe de homens quando os acreditão”. Estabelece-se, assim, um processo de cura baseado na crença e em tradições que extrapolam o catolicismo; essa aceitação por “outra classe de homens” contrapõe-se aos discursos oficiais de extinção dos indígenas no Ceará e,

Com a extinção dos Jesuitas, que os governavam theocraticamente, decahiram esses aldeamentos, e já em 1818 informava um ouvidor ao governador Sampaio que os índios iam-se extinguindo na Ibiapaba, onde tinham aqueles religiosos um celebre hospício no lugar denominado Villa Viçosa, que com os outros acima indicados abrangem a comarca deste nome. E nelles que ainda hoje se encontram maior numero de descendentes das antigas raças; mas adam-se hoje misturados na massa geral da população.²⁰⁶

Tanto os relatórios de províncias com os jornais não trazem práticas de cura e cuidados com o corpo morto na cultura indígena. O mesmo relatório citado fala que no Ceará não havia mais indígenas aldeados ou bravios e dizer que os descendentes estão misturados ao restante da população não comunga com a distinção feita por Assunção. Neste cenário,

Tidos por cristianizados aos olhos de autoridades e particulares, e definidos como caboclos, os indígenas, particularmente em São Benedito, perpetuavam um conjunto de práticas sócio-culturais e religiosas herdadas dos antepassados que, mesmo inevitavelmente

Termo de Villa Viçosa”. Manuscritos. Disponível em : <https://bdilb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/428033>. Acessado em: 10 Ago 2023

²⁰⁶ JUNIOR José Bento da Cunha Figueiredo. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial.** 1863. p.19-20.

reelaboradas ao longo do processo de colonização, serviam como elo com a história dos ancestrais. Ademais, em condições cruciais, esforçavam-se para se manter enquanto indígenas, pois disso dependia o acesso à terra com reconhecimento oficial. Paradoxalmente, numa época em que os índios eram dados por extintos, eles representavam um componente significativo da população local.²⁰⁷

A perspectiva de depreciação da cultura indígena continua presente quando o assunto é ciência médica, pois no livro *História da Medicina no Ceará* de Leal, ao tratar do Exercício da Medicina, o autor expõe que,

A arte de curar era praticada na aldeia, pelo pajé, misto de feiticeiro, curandeiro e charlatão. Com suas astúcias e credences milenares, fazia supor ao infeliz padecente, ser portador de poderes que na realidade não os possuía. Acreditado piamente, face a extrema simplicidade dos silvícolas, passava a verdadeira divindade, o que ele explorava convenientemente. Sabia tirar proveito disso, recebendo tratamento especial, só dispensado aos chefes guerreiros e morubixabas, era o pajé-catú, o bom médico. No período colonial, não parece tenham tido eles grande atuação no tocante à Medicina propriamente dita. Eram mais advinhos tiradores de malignidades, ações de natureza mais religiosa do que propriamente de curar doentes²⁰⁸

Mesmo sendo uma publicação de 2019 feita pela Assembleia Legislativa do Ceará, temos uma linguagem que perpetua o preconceito com as comunidades indígenas com termos depreciativos da sua cultural e mantendo um olhar do século XIX. Os saberes tradicionais que não se encaixam na categoria de charlatanismo. O olhar médico descredencia as práticas dos feiticeiros, por não enxergar neles investigação com métodos próprios da ciência moderna.

Ainda no texto de Assunção vemos descrições das doenças do ponto de vista europeu/científico com definições mais genéricas como reumatismos e “nervosia”, ventosidades, “desmantelo” da menstruação das mulheres e outras mais específicas como o gálicos que se refere a sífilis, conhecida como doença do outro, do estrangeiro e no Brasil do século XIX era nominada também de mal-gálico.²⁰⁹ Outras

²⁰⁷ XAVIER Maico Oliveira **“Cabôcullos são os brancos”: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX**. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará-UFC. Fortaleza, 2010 p. 18

²⁰⁸ LEAL, Vinicius Antonius Holanda de Barros. **História da medicina no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2019. p. 79

²⁰⁹ Ver: CARRARA, S. **Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil**, da passagem do século aos anos 40 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. 339 p. ISBN: 85-85676-28-0. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acessado em: 15 jan 2023

enfermidades citadas são os “tomores” de erisipela e as dores ciáticas; a primeira consistindo em uma infecção cutânea e a segunda em dores no nervo ciático. Nota-se a ausência, no relato, de nomenclaturas indígenas para essas doenças, bem como de suas visões sobre causas, consequências e processos de cura. No documento, Assunção prossegue afirmando que:

Quando o feitisseiro tem noticia do emfermo, ou é chamado por este ex-amina, coidadosamente (por frases muito dizentereçado) quaes as intrigas que tem avido com o emfermo, e porque meios ou finalmente como sua família, e logo que vizite o emfermo diz-lhe-á, é malifício, e se a pessôa da emtriga não ex-iste, ou ja se mudou declara logo quem foi, e qual o motivo e ofresse logo mostrar o rosto da pessoa em um prato de agoa. no tempo da cura; mas quando a pessoa da entriga existe, é vizinha do enfermo, então o feitisseiro só diz ao afectado de segredo prometendo o curar se êlle o guardar. Ora ajusta o dia da cura em uma morada, ou lugar esquisítio, manda perparar o Cauhín, e manda a família do Diente convidar as pessoas de sua confiança em segredo para assistir os dias da cura, enquanto êlle feitisseiro tem falar com seo mestre (que dizem ser o tal Brújalico, pois sendo Diabólico só apanhão os enséquitos mas estranhos, e alguns botões de flores de plantas menos conhecidas, as conduzem comsigo ao lugar da cura ocultamente.²¹⁰

Observa-se a continuidade do processo de descredibilização do curador indígena (referido como “feiticeiro”), ao descrever práticas que destoam dos padrões médicos e sanitários por associarem as origens das patologias a questões de relacionamentos pessoais. A vinculação das práticas de cura tradicionais a entidades demoníacas faz parte das visões eurocêntricas impostas aos povos originários no Brasil desde o início da colonização — ganhando força com a chegada da missão jesuítica em 1549. No caso específico da Ibiapaba, o Padre Antônio Vieira, em seu documento *Relação da Missão da Ibiapaba*, apresenta capítulos intitulados: “*Impedimentos que põe o demônio à fé*”, “*Estado pernicioso dos índios da serra; suas ignorâncias, heresias e trato com o demônio*” “*escreve o padre Antônio Vieira aos de Ibiapaba; respondem os índios, (...) o padre Antônio Vieira; toma tudo melhor forma, e o procuram arruinar o demônio*”.²¹¹ Essa herança cristã católica permanece no

²¹⁰ Relatório de Antônio Marques da Assunção (Coleção Freire Alemão), novembro de 1860: “**Custumes, e algumas seitas mais notaveis que ainda existem entre os nossos Indígenas do Termo de Villa Viçosa**”. Manuscritos. Disponível em : <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/428033>. Acessado em: 10 Ago 2023

²¹¹ VIEIRA, Antônio. **Sermões XVII**. Erechim: EDELBRA, 1998.

século XIX, período em que os comportamentos indígenas na Ibiapaba passam a ser depreciados por duas vertentes complementares: a religiosa e a científica.

No texto de Assunção, não há referências ou análises detalhadas sobre o poder de cura e a toxicidade de plantas e bebidas, como o cauim (bebida alcoólica produzida a partir da fermentação da mandioca ou do milho), que os indígenas utilizavam tanto em rituais quanto para combater determinadas enfermidades. Da mesma forma, não se observa um estudo técnico sobre essa bebida nos escritos de Freire Alemão, ainda que este atuasse como botânico e coletasse informações sobre a natureza por onde passava.

Entre os registros da Comissão relativos às coletas de estudo, destaca-se o seguinte trecho: “estivemos ocupados no estudo de várias plantas, Manoel foi até o Carrasco, daqui a mais de duas léguas. (...) Manoel fez uma excursão a pé, e colheu algumas plantas; eu não saí, e continuei o estudo das plantas, até além das quatro horas”.²¹² Ainda nesse mesmo documento, Freire Alemão menciona que lhe foi oferecido o cauim, por ele denominado “bebida dos índios”, para experimentação.

Devemos observar que os costumes apresentados na Ibiapaba remetem a manifestações do período colonial que, embora ainda persistissem, já não possuíam a mesma abrangência devido à forte influência europeia e católica. Entre outras permanências históricas, destaca-se uma prática de cura para “quando os duentes sofrem dores que tem princípio de tumores, êlles então curão xupando o lugar afectado com a bôca, e antes de assim ex-ecutarem no tomar do tabaco metem na bôca, o que querem apresentar, e xupando que seja soltão fora a fasse de todos”²¹³. Essa técnica de cura, baseada na sucção do local afetado, destoava completamente das orientações de higiene da época e,

Sopro e sucção podiam acarretar a eliminação de feitiços existentes no corpo das vítimas, que os expeliam por via oral ou retal, havendo ainda, para as mulheres, a possibilidade de eliminar os malefícios através da vagina. O curandeiro encarregado de desfeitiçar empreendia ainda uma espécie de prospecção no terreno que circundava a residência do enfeitiçado, encontrando malefícios vários que eram responsabilizados pelos achaques e doenças dos pacientes. Chupar, assoprar, vomitar, defecar, desenterrar eram

²¹² ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)** Francisco Freire Alemão. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 344-345

²¹³ Relatório de Antônio Marques da Assunção (Coleção Freire Alemão), novembro de 1860: **“Costumes, e algumas seitas mais notáveis que ainda existem entre os nossos indígenas do Termo de Villa Viçosa”**. Manuscritos. Disponível em : <https://bdilb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/428033>. Acessado em: 10 Ago 2023

portanto procedimentos norteados por um princípio comum: expelir, fazer expelir, neutralizar uma espécie de energia negativa, destruidora, responsável por doenças e desgraças.²¹⁴

Trata-se de um processo que transcende o corpo biológico e busca a cura por meio de um viés espiritual, pautado em conhecimentos adquiridos a partir de experiências herdadas e com forte carga de identificação cultural e religiosa das comunidades indígenas. Nesse contexto, o combate ao mal não é visto como uma reação a bactérias, vírus, fungos ou ao crescimento anormal de células, mas como a neutralização de um feitiço causador da patologia. No pensamento científico europeu, essa ação de cura por “combate espiritual” ou exorcismo, que carrega tradições construídas historicamente ao longo de milênios, acabou restrita ao âmbito das crenças. Ao analisar a relação entre medicina e exorcismo até o século XVIII, Ribeiro afirma que,

Sustentada tanto por médicos como pelos tratados de demonologia e manuais de exorcismos, a relação entre o diabo e o humor melancólico situou-se na base da convergência entre o campo médico e o universo teológico. Apesar de defini-lo como humor natural, a própria medicina divulgava a tese de que o demônio instalava-se nele com facilidade. A partir disto, vê-se que os próprios representantes do saber científico acabavam por autorizar a interferência da Igreja nos seus domínios.²¹⁵

A perspectiva de enxergar o mundo da doença como um efeito espiritual não é específica da cultura indígena, pois permeia também a tradição da Igreja Católica no combate aos “males diabólicos” que esta projetava sobre as comunidades nativas. Contudo, a partir dos avanços do século XIX, tanto a liturgia católica quanto a ritualística indígena viram-se pressionadas a se submeter ao conhecimento médico, que descartava a ideia do corpo possuído por forças espirituais; pois,

A Religião se fazia presente, assim, na vida diária do cidadão e da comunidade, fosse em país católico, ortodoxo ou protestante, participando, inclusive, direta ou indiretamente, de decisões em assuntos de Estado. A ingerência religiosa, buscando impedir pesquisas e contestar estudos científicos em áreas que pudessem contrariar dogmas e ensinamentos teológicos, criaria um crescente fosso entre a Religião e a Ciência, que se tornaria, no final do século, mais evidente no campo da Biologia e da Sociologia. Ainda que a Fé religiosa passasse a ser aceita como um assunto de foro íntimo do

²¹⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 170

²¹⁵ RIBEIRO, Márcia Moisés. **Exorcistas e demônios: demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 45

indivíduo, que não deveria interferir no exame de questões científicas, perduraria, no século XIX, um antagonismo entre esses dois campos, que só viria a se reduzir, aparentemente, no século XX.²¹⁶

É um equívoco comum restringir a visão da enfermidade como um “efeito espiritual” ou mágico apenas às culturas indígenas; tal perspectiva permeava profundamente a própria Igreja Católica. Durante séculos, a instituição eclesiástica combateu as práticas rituais das comunidades nativas não por ceticismo científico, mas por uma disputa teológica, classificando-as como manifestações diabólicas. Havia, portanto, uma concordância de fundo entre o missionário e o pajé: ambos enxergavam o corpo como um receptáculo de forças sobrenaturais, divergindo apenas quanto à origem dessas forças e aos métodos de intervenção.

Entretanto, esse paradigma sofreu uma ruptura drástica com os avanços científicos do século XIX. Nesse período, tanto a ritualística indígena quanto a dogmática católica viram-se obrigadas a confrontar uma terceira autoridade emergente: o conhecimento médico. A ciência moderna, ao descartar a premissa do corpo possuído por entidades espirituais, retirou a doença do campo da teologia para situá-la estritamente nos domínios da biologia e da patologia.

2.4. As viagens científicas de Antônio Bezerra pelo Ceará oitocentista.

As expedições científicas no século XIX inspiraram ações nacionais e regionais, como a iniciativa de Antônio Bezerra. Pautado pela observação empírica, pela descrição detalhada e pela busca de explicações para os fenômenos naturais e sociais, Bezerra dialogava com os princípios da ciência moderna oitocentista. Tais princípios estavam vinculados ao pensamento naturalista e positivista, tanto em nível individual quanto institucional, por meio das entidades que nasceram nesse período e promoviam a difusão desses conhecimentos; pois,

As discussões em torno das leituras científicas no Ceará tiveram um crescimento considerável a partir da década de 1870. As Instituições e agremiações que surgiram a partir dos anos 1870 até a criação da Academia Cearense, em 1894, a qual se pode considerar como a mais voltada para um discurso científico sólido, tinham um caráter cientificista. A criação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, em 1887, e da Academia Cearense, em 1894,

²¹⁶ ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência: o pensamento científico e a ciência no século XIX**. 2. ed. Brasília : FUNAG, 2012. p. 26

e seus veículos de divulgação, a Revista do Instituto e a Revista da Academia Cearense, respectivamente, foram os que mais se aproximaram de instituições científicas.²¹⁷

Observa-se que tanto as instituições quanto o próprio Bezerra emergem no final do século XIX, evidenciando a tardia estruturação do debate e a difusão sistemática das ciências na província. No ocaso do Império e início da República, as discussões científicas ganham um "crescimento considerável", refletindo a ampla circulação dessas ideias no Brasil. O cientificismo, que prega a superioridade e a aplicação dos métodos das ciências naturais a todos os campos do saber, forneceu a base ideológica para a legitimação de agremiações e discursos da época.

Nesse cenário, Antônio Bezerra de Menezes (Quixeramobim, 1841 - Fortaleza, 1921) possuía um histórico familiar de influência na província, sendo seu pai deputado provincial. A família residiu a maior parte do tempo em Fortaleza, onde Bezerra estudou no Liceu do Ceará. Posteriormente, ingressou no curso de Direito em São Paulo, mas, sem concluí-lo, retornou ao Ceará para trabalhar no Tesouro Provincial²¹⁸ Bezerra atuou ativamente na vida intelectual cearense onde foi poeta, jornalista, cronista e defensor da causa abolicionista.

Foi um dos fundadores do jornal O Libertador e participou da criação do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e do Centro Literário. Pertenceu à Padaria Espiritual sob o pseudônimo de *André Carnaúba*, foi membro fundador e patrono da cadeira número 4 da Academia Cearense de Letras e o primeiro presidente da Sociedade de Ciencias Praticas. Ao mudar-se para Manaus em 1886, assumiu a diretoria do Museu de História Natural, onde permaneceu até 1901, data de seu regresso ao Ceará. Ainda,

Antônio Bezerra de Menezes, quando em vida, não foi um homem só, foi muitos se considerarmos a atuação intelectual nos círculos letrados da capital da província, a variedade de ramos do conhecimento que se debruçou tendo como objeto de estudo o Ceará, e seu legado literário. Ele escreveu sobre a história do Ceará, garimpando documentos oficiais, desvendando e elucidando os marcos de origem; foi voluntário da pátria na Guerra do Paraguai, alistando-se no

²¹⁷ MOREIRA Paulo Italo. **Popularização das ciências naturais no Ceará no final do Século XIX.** Disponível em: https://www.sbhcc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=831. Acessado em: 21 jun 2023.

²¹⁸ FURTADO Francisco de Assis Arruda. **Antônio Bezerra – sesquicentenário de nascimento.** Revista do Instituto do Ceará – ANNO CV – 1991. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/1991-2/> Acessado em: 25 abr. 2023

exército; participou incisivamente como defensor da abolição na província na década de 1880; escreveu em quase todos os jornais que circulavam em Fortaleza, no final do século XIX.²¹⁹

Bezerra manteve uma vida intelectual ativa, contribuindo com a imprensa cearense e publicando obras que abrangem desde a poesia até estudos históricos e geográficos, tais como: *Maranguape — Notas de viagem* (1885); *Descrição da cidade de Fortaleza* (1895); *Algumas Origens do Ceará* (1918); *O Ceará e os cearenses* (1906) e *Notas de Viagem ao Norte do Ceará* (1889).

O intelectual é classificado como historiador popular, poeta e jornalista, engajado em diversas instituições de produção e difusão do conhecimento. Destaca-se sua contribuição na seleção de produtos cearenses para a Exposição Preparatória no Rio de Janeiro, destinados à Exposição Universal em Chicago. O catálogo da época registra que os “Objectos destinados á Exposição preparatória eram recebidos e reunidos no *Cassino*, graciosamente offerecido pela diretoria. Ahi, graças aos bons cearenses os Srs. Antonio Bezerra de Menezes e Francisco Freire Napoleão”.²²⁰

Bezerra foi ainda nomeado pelo presidente da província como comissário para acompanhar tais objetos, o que evidencia seu prestígio e envolvimento com as ações científicas, econômicas e sociais da época. Sua passagem pela Ibiapaba revela um olhar positivista e racionalista, que busca identificar o potencial de aproveitamento econômico da região. Vitimada pela Grande Seca de 1877, a província, mais do que nunca, necessitava de melhorias estruturais para seu desenvolvimento, e

Em toda minha viagem ainda não tinha visto tanto movimento, tanta animação, tanto serviço, e isto vinha confirmar o juízo que eu já havia feito da importância, da prosperidade de que há de vir a gosar a Serra-grande, quando poderem ser conhecidas as fontes de sua riqueza, por ora mal aproveitada á falta de meios de comunicação, da qua há mais que confiar para o engrandecimento da província que em todos os recursos do sertão.²²¹

Bezerra, ao longo de sua vida, produziu diversas obras nos campos literário, jornalístico e científico. Entre elas, destaca-se *Notas de Viagem ao Norte do Ceará*, que revela o olhar de um viajante-cientista alinhado aos demais expedicionários da

²¹⁹ OLIVEIRA Almir Leal de. **Antônio Bezerra, o cearense que elucidou a História do Ceará**. Fundação Waldemar Alcântara. 2021. Disponível em: <https://www.fwa.org.br/antonio-bezerra-o-cearense-que-elucidou-a-historia-do-ceara/> Acessado em: 25 abr. 2023

²²⁰ CEARÁ. **Catalogo dos productos do Ceará, remetidos a Exposição Preparatoria do Rio de Janeiro**. Typ. Economica. 1893. p. 03. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242797>. Acessado em: 12 Abr 2024

²²¹ Bezerra p 140

época, imbuídos da missão de explorar as potencialidades de regiões então pouco conhecidas. Sendo que,

Entre os meses finais de 1884 e o começo de 1885, Antônio Bezerra chefiou uma comissão oficial que percorreu o norte do Ceará, objetivando fiscalizar coletorias municipais de impostos. Como chefe do setor de arrecadação do Tesouro Provincial, ao autor coube o comando da empreitada e, após cumprir sua obrigação fiscalizadora, aproveitou a situação para pesquisar fatos e cenários relativos aos lugares visitados.²²²

Observa-se uma diferença objetiva na viagem de Bezerra em relação à comissão de Freire Alemão: nela, há um caráter burocrático-administrativo, ligado às finanças da província, somado à pesquisa dos aspectos gerais das localidades visitadas. O historiador Oliveira observa que essa fiscalização nas coletorias relaciona-se à queda de arrecadação proveniente da Grande Seca de 1877, que prejudicou severamente a produção econômica da província.

No século XIX, a relação entre atuação técnica profissional e descrição exploratória era comum; funcionários públicos, militares e engenheiros, ao cumprirem suas tarefas oficiais (como abrir estradas, delimitar fronteiras ou fiscalizar), aproveitavam para realizar registros detalhados de caráter geográfico, histórico, botânico e etnográfico. Bezerra redige essas observações produzindo não apenas um relatório fiscal burocrático, mas também uma obra sobre as características do Ceará que se tornou uma fonte indispensável de conhecimento sobre a província no século XIX. E,

mesmo não tendo sido diplomado, Bezerra reunia uma gama de conhecimentos teóricos e práticos, pelos quais o Governo Provincial reconheceu fazendo a escolha deste intelectual para a difícil missão de desbravar o sertão cearense. Conhecimento empírico, pois Bezerra já havia tido uma experiência em expedições de cunho naturalista anteriormente, em seu livro *Maranguape: notas de viagem*, publicado em 1884. Percebemos ao longo do livro, que o intelectual do Ceará se faz valer de seu conhecimento pragmático para desenvolver as suas digressões sobre o seu cotidiano na viagem, pois as descrições detalhadas de tipos de plantas, conchas, insetos, solo, etc., são feitas através de seu conhecimento teórico, por intermédio de suas leituras e, principalmente, por conhecimento de causa, pelo seu trabalho em

²²² OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. **Normas e formas da escrita da História do Ceará (1884-1903)**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.p 102. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54051>. Acessado em: 10 jan. 2025.

campo. Isto dá bastante legitimidade ao seu trabalho, pois Bezerra comprova e vivencia tudo o que ele lê nos livros.²²³

O conhecimento científico autodidata no século XIX levava os intelectuais a “exercitar” sua ilustração em viagens de exploração, nas quais se percebe tanto o prazer de conhecer quanto a missão institucional de prover informações para o desenvolvimento. Na busca por “desbravar o sertão cearense”, Bezerra não apenas mapeava aspectos naturais, mas contribuía para a construção de um saber sobre o território, integrando o interior ao imaginário científico e à identidade provincial — tema de central interesse do autor, como demonstra em sua obra *O Ceará e os cearenses* (1906).

A viagem exploratória a Maranguape serviu como um exercício de erudição e de busca por resultados práticos; em suas observações, o intelectual orientava a melhoria da produção e o aproveitamento da natureza para o desenvolvimento local e provincial, unindo observação e intervenção científica. Assim,

“em dia do mês de setembro 1884, recebi ordem do Govêno Provincial para seguir em comissão ao interior da Provincia. Medindo as consequências dessa viagem em um tempo em que faltam recursos de comodidade, senão até do necessário na travessia do sertão árido e abrasador, renunciei a honra da comissão, reforçando os motivos de minha recusa. Não fui atendido; era preciso partir e partir sem demora²²⁴.

Bezerra, em sua obra sobre a expedição, não registrou detalhes burocráticos acerca de sua convocação pelo governo de Carlos Honório Benedito Ottoni. Conforme apontado pela historiografia, “não se sabe ao certo como se deu o processo de nomeação de Bezerra para tal comissão, nem propriamente quais seriam as intenções do governo para financiá-la”²²⁵. Os pesquisadores Moreira e Oliveira abordam a escassez de documentação para esclarecer minuciosamente o processo e a intencionalidade da comissão para além da fiscalização das coletorias. Eles indicam

²²³ MOREIRA, Paulo Italo; OLIVEIRA, Almir Leal de. **A história natural dos sertões do Ceará de Antônio Bezerra em notas de viagem (1889)**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 3, 2012, Fortaleza; SEMINÁRIO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – UFC, 10, 2012, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UFC/UFPE/UFPA/UFMT, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26065>. Acessado em: 24 fev. 2023

²²⁴ BEZERRA, Antônio. **Notas de viagem: parte do norte**. Fortaleza: Typ. Econômica, 1889 p 07 . Disponível em : https://books.google.com.br/books?id=MHkCHQAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acessado em 22 Jan 2023

²²⁵ Ibidem p 62

que, das 44 cidades visitadas por Bezerra, apenas 19 foram analisadas de forma mais ativa, e citam o roteiro de viagem que percorreu,

Fortaleza, Pecém, Frecheiras, Mundaú, Serra de Uruburetama, Tapajé, Almofala, Camucim, Granja, Massapê, Santana, Povoado dos Remédios, Pitombeiras, Riachão, Vila da Palma (Cidade de Coreaú), Viçosa, Tubarão – a 12 quilômetros de Viçosa, Tabatinga, Coatiguaba, Barroão (cidade de Tianguá), FURNALHÃO, Gruta de Ubajara, Urucu, Ibiapina, S. Benedito, Campo Grande (hoje se denomina Guaraciaba do Norte), Ipu, Ipueiras, Príncipe Imperial (hoje, cidade de Crateús), Vila da Independência, Cachoeira(atualmente cidade de Parambu), S. João do Príncipe(chamada de Tauá), Tamboril, Santa Quitéria, Sobral, Vila de S. Francisco (cidade de Itapajé atualmente), Itapipoca, Acaraú, Almofala, Mundaú, Trairi, Palma, São Gonçalo, Soure(retomou o nome de Caucaia).²²⁶

Deve-se considerar o percurso de Bezerra por todos os municípios da Ibiapaba à época, incluindo localidades menores como FURNALHÃO (atualmente um distrito de Ubajara, onde se localiza a entrada da gruta). De Viçosa ao Ipu, o autor descreve todas as paragens. É importante notar que as distâncias entre as cidades são curtas, geralmente menos de 40 km, o que facilitava o deslocamento no século XIX, apesar de as condições de locomoção se restringirem ao uso de animais. Percebe-se, pela leitura, que o viajante era recebido por autoridades locais, que lhe forneciam informações e auxílio logístico para as observações de campo.

O texto de Bezerra segue um padrão de escrita semelhante ao da Comissão Científica de Freire Alemão: ambos relatam a recepção pelas autoridades, descrevem a infraestrutura urbana (casas, igrejas, cemitérios) e discorrem sobre as origens das localidades, a educação e as potencialidades econômicas, frequentemente lamentando a falta de aproveitamento dos recursos naturais e humanos. Ambos registram o cultivo da cana-de-açúcar, do café e da mandioca como as principais atividades da região. Além disso, abordam a criminalidade sob uma perspectiva moralizadora, associando-a às origens indígenas ou à população de retirantes na serra; contudo, Freire não vivenciou os efeitos da Grande Seca de 1877, fator central no registro de Bezerra.

²²⁶ MOREIRA, Paulo Ítalo. **As viagens naturalistas de Antônio Bezerra de Menezes e as Ciências Naturais no Ceará na segunda metade do século XIX**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11138?show=full>. Acessado em: 11 ago. 2024

A descrição de espécies botânicas, do solo, do clima, da hidrografia e da fauna constitui a maior parte dos textos, evidenciando o caráter naturalista desses intelectuais. Diferentemente de Freire Alemão, Bezerra fundamenta seu relato citando outros intelectuais e viajantes de comissões científicas do Brasil e do mundo. Bezerra possui,

uma narrativa carregada de leituras científicas, deterministas, do meio e do clima sendo fatores para a formação do ser humano, o que se deveu em grande parte à divulgação dos trabalhos de autores como Taine e Buckle, que perpassaram o período do final do século XIX, influenciando a formação dos intelectuais da província.²²⁷

Enquanto Freire Alemão realiza medições climáticas rigorosas (manhã, tarde e noite), Bezerra foca nos rendimentos das coletorias, objetivo primordial de sua jornada. Ambos são unânimes ao apontar a precariedade das comunicações e a origem indígena como entraves ao desenvolvimento da região. A Ibiapaba é vista por eles, de certa forma, como um “oásis” no meio do sertão, contudo, subaproveitado por uma população limitada pelo determinismo racial e biológico da época. Bezerra diferencia-se da Comissão Científica por sua viagem não possuir um caráter exclusivamente naturalista; ele parte de uma finalidade pontual (fiscal) que, aos poucos, se dilui e se expande em descrições densas das comunidades por onde passa. Assim,

O viajante moderno, sobretudo aquele que acha enquanto ponto de referência o cientificismo das teorias raciais e as políticas coloniais do século XIX, é um personagem no qual vivência e narrativa se encontram profundamente cindidos. Não se espera que esse viajante-naturalista, botânico-geográfico-filólogo-zoólogo, incorpore, nas suas viagens uma experiência ampliada do outro, identificando como uma história de vida.²²⁸

Esses viajantes-cientistas, dotados de conhecimentos e observações enciclopédicas, englobavam em seus relatos os mais diversos aspectos da realidade das comunidades visitadas. Contudo, enxergavam tal realidade pelo prisma estrito de seus saberes científicos, em uma coletânea de dados e teorias guiada pela “luz da razão”, o que, em muitos casos, resultava em um viajante rico de informações, mas

²²⁷ Ibidem p. 70

²²⁸ MACHADO, Maria Helena. P.T. **Raça, ciência e viagem no século XIX**. Intermeio. São Paulo 2018. p 98

pobre de alteridade. Seguindo essa linha de raciocínio, Bezerra expõe tal visão ao tratar de São Benedito, pois

Acerca de sua fundação nada se sabe ao certo, sinão que foi povoada pelos índios no tempo da cathechese dos Camucis, Anacés, e Arariús, da nação Tabajara, pelos jesuitas no seculo passado; e que ainda no principio d'este, havendo aqui aldeamento dirigido pelo índio capitão Miranda, que nas revistas dos directores apresentava para mais de dois mil homens armados de arco e flexas, n'esse breve espaço de tempo, **confundiram-se com a raça dos conquistadores, civilizaram-se**, e os que d'ahi provieram, desconhecem hoje a lingua de seus ascendentes.²²⁹

Bezerra, no prólogo da primeira edição de 1889, apresenta uma breve explicação sobre as intenções da comissão, que extrapolavam a mera fiscalização das rendas estatais das localidades visitadas. Sobre esse propósito, o autor escreve,

No pouco tempo que me sobrava do serviço da comissão de que fui encarregado em algumas localidades do interior nos anos acima mencionados, tratei de colher os dados precisos que tronassem mais conhecida a província, e, si o não conseguir por aninhar-se qualquer inexactidão no que está escripto, deve ser attribuida a falta, não a mim, que procurei ser o mais fiel possível narrado os factos, mas as pessoas, aliás de mais critério n'aquellas paragens, a quem recorri em casos taes.²³⁰

O trecho do próprio autor demonstra que a intenção primária de sua viagem era a fiscalização das coletorias, ficando em segundo plano a observação de outras características das localidades. Bezerra não deixa explícito se essa segunda atividade era uma iniciativa particular ou se partia de uma orientação oficial do governo. Ele escreve que buscava dados precisos para um melhor conhecimento da província, assunto de interesse tanto do autor quanto da administração provincial. Nota-se uma preocupação constante com a veracidade de seus relatos e um alerta quanto à confiabilidade de suas fontes. Nesse mesmo prólogo, o autor menciona que o livro já havia sido publicado em forma de folhetins no jornal *Constituição* entre os anos de 1884 e 1885. Sobre esse texto introdutório,

²²⁹ BEZERRA, Antônio. **Notas de viagem: parte do norte**. Fortaleza: Typ. Econômica, 1889 p 119. Disponível em https://books.google.com.br/books?id=MHkCHQAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acessado em 22 Jan 2023 (grifo nosso)

²³⁰ Ibidem p. 07

O propósito de tornar conhecida a história da província deve ser compreendido tanto em relação ao que deveria ser conhecido, quanto a quem se direcionava e para que serviria tal conhecimento. O caráter exemplar da história se faz presente em toda a obra de Bezerra e as lições que tal narrativa trazia, deveriam ser assimiladas por aquela sociedade que, afinal, almejava os foros de civilizada.

A escolha desta obra para nossa pesquisa justifica-se por ser um dos poucos relatos sobre a Ibiapaba oitocentista sob uma perspectiva científico-naturalista e de caráter civilizador. Mesmo que a região não receba um destaque exaustivo em termos de volume de páginas, o texto é fundamental para a análise, pois traça um perfil etnográfico, econômico, educacional e de infraestrutura da Ibiapaba. Em sua investigação, Bezerra recorre a outros estudos; ao descrever São Benedito, por exemplo, cita a obra *Ensaio Estatístico*, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, e observa o desenvolvimento da cidade comparando-o à descrição anterior de Pompeu. Assim, Bezerra fundamenta suas observações como um típico intelectual ilustrado, que analisa o mundo por meio da confirmação, contestação ou ponderação dos livros e estudos a que teve acesso. Sobre o universo intelectual cearense,

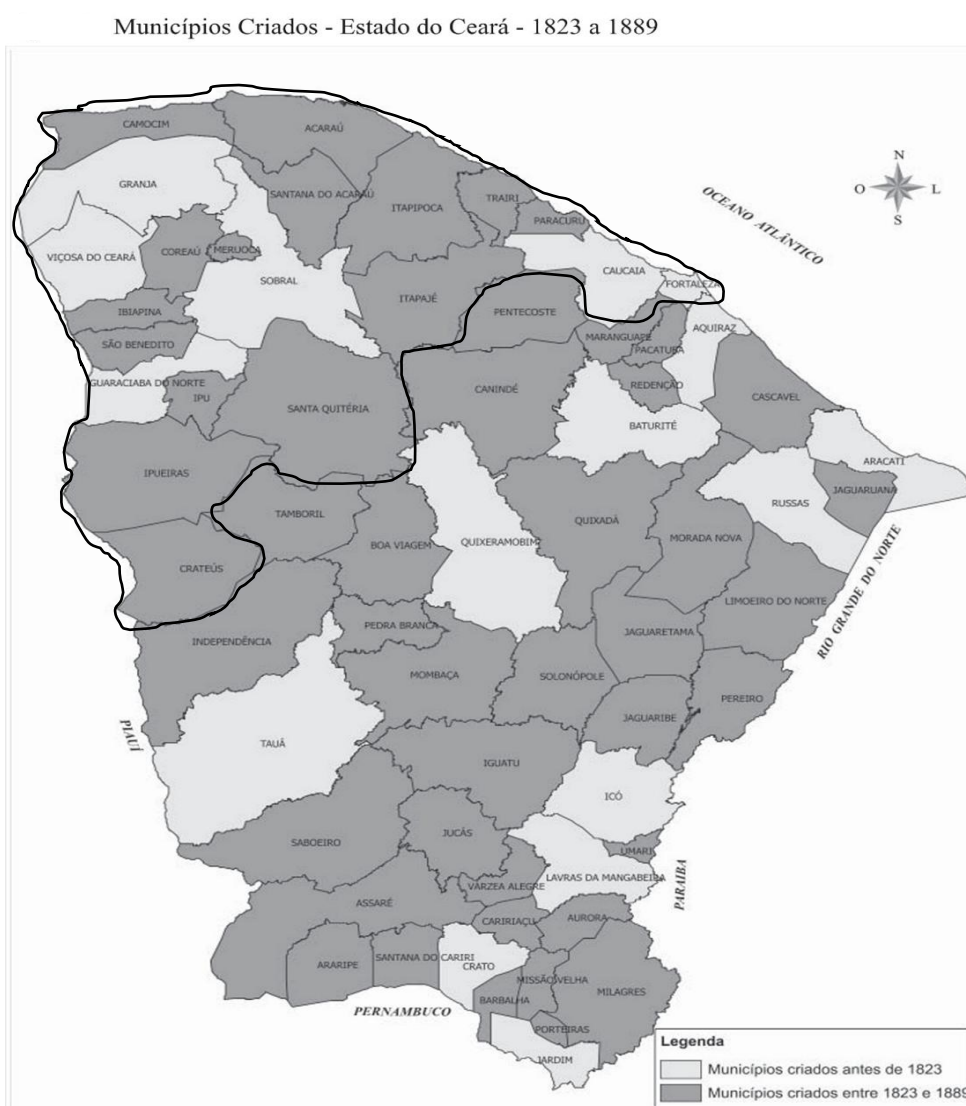
O termo “civilização” era compreendido, pelos intelectuais cearenses do final do século XIX e começo do XX, como sinônimo do desenvolvimento social e cultural de um povo. Essa concepção derivava da influência das ideias do evolucionismo social, oriundas do filósofo britânico Herbert Spencer (1820-1903), e disseminadas no meio intelectual local, influenciando a criação de instituições culturais, como o Instituto do Ceará e a Academia Cearense, que tinham como missão o desenvolvimento local por meio de uma evolução, científica e cultural, que passava, dentre outras questões, pelo conhecimento de sua história, possibilitando àquela sociedade, por conseguinte, almejar os foros de civilizada.²³¹

O final do século XIX foi marcado, no Ceará, por um forte desejo de alinhamento aos padrões de modernidade definidos pelos centros mais “adiantados” do Brasil e da Europa. Para muitos intelectuais, “civilizar” significava aproximar-se de modelos europeus de ciência, cultura e organização social, propiciando, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico como pressuposto de uma sociedade civilizada.

²³¹ OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. **Normas e formas da escrita da História do Ceará (1884-1903)**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.p 102. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54051>. Acessado em: 10 jan. 2025.p 86-87

O esforço desses intelectuais envolvia os atos de descrever a geografia, analisar aspectos naturais, observar costumes e comparar práticas sociais, buscando enquadrar o Ceará em uma narrativa de progresso. Trata-se de uma escrita que não é meramente descritiva, mas didática e classificatória, sinalizando a hegemonia do paradigma evolucionista: conhecer o sertão era o primeiro passo fundamental para integrá-lo ao caminho da “civilização”. Quanto ao percurso de Bezerra, este se limitou à região norte da província, conforme destacado no mapa abaixo:

FIGURA 10- Municípios Criados no Ceará 1823 a 1889



Fonte: PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará: A Questão dos Limites Municipais**. Fortaleza: IPECE, 2010. p 36

Sobre a Ibiapaba, Bezerra apresenta um pensamento de matriz racial que, consequentemente, associa a maior ou menor propensão de uma população, ou de um lugar, a contrair e propagar doenças. Em sua análise, o componente biológico torna-se um fator determinante para a salubridade da região; pois,

O que não deixa de impressionar ao viajante, que tem atravessado o sertão, é o tipo das mulheres da Serra Grande, geralmente agradável pela brancura da pele, colorido das faces e sobretudo pela delicadeza das formas, quando de origem mais ou menos pura. Acredito que para isso influa a doçura do clima, a amenidade de temperatura, ainda no vigor da estação outonal, que não faz senão acender mais a cor rósea da cútis e anilar a íris dos lindos olhos. Em geral por aqui se encontram nas classes baixa caracteres distintivos da raça americana, hoje quase extinta na Província.²³²

A visão carregada de determinismo racial e ambiental orienta a descrição de Menezes sobre a chamada Serra Grande. Para o autor, a beleza e a delicadeza locais estão vinculadas ao clima e às condições ambientais, sugerindo que a “doçura do clima” e o “vigor da estação outonal” contribuiriam para a tonalidade da pele. Nesse contexto, a pele branca era tida como padrão de superioridade racial e de capacidades físicas e psicológicas. Outro dado relevante é a forma implícita com que ele trata a extinção das comunidades indígenas, embora estas apareçam em seu texto ao descrever os homens ibiapabanos: “vi homens que, pelo talhe musculoso, pele avermelhada, cabelos duros, longos, em extremos negros (...) denunciam nos restos dos primitivos habitantes do território cearense”²³³.

Essa visão sobre a herança indígena da Ibiapaba compõe seu registro sobre Viçosa do Ceará, por ter sido a sede da Missão Jesuíta e, consequentemente, concentrar o maior contingente de descendentes. Estes passam a ser a explicação para a realidade e o futuro da cidade e da região: “pois “Não sei se será crível esperar rápido desenvolvimento para viçosa, quando se reflete que desde seu começo a ele se opõe o gentio selvagem da população.”²³⁴ Nota-se que o olhar de Bezerra e o de Freire Alemão não diferem ao atribuir à herança indígena aspectos pejorativos e a falta de perspectiva de progresso para a região. Embora não mencione o nome de Freire Alemão diretamente nesse trecho, Bezerra faz referência à Comissão Científica

²³² MENEZES Antônio Bezerra de. **Notas de viagem**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965. p. 122-123

²³³ Ibidem p.123

²³⁴ Ibidem p. 116

ao citar Raja Gabaglia e sua visão sobre a riqueza do solo; segundo Bezerra, o membro da comissão teria inclusive adquirido terras na Ibiapaba.

Bezerra registra, ainda, a carência de atendimento médico na Serra e, assim como Freire, presta esse serviço aos locais. Ele faz questão de citar sua fonte de conhecimento para as orientações de saúde, demonstrando que, mesmo não sendo médico, seu saber letrado poderia auxiliar a população. Pois,

Gemidos contínuos partindo do interior vinham morrer aos meus ouvidos, e despertavam a compaixão que sinto pelas dores do pobre. Não me pude conter; bati com força na porta. Súbito nos apareceu uma velha mulher, que me referiu sofrer há dois dias sem descanso a dona da casa, e que o marido desesperado procurava naquela manhã a vila no intuito de trazer-lhe qualquer medicamento. Consultei num minuto o meu **Manual de Jahr**, preparei uma dose de pulsatila e esperei o resultado. Pouco depois o nascimento de mais uma criança fazia voltar a alegria ao casebre de Santa Luzia.²³⁵

Embora não fosse da área da saúde, Bezerra, amparado pelos conhecimentos científicos que defendia, recorria a leituras de referência como o Manual de Jahr (Manual de Medicina Homeopática, de Gottlieb Heinrich Georg Jahr). Isso evidencia a popularidade e a aceitação da homeopatia no século XIX, que preenchia a lacuna deixada pela medicina acadêmica (alopatia), pouco acessível em regiões remotas, onde o tratamento homeopático era visto como uma alternativa mais viável.

Sobre o tema da morte, Bezerra aponta para a tradição indígena de enterramento e inicia sua descrição dos costumes das comunidades da Ibiapaba a partir de um breve relato sobre o Torém, tratado por ele como a "dança favorita" dos indígenas. Ainda sobre a cultura material, o autor faz referência à colaboração da população em sua pesquisa, "foram-me oferecidos fragmentos de louça grossa, trabalho de tempos remotos encontrados em uma excavação não longe da cidade, que pela espessura, pelo peso e configuração pareceu-mecoleto pedaços de urnas, nas quais era costume enterrarem os índios seus mortos."²³⁶

A prática do sepultamento em urnas, que frequentemente envolvia o enterro secundário, no qual os ossos eram limpos e depositados na cerâmica, era vista pela perspectiva higienista e cristã do século XIX como estranha ou bárbara. O modelo ocidental de sepultamento em caixão, em cemitérios formais, era o padrão de

²³⁵ Ibidem p. 94

²³⁶ Ibidem. p. 97

"civilização". Assim, o interesse em registrar esse costume não partia do desejo de compreender a cosmologia ou os rituais de luto indígenas, mas sim da necessidade de catalogar o que era exótico e, por consequência, considerado inferior. Analisando a descrição de Bezerra a partir do estudo arqueológico de Santos,

O sepultamento em urnas (igaçabas) foi registrado em toda a região Nordeste, do litoral ao Sertão. Este tipo de enterramento, tanto já foi identificado como primário, como também secundário. Os primários, os corpos eram amarrados fortemente e (nas urnas) introduzidos, sendo pouco comum; **já o enterramento secundário em urnas é mais comum e encontrado com frequência, sejam urnas isoladas ou coletivas. No caso do sepultamento secundário em urnas, primeiramente o corpo era sepultado, depois exumado ou incinerado e guardando-se nas urnas os ossos ou as cinzas. Há casos de se encontrar nas urnas apenas o crânio ou parte do esqueleto. Às vezes encontram-se urnas com ou sem enxoval fúnebre.**²³⁷

Nota-se uma descrição pouco detalhada quanto às dimensões, formato, coloração e localização exata dos achados, bem como sobre a presença de enxoval, termo que o autor define como o conjunto de materiais de uso pessoal do falecido, como adornos e utensílios utilizados em vida. Pode-se deduzir que tal prática integrava a cultura dos Tabajaras da Ibiapaba, dada a sua origem Tupi, cujos grupos mantinham esses ritos de sepultamento e uma perspectiva específica de vida pós-morte. Além do relato de Bezerra, há ainda o registro de uma igaçaba na Ibiapaba documentado no texto de Girão, onde,

Igaçaba. Comp. 46,5cm; larg. 35cm; alt. 18cm; espessura máxima dos bordos 3cm; espessura da parede 2cm. Vaso de barro cozido, paredes espessas, mal alisadas. Sem ornamentação, apresentando, porém, vestígio de tinta vermelha. Mostra-se particularmente desgastado em duas porções do fundo, que se apresentam negras, o que identifica a má cacção da pasta argilosa. Encontrada na Serra da Ibiapaba.²³⁸

²³⁷ SANTOS Juvandi de Souza. **PRÁTICAS FUNERÁRIAS E CULTURA MATERIAL NOS SERTÕES DA PARAÍBA: A NECRÓPOLE SÍTIO PINTURAS I, EM SÃO JOÃO DO TIGRE**. Dissertação (mestrado) Arqueologia Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE. 2009. p. 25. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/450/1/arquivo1107_1.pdf. Acessado em 08 Maio 2023 (grifo nosso)

²³⁸ GIRÃO, Valdelice Carneiro. **CERÂMICA INDÍGENA DO CEARÁ**. Revista do Instituto do Ceará. – RIC. ANNO LXXXIV – 1970. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1970/1970-CeramicalIndigenadoCeara.pdf>. Acessado em: 02 Abr 2023

Nota-se que a peça descrita parece pequena para o esqueleto de um adulto; contudo, a partir das pesquisas de Santos, compreende-se que tais urnas poderiam armazenar apenas as cinzas ou o crânio do falecido. Quanto aos vestígios de tinta vermelha, estes podem ser analisados sob a ótica dos estudos de Mazza sobre urnas mortuárias de grupos indígenas Jê e Tupi. Ao investigar desenhos em vermelho e amarelo em uma urna no Triângulo Mineiro, que caracterizam relações de contato entre essas etnias, a autora afirma que: “tais características nos remetem, primeiramente, à Tradição Arqueológica Neobrasileira, produto dos contatos entre diferentes alteridades, e logo, a uma Arqueologia Histórica dos períodos colonial e imperial”.²³⁹

Os textos jesuíticos sobre a Ibiapaba trazem informações sobre os enterramentos indígenas que, embora não mencionem o uso de urnas, relatam a ritualização com os ossos dos mortos, tanto de parentes quanto de terceiros, como ocorreu com os restos mortais do Padre Pinto, morto por grupos inimigos dos Tabajaras da serra.

A visão oitocentista em relação aos indígenas permanece carregada de preconceitos; práticas antes vistas como “anticristãs” passam a ser analisadas como costumes “atrasados” sob a ótica da ciência moderna. Bezerra condiciona o desenvolvimento da província à difusão e implantação da ciência no cotidiano da população, alertando para a necessidade de se estudar melhor a nossa natureza, ainda desconhecida por nós e valorizada apenas pelos estrangeiros. Segundo ele: “já é tempo de ir se desenvolvendo o gosto das sciencias naturaes, e de sahirmos dessa ignorância profunda de tudo que há de constituir nossa grandeza no futuro”.²⁴⁰

Sobre os temas da cura e da morte, Bezerra descreve as práticas indígenas na serra sob o mesmo prisma analítico de deslegitimação. Ao classificar os líderes locais como “feiticeiros” ou “curandeiros”, ele evidencia que o preconceito jesuítico foi reelaborado pelo discurso científico, mas em nada combatido. Bezerra alerta para o enraizamento de crenças e costumes que, segundo sua ótica, careceriam de amparo científico, argumentando que,

²³⁹ MAZZA, Tayná Bonfim Mazzei. **Da cultura material à vida: urnas mortuárias e dinâmicas de contato no Planalto Meridional Brasileiro – Séc. XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.457>

²⁴⁰ BEZERRA, Antônio. Notas de viagem: parte do norte. Fortaleza: Typ. Econômica, 1889 p 175 . Disponível em : https://books.google.com.br/books?id=MHkCHQAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acessado em 22 Jan 2023

Se bem que eu conheça que n'esse ponto o nosso povo, mesmo a parte educada, acredita seriamente n'uma infinidade de abusões, que lhe foram transmittidas pelos primeiros povoadores d'esta porção da América, tenho duvidas si os índios da serra da Ibiapaba herdaram o uso de curar feitiço de seus maiores. Sei que os historiadores que teem escripto sobre o Brazil, são unanimes em falar dos *pajés*, charlatões ou maniocos, que viviam em grutas ou *tujupares*, exercendo as funções de médico.²⁴¹

Além do registro das práticas de curandeirismo e do componente arqueológico da tradição indígena, soma-se aos relatos de Bezerra uma breve descrição do imaginário popular sobre a relação entre a morte e a vida cotidiana. Nessa perspectiva, a vida terrena, com suas relações de interesse e restrições, poderia comprometer a existência no pós-morte e prejudicar o chamado “bem morrer”. Pois,

Affirmam os moradores que, em certa estação do anno, aparece ladrando e correndo na linha da serra em frente d'esse sitio um grande cão pellado, que atribuem ser a alma de um antigo morador, o qual ambicionando a posse de terra de um vizinho pobre, moveu-lhe demanda e o despojou do seu direito, acontecendo que por ocasião de sua morte, se transformara n'esse desgraçado animal.²⁴²

Ao escrever sobre um sítio com boa produção, Bezerra relata uma história popular que pode ser entendida como uma manifestação do catolicismo e das práticas ditas “populares”, que explicam a relação entre o mundo dos vivos e dos mortos. A descrição de Antônio Bezerra nos leva a interpretar o Purgatório como um fenômeno de longa duração, dentro da perspectiva da Escola dos Annales.

A anotação de Bezerra pode ser interpretada como um aspecto do Purgatório analisado por Le Goff, compreendido dentro de uma construção milenar e de transformações socioculturais lentas. Esse aspecto da morte consolidou-se no imaginário popular brasileiro como uma força motriz de comportamentos pautados no medo, na punição e na interdependência entre vida e morte. Sobre esse tema, o historiador escreve:

Quando, entre o segundo e o quarto séculos, o cristianismo, menos fascinado pelos horizontes escatológicos, se pôs a reflectir na situação das almas entre a morte individual e o Julgamento Final e quando os

²⁴¹ BEZERRA, Antônio. **Notas de viagem: parte do norte**. Fortaleza: Typ. Econômica, 1889 p 136 . Disponível em : https://books.google.com.br/books?id=MHkCHQAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acessado em 22 Jan 2023

²⁴² Ibidem p. 133

cristãos pensaram - é, com os cambiantes que se verão, a opinião dos grandes Padres da Igreja do século IV, Ambrósio, Jerónimo e Agostinho que as almas de certos pecadores poderiam talvez ser salvas durante esse período, sofrendo provavelmente uma provação, a crença que assim surgia e faria aparecer o Purgatório no século XII não conseguiu localizar com precisão essa situação e essa provação.²⁴³

Bezerra realiza um registro etnográfico que revela sua maneira de observar e documentar as narrativas populares da região. Ele demonstra como a crença local transforma eventos em histórias de injustiça social e advertência moral. A figura do cão "pellado" (pelado) remete ao degradado, ao doentio ou ao miserável; a alma do agressor, que em vida buscou riqueza e poder, encontra-se agora presa à forma de um ser desprezado e sofredor. Tal imagem simboliza a punição do Purgatório, compreendido como um espaço do imaginário entre a Terra e o Céu, no qual a alma, ao transcender o corpo, vaga em suplício por não ter encontrado morada específica devido às suas ações terrenas.

Ao descrever a cidade de Ibiapina, Bezerra parte da análise de suas raízes indígenas para retomar o olhar determinista sobre os costumes locais. Ele classifica o lugar como um ambiente de "frouxidão de costumes" nas classes mais baixas, às quais rotula como desobedientes. Ao citar a prática da poligamia, o autor alerta para o que seriam "restos ainda dos costumes indígenas!"²⁴⁴. Nesse ponto, Bezerra demonstra conhecer os textos jesuíticos que descreviam o combate histórico à poligamia nativa, identificando-a novamente nas relações conjugais da Ibiapaba do século XIX. Além disso, o autor associa essa suposta degradação moral à presença de indivíduos que migraram para a serra em decorrência da Seca de 1877; pois,

Quero crer que em grande parte, é dividido esse estado lastimoso ao elemento estranho que para a serra trouxe a secca de 1877, composto de homens sem princípios, sem dignidade, sem caráter, verdadeira massa fluctuante, que aparecendo aqui, como na capital, deu mostras de sua miséria, do seu atraso, de sua depravação.²⁴⁵

²⁴³ GOFF, Jacques Le. **O Nascimento do Purgatório**. Editora Estampa. Lisboa 1995. p 17

²⁴⁴ BEZERRA, Antônio. **Notas de viagem: parte do norte**. Fortaleza: Typ. Econômica, 1889 p 122. Disponível em : https://books.google.com.br/books?id=MHkCHQAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acessado em 22 Jan 2023

²⁴⁵ Ibidem p. 122

Bezerra revela uma relação conflituosa com a Igreja da época quando esta, segundo seu relato, busca impor a moralidade religiosa diante,

O Rvd. viagario por ter tido o arrojo de estigmatizar desregramentos d'essa ordem, fora ameaçado de cahir á pedras no próprio púlpito. Não seria o primeiro que, no cumprimento de seus deveres, teria de sofrer os desacatos dos licenciosos; outros já d'aqui sahiram insultados e perseguidos. Ainda não há muito, o padre Mello por igual motivo, na ocasião em que se dispunha a celebrar missa, é arrastado até a rua, fechando-se em seguida as portas da egreja. Pelo desprezo em que correm as coisas do culto, dir-se-hia que a religião catholica, não é aqui a religião do Estado ou por outra que os sacerdotes devem submeter-se aos costumes da terra.²⁴⁶

O clero, agindo no “cumprimento de seus deveres”, tentava impor um código moral rigoroso e uniforme, muitas vezes alinhado aos interesses do Estado e das elites urbanas. Essa tentativa de disciplinamento social, contudo, era vista como uma invasão ou afronta pela população local. A perseguição e os insultos frequentes a padres, como no registro de que “outros já d'aqui sahiram insultados”, revelam a fragilidade da autoridade da Igreja oficial e de seus representantes em áreas onde a fé popular (frequentemente mística, sincretizada e indisciplinada) possuía raízes profundas.

Bezerra não enxerga uma relação ideal entre Igreja e povo, mas sim a realidade de um campo de batalha, no qual o poder moral da hierarquia eclesiástica era constantemente subvertido e repellido pela ação direta e, por vezes, violenta da população de herança indígena.

Com uma visão irônica, o autor aborda a imbricação entre religiosidade e política ao relatar: “Ri-me ao saber que o vigário actual por ser adepto da política conservadora, só pode celebrar no altar de S. Pedro, que é conservador; ao passo que N. Senhora e S. Miguel são liberaes, e como taes excluídos de sua jurisdição”²⁴⁷. Pode-se associar a figura de São Pedro ao conservadorismo, talvez por sua posição como “rocha” da Igreja, simbolizando a tradição e a estabilidade. Por outro lado, Nossa Senhora e São Miguel surgem como “liberais”, representando possivelmente um espírito de mudança ou uma devoção popular menos hierarquizada aos ditames do clero. Essa construção demonstra a quanto política e religião estavam amalgamadas

²⁴⁶ Ibidem p. 122

²⁴⁷ Ibidem p. 122

no cotidiano, revelando que as preferências partidárias chegavam a comprometer as implicações da fé e do dever religioso.

CAPÍTULO III

O CORPO ADOENTADO E MORTO NA IBIAPABA OITOCENTISTA: DECOMPOR E CONTAMINAR

Neste capítulo, problematizaremos os discursos sobre a morte no contexto do tensionamento entre o Estado, com suas perspectivas médico-sanitaristas, e as práticas tradicionais do catolicismo. No Ceará, esse cenário é investigado com foco especial na região da Ibiapaba. Por não se configurar como um polo populacional, econômico, social ou político de grande destaque, a Ibiapaba não figurava de forma proeminente na documentação oficial da época. Seu estudo tornou-se, portanto, um exercício de "garimpar" vestígios históricos em relatórios dos presidentes de província e em jornais oitocentistas. A leitura atenta desses documentos, em busca de parágrafos, frases e palavras que informassem sobre doenças, políticas públicas de saúde e discursos civilizatórios de adesão às práticas de higiene, revelou-se um instigante desafio de pesquisa, repleto de percalços e conquistas.

Os municípios da região da Ibiapaba, como Ibiapina, São Benedito e a então denominada Vila-Viçosa (atual Viçosa do Ceará), emergem nas fontes documentais revelando a incorporação gradual de práticas e discursos médico-sanitários. Adicionalmente, a análise das crises de saúde, incluindo os relatos de febres e da cólera que acometeram os habitantes dessas cidades, bem como a busca destes pela assistência médica disponível à época, reflete tanto o avanço do poder do discurso médico quanto a persistência da esperança no Deus cristão.

Neste contexto de racionalidade científica, a preocupação com os corpos adoecidos e mortos fundamentava-se nos avanços dos conhecimentos biológicos e médicos, além de se apoiar nas práticas higienistas da época. Tais práticas traziam marcas profundas da cultura e das perspectivas intelectuais europeias que permeavam um Brasil em pleno processo de construção como Estado Nacional. Este Estado buscava sua legitimidade por meio de um arcabouço jurídico robusto e de ações pautadas em orientações científicas, afastando-se progressivamente das abordagens religiosas no campo da saúde pública, pois

O movimento de "descristianização", iniciado no século XVIII e concretizado no século XIX, provoca mudança profunda de atitude em relação à morte e às convicções religiosas, que se refletem na forma

de modelação do espaço urbano. Essa nova mentalidade, respaldada pelo discurso médico-higienista, que localiza a doença no meio, justifica a criação de um espaço específico para os mortos, que deixam o espaço dos vivos (igrejas e centros urbanos) e são sepultados, de acordo com normas sanitárias rígidas, impedindo a proliferação de doenças em cemitérios na periferia das cidades.²⁴⁸

Este discurso civilizacional estendia-se às questões médicas e de higiene, as quais passavam a interferir na configuração das cidades e na classificação social dos indivíduos a partir de suas práticas higiênicas. Sob essa lógica, eram “condenadas” as camadas mais pobres da sociedade, sob o pretexto de que “o mundo das “classes perigosas” estava repleto de sobrevivências culturais que precisavam ser erradicadas para abrir caminho ao progresso e à civilização, hábitos condenáveis nas formas de morar, vestir, trabalhar, de se divertir, de curar etc.”²⁴⁹

As questões médico-higienistas em debate no Brasil oitocentista estão presentes nos registros hemerográficos, nos relatórios de província, nos arquivos de óbito e nos relatórios de viagens, fontes históricas férteis para pesquisas de variadas temáticas, tendo em vista a diversidade de abordagens do cotidiano social no campo da história da saúde. Esses textos escritos devem ser observados a partir da intencionalidade de seus produtores, no contexto social e histórico em que foram produzidos.

Na Ibiapaba, observa-se que as ritualizações fúnebres passaram por grandes transformações com a chegada dos jesuítas, os quais paulatinamente introjetaram a cultura cristã-católica em detrimento da ritualização da morte dos povos indígenas da região. Essa mesma cultura católica, a partir do século XIX, passou a sofrer alterações e a perder espaço para o avanço da racionalidade cientificista da época, bem como pela própria dinâmica da Igreja Católica, que naquele período buscava se libertar de práticas coloniais e do controle do beneplácito e do padroado.

Essas mudanças passaram a interferir diretamente no olhar sobre o corpo morto, o qual não podia mais ser sepultado nas igrejas, mas sim em cemitérios públicos, espaços que, contudo, não deixavam de ter ligação com o universo católico-cristão, instituição de grande atuação nas relações governamentais da época.

²⁴⁸ COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Vida e morte na Fortaleza antiga: a higienização da cidade no século XIX**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

²⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 181

No século XIX, a ciência, a medicina e o sanitarismo não ofereciam perspectivas para o post mortem, diferentemente da Igreja, que tinha como um de seus pressupostos a orientação para esse momento ímpar na história dos indivíduos. O corpo na morte, em várias culturas religiosas, é visto dentro de um universo de transcendência, e não sob a ótica da mera materialidade biológica proposta pela perspectiva médico-sanitarista. Assim, o corpo oitocentista continuaria envolto pela transcendência cristã-católica, mas também submetido ao controle médico-sanitário, em um Estado que mesclava cientificismo e catolicismo, visto que ainda não era laico.

3.1 Estado e Igreja: distanciamentos e aproximações diante da morte.

No século XIX, as novas formas de olhar e disciplinar os sepultamentos passaram a figurar nos registros escritos oficiais, evidenciando que as visões religiosa e científica colidiram, mas também coexistiram, um cenário no qual a dimensão espiritual gradativamente perdia espaço, sobretudo nos períodos pandêmicos que assolaram o Brasil e o Ceará. De fato, o Oitocentos foi marcado por sucessivas crises epidêmicas, tais como as de cólera, varíola, peste bubônica, febre tifoide, gripe (como a gripe russa) e tuberculose.

A nova realidade urbana do período, caracterizada pela formação de grandes aglomerados decorrentes da Revolução Industrial, que impulsionou o deslocamento populacional e o aumento da densidade demográfica, também favoreceu a disseminação de doenças. O contato entre indivíduos infectados tornou-se mais constante, ao passo que as condições de moradia, trabalho e lazer eram extremamente precárias sob a ótica sanitária. Neste período,

Para os responsáveis pela saúde no século XIX, foi difícil entender a complexidade das infecções. Elas formavam um quebra-cabeça que foi sendo resolvido peça por peça ao longo do século XIX, até que, finalmente, se desse a descoberta dos microrganismos. Enquanto a teoria dos miasmas dominava a mentalidade europeia, cresciam os indícios da outra forma de aquisição das infecções, o contágio, uma teoria que se opunha à primeira. O contágio acarretaria a disseminação das infecções por meio do contato direto de pessoa para pessoa, ou por meio de objetos contaminados pelo doente. Apesar de essa tese ser a correta, os miasmas dominavam o terreno científico. Seriam necessárias seguidas descobertas futuras para que a nova teoria fosse ganhando terreno até, finalmente, ter a sua consagração

com a identificação dos agentes causadores das infecções, as bactérias.²⁵⁰

A teoria miasmática defendia que “elementos exteriores à vida humana eram denominados, pela teoria dos fluidos ou dos miasmas: emanações fétidas e pútridas, capazes de, quando inaladas, obstruir vias de circulação sanguínea e de deixar os indivíduos doentes”²⁵¹. Com o avanço dos conhecimentos científicos no campo da saúde, os estudos de Louis Pasteur, Robert Koch, entre outros, fundamentaram teorias e ações que foram modificando a forma como se estudavam e combatiam as diversas doenças. Também no século XIX, observou-se o desenvolvimento de várias especialidades médicas, a exemplo da anatomia, neurologia, farmacologia e imunologia, bem como a disseminação do paradigma bacteriológico²⁵².

A influência intelectual europeia no Brasil guiava as abordagens em relação ao corpo doente e às políticas públicas de saúde, as quais se iniciavam formalmente no século XIX, impulsionadas pela criação das primeiras faculdades de medicina após a vinda da família real em 1808.

A administração pública imperial foi, paulatinamente, estruturando legislações e ações no campo da saúde coletiva e do ordenamento urbano que, sob a influência da teoria dos miasmas, exigiam cidades, vilas e povoações organizadas para mitigar a propagação de ares contaminados, pois “ao longo do século XIX, o desenvolvimento urbano valeu-se das tecnologias de locomoção, de saúde pública e de conforto privado, do mercado, do planejamento de ruas, parques e praças, para resistir à demanda das massas”.²⁵³ Essas constatações fazem-se presentes nos discursos de Freire e de Bezerra, que observavam a relação estreita entre as vias de comunicação e a salubridade na formação das cidades da Ibiapaba oitocentista.

A saúde pública, enquanto preocupação estatal, passou a contar com um arcabouço de legislações que buscavam orientar, policiar, ordenar e punir as condutas tidas como destoantes do que se considerava aceitável para a população. Anteriormente, no período colonial, as práticas de saúde e cura estavam

²⁵⁰ UJVARI, Stefan Cunha. **História das epidemias**. São Paulo : Contexto, 2020. p. 156

²⁵¹ COSTA, Ana Carolina Silva da. **Higiene, elegância e embelezamento: representações e discurso higienista na fundação de Belo Horizonte (1892-1907)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2011. p. 30

²⁵² Sobre os avanços da ciência médica e biológica ver: JACOBINA Ronaldo Ribeiro [et al.] **História da medicina: história das especialidades médicas clínicas**. Salvador : EDUFBA, 2022.

²⁵³ SENNETT, Richard. **Carne e pedra o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro Record. 2003. p. 299

majoritariamente atreladas à atuação de curandeiros e ao uso de ervas associado a tradições europeias, africanas ou indígenas, carecendo de um embasamento científico sistemático, conforme mencionado. Assim, durante o Oitocentos, a "saúde pública" ainda não se estruturava sob a forma do sistema que conhecemos hoje, uma vez que as regulamentações não emanavam de um ministério ou secretaria específica, mas sim de outros órgãos de caráter puramente administrativo.²⁵⁴

A dimensão orçamentária constitui um indicador fidedigno do real grau de preocupação do governo imperial com a saúde coletiva. Como demonstra José Murilo de Carvalho²⁵⁵ em sua análise sobre as despesas sociais entre 1841 e 1889, os recursos destinados à saúde figuravam no patamar mais baixo dos investimentos estatais. Esse orçamento só apresentava elevações expressivas diante de crises emergenciais agudas, como a epidemia de cólera, sem, contudo, aproximar-se dos montantes despendidos com educação, cultura, assistência social ou com a população escravizada.

Sobre as origens do que se poderia denominar como uma política de saúde voltada aos sepultamentos, Tavares aborda a primeira ordenação legal instituída pela Carta Régia de 1801, bem como a subsequente determinação de 1825. O pesquisador esclarece que,

A Carta ordenava ao governador da província de São Paulo a delimitação e escolha de espaços distantes das cidades para a construção de cemitérios. Deste modo, as cidades precisavam edificar cemitérios fora dos seus muros. Entretanto, essa lei nunca foi aplicada. Uma segunda tentativa de regulamentação do tema foi tomada por Dom Pedro I, por meio da decisão número 265, de 17 de novembro de 1825.²⁵⁶

Tendo em vista os registros de sepultamentos em igrejas no Ceará, mesmo após a promulgação dessas leis, constata-se que o encerramento dessa prática foi lento. Isso ocorria porque a população via os cemitérios públicos a céu aberto desprovidos de ligação com o sagrado, como locais profanos, destinados apenas a

²⁵⁴ Ver DE OLIVEIRA, A. L. **História da saúde no Brasil: dos primórdios ao surgimento do SUS**. Revista Encontros Teológicos, [S. l.], v. 27, n. 1, 2016. DOI: 10.46525/ret.v27i1.198. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/198>. Acesso em: 30 nov. 2023.

²⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 279

²⁵⁶ TAVARES Diego Fontes de Souza. **OS MUROS DO ALÉM: A construção do Cemitério do Alecrim e a (des)secularização da morte em Natal/RN**. Dissertação em Ciências das Religiões, UFPB, João Pessoa 2016. p. 18

indigentes, escravizados e criminosos. Ser sepultado fora do templo era interpretado como uma "segunda morte" decorrente do abandono espiritual, uma vez que

A grande ênfase atribuída pela teologia cristã à morte provém da crucificação. No tempo de Constantino, os cristãos preferiam ser enterrados junto às sepulturas dos mártires; através de elaboradas, embora algumas vezes dúbias, pesquisas arqueológicas, eles localizavam as suas tumbas, próximo das quais abriam *kataráktes* - palavra grega que significa "que se lança para baixo". Ali, além dos enterros coletivos, eles depositavam oferendas de vinho e óleo de oliva perfumado (a semelhança com o mundo pagão é mais do que evidente). Originalmente, o depósito largo e retangular ligava-se a uma igreja, seguindo a tradição inaugurada pela de São Pedro, em Roma, supostamente localizada perto do túmulo do apóstolo Pedro.²⁵⁷

A ritualização da morte constitui parte intrínseca da história da humanidade. No âmbito da tradição cristã, Richard Sennett associa antigas práticas pagãs às origens dos sepultamentos no interior das igrejas, bem como à necessidade dos fiéis de sacralizarem os locais de enterramento. Para a mentalidade moldada por séculos dessa tradição, afastar o morto do espaço físico do templo e da proximidade dos mártires significava comprometer a salvação de sua alma, lançando o ente querido na solidão espiritual de um campo profano.

Naquele período, a saúde pública era compreendida essencialmente como uma questão de ordem local, como "policiamento" da cidade e não como uma política nacional de assistência hospitalar. Nesse cenário, a Lei de 1º de outubro de 1828 sobressai como uma das legislações mais importantes do Império em termos de administração local. Ela reestruturou as Câmaras Municipais e delegou-lhes a responsabilidade direta pela saúde coletiva, outorgando-lhes o poder de decretar as Posturas Municipais.

A partir de então, os vereadores assumiram a atribuição de fiscalizar a limpeza das vias públicas, o escoamento de águas estagnadas, a comercialização de alimentos e o isolamento dos enfermos. Sob essa mesma lógica estruturou-se a política de cemitérios, cujo propósito era segregar os corpos dos falecidos — vistos como potenciais fontes de contágio — dos vivos saudáveis. Essas diretrizes de saneamento e controle social traduziram-se em medidas de saúde pública reunidas sob o título de "Posturas Policiaes",

²⁵⁷ SENNETT, Richard. **Carne e pedra o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro Record. 2003. p. 127

§ 1º Alinhamento, limpeza, iluminação, e desempachamento das ruas, cães e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edificios, e prisões publicas, calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques, e quaesquer outras construcções em beneficio commum dos habitantes, ou para decôro e ornamento das povoações.

§ 2º Sobre o estabelecimento de cemiterios fóra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade ecclesiastica do lugar; sobre o esgotamento de pantanos, e qualquer estagnação de aguas infectas; sobre a economia e asseio dos curraes, e matadouros publicos, sobre a collocação de cortumes, sobre os depositos de immundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosphaera.

§ 3º Sobre edificios ruinosos, escavações, e precipicios nas vizinhanças das povoações, mandando-lhes pôr divisas para advertir os que transitam; suspensão e lançamento de corpos, que possam prejudicar, ou enxovalhar aos viandantes; cautela contra o perigo proveniente da divagação dos loucos, embriagados, de animaes ferozes, ou damnados, e daquelles, que, correndo, podem incomodar os habitantes, providencias para acautelar, e atalhar os incendios.

§ 9º Só nos matadouros publicos, ou particulares, com licença das Camaras, se poderão matar, e esquartejar as rezes; e calculado o arroamento de cada uma rez, estando presente os exactores dos direitos impostos sobre a carne; permitir-se-ha aos donos dos gados conduzir os depois de esquartejados, e vendel-os pelos preços, que quizerem, e aonde bem lhes convier, com tanto que o façam em lugares patentes, em que a Camara possa fiscalisar a limpeza, e salubridade dos talhos, e da carne, assim como a fidelidade dos pesos.

§ 10. Proverão igualmente sobre a commodidade das feiras, e mercados, abastança, e salubridade de todos os mantimentos, e outros objectos expostos á venda publica, tendo balança de ver o peso, e padrões de todos os pesos, e medidas para se regularem as aferições; e sobre quanto possa favorecer a agricultura, commercio, e industriados seus districtos, abstendo-se absolutamente de taxar os preços dos generos, ou de lhes pôr outras restricções á ampla, liberdade, que compete a seus donos.²⁵⁸

Cabe ressaltar a estreita relação entre o Estado e a Igreja quando se legislava sobre os cemitérios, prevendo-se que a ação municipal deveria ocorrer “conferindo a esse fim com a principal autoridade ecclesiastica do lugar”. O termo “conferindo” (no sentido de consultar ou estabelecer um acordo) indica que a Câmara Municipal não possuía prerrogativa para agir de forma unilateral. Interpreta-se, desse modo, que o

²⁵⁸ BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1828**, Página 74 Vol. 1 pt I. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html. Acessado 15 de Jun 2023

pároco ou o bispo local deveria intervir para benzer o novo terreno ou realizar os ritos necessários para a sacralização do espaço.

A análise desses dispositivos legais revela que tal legislação funcionava como uma ordenação jurídica de transição da cidade “colonial” (percebida como desordenada e insalubre) para a cidade “moderna” (higienizada e submetida ao controle estatal). Com essa medida, o poder público buscava consolidar o fim definitivo dos sepultamentos *ad sanctos* (no interior dos templos). Sob a ótica da salubridade, a igreja deixava de ser o espaço sagrado de proteção por excelência e passava a ser caracterizada como um local de perigo sanitário, vista como potencial foco de infecções devido ao acúmulo de corpos em decomposição em recinto fechado. Desse modo, essa lei constitui um dos principais marcos regulatórios para a criação dos cemitérios públicos seculares no Brasil.

Para além da interdição dos templos e de seus corpos em putrefação, a norma visava disciplinar o “esgotamento de pantanos” e combater a “estagnação de águas infectas”, visando erradicar a putrefação úmida, então considerada a principal geradora de miasmas (emanações fétidas que propagavam enfermidades), sob o constante temor de “corromper a salubridade da atmosphaera”. Esse controle estendia-se também aos “depósitos de immundices” e à gestão de “fontes, aqueductos, chafarizes, poços”. Sob essa lógica, qualquer elemento que gerasse mau cheiro (como currais, curtumes e acúmulo de resíduos) era tratado como uma ameaça à saúde coletiva, devendo ser vigiado ou removido do perímetro urbano. Ademais, a legislação fazia referência aos matadouros públicos, evidenciando o esforço estatal em evitar que resíduos orgânicos, fossem humanos ou animais, disseminassem doenças. Em suma, definia-se que a saúde da população passava a depender diretamente de uma ordem urbana controlada e regulada pelo poder público. A política de saúde no período imperial, segundo Barros, pode ser vista,

É preciso tomar conhecimento das competências político-administrativas sobre a saúde no Brasil, especificamente dividida no Império em dois períodos: 1828 a 1850 e de 1850 a 1889; nesse sentido: Os benefícios da saúde pública no Império de 1828 a 1850 estavam a cargo dos municípios que fizeram pouco caso, senão elaborar regulamentos para intensificar o saneamento do meio; “de 1850 a 1889, a centralização fez-se pela criação de órgãos centrais de saúde pública, seguidos, de órgãos provinciais e municipais,

subordinados a um órgão central, tendo as municipalidades direito de legislar sobre a saúde pública.”²⁵⁹

O Decreto nº 598, de 14 de setembro de 1850, representou uma resposta de emergência à crise de febre amarela de 1849-1850, que atingiu o Rio de Janeiro com violência devastadora, forçando o Império a centralizar as ações de saúde. O primeiro artigo da referida lei dispunha sobre a abertura de crédito extraordinário para o melhoramento sanitário da capital, ao passo que o terceiro determinava a criação de uma Junta Central de Higiene Pública, diretamente subordinada ao Ministério do Império. Esse esforço de centralização estava estreitamente associado à busca de consolidação do Estado Nacional, pois, como aponta José Murilo de Carvalho,

o ano de 1850 pode ser considerado marco entre duas fases de implantação do Estado Nacional. Talvez por ironia, foi também o ano da primeira grande epidemia de febre amarela que assolou a capital do império matando milhares de pessoa.²⁶⁰

O texto da lei evidencia a intenção do governo imperial de legislar e coordenar, de forma centralizada, as políticas de saúde pública da época. A medida retirou parte da autonomia das Câmaras Municipais as quais se mostraram ineficazes durante o combate à epidemia e transferiu para o governo central a responsabilidade pela “Polícia Médica”. No corpo do decreto, observam-se,

§ 1º Propor ao Governo todas as medidas, que julgar necessarias ou convenientes a bem da salubridade publica, e informar sobre as que lhe forem indicadas pelo Governo.

§ 2º Entender na effectiva execução das Posturas da Camara Municipal, relativas a objecto de salubridade publica, e indicar-lhe as medidas, que julgar necessarias ou convenientes para que se convertão em Posturas, recorrendo para o Governo nos casos do Art. 73 da Lei do 1º de Outubro de 1828, quando não for attendida.

§ 3º Exercerá policia medica nas visitas das embarcações até agora encarregadas á Inspecção da Saude do Porto, e nas que devem fazer-se nas boticas, lojas de drogas, mercados, armazens, e em geral em todos os lugares, estabelecimentos, e casas d'onde possa provir damno á Saude publica.²⁶¹

²⁵⁹ BARROS Raul Marcel Ribeiro. **A DESTERRITORIALIZAÇÃO FUNERÁRIA: Da inumação no interior das Igrejas aos enterramentos em cemitérios públicos entre os séculos XVIII e XIX.** Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal do Piauí. UFPI. 2007. p. 45

²⁶⁰ CARVALHO, J. M. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 257

²⁶¹ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 299 Vol. 1 pt. I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-598-14-setembro-1850-559839-publicacaooriginal-82251-pl.html>. Acessado em: 15 de Jul 2023

Registra-se, ademais, nesse período, a criação do Instituto Vacínico do Império, em 1846, marco relevante na política de saúde do governo imperial. Conforme o decreto de fundação, o órgão tinha por finalidade o estabelecido em seu artigo segundo: “Art. 2º O fim do Instituto Vaccinico do Imperio he o estudo, pratica, melhoramento, e propagação da Vaccina”.²⁶² Cabia-lhe, outrossim, fiscalizar a vacinação e a revacinação nas províncias, estabelecer contato com nações estrangeiras para a troca de informações sobre imunizantes e monitorar a propagação de contágios, com destaque para a “bexiga” (varíola), expressamente referenciada no texto legal²⁶³. Ao instituir um órgão de abrangência nacional, D. Pedro II chancelava a imunização como uma verdadeira questão de Estado. Essa medida consolidava uma trajetória iniciada em 1834, quando o governo imperial já havia decretado a obrigatoriedade da vacinação. Décadas antes desse ordenamento legal, contudo, os naturalistas Spix e Martius já haviam assinalado a urgência de uma postura impositiva por parte do poder público, advertindo que,

A inspeção das farmácias e o exercício da profissão de médico reclamarão futuramente a atenção do governo. As duas principais providências, que, entre tanto, até hoje se têm tomado a sério em prol da saúde geral, são a severa fiscalização dos boletins de saúde dos navios que entram, e a obrigatória vacinação antivariólica sob a vigilância de um médico. Crianças e adultos são vacinados, em determinados dias do ano, num edifício público; pena é, porém, que o controle sobre a disposição para a vacinação, e sobre o desenvolvimento e consequências entre os vacinados, seja até agora muito imperfeito ou falte em absoluto.²⁶⁴

As ações governamentais miravam a fiscalização das embarcações, tendo em vista que muitas epidemias entravam no Brasil através dos portos, os quais se consolidaram como um dos principais pontos de preocupação das políticas de saúde durante o Império. A atuação do poder público fazia-se presente na promoção da vacinação em prédios públicos, ao mesmo tempo em que a documentação da época apontava entraves na eficácia dessa imunização. Outro problema recorrente era a

²⁶² BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1846, Página 86 Vol. 1 pt. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-464-17-agosto-1846-560509-publicacaooriginal-83551-pe.html>. Acessado em: Acessado 15 de Jul 2023

²⁶³ Sobre a varíola e a vacinação no Ceará ver: TEOPHILO, Rodolpho. **Varíola e vacinação no Ceará**: ed. fac-sim. - Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

²⁶⁴ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. v. 1. p. 72

escassa inspeção sobre farmácias e o exercício da medicina, evidenciando que as práticas de cura e medicalização ainda guardavam profundas heranças do período colonial, sobretudo diante da precária infraestrutura estatal para garantir a efetividade das medidas sanitárias.

Essa regulamentação acerca do comércio farmacêutico, do exercício da medicina e da fiscalização dos portos seria formalizada a partir do desdobramento da lei de 1850, por meio do Decreto nº 828, de 29 de setembro de 1851, tematizando,

CAPITULO I Dos Empregados da Repartição de Saude Publica, CAPITULO II Da Inspeção de Saude dos Portos, CAPITULO III, Da Inspeção da Vacinação, CAPITULO IV Do exercicio da Medicina, CAPITULO V Da Policia Sanitaria, CAPITULO VI, Das visitas sanitárias, CAPITULO VII, Da venda dos medicamentos e de quaesquer substancias medicinaes.²⁶⁵

Observa-se uma ampla abrangência das preocupações sanitárias na regulamentação da Junta Central de Higiene Pública. Sob essa perspectiva, ganha relevo a normatização do exercício da medicina, da farmácia (incluindo boticários), da cirurgia, da odontologia e das parteiras, estabelecendo-se que “Ninguém póde exercer a medicina, ou qualquer dos seus ramos, sem título conferido pelas Escolas de Medicina do Brasil”²⁶⁶ Essa exigência legal sobressai particularmente quando aplicada à categoria das parteiras²⁶⁷, evidenciando a histórica escassez de atendimento obstétrico institucionalizado no Brasil oitocentista. Embora o poder público reconhecesse a indispensabilidade dessas agentes diante do vazio assistencial, a obrigatoriedade do diploma diplomático traduzia o intuito do Estado de disciplinar, tutelar e gerir as práticas tradicionais de cuidado à saúde. Outro aspecto fulcral refere-se à instituição da polícia sanitária, cujas diretrizes englobavam desde a regulação e a orientação preventiva até a punição de condutas consideradas negligentes ou lesivas à saúde coletiva. Por meio desse aparato legislativo,

No seio da população inculta, carente de assistência médica e farmacêutica, vicejaram o curandeirismo e o charlatanismo, através

²⁶⁵ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1851, Página 259 Vol. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>. Acessado em: Acessado 15 de Jul 2023

²⁶⁶ Ibidem.

²⁶⁷ Ver: MOTT, M. L. **Fiscalização e formação das parteiras em São Paulo (1880-1920)**. Revista Da Escola De Enfermagem Da USP, 35(1), 46–53. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342001000100008>. Acessado em 12 Abr 2024.

de curiosos, curadores, rezadores e raizeiros. Isolados em suas propriedades, os fazendeiros, os senhores-de-engenho, exerceram a Medicina com os conhecimentos adquiridos em manuais para uso popular, dos quais o mais difundido foi o *Dicionário de Medicina Popular*, Rio de Janeiro, 1842, com sucessivas edições, de autoria do médico francês Pedro Luís Napoleão Chernoviz. Este livro, o Chernoviz, como ficou conhecido, penetrou em todos os lares, do norte ao sul do país. Da mesma forma, inúmeros manuais de homeopatia puseram a “Medicina ao alcance de todos” segundo a expressão que traziam como subtítulo.²⁶⁸

Com o propósito de coibir as práticas informais associadas à saúde, o governo imperial promulgou o Decreto nº 2.055, de 18 de dezembro de 1857, editado como um complemento ao Regulamento aprovado pelo Decreto nº 828, de 1851. O objetivo central do dispositivo de 1857 consistia em regularizar o funcionamento das boticas e estabelecimentos farmacêuticos já existentes que eram operados por indivíduos desprovidos da habilitação acadêmica exigida pela nova legislação. À época, era recorrente que tais boticas funcionassem de modo improvisado, frequentemente instaladas em anexos ou no próprio interior de armazéns, vendas de secos e molhados e casas de comércio geral.

Grande parte desses boticários carecia de formação teórica, tendo adquirido seus saberes por meio da experiência prática cotidiana ou por transmissão familiar. Por intermédio dessa medida, o Estado imperial ampliava seus esforços no sentido de “civilizar” e normatizar setores considerados estratégicos para a saúde coletiva. Em outras palavras, em vez de banir sumariamente os práticos, medida que inviabilizaria a assistência farmacêutica na maior parte do território, optou-se por instituir mecanismos graduais de controle, fiscalização e transição para um modelo profissionalizado. Com efeito, já em seu primeiro artigo, o decreto estabelecia que

Art. 1º Os individuos que tinham botica aberta antes da promulgação do Regulamento de 29 de setembro de 1851, sem terem titulo conferido ou verificado por alguma das Escolas medicas do Imperio, na fórma do art. 25, ou nem se acharem matriculados em algumas das Camaras Municipaes na conformidade do art. 35 do mesmo Regulamento, poderão com tudo obter da Junta Central de Hygiene

²⁶⁸ IGLÉSIAS, Francisco... [et al.]. **Coleção História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico, v. 5. Reações e Transações.** Livro terceiro, Capítulo VIII (Medicina no período imperial). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 560

Publica licença especial para continuarem a ter abertas as suas boticas.²⁶⁹

Posteriormente, o governo imperial promulgou o Decreto nº 9.554, de 3 de fevereiro de 1886, cuja finalidade era expressa logo em seu primeiro dispositivo: “Art. 1º Haverá na Côrte um Conselho Superior de saude publica, especialmente incumbido de interpôr parecer acerca das questões de hygiene e salubridade geral sobre que fôr consultado pelo Governo”. Com o passar dos anos, o Estado imperial buscou centralizar as diretrizes e decisões sobre a saúde coletiva; contudo, esse processo ocorreu de forma conflituosa com as corporações médicas e com os governos provinciais, gerando severos entraves à aplicação prática das normas. Essa resistência era potencializada pelas dificuldades de acesso às regiões mais interioranas, as quais inviabilizavam uma fiscalização efetiva e o provimento de condições mínimas para o cumprimento das legislações sanitárias.

A execução dessas políticas permanecia subordinada ao Ministério dos Negócios do Império, pasta que centralizava as demandas e as ações de saúde. Sobre essa realidade, Delamarque aponta que

Os presidentes da Junta e ministros do Império, em seus relatórios anuais, eram unânimes em afirmar que poucas e incompletas eram as informações que dispunham sobre o estado sanitário das províncias do Império. Isso se devia, especialmente, ao fato de os presidentes das comissões de saúde pública, posteriormente denominados inspetores de saúde provinciais, não remeterem informações dessa natureza.²⁷⁰

Entre outras questões, a pesquisadora esclarece as disputas travadas entre órgãos governamentais e a academia de medicina evidencia tensões que se acirravam sobretudo nos momentos de maior gravidade, como durante epidemias e surtos epidêmicos. Conquanto tenham surgido no decorrer do século XIX outras regulamentações e legislações específicas relacionadas a enfermidades e à

²⁶⁹ BRASIL. Coleção de Leis do Brasil - 1857, Página 496 Vol. 18. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2055-19-dezembro-1857-497822-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 01 Ago. 2023

²⁷⁰ DELAMARQUE Elizabete Vianna. **JUNTA CENTRAL DE HIGIENE PÚBLICA: VIGILÂNCIA E POLÍCIA SANITÁRIA (ANTECEDENTES E PRINCIPAIS DEBATES)**. Dissertação (mestrado em História). Oswaldo Cruz-Fiocruz. Rio de Janeiro. 2011.p 101

assistência à saúde, tais dispositivos não serão analisados detalhadamente, uma vez que ultrapassam o escopo central deste capítulo.

Essa política imperial de saúde pública gerou profundas repercussões no Ceará, conforme se verifica nos Relatórios dos Presidentes da Província. Nesses documentos, constata-se a influência dos discursos sanitaristas e higienistas, que passaram a disciplinar não apenas a morte e os sepultamentos em cemitérios públicos, mas também o próprio ordenamento das cidades cearenses.

A imprensa periódica da época também ecoava a preocupação com a saúde coletiva. Sob a administração imperial, essa atenção tornava-se mais incisiva nos jornais durante crises sanitárias, voltando-se tanto para a prevenção quanto para o combate a moléstias já instaladas. No caso cearense, uma peculiaridade marcante no cenário sanitário eram os períodos de seca, flagelos climáticos que deterioravam as condições de subsistência e geravam um ambiente propício ao adoecimento em massa da população.

Os Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará oitocentistas eram estruturados em seções temáticas consideradas de grande relevância, as quais variavam conforme as conjunturas e os interesses políticos de cada gestão. Nesse acervo documental, encontram-se divisões recorrentes tais como: Secretaria de Governo, Tranquilidade ou Segurança Pública, Estatística, Finanças, Mapa Populacional, Culto Público, Justiça, Instrução Pública, Corpo Policial, Agricultura e Indústria, Guarda Nacional, Obras Públicas, Catequese e Civilização dos Indígenas, além da Saúde Pública. Observa-se que, independentemente das oscilações conjunturais, áreas como saúde, instrução, culto, justiça/segurança e administração geral figuravam de modo permanente nesses relatórios.

Tais relatórios dedicavam um espaço privilegiado à saúde pública. Embora a província não dispusesse de uma rede assistencial estruturada nos moldes contemporâneos, a documentação revela preocupações latentes com o controle de enfermidades, o estado sanitário da população, as terapêuticas disponíveis, bem como as discussões sobre higiene e salubridade. Esse quadro impulsionou, paulatinamente, a consolidação de políticas voltadas à edificação de cemitérios extramuros, à aplicação de vacinas e à imposição de normas de conduta alinhadas aos preceitos higienistas da época.

Nesse sentido, a documentação oficial evidencia a incorporação do discurso higienista como diretriz administrativa e matriz de pensamento do século XIX. A

construção de cemitérios passou a integrar as prioridades de infraestrutura das vilas provinciais, impulsionada pelo esforço estatal de banir os sepultamentos no interior dos templos. Exemplo disso encontra-se no Relatório do Presidente da Província do Ceará de 1838, que alertava para a nociva prática de realizar enterramentos em uma pequena igreja da região, visto que

A saude publica reclama com instancia que em a unica e pequenina Igreja que existe nesta Capital; cesse o dannoso uzo de sepultarem-se todos quantos aqui fallecem. He da maior importancia que com a brevidade possivel para o Poente da Cidade, na altura pouco mais, ou menos do Paiol da Povora, que fica no caminho de Arronches se construa hum cemiterio. Excusando he estender-me sobre a necessidade desta medida; vós sois testemunhas do pestifero ar que se respira na Igreja do Rozario, e deveis estar convencidos que graves males podem provir da inspiração dos miasmas exalados continuamente de innumeros corpos em putrefração, apenas cobertas com pequenas camadas de terra mal apertado e algumas taboas apresentado grandes fendas.²⁷¹

O documento do presidente da província descortina uma nova perspectiva acerca dos sepultamentos, evidenciando a necessidade de edificação de cemitérios em locais considerados adequados. Essa postura demonstra o impacto direto da teoria miasmática na formulação de políticas públicas e sinaliza um processo de medicalização da gestão urbana, fenômeno típico do período imperial. Ademais, o texto expõe as graves implicações sanitárias dos enterramentos no interior das igrejas, associados à proliferação de miasmas que contaminavam a atmosfera e propagavam enfermidades.

Durante as crises epidêmicas no Ceará oitocentista, além dos cemitérios públicos regulares, criavam-se campos-santos provisórios destinados especificamente às vítimas dos surtos, devido à preocupação com o rápido contágio de moléstias que se alastravam. As enfermidades que mais fustigaram a província cearense foram o cólera e as febres. A primeira patologia, sob o prisma da teoria miasmática, atuou como o principal elemento catalisador para a consolidação da exclusão cemiterial (a transferência dos mortos para fora do perímetro urbano), visto que, segundo Alexandre e Maciel,

²⁷¹ MELLO, Manoel Felisardo da Souza e. **Relatório do Presidente da Província do Ceará**, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1838. p.07-08 Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 20 Jan. 2022.

A preocupação em instituir campos santos para os defuntos pela epidemia refletia preocupações higiênicas, como a garantia de inviolabilidade dos túmulos, ao contrário dos cemitérios comuns, nos quais as covas eram reabertas com regularidade para retirada de restos mortais e colocação de novos cadáveres. No caso das epidemias, a teoria miasmática orientava cuidado redobrado com a gestão das covas, em decorrência do risco de infecção do ar pelos corpos em putrefação.²⁷²

A racionalidade médica passou a interferir diretamente nas práticas fúnebres ao enxergar no cadáver um vetor de disseminação de doenças, de modo que o sepultamento deveria ser submetido ao controle estatal por meio da obrigatoriedade dos enterramentos em cemitérios públicos. Esses espaços passaram a figurar como alvo de constante preocupação das autoridades nos relatórios provinciais, sob a forte influência dos estudos médico-sanitários vindos da Europa. Segundo João José dos Reis, ao refletir sobre o pensamento médico no Brasil do século XIX, esse discurso expõe que,

Em sua tese, Manuel Maurício repetiu fatos e métodos de investigação que lera na literatura médica francesa. O cúmulo da ilustração nas teses higienistas da época era a teoria dos miasmas, segundo a qual a decomposição dos cadáveres produziria gases ou eflúvios pestilenciais, que atacavam a saúde dos vivos. Estes deviam se cuidar transferindo os mortos para cemitérios localizados fora do perímetro urbano, em lugares elevados e arejados, cercados de árvores frondosas que ajudassem a limpar o ar, longe de fontes de água potável e fora da rota de ventos que soprassem sobre a cidade. O ar, como se vê, era uma preocupação central; limpá-lo de fluidos miasmáticos tomou-se uma grande obsessão do século.²⁷³

Essa perspectiva passou a afetar diretamente a concepção sobre a morte no século XIX, período no qual o cadáver passou a ser enxergado para além de sua extracorporeidade, sendo submetido a uma rigorosa análise sob o viés biológico. Nesse cenário, diversas esferas de poder, incluindo as autoridades médicas, executivas, legislativas e judiciárias, amparadas por discursos científicos e civilizatórios, envolveram-se diretamente na consolidação dessas políticas públicas.

²⁷² MACIEL, Dhenis Silva. ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **“E a padiola ia e vinha, rangendo lugubrememente”: coveiros, cemitérios e epidemia do cólera no Ceará (1862):** . Revista M. Estudos Sobre a Morte, Os Mortos E O Morrer, 6(11), 92–108. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2021.v6i11.92-108>. Acessado em 21 nov 2024.

²⁷³ REIS, João José Reis. **O COTIDIANO DA MORTE NO BRASIL OITOCENTISTA**. In NOVAIS, Fernando A. e Souza, Laura de Mello (Orgs.). História da vida privada no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p. 134

Essa articulação ocorria por meio da elaboração de leis, da execução de medidas sanitárias pelos presidentes de província ou, ainda, por meio de cobranças de teor judicial. Um exemplo prático dessa engrenagem manifestou-se na representação sofrida pelo presidente da província do Ceará, Vicente Pires da Mota, em 1855, quando,

O Dr. juiz de direito de Baturité representou-me a necessidade da construção de um cemiterio n'aquella villa, a despesa é orçada em 600 \$ 000 existem já 400 \$ 000 réis provenientes de donativos e esmolos, faltando 2000 \$ 000 réis para completar a quantia: ordenei que principiassem os trabalhos.²⁷⁴

Esse panorama descortina o confronto entre as novas compreensões sobre a morte e a tradicional visão religiosa imperante. Nesse contexto, o presidente da província, Francisco de Souza Martins, defendia a “construção de hum cimiterio na visinhança da Cidade, a fim de evitar-se que multidão de corpos se enterrem no acanhado espaço da pequena Capella do Rosario”.²⁷⁵ Essa postura revela um avanço gradativo das políticas de saúde pública no Ceará oitocentista, demonstrando como o poder provincial, pressionado por autoridades locais e apoiado por contribuições da comunidade, promovia a edificação de cemitérios extramuros como parte da modernização sanitária. Ao mesmo tempo, a medida evidencia as nuances da estrutura administrativa do Império, a notória fragilidade financeira das vilas e a complexa reconfiguração cultural das práticas funerárias.

Esse posicionamento constitui um registro oficial do enfrentamento direto aos sepultamentos nas igrejas, o qual passa a pautar a construção de cemitérios públicos sob a ótica da infraestrutura de saúde coletiva, e não mais apenas como um espaço sagrado destinado à memória, à reverência e às ritualizações fúnebres. Neste mesmo relatório de Martins,

Basta fazer-se um muro em roda com hum portão na frente, e plantar o interior de arvores dispostas em alamedas, a fim de que o jazigo dos mortos também possa servir aos vivos de passeio contemplativo, e recreativo. Ao depois indispensável será a construção de uma

²⁷⁴ MOTTA Vicente Pires. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1854. p. 07. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/166/items>. Acesso: 10/04/ 2023.

²⁷⁵ MARTINS, Francisco de Souza. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1840. p.04 Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em 28 abril 2021.

pequena capella no interior, onde se cumprão as ultimas cerimoniaes religiosas que costumão preceder o eterno descanso dos mortos.²⁷⁶

Ao mesmo tempo em que se analisa a preocupação sanitária relacionada à construção de cemitérios, o caso supracitado não demonstra um rigor de engenharia voltado à racionalidade das medições e ao aproveitamento técnico dos espaços, sobretudo quando se emprega a expressão “basta fazer-se”. Por outro lado, a plantação de árvores e a concepção de um local de passeio e contemplação alinham-se ao ideário romântico do período, fortemente influenciado pela arquitetura e pelas referências estéticas francesas, visto que se “ressalta-se a ideia de cemitério-jardim como local de visita, de passeio e de meditação. Nessa perspectiva, o cemitério francês Père Lachaise”²⁷⁷

Ainda que a racionalidade científica tenha avançado no século XIX, a dimensão religiosa não se desassociou das relações humanas com a morte. O campo-santo mencionado, enquanto infraestrutura estatal em parte racionalizada, permaneceu conectado à tradição religiosa, como atesta a própria edificação de uma capela em seu interior. Se, por um lado, passou-se a proibir o sepultamento dentro das igrejas, por outro, o Estado tratou de transpor o templo para dentro do espaço cemiterial. Embora essa transposição não resguardasse o mesmo simbolismo de outrora, percebe-se aí uma tentativa deliberada de evitar um rompimento radical com as práticas devocionais católicas, uma vez que, “embora o processo de secularização seja uma realidade, também o é o fato de que o caráter religioso não abandonou as instituições seculares”²⁷⁸.

O cemitério deveria, simultaneamente, segregar os corpos e manter os vivos próximos aos mortos. Se, por um critério de higiene, a população precisava ser protegida da insalubridade dos cadáveres, por razões afetivas e culturais, os vivos recusavam o isolamento total de seus entes queridos, cuja lembrança e reverência demandavam proximidade. Esse culto à lembrança era profundamente permeado pela sensibilidade religiosa. Essa realidade evidencia a persistência do universo católico e de sua estreita vinculação ao espaço do cemitério ao longo do século XIX, gerando

²⁷⁶ Ibidem p. 06

²⁷⁷ COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Vida e morte na Fortaleza antiga: a higienização da cidade no século XIX**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021. p. 46

²⁷⁸ TAVARES, Diego Fontes de Souza. **A SECULARIZAÇÃO DA MORTE: CEMITÉRIOS PÚBLICOS E AS POLÍTICAS SANITÁRIAS EM CHOQUE ÀS VELHAS FORMAS DE SE ENTERRAR NA NATAL OITOCENTISTA**. Anais do XIV Simpósio Nacional da ABHR 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/890/761>. Acessado em: 10 Jan 2023.

tensões com a crescente racionalização científica do período, a qual se chocava com uma mentalidade popular que ainda persistia em acreditar que,

as cerimônias religiosas e o local escolhido para o sepultamento do cadáver, obrigatoriamente no recinto sagrado de uma igreja, tinha a função de interferir no julgamento celeste e contribuir decisivamente para que, no “final dos tempos”, a alma fosse encaminhada ao paraíso, e não condenada ao fogo infernal e perene.²⁷⁹

A crescente secularização não implicou uma perda drástica do poder eclesiástico. Pelo contrário, a Igreja demonstrou resiliência ao manter sua autoridade dentro do próprio espaço racionalizado que vinha sendo promovido pelo Estado. Nos relatórios de província, nota-se que o governo continuava a financiar a fé como um instrumento de civilidade e de manutenção da ordem. Esse fenômeno torna-se evidente na gestão dos mortos durante o século XIX: embora o Estado assumisse a administração dos cemitérios sob a égide da lógica higienista, a Igreja conservou sua hegemonia simbólica. O espaço, agora secularizado e organizado de forma racional, ainda dependia da bênção religiosa (um elemento legitimador indispensável) tanto para obter aceitação social quanto para cumprir sua função essencial de rito de passagem, pois

O parocho desta freguezia pede instatemente auxilio para que pelas rendas da provincia esta obra seja levada a sua conclusão, bem como para que se faça uma pequena sacristia na capella do cemitério, afim de que melhor e mais commodamente se possam celebrar ali os officios funebres.²⁸⁰

A sacristia, enquanto espaço de paramentação e preparação do sacerdote, simbolizava a extensão da autoridade clerical para dentro dos muros do cemitério público. Por sua vez, a menção ao custeio das obras “pelas rendas da província” expunha a estreita dependência financeira da Igreja em relação ao Estado, o qual instrumentalizava a religião como um mecanismo de civilidade e de manutenção da

²⁷⁹ FILHO Claudio Bertolli. **SOBRE A MORTE E O MORRER NA TERRA DOS BANDEIRANTES: SÉCULOS XVI E XVII.**In: FILHO, Claudio Bertolli, MARQUES José Carlos, RODRIGUES Eli Vagner Francisco. A morte e suas múltiplas faces organizadores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 95

²⁸⁰ REGO, Joaquim Marcos de Almeida. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial.** 1851. p. 13 Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 10 jul 2023.

ordem pública.²⁸¹ operando sob a lógica institucional do padroado e do beneplácito régio.

Buscava-se, desse modo, conjugar os discursos e as práticas científicas com as religiosas, uma vez que o Estado Nacional em formação necessitava legitimar-se perante a sociedade ao mesmo tempo em que adotava as soluções propostas pela ciência para o combate às doenças e à mortalidade. Essa transição apoiava-se em uma mudança de sensibilidade coletiva, considerando que, “por volta do final do Antigo Regime, a opinião pública não tem mais dúvida quanto à existência de uma relação direta entre a mortalidade e as “exalações” provenientes dos cemitérios urbanos e das supulturas internas às igrejas”²⁸²

A realidade epidemiológica da província, marcada por surtos frequentes, evidenciava a articulação necessária entre a Igreja e o Estado no tocante às questões sanitárias. No relatório de Antônio Herculano Pereira da Cunha, especificamente na seção destinada aos cemitérios, relata-se que “diversas tem sido as requisições das comissões sanitárias, e dos parochos das freguesias no sentido de se construirem cemitérios”²⁸³

As representações simbólicas em relação à morte passavam por transformações profundas sob o impacto dos novos saberes científicos e das novas formas de interpretar o espaço urbano, conforme se verifica nos relatórios provinciais. Nesse sentido, a morte deixava de ser uma preocupação exclusivamente escatológica (voltada para o destino da alma) e passava a demandar ações pragmáticas de preservação da própria vida, constantemente fustigada pelas epidemias oitocentistas. Pois,

O medo das epidemias, foi bastante decisivo e teve forte apelo, como no caso do cólera, em facilitar o rompimento de alguns rituais já estabelecidos, o apelo higienista vinha ancorado numa situação bem concreta e muito dura. Neste sentido, “o religioso” vai sendo alterado para se adequar à nova realidade.²⁸⁴

²⁸¹ Sobre a relação entre Igreja e Estado ver: HAUCK, João Fagundes et al. **História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo**. Segunda época; A Igreja no Brasil no Século XIX. 3 ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1992

²⁸² HAROUEL, J-L. **História do urbanismo**. São Paulo: Papirus, 1998, p. 66

²⁸³ CUNHA, Herculano Antonio Pereira da. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1851. p.20 Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 05 mai 2023

²⁸⁴ RETONDAR Patrícia Teles Ribeiro. **A MORTE AO LONGO DO CAMINHO: Reflexões da religiosidade popular presentes nas práticas mortuárias referentes às cruzes e memoriais de**

O discurso racionalista-higienista no tocante à ordenação legal guarda estreita relação com a difusão de doenças no século XIX, período no qual “a morte sitiava a cidade, pois acampara no Império em meados do século. Epidemias de febre amarela ocorreram em 1850, 1852, 1853 e 1854 (...) 1856 foi sobretudo o ano do cólera”.²⁸⁵ Diante dessa realidade e do crescimento acelerado das cidades (as quais passaram a concentrar a atenção das autoridades), Sidney Chalhoub.²⁸⁶ identifica o surgimento de um discurso disciplinador direcionado às camadas mais populares, caracterizado pela emergência da “ideologia da higiene”.

A busca pelo controle sistemático sobre o corpo (tanto dos vivos quanto dos mortos) diferenciou o Oitocentos dos séculos anteriores. Na perspectiva de Philippe Ariès, ao discutir a relação do homem perante a morte ao longo da história, constata-se que, a partir da Idade Média, “a morte vai ser durante muito tempo «clericalizada». É uma grande mudança, a maior antes das secularizações do século XX.”²⁸⁷ No Relatório do Presidente da Província do Ceará de 1841, já se evidenciava uma nítida preocupação com os sepultamentos realizados no interior das igrejas, pois

A Cidade da Fortaleza conta uma só Igreja, em cujo estreito recinto se sepultão no correr do anno inumeros cadaveres: de maneira que a Casa de Deos se tem tornado um fóco de podridão e peste!!! Não permitti, senhores mais tempo, que os fieis, que no Templo, em que se celebrão os sagrados mysterios do seu Culto, vão buscar remédio para a vida d'Alma, encontrem no ambiente epidêmico, que ali circúla, germens destruidores da vida do corpo!!! Afastai quanto antes do meio da vossa nascente Capital esse manancial de molestias, e corrupção.²⁸⁸

Embora chame a atenção para a necessidade de se proibir uma antiga prática devocional, o texto supracitado não visa condenar o catolicismo ou as demais manifestações religiosas que permeavam a sociedade. Em meio às explicações racionais da ciência, o relatório salvaguarda a importância do acesso ao templo,

beira de estrada do interior paraibano. Dissertação (Ciências das Religiões) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa 2017. p. 34

²⁸⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema. A formação do Estado imperial.** 5ª. ed.; São Paulo: Hucitec, 2004. p 77

²⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

²⁸⁷ ARIÉS, Philippe. **O homem diante da morte.** Rio de Janeiro: F. Alvez, 1982. p. 197

²⁸⁸ COELHO, José Joaquim. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial.** 1841. p.17. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 02 jun 2023

espaço no qual se realizavam os cultos aos “sagrado mysterios”. Sob essa ótica, a racionalidade científica e o mistério da espiritualidade revelavam-se instâncias coexistentes quando o tema em debate era o destino do corpo morto. Os sepultamentos no interior dos templos inseriam-se em um amplo contexto internacional e nacional, no qual,

Os funerais de outrora, e em particular enterros nas igrejas, revelam a enorme preocupação de nossos antepassados com seus próprios cadáveres e os cadáveres de seus mortos. Por razões diferentes, os médicos da época da Cemiterada se preocupavam com o mesmo objeto. Eles viam os enterros dentro dos templos mesmo dentro da cidade, além de outros costumes funerários, como altamente prejudiciais à saúde dos vivos. Mortos e vivos deviam ficar separados. A novidade vinha da Europa, e foi divulgada no Brasil independente por meio de uma campanha que fazia da opinião dos higienistas o testemunho da civilização.²⁸⁹

Diferentemente da “Cemiterada” (a célebre revolta popular ocorrida na Bahia contra a obrigatoriedade dos sepultamentos em cemitérios públicos), no relatório de Coelho observa-se um discurso voltado a justificar a interdição dos enterros nas igrejas com base na urgência de se preservar a vida diante das epidemias, combatidas na época por meio de diretrizes médico-sanitárias. Essa preocupação em coibir os sepultamentos nos templos cearenses também se faz presente no relatório de Bitancourt: “Não he fóra de proposito tornar a lembrar a necessidade de hum Cemitério. O mal que pode occasionar o pessimo costume de sepultar os mortos dentro dos Templos he tão geralmente reconhecido, que niguem o contestará”.²⁹⁰ A assertiva de que “ninguém contestará” indica que, sob sua administração no Ceará, não se registraram tampouco se articularam movimentos de oposição popular comparáveis ao levante baiano.

Ao evitar o embate direto com as autoridades eclesiásticas ou com as comunidades paroquiais, o presidente provincial constatava a força histórica desse costume tradicional, mas reiterava a necessidade urgente de construir cemitérios públicos em condições sanitárias condizentes com o pensamento médico da época. Esses cemitérios, bem como as demais medidas de saneamento, para além de seu

²⁸⁹ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras. 1991. p. 28

²⁹⁰ BITANCOURT, José Maria da Silva. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1841. p.13. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 02/03/2023

caráter prático no combate às enfermidades, estavam associados a um discurso de civilidade no qual

A *civilité* foi incorporada e perpetuada - com certas modificações, dependendo da situação de seu novo hospedeiro - no que, nesse momento, era chamado de "civilização", ou mais precisamente, de "conduta civilizada". Assim, a partir do século XIX, essas formas civilizadas de conduta se disseminaram pelas classes mais baixas, em ascensão, da sociedade do Ocidente e pelas diferentes classes nas colônias, amalgamando-se com padrões nativos de conduta. Toda vez que isso acontecia, a conduta da classe superior e dos grupos em ascensão se interpenetrava.²⁹¹

Nos textos dos relatórios provinciais do Ceará, a menção a cemitérios públicos dotados de capelas e com administração ligada às irmandades revela como esse amálgama entre as novas condutas civilizadas e as tradições locais permanecia latente no Oitocentos. A Igreja ainda conservava parcela importante do controle sobre os corpos dos falecidos. A despeito das exigências da ciência e do Estado, as autoridades eclesiásticas empenhavam-se em assegurar e preservar espaços de atuação e de representação da instituição religiosa nesses novos espaços, pois

O parocho desta freguezia pede instantemente auxilio para que pelas rendas da provincia esta obra seja levada a sua conclusão, bem como para que se faça uma pequena sacristia na capella do cemiterio, afim de que melhor e mais commodamente se possam celebrar ali os officios funebres, e outro sim a construcção de um deposito para os ossos que são tirado das sepultura do cemiterio: para estas duas obras, que em pouco poderáo montar e que reputo de necessidade, mandei orçar a despeza que com ellas se poderá fazer.²⁹²

Embora o Estado se fundamentasse na ciência médico-sanitarista para orientar as políticas públicas de controle dos corpos, as manifestações de caráter religioso emergem de forma flagrante nessa documentação oficial, notadamente sob a rubrica do "Culto Público". No caso em análise, observa-se o esforço voltado à conclusão da sacristia, medida que atendia à solicitação do pároco local e que

²⁹¹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. V 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v 2 p. 255

²⁹² REGO. Joaquim Marcos de Almeida. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1851. p.13. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 20 Jan 2023

colocava em evidência a dimensão espiritual do morrer, considerada fundamental para a sacralização do novo ambiente de sepultamentos. Entendendo que,

A crença na “vida após a morte” e assim, na ideia de que somos um “espírito imortal” que habita os corpos, foi e ainda é disseminada por religiões como o judaísmo, cristianismo, islamismo, entre outras, sendo a “matéria corporal” perecível enquanto o elemento espiritual permaneceria existindo fora de sua forma física. Essa crença, justificaria a relação de proximidade entre vivos e mortos e, conseqüentemente, na ritualística fúnebre cristã católica, o antigo costume de sepultar os corpos mortos nos templos.²⁹³

Nas colônias, a higiene ocidental foi utilizada como um instrumento para justificar a suposta superioridade europeia, de modo que as populações nativas eram frequentemente estigmatizadas como "sujeitas" e "contagiosas". Sob essa ótica, a denominada missão civilizadora configurou-se, em larga medida, como uma missão sanitária, o que impeliu a "civilização" a estender-se pelas diferentes camadas sociais. Assim, o saneamento básico (compreendendo redes de esgoto e a instituição de cemitérios públicos) deixou de ser um privilégio privado para converter-se em política pública, integrando as distintas classes sociais sob uma mesma malha sanitária, ainda que caracterizada por nítidas disparidades na qualidade dos serviços prestados.

A proibição de sepultar os corpos no interior dos templos religiosos levou o Estado e a Igreja a unirem esforços na edificação de espaços sagrados dentro dos próprios cemitérios públicos. Desse modo, pretendia-se que os indivíduos e as famílias passassem a enxergar esses novos locais não apenas sob um prisma estritamente higiênico, mas também como espaços conectados à dimensão divina. A consagração desses terrenos constituía uma estratégia deliberada para atenuar a forte resistência popular diante do impedimento de enterrar familiares e amigos dentro ou nos arredores das igrejas (locais tradicionalmente considerados sagrados).

Na mentalidade da época, o distanciamento físico do solo sagrado das igrejas era associado ao próprio distanciamento da salvação espiritual no momento do Juízo Final. Diante da proximidade da morte, a população buscava purgar-se ao máximo de seus pecados e aproximar-se, de forma física e simbólica, do sagrado,

²⁹³ BORGES, Rafael Coppi. **“A TERRA LHES SEJA LEVE”: ADOECER E MORRER NA PARAÍBA OITOCENTISTA (1850-1900)**. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande PB 2021. p 145

impulsionada pelo profundo temor de não obter uma “boa morte”. Ao consentir com a realização de ritos e encomendações religiosas nos cemitérios públicos, o poder público atendia também às prerrogativas legais de um Estado Imperial que tinha o catolicismo como religião oficial. Essa convergência de interesses faz-se evidente no relatório do presidente da província, Joaquim Vilela de Castro Tavares, apresentado em 1853, no qual o tópico dedicado à salubridade pública destaca que

Em consequencia de attribuir-se a causa do mal principalmente as inhumações na igreja e á abertura de sepulturas, em que os cadáveres ainda estavam em putrefacção , cerco-se, e benzeo-se o terreno destinado para o cemiterio publico, e ali se principiou a dar jazigo aos mortos.²⁹⁴

A necessidade de benzer o local de construção do cemitério, com o intuito de manter os cadáveres em solo considerado sagrado, evidencia a ambivalência existente entre o Estado racional e o Estado religioso. Sob esse prisma, a edificação e o funcionamento do campo-santo permaneciam vinculados a uma espécie de anuência eclesiástica, uma exigência da tradição católica que se mantinha profundamente arraigada no meio social.

Além de interditar novos sepultamentos nos templos, a retirada dos restos cadavéricos outrora depositados nas igrejas impunha-se como uma medida de salubridade e de preservação da saúde coletiva. Essa urgência sanitária justificava-se pelo fato de que “o espaço urbano de acordo com as teorias médicas por serem fundamentadas no neo-hipocratismo concebiam a relação entre a doença e a falta de higiene, entre a doença e o meio natural que por isso deveria ser medicado”.²⁹⁵

Como forma de atenuar o sentimento de prejuízo espiritual em relação aos corpos dos falecidos e à própria Igreja, os presidentes de província frequentemente propunham a construção ou a reforma de capelas e sacristias dentro dos cemitérios públicos. Em 1854, o presidente da província do Ceará, Padre Vicente Pires da Mota, reconheceu a premente necessidade de expansão da política pública de construção

²⁹⁴ TAVARES, Joaquim Vilella de Castro. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1851. p.49. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 04 Maio 2023

²⁹⁵ KARINE Ribeiro Estevam. **CÓDIGOS DE POSTURAS E ORDENAMENTO DO ESPAÇO URBANO E DA SOCIEDADE DE FORTALEZA NO SÉCULO XIX**. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Federal do Ceará. FORTALEZA 2018. p. 56

de cemitérios, bem como os graves inconvenientes gerados pela persistência de cadáveres inumados nas igrejas, pois

Não é ainda geral o uso dos cemiterios, ainda na maior parte das localidades a inhumação dos cadáveres é feita nas Igrejas com grave detrimento da saúde pública. Ha nesta Capitall um cemiterio demasiadamente pequeno em relação a mortalidade, e daqui rezultão inconvenientes gravissimos: é indispensavel augmental-o e faser certas obras para que os restos humanos que merecerão de todos os povos mesmo não civilisados um respeito quasi religioso , não fiquem expostos a profanação.²⁹⁶

Na fala do presidente da província Motta, depreende-se a compreensão de que o respeito devido aos corpos de todos os falecidos constituía uma diretriz tanto civilizatória quanto religiosa, estendendo-se inclusive àqueles indivíduos que, por suas trajetórias de vida desajustadas, pareciam não fazer jus a essa atenção. Nesse cenário, o parâmetro civilizatório era balizado também pelo tratamento conferido aos mortos à luz das inovações médico-sanitárias vindas da Europa, aplicadas como ferramentas cruciais de salvaguarda da saúde pública.

A experiência urbana de Paris demonstrava que a vigilância sanitária em relação aos óbitos deveria considerar rigorosamente a qualidade da água, sob o risco de as sepulturas contaminarem os mananciais públicos. Conforme assinala Eugen Weber, nesse período, “os poços ficavam impuros devido a infiltrações de montes de lixo, fossas sanitárias, sepulturas. A crescente consciência desses fatos - de certo modo relacionada com o mau cheiro que proclamava o estado precário de alguns rios”.²⁹⁷

As ações dos presidentes de província buscavam conjugar as demandas científicas com as fúnebres de modo a respeitar a espiritualidade católica e o desejo individual dos falecidos, manifesto em seus testamentos ou inventários. Sendo que,

É válido mencionar que os enterros fora das igrejas, antes mesmo de 1850, já eram uma realidade para os escravos e homens livres pobres que não fosse membro de alguma irmandade e/ou não pudessem pagar por uma cova, além dos indigentes, não católicos e os que receberam punição de morte.²⁹⁸

²⁹⁶ MOTTA Vicente Pires. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1854. p. 06

²⁹⁷ WEBER, Eugen Joseph. **França fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.p 75

²⁹⁸ MORAIS Jéssica Gadelha. **“AQUI JAZEM” MUITAS HISTÓRIAS: UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO DO ACERVO HISTÓRICO DO CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO EM CAMPO MAIOR - PIAUÍ (1804-1978)** Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí. Teresina. 2016. p. 30

Essa constatação evidencia exclusões sociais que reproduziam, no tratamento conferido ao corpo morto, as hierarquias sociais vigentes em vida. Embora já ocorressem sepultamentos fora do espaço físico das igrejas, estes não seguiam as orientações médico-sanitárias da época, o que despertava a preocupação das inspetorias de saúde quanto à necessidade de construir cemitérios públicos capazes de abrigar toda a população, inclusive as camadas rotuladas como “não civilizadas”. A divisão de responsabilidades no âmbito da cura e do trato com o cadáver, delimitando as funções de cada agente, reflete o ideário civilizatório que, segundo Norbert Elias,

A diferenciação em marcha das funções sociais, porém é apenas a primeira e mais geral dentre as transformações que observamos ao estudar a mudanças na constituição psicológica conhecida como “civilização”. Lado a lado com a divisão de funções em andamento, ocorre a total reorganização do tecido social.²⁹⁹

Nesse processo, a religião passou a ser paulatinamente deslocada para a esfera privada (relegada à dimensão da moralidade e do conforto espiritual individual), conquanto ainda persistissem manifestações coletivas de religiosidade diante da morte, expressas em missas de corpo presente, velórios e cortejos fúnebres. Paralelamente, a ciência passou a dominar a esfera pública, norteadando as políticas sanitárias, a instrução e a própria edificação dos cemitérios. O papel de novo “sacerdote”, “curandeiro” ou “xamã” foi gradualmente assumido pelo cientista, que se converteu na figura de autoridade legítima perante o corpo doente e sem vida.

Apoiada nessa lógica de diferenciação social, a medicina acadêmica empenhou-se em demarcar fronteiras rígidas em relação aos curandeiros e às parteiras tradicionais. Por meio do conhecimento médico-científico, buscou-se construir um discurso legitimador que desautorizava as práticas dos terapeutas populares. Estes, outrora respaldados por suas comunidades, passaram por um processo de reclassificação de caráter pejorativo, sendo rotulados como “charlatões” ou acusados do “exercício ilegal da medicina”. Exemplo disso, conforme observado

²⁹⁹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v 2 p. 197

no caso das parteiras, residia na exigência de que estas obtivessem a devida chancela do Estado para que pudessem exercer legalmente suas funções.

Além da questão dos cemitérios, a forte presença da sensibilidade religiosa no aparato governamental registrava-se no recurso habitual a termos como "graças a Deus" e em alusões à providência e à misericórdia divina, constantemente evocadas nos relatórios oficiais para justificar ou agradecer pelas condições sanitárias e climáticas favoráveis da província. Essa postura reflete-se com clareza na fala do presidente da província, Fausto Augusto de Aguiar, "a Divina Providencia se amerciou desta provincia, preservando-a da terrível epidimía que tem grassado, ceifando milhares de vidas, em quasi toda as cidades do litoral do imperio. Rendamo-lhe infinitas graças por tão assignalado benefícios".³⁰⁰ O espiritual e o racional imbricavam-se na retórica dos administradores provinciais, pois, logo na sequência desse mesmo trecho, observa-se a advertência do governante, "tenho sido solícito em faser observar com rigor todas as medidas sanitárias"³⁰¹, A esse posicionamento somava-se o agradecimento público ao Dr. Liberato de Castro Carreira, enaltecido como o provedor da saúde na província cearense, evidenciando uma gestão que congregava elementos de um Estado confessional e, concomitantemente, iluminista.

Constata-se, por fim, a morosidade administrativa na execução dessas obras públicas, cujo intervalo entre as primeiras solicitações ou o reconhecimento de sua urgência e a efetiva construção ou reforma estendeu-se de forma paulatina ao longo de todo o Oitocentos. Sobre essa precária realidade material da província, o presidente Correa de Vasconcellos, em 1847, alertava de forma contundente, "mostrar, Senhores, o que nesta parte precisa a Provincia bem o poderia fazer em poucas palavras dizendo-precisa de tudo-pois que estradas, pontes, fontes, assudes, casas de camaras, de jury, de instrução publica, de mercado, igrejas, cimitério (...)"³⁰²

3.2. Adoecer e morrer no catolicismo e na sciencia.

³⁰⁰ AGUIAR. Fausto Augusto de. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1850. p.18. Disponível em: : <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 02/05/2023

³⁰¹ Ibidem p. 18

³⁰² VASCONSELLOS Correa de. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1847. p.17. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 10/04/2023

O saneamento, a higienização e o avanço da ciência médica figuram com destaque nos relatórios dos presidentes da província, revelando-se inclusive nos embates travados com a Igreja no Ceará oitocentista, uma vez que as preocupações com a salubridade se estendiam para além das questões estritamente associadas à saúde pública, alcançando as esferas da instrução, da legislação e da segurança pública.

Sob essa égide, o Estado incumbia-se de dotar seus agentes de prerrogativas pautadas em determinações racionalistas para a gestão da vida e da morte. Nesse processo, delineava-se um nítido conflito entre o pensamento científico-sanitarista e os registros de óbito realizados por representantes eclesiásticos, cuja competência técnica passou a ser contestada pelo aparato estatal. No relatório apresentado pelo presidente da província, Esmerino Gomes Parente, consta o parecer do inspetor de saúde pública, Dr. Antônio Domingues da Silva, datado de 20 de junho de 1875, no qual este escreve,

Não devo concluir sem solicitar a benéfica intervenção de V. Exc. para um ponto que reputo de maximo interesse: refiro-me à verificação dos obitos que deve ser competemente feita por medicos. É tristissima verdade que entre nós nada se tentou ainda no intuito de regularisar semelhante serviço; sendo que ainda hoje fazem-se as inhumações precipitadas dos cadáveres por um simples bilhete passado por um particular, e com a licença do vigário. (...) póde dar-se a horrível possibilidade de vivos serem sepultados sob falsas apparencia da morte.³⁰³

A problemática da higiene como política pública na província do Ceará encontra na atuação do inspetor de saúde um de seus principais eixos de articulação. Este agente elegia como prioridade absoluta a obediência irrestrita aos preceitos da ciência. Em 1875, embora já se acumulassem décadas de informações, alertas e pareceres sobre a necessidade de cumprimento das medidas sanitárias, tais diretrizes ainda não haviam se consolidado como pensamentos e práticas hegemônicos no cotidiano da população. Mesmo na segunda metade do século XIX, evidenciava-se o forte anseio estatal por regulamentar a identificação e a classificação dos óbitos. Esse cenário demonstra que o discurso científico não

³⁰³ PARENTE Esmerino Gomes. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1875.** p. 03. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 05 Abr 2023.

conquistou seu espaço de forma natural ou espontânea: fez-se indispensável a intervenção coercitiva do Estado, por meio de leis, para destituir a Igreja e as comunidades tradicionais da gestão direta sobre os corpos.

Sob essa ótica, a autoridade religiosa (representada pelo vigário) passou a ser considerada insuficiente pelo poder público para atestar de forma fidedigna a ocorrência do óbito. O Estado, por intermédio do presidente da província, passou a exigir que o profissional da medicina assumisse o papel central no âmbito da necrópole. A "diferenciação de funções" outrora mencionada manifesta-se aqui com clareza: enquanto ao sacerdote cabia o cuidado e a encomenda da alma, o corpo físico passava a ser tratado como propriedade cognitiva exclusiva do saber médico.

Essa nova postura chocava-se diretamente com as prerrogativas de membros do clero católico, dado que cabia habitualmente ao vigário licenciar a prática de indivíduos leigos e sem qualificação técnica no campo da saúde para a constatação dos óbitos. Ademais, constata-se a persistência de um temor ancestral em relação à linha tênue que separa a vida da morte, manifesto no risco de sepultamentos prematuros decorrentes de diagnósticos imprecisos. Em outro trecho do documento, o inspetor elucida com maior propriedade essa problemática, sustentando que os procedimentos de verificação médica eram indispensáveis tanto para conter o avanço de moléstias transmissíveis quanto para o pleno desenvolvimento da estatística demográfica, asseverando que,

Além de que, admittido que o obtuario exprima a realidade, vê-se que os passadores de bilhetes para o enterramento declaram a molestia, segundo a informação do interessado; podendo succeder que nao só a molestia seja mui contraria á assigalada, como que o doente tenha fellecido de molestia infectuosa, e n'este caso acontece que á vista da licença do vigario, baseado no falso bilhete, sido sepultados os cadaveres no cemiterio commum, provindo necessariamente d'ahi grandes males, quando se tiver de abrir essas sepulturas ; facto este que, em minha opinião, deve-se ter dado mais de uma vez não só n'esta cidade, como tambem, e em maior escala, em toda a provincia, e que é, sem duvida, a causa do reapparecimento de algumas graves enfermidades que se tem desenvolvido. Além d'aquelle mal de consequencias incalculaveis, com a verificacao medica, a estatistica obtuaria seria mais aproximada da verdade, e de mais proveito para a sciencia.³⁰⁴

³⁰⁴ Ibidem. p. 03-04

A análise do documento revela-se profundamente elucidativa sobre o modo como as relações de poder, estruturadas a partir do monopólio do conhecimento científico, podiam impactar de maneira crucial a vida das populações. O esforço pelo disciplinamento da morte, com vistas ao combate às epidemias, passava pela denúncia do que as autoridades médicas consideravam uma usurpação do espaço científico por parte dos membros da Igreja Católica. Assim, o poder médico-sanitarista impunha-se progressivamente sobre a tradicional autoridade clerical nas cidades da província.

Nesse cenário, o sacerdote que assinava os registros de óbito nos livros paroquiais era legitimado pela população como uma autoridade de referência para chancelar decisões relativas aos rituais de morte. Por outro lado, o inspetor de higiene apontava as graves consequências decorrentes da interferência de particulares e de clérigos leigos na constatação dos falecimentos: o risco de sepultamento prematuro (de o indivíduo ser enterrado vivo), a iminente ameaça de contaminação coletiva caso o óbito tivesse sido causado por moléstia infectocontagiosa, e o severo prejuízo imposto ao avanço da ciência por uma atuação desprovida de critérios metodológicos e racionais. Como bem sintetiza Miriam Dolhnikoff:

A defesa da construção de cemitérios resultava da afirmação da Medicina de que fazia mal à saúde conviver com mortos sepultados no solo da igreja ou ao lado dela, como era comum na época. Para os devotos, o sepultamento tinha que ser em terra sacralizada.³⁰⁵

O parecer do inspetor demonstra a adoção de uma perspectiva racionalista e a incorporação desse ideário pelo Estado e por seus agentes atuantes no Ceará do século XIX. Ao mencionar as consequências incalculáveis da ausência de verificação médica e da escassez de estatísticas confiáveis, o relatório evidencia o quanto essas lacunas prejudicavam o desenvolvimento da "sciencia". O emprego de termos como "estatística", "verdade" e "ciência" demarca um novo horizonte de transformações nacionais, caracterizado pela apropriação de saberes europeus no campo biológico e médico-sanitário. Ao analisar a estruturação do Estado imperial, Ilmar Rohloff de Mattos assinala que o poder central buscava expandir sua autoridade pública em detrimento das autonomias locais e individuais, ponderando que,

³⁰⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil império**. São Paulo. Contexto, 2017. p.77

Devemos lembrar também que, sob este ponto de vista, e pondo em evidência um aspecto particular, uma nova produção vem se constituindo, privilegiando a *política médica* “conjunto de teorias, políticas e práticas que se aplicam a saúde e bem-estar da população” - como o principal meio de introdução das normas que, ao lado da Lei, tornam possível a construção de um Estado moderno³⁰⁶.

O inspetor de higiene reproduzia o discurso modernizador do Estado por meio de uma política médica implementada pela atuação ativa desses agentes de saúde, os quais demandavam a consolidação de um arcabouço legal pautado na ciência moderna. A intervenção estatal passou a interferir progressivamente nos comportamentos familiares, religiosos e comerciais (a exemplo da imposição do sistema métrico decimal de pesos e medidas, que gerou forte descontentamento popular e culminou na eclosão da Revolta do Quebra-Quilos). Da mesma forma, essa reordenação de caráter higienista estendia-se à própria reestruturação física, social e sanitária do espaço urbano, conforme analisa Maria Clélia Lustosa Costa:

A influência da linguagem médica no discurso urbano se concretiza na medicalização da sociedade e do espaço, influenciando as políticas urbanas, as formas de habitar, as práticas de higiene. A sociedade era um organismo vivo sujeita a doenças espacialmente localizáveis. Os miasmas ditavam a localização das moradias e equipamentos urbanos, dos serviços e indústrias insalubres.³⁰⁷

Havia a percepção de que a ciência não conseguia responder a inúmeras questões ou solucionar as diversas problemáticas que assolavam a província no período. Constata-se que tanto a população em geral quanto as autoridades provinciais recorriam aos saberes científicos, porém com ressalvas compreensíveis, haja vista que esse conhecimento vinha sendo introduzido de maneira marcadamente discursiva e impositiva. A crença na cura por vias espirituais e religiosas permanecia fortemente enraizada no Oitocentos, pois,

Negros e brancos acreditavam que certos santos protegiam contra determinadas moléstias. Invocavam Santa Luzia, protetora dos olhos, Santa Ágata para doenças de peito, Santa Apolônia para dor de dente, São Lázaro para a lepra, São Tomé para verminoses. Usavam

³⁰⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema. A formação do Estado imperial**. 5ª. ed.; São Paulo: Hucitec, 2004 p. 169

³⁰⁷ COSTA, Maria Clélia Lustosa. **INFLUÊNCIAS DO DISCURSO MÉDICO E DO HIGIENISMO NO ORDENAMENTO URBANO**. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 9, n. 11, p. 63–73, 2017. DOI: 10.5418/RA2013.0911.0006. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6492>. Acesso em: 2 dez. 2024.

orações e palavras mágicas. Em 1855, vendia-se em São Paulo uma oração para benzer casas, para protegê-las da epidemia do cólera-morbo. A própria ciência médica não estava, nas zonas rurais, muito longe desse primitivismo dos feiticeiros.³⁰⁸

Enquanto a medicina acadêmica ensaiava seus primeiros passos rumo à especialização, a religiosidade popular já contava com seus próprios "especialistas". O devoto não demandava uma cura genérica: ele mesmo elaborava um diagnóstico informal e buscava o terapeuta "espiritual" correspondente à sua aflição. Se a ciência não explicava as causas e tampouco garantia o restabelecimento da saúde, a aquisição de uma "oração para benzer casas" constituía uma atitude muito mais sintonizada com a realidade de comunidades desprovidas de acesso à medicina oficial. Sob essa perspectiva, o presidente João Silveira de Sousa afirmava que: "Não estou habilitado para diser-vos com segurança as causas determinantes de um tal estado de cousas, muitas das quaes escaparão á propria sciencia, mas entendo que terão contribuido para elle a irregularidade e alternativas das estações do anno".³⁰⁹

Em outro relatório, subscrito pelo presidente Joaquim Marcos de Almeida Rêgo, observa-se o registro de pessoas qualificadas como "práticos" (indivíduos que exerciam a arte de curar sem possuir diploma acadêmico). A presença desses agentes tornava-se ainda mais relevante diante de uma realidade em que a etiologia e a propagação de doenças devastadoras, como a febre amarela, permaneciam inexplicáveis tanto para os leigos quanto para a própria medicina oficial. Diante das profundas incertezas que envolviam o conhecimento científico do período,

"aperta-se-me o coração, tendo de comunicar-vos, que o terrivel flagello da febre amarella, que tanto asolára esta capital, Aracaty, e outros lugares, tem estendido seus estragos a pontos mais centraes da provincia, desmentindo a opinião dos práticos, que julgavam necessaria seu desenvolvimento, a existência d'um foco d'infeção maritima, e convencendo-nos d'um facto até agora duvidoso na sciencia".³¹⁰

³⁰⁸ COSTA, EMÍLIA VIOITI DA. O Escravo na grande lavoura. In: IGLÉSIAS, Francisco... [et al.]. **Coleção História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico, v. 5. Reações e Transações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

³⁰⁹ SOUSA, João Silveira de. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial.** 1858. p. 10 Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 23/06/2023

³¹⁰ REGO, Joaquim Marcos d'Almeida. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial.** 1852. p.08. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>

São escassos os relatos de contestação direta ao saber científico nos relatórios provinciais, sendo consideravelmente mais frequente o registro de sua aceitação e de sua aplicação como diretriz de políticas públicas de saúde voltadas ao combate às possíveis causas de epidemias. Um exemplo emblemático dessa postura ocorreu em 1878, quando o presidente da província, José Júlio de Albuquerque Barros, ao discorrer sobre as ações de contenção da varíola que assolava o Ceará, determinou a proibição da entrada de indivíduos oriundos do Rio Grande do Norte (potiguares). A decisão fundamentava-se na informação de que a moléstia já havia atingido o território vizinho, tornando imperativo que as autoridades cearenses passassem a “tratar da desinfecção e empregar todos os meios hygienicos aconselhados pela sciencia”.³¹¹

3.3 Hygiene publica, melhoramento dos indivíduos.

No relatório de José Júlio de Albuquerque Barros, há reflexões sobre os currículos educacionais europeus para orientar a nossa educação e, ao citar o italiano, aponta para questões sanitárias onde consta o “6º principios de sciencias physicas e naturaes, e elementos de hygiene”³¹². Embora o documento não registre a aplicação dessa orientação pedagógica no Ceará, evidencia os vínculos da província com o pensamento médico-sanitário europeu. Ainda sobre educação e higiene, lemos:

Pode-se dizer que é o grande problema século, o objectivo de incessantes esforços dos legisladores e estadistas, mirando á preparar o homem para o melhor desempenho de suas funcções, pelo aperfeiçoamento moral, desenvolvimento intellectual, hygiene publica, melhoramento dos individuos, e melhoramento da raça; o que, como reflecte Tempels, significa o aperfeiçoamento do homem no corpo, espirito e coração; designa o objecto real do ensino popular, fazendo das faculdades instrumentos mais perfeitos para corresponderem á seu destino.³¹³

Na seção *Instrução Pública*, observa-se uma reflexão moral e utilitarista sobre a formação humana, com destaque para a higiene pública. Esta surge como requisito

³¹¹ BARROS, José Julio de Albuquerque. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1858. p. 39 Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>

³¹² Ibidem p.14

³¹³ VELLOSO Pedro Leão. **Sessão ordinária 1881** p 56. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em : 15 Jan 2023

essencial para a melhoria de um corpo social frequentemente vitimado por epidemias e enfermidades que se proliferavam de forma mais intensa com o avanço dos processos de urbanização e industrialização. A escola, enquanto instituição de abrangência social e política capaz de moldar comportamentos, era também sensivelmente atravessada pelo pensamento da “higienização racial”.

A ideia de salubridade figurava tanto na pauta das concepções curriculares quanto na própria infraestrutura dos estabelecimentos educacionais, conforme expresso no relatório provincial de 1876. O presidente da época chama a atenção para a necessidade de efetivação do ensino de higiene nas escolas cearenses, assinalando que “um outro melhoramento reclama a instrução publica, (ilegível) de diversa natureza: é a dotação de edificios apropriados onde funeccionern as aulas, e se pratiquem os exercicios complementares da hygiene das escolas”.³¹⁴

A educação, sob a ótica dos relatórios oficiais, é constantemente representada como ferramenta de aprimoramento moral e comportamental de indivíduos a serem civilizados. Para além desses documentos, a imprensa periódica também ecoava essa preocupação governamental. Na seção “PARTE OFFICIAL” do jornal *Constituição*, por exemplo, constata-se as diretrizes de higiene aplicadas à educação no regulamento das escolas do exército e dos estabelecimentos de instrução militar. No “Art 16 As nações de hygiene serão ensinadas uma vez na semana pelo cirurgião do corpo: a doutrina christã, pelo capellão, tambem uma vez em cada semana.”³¹⁵.

Dessa forma, a educação associava-se à preocupação com a construção da identidade nacional em curso no Segundo Reinado, servindo para forjar um sentimento de nacionalidade balizado por padrões de ordenação e civilidade. Nesse contexto,

O diálogo estabelecido entre a educação escolar e as normatizações de natureza médica afluíram na observação da regulamentação do tempo, da vacinação como condição da matrícula, da revista de asseio, do controle dos atos e desejos, da inspeção médica no

³¹⁴ LEMOS, Francisco de Farias. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1876. Disponível: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 23 Jul 2023

³¹⁵ Regulamento das escolas do exercito, a que se refere o decreto desta data. **Constituição**. Fortaleza 03 de Abril de 1889. p. 01 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pesq=higiene&pagfis=6615> Acessado em 27 Jan 2024

Colégio, das preocupações com o espaço escolar, da indicação de uma enfermaria, dentre outras.³¹⁶

As aglomerações humanas historicamente constituíram ambientes propícios para a disseminação de doenças, o que impulsionou o entendimento sobre o papel social da educação associado à difusão de conhecimentos científicos. Conforme aponta Eugen Weber na obra *França fin-de-siècle*, as questões de higiene eram amplamente negligenciadas pela população, que carecia do hábito de banhar-se ou de limpar os ambientes domésticos. Diante desse cenário, tornaram-se cada vez mais frequentes os guias e manuais com recomendações para uma boa higiene, haja vista que, à época, “o hábito de lavar-se, no sentido moderno, estava longe de ser comum no século XIX: os cabelos, por exemplo, eram raramente lavados, quando o eram”.³¹⁷

Nesse panorama, uma das estratégias discursivas do governo para induzir os professores a adotarem práticas de higiene pessoal consistiu em associá-las à moral, compreendida aqui no âmbito do prestígio social e do respeito perante a comunidade escolar. Além disso, a exigência vacinal estabelecia-se como critério para o ingresso escolar, de modo que a exclusão dos alunos não vacinados já se configurava como um consolidado instrumento das políticas públicas de saúde.

Ao se referirem à educação, colocando as escolas e os temas educacionais na órbita da medicina, os representantes dessa ciência procuraram definir um detalhado grupo de aspectos como, por exemplo, a localização física, a arquitetura, as rotinas escolares – inserindo-se aí o tempo, conteúdos e horários de estudo –, as vestimentas, a alimentação, o recreio, o sono, os banhos e os princípios morais que deveriam ser cultivados nos Colégios. Acompanhando este roteiro, seria possível ao Estado instalar escolas higienizadoras, desde que modeladas de acordo com os princípios da higiene. Nesses termos, em uma guerra contra o mundo perigoso da doença e da ignorância, via escola, o poder público poderia instituir uma nova ordem, edificando-se com ela.³¹⁸

A postura escolar relacionada à higiene destaca-se pela distância da mesa e dos livros, deixando entender que esses instrumentos eram pouco higiênicos e poderiam transmitir alguma enfermidade. Mesmo com a mudança da monarquia para

³¹⁶ MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene: a invenção de modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)** 2 ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020

³¹⁷ WEBER, Eugen Joseph. **França fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.p. 80

³¹⁸ GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar : medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2004. p. 108

a república e, conseqüentemente, a alteração das perspectivas de Estado, o olhar sobre o ensino como um dos responsáveis pela higiene está presente na Constituição de 1891. Em seu Título XV, que trata da declaração de direitos, o trecho relacionado ao ensino afirma: “§ 4 Liberdade profissional e de ensino, sem offensa á moral e sem prejuizo da segurança e hygiene publica”.³¹⁹

3.4 A imprensa entre o projeto civilizatório e as disputas políticas

Além da educação, outro espaço privilegiado para os discursos de higiene e do sanitarismo é a imprensa, onde intelectuais e agentes governamentais propagam suas ideias, pesquisas e projetos políticos que impactam, em maior ou menor grau, a vida de uma sociedade. Devemos atentar para a presença das tipografias nas capitais ou cidades maiores, as quais passam a ser mais registradas nos jornais da época, fazendo da pesquisa sobre cidades interioranas nesses periódicos um verdadeiro “garimpar” de informações. Entende-se que,

Devido à institucionalização da condição de cidade e capital da província cearense, Fortaleza foi o espaço privilegiado de divulgação dos interesses burgueses de comerciantes, proprietários de terra, funcionários de governo e militares, em diferentes nuances, e dos intelectuais cearenses que criaram sociedades literárias, jornais e revistas, órgãos fundamentais na projeção, visibilidade e leitura de idéias e propostas de atuação social e política, em nome da imprensa, do progresso, da civilização, do Ceará e da nação brasileira.³²⁰

A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional disponibiliza dezenas de jornais cearenses do século XIX, tendo alguns “vida” curta e outros sendo mais longevos. Entre eles, optamos por analisar os jornais *A Constituição*, *O Cearense* e a *Gazeta Oficial*. Os dois primeiros representam posições políticas diferentes e o último registra posições oficiais do governo da província. Nesses periódicos, observaremos como a imprensa aborda questões relacionadas às doenças, epidemias e políticas públicas de saúde, com seus destaques e silenciamentos.³²¹

³¹⁹ CEARÁ, **Constituição do Estado do Ceará**. Fortaleza. Typographia do Estado do Ceará. 1891 p 13. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224188>. Acessado em: 12 Set 2023.

³²⁰ FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A IMPRENSA EM PAUTA: Entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. p. 43.

³²¹ Sobre os jornais do Ceará no século XIX, e temos número de jornais por localidades e por ano ver: STUDART, Guilherme (Barão de). **Catálogo dos jornais de grande e pequeno porte publicados em**

Os textos jornalísticos refletem seu tempo e trazem perspectivas de grupos sociais que, através de sua escrita, buscavam influenciar a realidade que os cerca ou mesmo manter o *status quo* em seu benefício. Nesta perspectiva, o periódico *A Constituição*, iniciando sua publicação de 1863 a 1889, trazia na sua primeira página a intencionalidade de sua escrita ao declarar-se “órgão conservador”. Sediado em Fortaleza-CE, trazia textos de opinião, sobre eleições, assuntos políticos, notícias criminais, saúde pública e grandes embates com jornais liberais, sendo que,

Do prelo do jornal *Constituição* saíam com maior frequência as colunas *Constituição* (editorial), *Páginas livres* (publicações dos leitores), *Annuncios*, *Chronica Política* (comentários dos jornalistas sobre a política local envolvendo análise das crônicas dos jornalistas liberais) e *Noticias* (noticiário), quase as mesmas do jornal *Pedro II* e até do *Cearense*, no que concerne às variações dos títulos e conteúdos estipulados. *Folhetim*, *Justiça*, *Secção Especial*, *Interior*, *Sciencia*, *Jurisprudencia*, *Editaes*, *Historia-Patria*, *Litteratura* eram seções que saíam algumas vezes por mês.³²²

Outro periódico estudado é *O Cearense*, de tendência liberal, que teve sua publicação de 1846 a 1891. Contando com quatro páginas, o jornal fazia um embate com o periódico *A Constituição*, trazendo informações sobre eleições, opiniões diversas, educação, notícias internacionais, saúde pública e

Diariamente constavam, nas quatro páginas do *Cearense*, as colunas *Parte Official* e *Cearense*, da primeira página; *Chronica*, *Politica* e *Noticiario*, colunas da segunda página; *Publicações Solicitadas*, da terceira, e *Annuncios*, na quarta página.³²³

Outro periódico analisado neste artigo é a *Gazeta Official*, que circulou entre 1862 e 1864. Caracterizada por seu curto período de atuação e por seu caráter oficial governamental, a folha veiculava, além de informações institucionais, colunas sobre o cenário internacional, notícias diversas, anúncios e informações sobre o interior da província. No tocante à saúde pública, o jornal destacava a epidemia de cólera no território cearense por meio da seção “O Cholera – seção em que eram divulgadas

Ceará. Revista do Instituto do Ceará - Fortaleza, 1898. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1898/1898-CatalogoJornaesdoCeara.pdf>. Acessado em: 14 jan. 2023

³²² Ibidem. p. 94

³²³ Ibidem p. 63

notícias sobre o andamento da epidemia, obituários, envio de médicos e remédios para os municípios, entre outras ações”³²⁴.

Sabemos que os jornais possuíam disputas políticas e que suas opiniões em torno de questões sanitárias geravam embates entre grupos políticos e autoridades. Embora seja muito importante observar essas disputas políticas, essa perspectiva não é o nosso foco. No presente trabalho, trataremos dos discursos de higiene/civilidade, igreja/Estado e fé/racionalidade em relação à construção de cemitérios, à regulamentação da atuação de enfermeiros e de médicos no combate às epidemias que afetavam a província, sendo que,

O século XIX, sobretudo o período que compreende sua segunda metade, é tido pela historiografia tradicional cearense como um período áureo de expansão das letras em Fortaleza, como se a cidade tivesse sido tomada pelas veias jornalística e literária e pelos quatro cantos aflorassem a leitura e a escritura e que a cidade era um grande polo de impressão. No entanto, é relevante lembrar que apesar de um maior desenvolvimento da imprensa isso não significou que sua expansão tenha atingido a toda a população, tendo em vista a significativa parcela de analfabetos que a compunha, realidade comum à grande maioria das cidades brasileiras no período. Mesmo sabendo da necessidade de investimentos no setor da instrução para colocar o país entre os considerados civilizados.³²⁵

Podemos atentar para o fato de que a região da Ibiapaba, foco desta pesquisa, por ser uma região mais afastada e com precariedade na educação, nos faz entender que o acesso aos jornais, bem como a sua leitura, era deficiente. No entanto, suas ideias e discursos podiam circular de forma oral a partir das pessoas que tinham acesso aos periódicos e propagavam seus discursos para uma massa de pessoas que recebiam informações de forma filtrada, segmentada e até distorcida, principalmente em momentos cruciais como os de crises sanitárias, em que as disputas políticas se acirravam, como alerta Alexandre, pois,

³²⁴ PINHEIRO, Adson Rodrigo da Silva; LEMOS, Mayara de Almeida. **PERIÓDICOS CEARENSES DO OITOCENTOS NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS**. p. 03 In: XII Semana de História da Feclesc História e Histórias: Desafios Contemporâneos, 2016, Quixadá. História e Histórias: Desafios Contemporâneos, 2016. v. 1. p. 1-108. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos_completos/245-6880-05062016-234231.pdf. Acessado em: 22 Abr 2023

³²⁵ GOMES LIMA, Rafaela. **OS TIPOS EM FORTALEZA: UMA PEQUENA HISTÓRIA DA IMPRESSÃO CEARENSE NO SÉCULO XIX**. Oficina do Historiador, [S. l.], p. 1620–1633, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/18968>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Nessa conjuntura, a imprensa ocupava papel estratégico nos jogos políticos provinciais, tentando convencer a chamada “opinião pública” sobre a superioridade ou inferioridade de determinados projetos sociais e ideias políticas. Unida aos interesses de grupos sociais específicos e em competição, longe de professar a neutralidade jornalística que alardeava, a imprensa cearense da segunda metade do século XIX promoveu acirradas lutas políticas.³²⁶

Os periódicos possuíam e refletiam a perspectiva de intelectuais e do governo da província que “absorveram” os debates científicos mundiais e nacionais, diante das aflições sanitárias que vivia a província e do risco iminente de morte, transformando esse cenário em disputas políticas, nas quais se observa a ordenação legal sobre questões de saúde pública. O jornal *O Cearense* de 1848 publica:

O presidente da província, em execução do que dispõem a resolução provincial nº 314 do 1º de agosto de 1844, determina provisoriamente o seguinte: Art. 1º Do 1º de maio do corrente anno em diante os cadáveres dos individuos, que fallecetem n’esta cidade e seus suburbios só poderão ser sepultados no cemiterio do Croata (§ 7º do art. 2º da citada resolução) Art. 2º Cada uma das pessoas, que concorrer para que o artigo antecedente seja quebrantado soffrerá a multa de cincoenta mil reis, que ficará fazendo parte do rendimento do cemiterio. (Citado §7º) (...) Art. 8º Os direitos parochias continuaraõ a ser regulado como até agora, pelos estatutos, usos e costumes parochiaes, ou sejõa solenes ou privados os enterros.³²⁷

Esta ordenação se insere em um contexto no qual a construção de cemitérios passa a ser um equipamento higiênico-sanitário de saúde pública que se processava no Ceará oitocentista. É recorrente o alerta para a necessidade de necrópoles nas cidades, vilas e povoações da província, bem como a falta de manutenção delas. A citação acima disciplina o tratamento do corpo morto ao ordenar o sepultamento no cemitério em até 24 horas, como também o prazo para um possível desenterro, sob pena de multa.

Um ponto desta citação se refere aos direitos paroquiais, isto é, à relação entre Estado e Igreja, na qual o primeiro não exclui totalmente a Igreja de manter sua relação com os corpos mortos.

³²⁶ ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **A peste serve a qual partido?: disputas políticas e epidemia do Cólera (Ceará, 1862-1863)**. Niterói : Eduff, 2024. p 50

³²⁷ Chonica Medica do mez de Maio do Ceará pelo D. Castro Carreira, Hygiene. **O Cearense**. Fortaleza 05 de Junho de 1848. p. 01 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20184&pesq=hygien e&pagfis=615> Acessado em 01 Jun 2023

A existência de capelas e santuários nos cemitérios, como já vimos, mostra a relação entre Estado e Igreja reforçada pela administração desses espaços, onde se observa a articulação entre o mundo científico e o espiritual. A Igreja, enquanto instituição, possuía e ainda possui sua dimensão material e de poder; mesmo perdendo certa hegemonia em relação aos enterramentos, ela ainda procurava manter alguma influência nos cemitérios, mas obedecendo aos regramentos de combate à proliferação de doenças devido aos miasmas que seriam liberados e contaminariam os indivíduos e,

Dentre as teorias médicas que predominavam no século XIX, em Fortaleza, estavam as teorias miasmática e a contagionista. Para tais correntes de pensamento médico não era só o indivíduo quem deveria ser medicalizado, mas o meio em que ele vivia.³²⁸

A preocupação em evitar a proliferação de doenças e a consequente morte na província do Ceará é registrada nos jornais, com textos relacionados às medidas sanitárias, dietas, modificações urbanas e comportamentos que disciplinam as formas de vida das pessoas. Há, nessas estratégias de enfrentamento às enfermidades, distinções sociais a partir de hábitos higiênico-sanitários da população.

O acompanhamento e a implementação de medidas sanitárias estavam a cargo de um órgão oficial de disciplinamento, a Inspetoria de Saúde Pública, detentora do poder de administrar a vacinação, os enterros, e conceder autorização para o exercício profissional e instalação de estabelecimentos na área da saúde pública. Nesse sentido, o jornal *A Constituição* de 1872 faz referência, na coluna chamada “Peças Officiaes”, a uma publicação do Dr. Antonio José de Mello no periódico *O Cearense* com o título “Epidemias reinantes”, onde o autor diz esperar “medidas e diétas, remédios aos pobres”, e,

Se conhece que a causa de tantas desgraças (essas localidades) ou avisinhão na pessima disposição do terreno que favorece a estagnação das aguas continuamente revolvidas por um numero consideravel de animaes que atravessão as suas ruas, accressendo a humidade as mui sensiveis e bruscas variações athmosphericas, o mau estado hygienico das habitações, e mais que tudo a pobreza: não podia nem devia concluir que os primeiros traços desse lugubre

³²⁸ ESTEVAM Karine Ribeiro. **CÓDIGOS DE POSTURAS E ORDENAMENTO DO ESPAÇO URBANO E DA SOCIEDADE DE FORTALEZA NO SÉCULO XIX**. Dissertação de Mestrado PPG em Geografia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza -CE, 2018. p. 16

quadro estão lançados pelas poucas acertadas providencias com a que se tem procurado mitigar as afflições do povo³²⁹.

A partir dos conhecimentos científicos, o olhar sobre a cura agora passa pela análise do meio ambiente e de suas características físicas e culturais, correlacionando o nível de salubridade à propagação de doenças. Nesse contexto, o uso do termo “desgraça” associa-se às enfermidades que acometiam a população da província.

Os jornais, a despeito de seus posicionamentos políticos, demonstram a necessidade de atuação estatal para disciplinar comportamentos considerados desviantes no tocante às medidas sanitárias, fundamentais para promover a saúde coletiva. A partir dessa perspectiva, compreende-se que aqueles que não se adequavam a tais regras (frequentemente identificados como os pobres) eram culpabilizados pela “desgraça” que afetava a coletividade. Como bem sintetiza a literatura da área, “para alguns pensadores, as doenças infecciosas podiam se transformar em doenças contagiosas e para outros, os miasmas podiam ser chamados de miasmas contagiosos”.³³⁰

A relação entre higiene e civilidade é flagrante nos discursos periódicos produzidos por intelectuais sob forte influência dos estudos científicos desenvolvidos na Europa. Essas teorias fundamentavam o combate às práticas religiosas tradicionais, vistas como sinônimo de um atraso que não se coadunava com as novas formas de enxergar e intervir na realidade cotidiana. Sobre esse cenário, registra-se no jornal *O Cearense*:

Chonica Medica do mez de Maio do Ceará pelo D. Castro Carreira. Higiene. Do primeiro do presente mez em diante principou a ter execução a parte do regulamento do cemiterio, que expressamente prohibe os interramento nas Igrejas, ou em outra qualquer parte, q' naõ o cemiterio; livre estamos deste pernicioso abuso que tantas vezes tem sido a causa de mortíferas epedemias; já sobre nós vai apparecendo algum raio de civilisação, fazendo-nos conhecer, o que a Europa culta tem julgado da maior necessidade; afastar dos vivos as perniciosas emanações aos mortos. (...) Lamentamos dizer, que sobre nós carregão todos os males hygienicos, de que me tenho occupado nas diffrentes chronicas.³³¹

³²⁹ peças officias. **Constituição**. Fortaleza 29 de Maio de 1872. p. 02 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pesq=HYGIENE&pagfis=2659> Acessado em 10 out 2023

³³⁰ COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista e a ordem urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. p. 152

³³¹ O presidente da província, em execução do que dispoem a resolução provincial nº 314 do 1º de agosto de 1844, determina provisoriamente. **O Cearense**. Fortaleza 23 de Março de 1848. p. 02 Disponível em:

Na continuação do texto acima, é colocada a existência de cacimbas ou poços onde a população obtinha sua água, evidenciando que os enterros feitos indiscriminadamente poderiam contaminar o abastecimento de água. A coluna vai mostrando a precariedade do nosso nível de desenvolvimento em relação à Europa, vista como “cultura que afasta os vivos dos mortos”, isto é, o cuidado com esse corpo difere do padrão europeu e nacional. Isso ocorria porque:

Este mesmo pensamento médico que nasceu e se desenvolveu na Europa, se difundiu pelo mundo ocidental e mudou a forma de pensar a organização das cidades. Foi baseado nesses princípios que se promoveram intervenções urbanas radicais, das quais a mais importante e que grande influência teve sobre as obras foi a empreendida em Paris sob o comando do Barão Haussmann, entre 1853 a 1869.³³²

Os jornais estudados registram dados da situação sanitária da província através da atuação da inspetoria de saúde, números de óbitos, presença de doenças em determinadas localidades e a ação do governo e de autoridades para o atendimento à população. No século XIX, marcado pela pouca urbanização no Ceará, muitos indivíduos ficavam sem atendimento ou mesmo sem os cuidados pregados pelo discurso médico-sanitarista diante da morte. O jornal *O Cearense* de 1850, em uma coluna chamada "Cemitério", registra que:

A excepção da capital nao nos consta, q' hajaõ cemiterio publicos nas demais cidades, villas, e povoações da provincia; posto que em alguns lugares mais distantes das igrejas costumem junto a uma cruz enterrar miseraveis, e desvalidos, que por ahi morrem; porém esses lugares sem muro, nem amparo algum taõ justa queixa a aquelles que (ilegível) ter alli enterrados seos paes, e parentes, receando ver pelos cães, e outros animaes devorados os cadaveres, e dispersos seos membros pelo campo³³³.

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&hf=memoria.bn.br&pagfis=537>
Acessado em 10 out 2023.

³³² COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista e a ordem urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. p. 67

³³³ O Cemitério. **O Cearense**. Fortaleza 28 de Janeiro de 1850. p. 02 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=cadaver&hf=memoria.bn.br&pagfis=1215> Acessado em 10 out 2023

Tanto os relatórios de província como os jornais destacam a carência e a necessidade da construção de cemitérios, mas os relatórios não fazem uma descrição tão degradante da falta de necrópoles para a população mais carente. Sabendo que os relatórios são documentos oficiais de governo, nos quais são relatados os feitos de determinada gestão, tendia-se a minimizar ou ocultar realidades adversas, o que justifica a diferença entre os discursos. Nesse cenário:

As doenças viram notícias, principalmente com a chegada das epidemias, do cólera e febre amarela na Província, observamos na documentação consultada como esses acontecimentos ganharam espaço na produção periódica do séc. XIX. São discursos que relatam as mazelas provocadas pelas doenças que acometeram a população, bem como as medidas profiláticas, a atuação dos poderes públicos e as relações de sociabilidade que foram modificadas pela doença.³³⁴

Embora o texto citado se refira à província da Paraíba, podemos dizer que no Ceará o assunto da saúde pública também vai se tornando mais constante; e não vemos apenas notícias, mas constatamos que o orçamento e as leis em torno da saúde pública tiveram mais atenção na imprensa, refletindo este momento de sofrimento da população. Podemos dizer que, junto com a doença, as formas de combatê-la também viraram pauta nos periódicos.

Esta matéria mostra outro cenário de enterros que, neste caso, evidencia o descaso com muitos corpos que morriam sem a atenção do Estado, o que poderia prejudicar a saúde pública. O texto é construído para sensibilizar os leitores sobre a questão dos enterros e cria uma cena de desamparo com o ser humano que não tem sua dignidade respeitada diante da morte. Podemos constatar que a construção de cemitérios é essencial para a infraestrutura básica das cidades, não só para a saúde pública, mas como princípio de humanidade em relação aos corpos mortos, conforme a perspectiva de algumas colunas dos jornais,

Ninguém mais contesta a utilidade do estabelecimento dos cemiterios, que substitue o danoso systema de enterrar os mortos nas igrejas para envenenar os vivos, que alli frequentão os actos religiosos. Quando então fallamos dos cemiterios, mostramos d'onde proviera o costume dos enterros nas igrejas; o qual por certo não se funda em

³³⁴ TARGINO Elyonara de Brito Lyra. MARIANO Serioja Rodrigues Cordeiro **AS DOENÇAS VIRANDO NOTÍCIAS: OS DISCURSOS SOBRE DOENÇAS NA IMPRENSA DA PARAÍBA (1850-1860)**. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB. v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.ufpb.br/evento/index.php/xviieeh/xviieeh/paper/view/3217/2659>. Acessado em: 10 set. 2023

ideia alguma rasoavel; e da cobiça de um clero pouco escrupuloso. Tem em algumas partes havidos repugnancia no povo em admitir os enterramentos nos cemiterios, porém o bom juizo do povo da nossa capital aceitou a innovação sem murmurar, não prevalecendo em seo animo a suprestição, que fas julgar como menos proprios para o descanso dos restos mortaes de nosso paes e parentes os cemiterios do que as igrejas, cujo paravimento é quotidianamente calcado pelos pés dos vivos. Desappareceo a suprestição, e todo virão, que na innovação havia uma idéa de melhoramento na hygiene publica, e como ella em nada se contrariavaõ os principios religiosos.³³⁵

A relação entre mortos e vivos, morte e doenças, ciência e religião, crenças e racionalidade estão presentes nos jornais cearenses do século XIX. Na matéria acima, além da já debatida visão e ações contra o sepultamento na Igreja, o texto é muito elucidativo ao mostrar que havia uma cultura popular de enterros nas igrejas, onde as autoridades religiosas são poupadas de críticas severas. No entanto, a população não aceitou de forma automática os sepultamentos nos cemitérios públicos devido à sua tradição espiritual católica.

O trecho do jornal revela uma rejeição inicial do povo ao cemitério. Essa repulsa não foi uma atitude isolada da província do Ceará, embora não tenha atingido o mesmo nível de revolta como no movimento chamado de "Cemiterada" já citado, posto que, "tanto na Europa como aqui ocorreram reações a essas mudanças, em particular em relação ao fechamento de igrejas e cemitérios paroquiais aos mortos. Pois o enterro nas igrejas era visto como uma das estratégias de salvação da alma"³³⁶. A história do século XIX é marcada pelas mudanças das relações com a morte e o morto, como se constata neste clássico da historiografia nacional.

3.5 Ibiapaba, doenças, higienismo, determinismos e curas.

No segundo capítulo, através da análise das comissões que passaram pela Ibiapaba, vemos que Freire Alemão e Bezerra apresentaram um cenário patológico da região, associando-o às condições naturais ou à presença de pessoas que buscaram a região como refúgio das secas no Ceará.

³³⁵ Ibidem p. 02

³³⁶ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 23

Nos relatórios de província, nos jornais e na documentação do Arquivo Público do Ceará, temos registros de febres e cólera, as quais causavam maior preocupação na população e nas autoridades sanitárias. A identificação da febre é evidenciada em matéria do jornal *O Cearense* de 1864, quando noticia, na seção "Governo da Província":

Aos mesmos- Ordenado lhes que mandassem dar uma passagem até a Granja no vapor Camossin ao Dr. Antonio Manoel de Medeiros, que ia em comissão a villa Viçosa tratar dos doentes acometidos da febre amarella alli reinante, e cuja passagem devia ser paga por conta do ministerio do imperio.³³⁷

A febre-amarela, agora identificada como responsável pela situação patológica descrita por Freire Alemão, acometera o Brasil e o Ceará, principalmente na região norte da província onde está situada a Ibiapaba. As epidemias que atingiram o Ceará são fatores apontados para a implementação de medidas médicas para que estas passassem a ter aceitação da população, visando a extinguir ou minimizar o sofrimento dessas doenças. Podemos enxergar na citação a atuação do Estado nacional, pois o atendimento devia ser pago pelo Império, que, nesse caso, se fazia presente em localidades bem distantes da capital. Lemos ainda mais detalhes e a oficialização do envio do médico:

Ao Dr. de Medeiros- Tenho nomeado Vmc para seguir hoje mesmo no vapor Camossim para a cidade de Granja e d'alli partir para a villa Viçosa, afim de examinar o carater da febre, que reina naquella vila, e encarregar-se do tratamento dos doentes desvalidos accomettidos de semelhante mal. Pelo commandante do destacamento da Granja lhe será apresentado para o acompanhar durante o tempo que Vmc. se achar em comissão. Logo que estiver extinto o mal deverá Vmc. reconher-se a esta capital, enviando-me o competente relatorio. Pago-lhe pelo seu serviço a quantia de 500\$000 reis de gratificação por uma só vez e mando-lhe a adiantar por conta (inlegivel) a quantia de 200\$000 reis, para o que expedi as necessarias ordens a thesouraria de fazenda, isto sem prejuizo de seos vencimentos como médico militar. N'este sentido officiu-se ao juiz de direito da villa Viçosa e ao commandante do destamento da Granja.³³⁸

³³⁷ GOVERNO DA PROVINCIA EXPEDIENTE DO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 1860. **O Cearense** Fortaleza 28 de Janeiro de 1850. p. 02 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=vi%c3%a7osa&id=3391504109461&pagfis=4937> Acessado em 04 nov 2023

³³⁸ Ibidem p. 02

Embora a primeira informação da mesma página do mesmo jornal diga que é febre-amarela, esta notícia informa que a ida do médico é também para “examinar o caráter da febre, que reina naquella vila”. A presença médica com resultado positivo, informada e noticiada, gerava melhor aceitação dos métodos e aplicações médicas, tendo em vista os relatos dos membros das comissões de que a população os procurava para obter receitas.

A presença do médico, era passageira tendo em vista que deveria voltar à capital com a extinção da doença. A presença de febre vinha sendo noticiada nas páginas do jornal *O Cearense* na década de 1850; essa doença desenvolveu-se na Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Pernambuco, Paraíba, Pará e no Rio de Janeiro, capital da época e cenário de estudo de Chalhoub, que tematiza a febre-amarela ao asseverar que,

História construída no entrelaçamento de muitas histórias, a da febre amarela convergiu sistematicamente para a história das transformações nas políticas de dominação e nas ideologias raciais no Brasil do século XIX. Os cientistas da Higiene formularam políticas públicas voltadas para a promoção de melhorias nas condições de salubridade vigentes na Corte e no país em geral.³³⁹

A "Higiene" transformou-se em uma ideologia de Estado: para sanear a capital e torná-la atrativa ao capital estrangeiro e à imigração europeia, acreditava-se ser necessário não apenas matar o mosquito ou o micróbio, mas também "limpar" a paisagem humana e cultural que a elite imperial associava ao atraso e à doença.

Sobre a epidemia de febre na Ibiapaba³⁴⁰ o intelectual Barão de Studart trata de sua introdução apontando que “a causa desta epidemia foi um vento vindo do Piauí”.³⁴¹ Já Costa³⁴² diz que a chegada desta doença se deu por uma embarcação na Bahia em 1849, de onde rumou para o Rio de Janeiro. No caso do Ceará, a autora afirma que ela tinha vindo do Maranhão através de um vapor que chegou a Fortaleza em 1851 e se espalhou por toda a província. O cenário da febre na Ibiapaba também

³³⁹ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p 08

³⁴⁰ Enquanto Studart aponta a vinda da doença via Piauí, lemos o contrário em: BAPTISTA, M. P. C. **Uma Província Enferma: Medo e Cólera no Piauí na segunda metade do século XIX**. 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2022.

³⁴¹ STUDART, Guilherme, **1856-1938. Notas para a história do Ceará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 427

³⁴² COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista e a ordem urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

é registrado na sessão ordinária de 1860 no governo de Antonio Marcellino Nunes Gonçalves:

Quanto ao interior manifestou-se em janeiro do corrente anno no termo de Villa Viçosa, e especialmente do districto de S. Pedro de Ibiapina, uma febre de máo carater que grandes sustos incutio na população, já pelo não pequeno numero dos acommettidos, e já por alguns casos fataes que se derão. Disto informado pela respectiva camara municipal e pelas autoridades locaes, fiz partir sem demora o medico militar Dr. Antonio Manoel de Medeiros com uma sufficiente ambulancia para encarregar-se do curativo dos indigentes, á quem madei tambem fornecer a dieta necessaria. Ao referido medico recommendei que percorresse não só aquelles pontos, como outros quaesquer pontos, como outros quaesquer, onde o mesmo mal se fizesse sentir. Em resultado de uma commissão, que desempenhou com muito zelo e actividade durante o espaço de dous meses, foi por elle declarado, que teve necessidade de visitar a cidade de Sobral, a serra da Meruoca, a povoação de S. Pedro de Ibiapina, as de S. Benedicto e Campo Grande e a villa Viçosa onde reconheceo a presença do tiphus e das febres perniciosas, que constituíão a epidemia dominante; que posto esta se mostrasse em declinação, grande ainda era o numero dos doentes, que só em S Pedro de Ibiapina prestára aos seus cuidados medicos á mais de 200 individuos, dos quaes apenas 23 vierão a fallecer.³⁴³

A presença da febre não se restringiu a Viçosa, mas abrangeu outras cidades da Ibiapaba como São Benedito e Ibiapina, que não aparecem no diário de Freire Alemão, embora este estivesse presente na região no mesmo ano. Na seção "Corpo de Polícia", essa descrição das condições de saúde da Ibiapaba não fala diretamente em febre-amarela, mas em "febre de máo carater" e em "tiphus e das febres perniciosas". Além da presença do médico, temos o registro de uma "suficiente ambulância", que se associa ao fornecimento de remédios e ao possível deslocamento para melhor atendimento; também devemos atentar para as "dietas necessárias", que estavam dentro do pensamento médico europeu do século XIX. A vinculação entre alimentação e doenças era notória, tendo em vista a precariedade ou inexistência de exames e outras formas de comprovação de enfermidades e sua medicalização.³⁴⁴ Os cuidados com a qualidade da alimentação para o combate a

³⁴³ GONÇALVES Antonio Marcellino Nunes. **Relatório de Provincia sessão ordinária** 1860. Disponível em: <http://ddsnexst.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 12/06/2023

³⁴⁴ Ver: RODRIGUES, Eugénia. **Discurso médico e práticas alimentares no Hospital Real de Moçambique no início do século XIX**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p.609-627. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/9cXHRBV3ywQDtvNWpYzCP6s/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 12 Out 2023

doenças constituíam uma das orientações da época, pois no jornal *O Cearense* de 1850, na seção "Saúde Pública", lê-se

Chamamos de novo a atenção, si não do presidente, chefe de policia, e mais auctoridades que não de importaõ ao menos do publico para as seguintes medidas publicadas pelo Diario de Pernambuco.

CONSELHO GERAL DE SALUBRIDADE PÚBLICA

Medidas sanitarias que devem ser observadas para evitar se a propagação da febre reinante.

Sendo factõ provado, que em todas as epidemias a falta de asseio, a interperança, as comidas e bebidas de má qualidade ou indigestas, as privações, a miseria e os excessos corporeos de qualquer natureza são as causas que mais predspõe para a invasaõ do mal e sua propagação, gravidade e terminação, e muito influem sobre o tratamento (...) e por isto o conselho geral de salubridade pública.³⁴⁵

Essa chamada pública segue com 8 recomendações para o cuidado com a saúde, como o asseio nas casas, recolhimento de lixo, não acumular água suja, cuidado com a criação de animais nos quintais, ter iluminação e ventilação nas casas, manter o asseio do corpo, manter roupas limpas, tomar banhos frios frequentemente e não dormir muitas pessoas em um mesmo quarto.

Na sexta medida sanitária, recomenda-se manter a alimentação com que cada um se sente bem e evitar excessos na comida e na bebida, evitando carnes salgadas, ardidadas ou de porco, além de comidas indigestas como feijoadas, mariscos e ostras, e frutas como manga, melão, melancia, ananás, caju e, em geral, todas as que não estiverem bem maduras.

Recomendava-se também não ter receio de ter contato com pacientes de febre, pois esta não era tida como contagiosa, devendo-se apenas evitar muitas pessoas doentes em um mesmo lugar. Diante dessas recomendações, é compreensível a observação de Freire Alemão quando destaca o asseio das roupas dos serviçais e as toalhas muito limpas. "As relações de alimentação e saúde funcionavam como uma das explicações para o surgimento de várias moléstias que acometiam a capital do Império, acompanhadas, ainda, dos aspectos ambientais."³⁴⁶

³⁴⁵ SAUDE PUBLICA. *O Cearense*. Fortaleza 14 de Fevereiro de 1850. p. 03 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=febre&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=1231> Acessado em 27 dez 2023

³⁴⁶ COUTO, Cristiana L. M.; ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. **As relações entre alimentação, saúde e doença no Brasil império: Das teses médicas aos livros de cozinha**. História da Ciência e Ensino: construindo interfaces, [S. l.], v. 12, p. 34–45, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/view/25517>. Acesso em: 12 mar. 2024

Na Ibiapaba, na década de 1860, a febre estava presente, como consta no relatório de província de Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque de 1869, na seção "Saúde Pública":

Havendo recebido comunicação das autoridades da Granja e Villa-Viçosa de ter-se desenvolvido nos respectivos termos uma febre perniciosa, e que já tinha feito não pequeno numero de victimas, remetti para os mesmos termos ambulancias com remedios apropriados ao mal, acompanhadas do competente receituário fornecido pelo Dr. José Lourenço de Castro e Silva, digno inspector de saúde da provincia, para o curativo da classe desvalida. Segundo consta das noticias ultimamente vindas, o mal tem consideravelmente declinado. O estado sanitario do resto da província é, mercê de Deus, satisfatório.³⁴⁷

As cidades de Granja e Viçosa são vizinhas, o que explica elas aparecerem juntas tanto nas manifestações de doenças quanto na ajuda das autoridades provinciais. Ainda que o auxílio e o combate à doença tivessem caráter científico, com o envio de remédios e do inspetor de saúde, o apelo ao divino estava presente como alternativa para acabar com esses males que permaneceriam por anos vitimando a população provincial.

Como as ações humanas orientadas pela ciência médica não eliminavam o sofrimento, as autoridades manifestavam publicamente a ação da Providência Divina como fator de melhoria sanitária da província. Baptista, ao analisar a epidemia de cólera no Piauí, também observa essa referência à Providência Divina por parte do presidente da província: “sempre que a epidemia sai de cena a Divina Providência reaparece e, se o “mal” deixa de agir perante a província isso se deve pela ação divina que interveio e pôs fim ao flagelo que havia anteriormente sido imposto”³⁴⁸ Mas depois, os mesmos problemas de saúde decorrentes do estado febril da população cearense se manifestavam:

No relatório que me foi apresentado pelo inspetor de saúde pública, acha-se mencionadas as molestias que mais intensamente grassaram na provincia, assim como as suas causas. Segundo a opinião do mesmo Dr. inspetor da Saude foram as febres intermitentes, que no quadro mortuario assumiram lugar mais proeminente, victimando de preferencia a população indigente das seguintes localidades: Pacatuba, Imperatriz, S. Bento d’Amontada,

³⁴⁷ ALBUQUERQUE, Diogo Velho Cavalcante de. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1869 p 03 (Grifo Nosso) Disponível: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 16 out 2023

³⁴⁸ BAPTISTA, M. P. C. **Uma Província Enferma: Medo e Cólera no Piauí na segunda metade do século XIX**. 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2022. p. 47

Acaraú, Sant'Anna, Sobral, Ipu, S. Benedicto, Palma, Lavras e Granja.³⁴⁹

As "febres intermitentes" eram a terminologia médica oitocentista utilizada para designar o paludismo ou malária. O documento destaca que essa enfermidade assumiu o "lugar mais proeminente" no quadro mortuário daquele ano. Outro destaque contundente do relatório não é biológico, mas sociológico. O texto é explícito ao afirmar que a doença vitimava "de preferência a população indigente", o que denuncia o caráter de classe das epidemias no século XIX,

Dessa forma, o exame minucioso do urbano será complementado com a análise dos espaços específicos que representam perigo de doença e de desordem. Medicalizar as instituições - hospitais, cemitérios, escolas, quartéis, fábricas e prostíbulos - torna-se imperativo.³⁵⁰

A população pobre, habitando casebres precários de taipa, sem proteção e vivendo em áreas mais distantes dos grandes centros de maior atenção de políticas de prevenção, e sendo atendida tardiamente na medicalização, como consta na correspondência de,

Abril do anno passado tive a honra de pedir a V. Ex.^a que se dignasse de dar algum destino a um resto da ambulância que 1862 foi remetida para Villa Viçosa, então ameaçada do colera morbus, fazendo ver a V. Ex.^a o estado de ruina em que se achavão alguns medicamentos, e como não tivesse recebido ordem alguma a respeito, vim de novo pedir a V. Ex.^a que se digne dar as ordens que julgar conveniente na questão de ainda ser aproveitado alguma coisa que julgo em bom estado.

Relação dos objectos existentes, pertencentes a ambulancia remetida pelo Governo a Comissão sanitaria de Villa Viçosa.

8 Cobertores de laa
50 Covados de baeta
15 Garrafas com remedios
1 Embrulho com sal Inglez – em mau estado
1 D^o com mostarda ————— idem
1 D^o com tilia ————— idem
1 D^o com marcela ————— idem
2 D^{os} com flor de Dover [4] ————— idem

³⁴⁹ LEMOS, Francisco de Farias. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1876. Disponível: <http://ddsnex.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 23 set 2023

³⁵⁰ NUNES ED. **Sobre a história da saúde pública: idéias e autores. Ciênc saúde coletiva** 2000;5(2):251–64. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200004>. Acessado em: 17 out. 2023.

1 D^o com ipecacuanha ————— idem
 1 Caixa de pillulas ————— idem
 1 Carteira com medicamentos homeopathicos — idem
 1 D^o com tintura ————— idem
 3 Folhetos sobre o tratamento do cholera
 5 Impressos ————— idem
 10 Officios dirigidos a Commissão
 Todos estes objectos foram-me entregues pelo D^or Fernando Maranhense da Cunha, membro da Commissão, quando retirou-se da Comarca.
 Vicoza 20 de Junho de 1857.
 Vicente do Esp.[irito] Santo Magalhaez³⁵¹

Nas correspondências das autoridades sanitárias para a Vila Viçosa consta esclarecimento sobre a aplicação de medicamentos na cura de febres. Vemos no documento citado um receituário com o uso de plantas para amenizar essas febres, com a indicação de um pó, sem descrição da sua composição, que devem ser tomado no chá de laranja, além do uso de alfavaca e água com limão. Chama a atenção a menção a folhetos sobre o cólera, mostrando que era trabalhada a prevenção junto com a medicalização. Esta documentação também traz indicação de orientações sobre medicamentos para febres em São Benedito, onde:

Informe o Sr. Dr. Inspector da saude publica Palacio do Governo do Ceará, 8 de Novembro de 1875
 Acabo de receber o officio de V.Ex.^a datado a 30 de Setembro proximo passado, nomeando-me membro da Commissão que deve encarregar-se neste municipio de applicar os medicamentos por V.Ex.^a remettidos, aos indigentes accomettidos de febre intermittente que se tem desenvolvido neste logar. Se os medicamentos remettidos por V.Ex.^a só podem ser applicados as febres intermittentes, por certo não servirão, por que não me consta que tenha apparecido neste municipio essa epidemia; salvo alguns casos em pessoas que transitando nos logares onde tem ella se desenvolvido, aqui vem soffrela. E verdade que se tem aqui manifestado Qualidades de febre, como escarlatina, febre epidemica, de que tem falecido algumas pessoas com especialidade aquelles que lhes faltão os recursos medicos. Deus Guarde a V.Ex.^a
 Villa de São Benedicto 22 de Outubro de 1875
 Il.mo Sr. Dr. Esmerino Gomes Parente
 M. D.^{mo} Vice Presidente da Provincia
 Vig.^o João Maria Alves de Mendonça³⁵²

³⁵¹ MAGALHAEZ. Vicente do Esp.[irito] Santo. **Correspondência com Informações sobre Ambulância de Viçosa**. Viçosa 20 de Junho de 1857. Manuscrito. Arquivo Público do Ceará. Seção Comissões Sanitárias, série/sub série Correspondência/Expedida. Caixa 12

³⁵² MENDONÇA, João Maria Alves de. **Informe o Sr. Dr. Inspector da saude publica Palacio do Governo do Ceará**. São Benedito 08 de Novembro de 1875. Manuscrito. Arquivo Público do Ceará. Seção Comissões Sanitárias, série/sub série Officios Expedidos. Caixa 15

Temos, neste registro, uma política pública de atendimento aos chamados "indigentes", isto é, pessoas que não tinham condições de custear seu atendimento médico. Nos documentos estudados, vemos que o atendimento ao mais pobre é feito por demanda de necessidade extrema em crises epidêmicas. No documento, de forma não intencional, são apontados vários tipos de febres³⁵³ que acometiam a região. Outro dado do documento é a assinatura do vigário, mostrando que, nos interiores mais distantes dos grandes centros, os representantes da Igreja eram autoridades que, em certo momento, representavam o próprio Estado.

Além de Viçosa, São Benedito aparece como uma das cidades mais vitimadas pelas febres na província. No relatório de 1877, é relatada a presença de casos de febre em Viçosa, pois “O Dr. inspetor da saúde verificou que as febres alli reinantes eram paludosas e biliosas. Foi muito resumido o número das pessoas que vieram a fallecer em consequencia dessas febres, que facilmente [falcimente] cediam às applicações ensinadas pela sciência”.³⁵⁴ Sobre as febres

Não podemos definir a febre como doença, na medida que é um sintoma marcado pelo aumento da temperatura corporal em consequência da resposta do organismo a invasores, normalmente, vírus e bactérias. No entanto, a presença de vírus e bactérias no organismo, pode ser sinal de alguma doença infecciosa.³⁵⁵

Outros aspectos das relações entre doenças/remédios e saúde nos textos dos jornais estudados trazem publicações de pedidos e autorizações de funcionamento de estabelecimentos farmacêuticos e atuação de medicamentos manipulados, bem como da regulamentação da atuação de profissionais de saúde. Em uma coluna com o título “Hygiene Publica”, lemos:

Em virtude do que dispõe o art. 66 do Regulamento que baixou com o decreto nº 9554 de 3 de Fevereiro de 1886, a inspeção gera de

³⁵³ Sobre característica das febres da época ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para o uso das famílias**. 6 ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. v. 1. Disponível em:

<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6947>. Acessado em: 14 ago. 2023

³⁵⁴ PESSOA Caetano Estellita Cavalcanti. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1877 p 20. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 15 set 2023

³⁵⁵ DIAS Dayane Julia Carvalho. **Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE)**. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 175–194, 2019. DOI: 10.20396/resgate.v27i2.8656538. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8656538>. Acesso em: 4 dez. 2024.

hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Manoel de Souza Machado, por seu procurador João Brigido dos Santos, lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 65 do citado Regulamento. Manoel de Souza Machado, residente na cidade do Ipú, província do Ceará, vem pedir que lhe seja concedida, conforme as leis em vigor, uma licença para ter botica na mesma cidade. O suplicante tem mui longa pratica de preparar remedios, e tem elle só uma pequena pharmacia na mesma cidade, onde seus serviços são muito reclamados, visto como, sendo pequena a população, não ha consumo, que induza um pharmaceutico de carta a vir se estabeecer. (...) E declara que, se nesse prazo nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou a Inspectoria de Hygiene da provincia do Ceará a resolução de estabelece pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida. Inspectoria Geral de Hygiene, 13 de Junho de 1889- Dr. Pedro Affonso de Carvalho, secretario³⁵⁶.

As práticas de cura passam por regulamentação estatal, em meio a ressalvas quanto à experiência do requerente, à necessidade da população e à falta de um farmacêutico de carta, isto é, formado a partir do ensino clássico. A categoria de prático será aceita se nenhum farmacêutico formado requerer a atuação. A prioridade é para a presença do conhecimento técnico-científico nas cidades. Ipu é uma cidade do interior que hoje faz parte da Ibiapaba. Dista 301 km da capital, sendo classificada como de pouco consumo de medicamentos e, assim, pouco atrativa para farmacêuticos formados, mostrando a carência de profissionais com qualificação acadêmica na época. Na legislação citada temos:

Art. 65. Nas localidades em que não houver pharmacia dirigida por profissional habilitado, a Inspectoria Geral de hygiene poderá conceder licença a praticos para abrirem pharmacia, dadas as seguintes condições:

1ª Ser a abertura da pharmacia julgada necessaria pela Camara Municipal do termo;

2ª Apresentar o pratico documentos que certifiquem as suas habilitações e probidade.

Art. 66 Requerida a licença de que trata o artigo precedente, a Inspectoria Geral fará publicar, á custa do requerente, por oito dias successivos, no Diario Official e no jornal official da Provincia onde o pratico pretender estabelecer-se, o teor do requerimento; declarando que, si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado communicar á mesma Inspectoria ou ao Inspector de hygiene provincial a resolução de estabelecer pharmacia na localidade, será concedida ao pratico a licença requerida.

³⁵⁶Hygiene Publica. **A Constituição**. Fortaleza 13 de Julho de 1889. p. 03 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pesq=hygiene&pagfis=6166>
Acessado em: 03 jun 2023

Si algum pharmaceutico communicar que pretende estabelecer-se na referida localidade, o Inspector Geral de hygiene ou o Inspector provincial o intimará a comparecer na Repartição e assignar um termo, no qual se comprometta a abrir a sua pharmacia dentro do prazo que fôr marcado.³⁵⁷

A prática de boticário é do período colonial e foi inclusive praticada por padres jesuítas em um ambiente sem regulamentação, mostrando que o Estado brasileiro buscava se “equilibrar” entre a necessidade de atendimento da população e a racionalização das práticas de cura. A Corte buscava instrumentos mínimos de normatização ao exigir documentos comprobatórios para a produção de remédios no atendimento a populações mais isoladas. “A prática dos boticários, no Brasil, apesar de sua grande difusão, era questionada pela característica empírica que assumia, sendo, inclusive, indicado aos praticantes o aprendizado de botânica”.³⁵⁸ Nos jornais, as boticas aparecem em anúncios com pílulas depurativas, alertas para estabelecimentos não recomendados, venda de medicamentos para a população pobre e inaugurações de novas boticas.

3.6 Cemitérios públicos como infraestrutura de saúde na Ibiapaba

As transformações na construção dos cemitérios públicos e nas formas como a sociedade lida com a morte, o cemitério e a memória estão intimamente ligados ao processo de individualização crescente de uma sociedade burguesa no século XIX. Sobre essa questão, Fernando Catroga assinala:

Nos nossos cemitérios do século XIX, o mausoléu, o jazigo-capela, a concessão perpétua constituíam um patrimônio, de certo modo privado e transmissível como qualquer outro, que funcionava como uma espécie de prova última segundo a qual a eternização da memória do proprietário (logo, de toda a linhagem familiar) ficava dependente da capacidade que os seus descendentes teriam para a perpetuar. E esta “privatização” fez de um lugar público um familistério de mortos.³⁵⁹

³⁵⁷ BRASIL. DECRETO Nº 9.554, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1886. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1886, Vol. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publicacaooriginal-53270-pe.html> . Acessado em: 22 set 2023

³⁵⁸ FERNANDES, TM. **Boticas, indústrias farmacêuticas e grupos de pesquisa em plantas medicinais: origens no Brasil**. p.29 In: Plantas medicinais: memória da ciência no Brasil [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/bg6yw/pdf/fernandes-9788575413487-03.pdf>. Acessado em: 29/Jul/2023.

³⁵⁹ CATROGA, Fernando. **O culto dos mortos como uma poética da ausência**. ArtCultura. v. 12 n. 20. 2010. p. 177

Embora nos arquivos de óbito estudados não haja relatos sobre as formas de enterro, os materiais utilizados, as cerimônias ou a infraestrutura dos túmulos dos indivíduos, esses registros auxiliam no estudo das relações sociais e simbólicas diante da morte. Eles também ajudam a perceber as permanências e rupturas na atuação da Igreja Católica em relação aos corpos mortos.

A preocupação com os corpos mortos que passam por disciplinamento e cuidados da ciência atinge a Ibiapaba, que convive com as perspectivas indígena, cristã católica e científica em torno dos corpos adoecidos e mortos. A construção de cemitérios públicos e a implementação de outras medidas de caráter médico-sanitarista na Ibiapaba são abordadas no relatório de Herculano Antonio Pereira da Cunha, no qual lemos:

Diversas tem sido as requisições das commissões sanitarias, e dos parochos das freguesias no sentido de se construirem cemiterios. (...) O governo, senhores, tem sido incansavel em providenciar do modo mais conveniente para que em todos os lugares, d'onde vem reclamações para construcção de cemiterios, sejam elles auxiliados pelos cofres publicos com as quantias necessarias, mandando construil-os nos seguintes lugares: Arroches, S. Antonio de Pitaguary, Quixadá, Canindé, Imperatriz, Baturité, S. João do Principe, Barbalha, **Villa-Viçosa**, Pacatuba, e Quixeramobim.³⁶⁰

Vemos que a Ibiapaba e, conseqüentemente, Viçosa não eram lugares de destaque isolado, estando no meio de várias cidades que poderiam receber auxílio para a construção de cemitérios. A carência de cemitérios pode ser analisada por ser uma demanda recente e também pelo reduzido orçamento muitas vezes destacado nos relatórios de província. Esse cemitério, ainda em 1863, não havia sido construído, conforme consta em matéria no jornal *Gazeta Official* de 17 de janeiro de 1863, que trazia uma coluna com o nome “Cemitérios”, mostrando a importância dessas obras:

VILLA VIÇOSA- Não há cemiterio. Julga a camara que são indispensaveis tres, um na villa, outro na povoação na povoação de S. Pedro de Ibiapina, e outro na de S. Benedicto, orçando-se a despeza com todos elles na importancia de 3: 000 \$ 000. Em virtude da resolução provincial n. 676 de 16 de outubro de 1855 cessaram naquela epocha os enterramentos nas igrejas sendo os corpos

³⁶⁰ CUNHA, Herculano Antonio Pereira da. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1851. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 05 mai 2023

sepultados em logares bentos, mas não cercados e até nas beiras das estradas. De outros municípios não me chegaram as informações que pedi muito tempo.³⁶¹

Devemos perceber que o pedido para a construção de cemitérios públicos nas cidades ibiapabanas mostra que a região era desassistida desse equipamento. No pedido da câmara de Viçosa, veiculado nessa seção do jornal, vemos a referência à obediência à lei provincial que proibia os enterros nas igrejas. Um destaque da citação são os enterros em terrenos bentos, não cercados e na beira de estradas, mostrando uma hierarquia dos sepultamentos vinculada à religiosidade; contudo, na citação acima, essas questões se restringiam ao cuidado com a contaminação que os corpos mortos poderiam provocar. A frase final, "De outros municípios não me chegaram as informações que pedi muito tempo", reforça a lentidão da comunicação e a dificuldade de obtenção das informações administrativas.

A construção dos cemitérios públicos na Ibiapaba era tema de jornais e relatórios de província, mas estava condicionada a problemas orçamentários da província. Na seção "PARTE OFFICIAL" do jornal *A Constituição*, no expediente de 19 de outubro de 1872, sobre o cemitério público de São Benedito, noticia-se que:

Francisco Cassiano do Amaral, administrador do cemitério público da povoação de S. Benedito da freguesia de Villa-Viçosa. requerendo a entrega da quantia de 2000\$000rs, consignada na lei do orçamento para conclusão do mesmo - Informe da thesouraria provincial.³⁶²

Mesmo com leis nacionais proibindo os enterros em igrejas nas primeiras décadas do século XIX, a construção de cemitérios na província passou a ser efetivada na segunda metade dos oitocentos. No caso de S. Benedito, vemos uma vinculação entre Estado e Igreja, pois o administrador do cemitério que requeria o valor para concluir o campo-santo era o mesmo administrador da Irmandade que também solicitava valores para a obra da capela.

³⁶¹ Cemiterio. **Gazeta Offical**. Fortaleza 07 de Janeiro de 1863. p. 01 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=247111&pesq=hygiene&pagfis=189>. Acessado em 15 ago. 2023

³⁶² Parte Official Despachos. **A Constituição**. Fortaleza 07 de Janeiro de 1863. p. 01 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pesq=S.%20Benedito&pagfis=2999> Acessado em 27 dez 2023

As vinculações entre Igreja e Estado, o sagrado e o laico, ficam evidentes na figura do administrador citado, que gerenciava recursos públicos para obras que possuíam características, de certa forma, diferentes (o cemitério público e a igreja). O cemitério público, com a atuação das irmandades, capelas e benzimento de terreno, configurava-se como um lugar com o misto de aspectos científicos e religiosos, enquanto a capela era o lugar da transcendência, da espiritualidade do corpo.

3.7 Código de Postura: Higiene e racionalidade no Espaço Urbano.

A partir das legislações nacionais e provinciais, as câmaras municipais tinham que se adequar às novas determinações. Sobre a questão sanitária, os códigos de posturas eram leis locais que legislavam para um controle social dos comportamentos das comunidades que passavam por um processo de urbanização e deveriam incorporar formas de conduta compatíveis com a higiene ditada na época. A esse respeito,

Configuram-se, então, os códigos de posturas municipais, primeiramente chamadas posturas policiais. Estes eram um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e Convívio para uma determinada comunidade, demonstrando a preocupação com a preservação da ordem e a segurança pública. Esse conjunto de artigos, em cada município, orientava a operacionalização da legislação nacional, refletindo as peculiaridades e interesses de cada região.³⁶³

Sobre os códigos de posturas das cidades da Ibiapaba, temos aprovações de artigos de códigos de posturas no decorrer do século XIX, nos quais demandas sanitárias e de absorção de teorias e ideias europeias eram incorporadas pelas autoridades brasileiras, como já debatido nesta pesquisa.

Sobre os códigos de posturas, temos a aprovação de artigos em anos alternados que tratam de itens contemplados na Resolução N.º 600, de 30 de outubro de 1852: *N.º 33. Approva artigos de postura da camara municipal de Villa-Viçosa*³⁶⁴.

³⁶³ WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de posturas e regulamentação do convívio social no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1992.p. 57

³⁶⁴ Parte Oficial Approva artigos de postura da câmara municipal de Villa-Viçosa. Pedro II. Fortaleza 12 de Janeiro de 1863. p. 01 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=216828&pagfis=923> Acessado em 27 dez 2023

Em seu texto, as ordenações também deviam ser obedecidas por São Benedito e São Pedro (atualmente Ibiapina). São Benedito só foi elevado à categoria de vila em 1872 e Ibiapina em 1878, o que explica a falta de um código de posturas próprio para essas localidades nesse período, sendo este o documento no qual vamos nos deter para analisar.

No decorrer dos artigos, é sempre aventado que as regras valem para as cidades citadas, como no “Art. 4.º Haverá trez alinhadores nomeados pela camara, um n'esta villa, outro em São Pedro, e outro em São Benedicto, aos quaes compete”³⁶⁵ Com isso, temos a ordenação da vila, que deixava de crescer de forma espontânea e orgânica para seguir um planejamento racional. O controle estatal sobre a estética e a ocupação do solo era visto como um sinal de "civilização", em oposição ao "caos" das cidades medievais ou coloniais antigas.

Sobre a salubridade pública, o artigo número 08 fala que deviam manter limpos calçadas, ruas, travessas, becos e quintais onde houvesse trânsito público. Além da questão sanitária, temos aspectos da tranquilidade urbana e do respeito à religião, pois:

Art. 16. Ninguém poderá andar pelas ruas, ou mesmo em casa, gritando, ou incomodando ao publico com voserias &e. Os contraventores pagarão 2\$ rs. de multa, ou soffrerão 4 dias de prisão; e se uzarem de palavras obscenas, e offensivas á religião, soffrerão o duplo das penas estabelecidas.”³⁶⁶

Podemos associar esse artigo a influências da Europa do século XIX, com suas regras de etiqueta que valorizavam o silêncio, o decoro e o autocontrole em público. Transformar o barulho em crime era uma forma de higienização social, tentando aproximar o comportamento do cidadão comum aos manuais de boas maneiras europeus.

Também se trata de vestir-se decentemente, sem ferir a moral pública, sendo a desobediência penalizada com multa ou prisão. Sobre a salubridade, proíbe-se a criação de animais soltos. Trata-se também do cuidado com a água dos rios, focando na lavagem de roupa e outras formas que possam contaminar os rios e fontes. No, “Art. 37. Todo aquelle que vender generos comestiveis deverá tel-os com todo o aceio, e limpeza, pena de 2\$ de rs. de multa ou 2 dias de prisão.”³⁶⁷ o documento

³⁶⁵ Ibidem p 01

³⁶⁶ Ibidem p 01

³⁶⁷ Ibidem p 02

continua, nos artigos seguintes, a regular a venda de gêneros alimentícios em boas condições, determinando que aqueles que estiverem em “princípio de corrupção” fossem lançados fora. Há artigos sobre o matadouro que criam a figura de um guarda ou zelador para que se cumprissem os horários definidos para a matança e os cuidados com a higiene.

Esses artigos se encerram em 1852, tendo a aprovação dos artigos 61 a 76 em 1855, quando se trata especificamente dos enterramentos no “Art. 62. Ficão prohibidos os enterramentos de corpos na igreja matriz desta villa, os quaes d'ora em diante só terão lugar no cemiterio publico: os contraventores soffrerão a multa de 10\$000 réis”³⁶⁸ A aplicação de penas de prisão para as desobediências às regras de higiene e conduta mostra que o Estado passava a intervir no cotidiano privado e comercial para garantir padrões de civilidade no Império, o que passava também pela preocupação com os mortos. O código de posturas:

Na medida em que constituem um conjunto de preceitos que define deveres de ordem pública, regulamenta o convívio entre cidadãos, organiza territórios e estabelece regras de construção para a cidade, as posturas municipais expressam duas dimensões: funcionam como forte referente cultural da cidade, traduzindo, de um lado, o estágio de desenvolvimento do meio urbano e, de outro lado, o ideal de cidade daqueles que estiveram mais envolvidos na sua regulamentação; e funcionam como forte referente das estratégias políticas da municipalidade, expressando os mecanismo de controle das práticas construtivas da cidade e da vida do cidadão.³⁶⁹

Esta regulamentação se enquadra nas ordenações civilizatórias que pautavam os debates do Estado Nacional. Estes se refletiam nas legislações de comportamento através dos Códigos de Posturas, que devem ser vistos além de uma mera ferramenta administrativa, mas como um braço jurídico das autoridades que queriam combater as heranças coloniais na ordenação urbana e de costumes. Baseando-se no conhecimento científico do espaço físico da cidade, buscava-se transformar o “ideal de civilização” dentro de um padrão eurocêntrico. Esta realidade vai interferir nas relações com a morte, como veremos nos assentos de óbitos, nos quais quase

³⁶⁸ Parte Oficial Aprovado artigos de postura da câmara municipal de Villa-Viçosa. Pedro II. Fortaleza ? de Novembro de 1855. p. 01 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=216828&pagfis=2165> Acessado em 27 dez 2023

³⁶⁹ ÂNGELA de Almeida Souza, Maria. **Posturas do Recife Imperial**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. p. 04

cem por cento dos mortos eram enterrados em cemitérios públicos, e na relação das irmandades com os novos enterramentos, assunto que abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

“Rebater os cavilosos assaltos do demônio”: Entre o terreno e o espiritual diante a morte.

4.1 Arquivos paroquiais: do individual as tradições universais

Neste capítulo, buscaremos analisar como os indivíduos procuram a salvação da alma a partir de ritualizações e do uso de elementos simbólicos da tradição católica diante da morte iminente, ou por meio de ritos realizados por familiares de falecidos que não deixaram orientações sobre como desejavam essa ritualização. Também iremos nos debruçar sobre os estatutos das irmandades das cidades ibiapabanas, problematizando o poder dessas instituições em relação aos rituais católicos, à administração dos cemitérios e à criação de uma hierarquia fúnebre entre membros e não membros, bem como às distinções estabelecidas entre os próprios membros.

Os registros de batismo, casamento e óbito feitos pela Igreja desde o período colonial, no âmbito das relações íntimas entre Estado e Igreja. Estas instituições ainda se mantinham ligadas de forma oficial, pois, culturalmente, a população brasileira majoritariamente católica. Os párocos tinham a obrigação de fazer os registros e manter os livros em bom estado de conservação. Vimos que a história da Ibiapaba é marcada pela presença da Igreja e que mesmo as autoridades provinciais recorriam à providência divina para explicar a realidade.

Os registros católicos relacionados aos fiéis se originaram nos debates do Concílio de Trento, quando a Igreja, pressionada pela Reforma Protestante, procurava reafirmar seus dogmas. Os registros sacramentais da Igreja já existiam antes do Concílio, e “a novidade criada no Concílio de Trento é que a prática se tornou obrigatória e universal para todos os católicos”³⁷⁰. Com a intenção de definir e reafirmar a presença e a autoridade da Igreja, esta também resolveu registrar os sacramentos para, assim, firmar de forma mais consistente a fidelidade ao catolicismo. O aspecto do controle também se fazia presente diante da possibilidade de o indivíduo ser membro de outra denominação religiosa. Criou-se, assim, uma série documental

³⁷⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a história do Brasil**. Varia Historia, n. ja 2004, p. 13-20, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Marcilio_ML_15_1433943_OsRegistrosParoquiaisEAHistoriaDoBrasil.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024.

escrita sobre a vida cotidiana na Europa do século XVI e, conseqüentemente, no Brasil colonial e imperial. No que se refere ao registro de óbito,

Passado o Concilio de Trento, a Igreja logo se deu conta que era preciso registrar igualmente as mortes de seus fiéis para evitar abusos de toda sorte, como por exemplo, o da bigamia, quando um dos esposos migrava sozinho para regiões distantes e lá se casava novamente, como se pela primeira vez fosse. O Papa Paulo V, em 1614, através do *Rituale Romanum* estende então a obrigatoriedade do registro aos óbitos.³⁷¹

Os arquivos de óbito, como *corpus* de documentação serial, devem ser abordados observando-se as nuances de suas anotações e as transformações sociais. Isso se reflete na transição dos sepultamentos realizados nas igrejas para os cemitérios públicos, revelando a incorporação, por parte da Igreja, dessa nova forma de disciplinamento do corpo morto.

O estudo dessa documentação deve ser pensado na perspectiva de relacioná-la a outros documentos e discursos, a partir de uma análise mais atenta para perceber, inicialmente, o poder e a presença da Igreja Católica como instituição influenciadora de pensamentos, comportamentos e detentora de formas de controle social que se reconfigura no tempo e no espaço e sobre a Igreja na Ibiapaba devemos considerar o os estudos da micro-história, onde,

o reconhecimento da homogênea descontinuidade do tecido histórico refere-se ao fato de cada lugar ser construído do pelas interseções de múltiplas redes sociais e conexões e da mudança delas no tempo. A especificidade de cada lugar deriva de fato não do isolamento, mas das particularidades das conexões que o cruzam e o constroem e que o cruzaram e construíram nas épocas precedentes.³⁷²

Em uma sociedade impregnada pelo universo religioso, como eram o Brasil colonial e imperial, o batismo, o casamento e o registro de óbito não podem ser vistos apenas como meras formalidades burocráticas. Eles representavam a inserção dos indivíduos em um universo de valores, crenças, formas de enxergar o mundo e sociabilidades desse período histórico. Os registros eclesiásticos constituíam também instrumentos de controle social e de legitimação de identidades. Por meio deles, a

³⁷¹ Ibidem p. 14

³⁷² DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p.111

Igreja exercia sua autoridade sobre a vida e a morte, consolidando seu papel central na organização moral e política das comunidades.

Diante do exposto, a documentação paroquial do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto, em Tianguá-CE, merece estudos mais amplos por parte de historiadores, antropólogos e pesquisadores de outras áreas. Nesse centro de memória estão salvaguardados os arquivos de óbito, que ainda carecem de maior exploração historiográfica. Esses documentos levantam questões populacionais, familiares, de saúde, mortalidade, profissões, etnias, rituais da Igreja Católica e discursos eclesiais do século XIX.

Além disso, outras análises podem envolver experiências de vida articuladas às relações locais, nacionais e até internacionais, considerando as diretrizes da Igreja Católica nas cidades de São Benedito, Ibiapina e Viçosa do Ceará. Esses arquivos eclesiais podem fundamentar diversas pesquisas, atentando para,

a riqueza de informações contidas nesses documentos de primeira ordem, para a reconstrução da história social e cultural das populações católicas e a potencialidade de explorações que permitem, para desvendar o passado em várias direções. Pobres e ricos, plebeus e nobres, brancos, negros e índios, homens e mulheres, todos sem exceção, quando batizados, casados ou falecidos tinham esses fatos vitais registrados em livros especiais, que eram conservados pela Igreja. A vida estava assim marcada com uma ata individual, com dados pessoais, nos seus momentos vitais: do nascimento, do casamento e da morte.³⁷³

Conforme nos aduziu Marcílio, uma “ata individual” é capaz de conduzir os estudiosos a diversos lugares e sujeitos; por isso, essa documentação pode auxiliar historiadores, sociólogos e teólogos na problematização dessas fontes que aguardam a atenção dos pesquisadores. Afinal, pelas características de tais registros, eles nos permitem perceber como essa população nascia imersa em um ambiente social e religioso carregado de representações simbólicas, com uma historicidade significativa nos séculos XIX ou XX, estando envolvida nas relações entre sociedade, Igreja e Estado, fosse este imperial ou republicano.

Neste texto, trataremos dos arquivos do século XIX relativos aos registros de nascimento, casamento e óbito, atos que hoje são de natureza cartorial e sob a

³⁷³ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a história do Brasil**. Varia Historia, n. ja 2004, p. 13-20, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Marcilio_ML_15_1433943_OsRegistrosParoquiaisEAHistoriaDoBrasil.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024

responsabilidade do Estado por meio de concessões públicas. Até o fim do século XIX, essa atribuição cabia à Igreja Católica. A história da instituição no Brasil está intimamente ligada ao Estado por meio do padroado, uma concessão da Igreja ao monarca que lhe permitia administrar questões eclesiásticas em troca do auxílio na expansão e na manutenção da presença exclusiva do catolicismo no Império Português.

Embora o padroado fosse uma tradição anterior à colonização das Américas, essa prática fazia dos membros do clero uma extensão do Estado português. Mesmo após a Independência, em 1822, essa relação persistiu, uma vez que a noção de Estado laico, tal como a concebemos hoje, não estava em pauta no Brasil daquele período.

A nossa primeira Constituição e a formação do Estado nacional vêm carregadas da cultura e da relação de poder estatal com o universo católico, conforme se observa no seu texto: “Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permittidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior de Templo.”³⁷⁴ Na Carta Outorgada de 1824, também se lê a exigência de que as autoridades fizessem um juramento de defender e manter a Igreja Católica.

Sabemos que essa Constituição permaneceu até o fim do Segundo Reinado, estando em vigor durante todo o recorte temporal deste estudo. Do ponto de vista cultural e legal, o mundo católico fez-se presente de forma notória na vida da população brasileira, conferindo, assim, respaldo institucional para a Igreja efetuar os registros que hoje pertencem à esfera cartorial.

O uso de documentação paroquial, conforme demonstram pesquisas em repositórios universitários, anais e periódicos virtuais, revela um crescimento significativo na produção acadêmica voltada à análise de representações sociais, imaginários, relações de poder, sensibilidades, bem como mudanças culturais e discursivas. As informações de cunho social contidas nesses documentos devem ser correlacionadas a fontes estatais, memoriais, jornalísticas e literárias, adotando-se uma abordagem que se volte para aspectos étnicos, de condição social e de poder político e econômico.

³⁷⁴ OCTACIANO, Nogueira. **1824**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. p. 65

É crucial observar as particularidades de cada registro, assim como os padrões das documentações paroquiais. No caso dos arquivos do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto, em Tianguá, a análise de Xavier elucida que:

No geral, nos assentos batismais os clérigos indicavam: data do batismo; local onde foi realizado; nome do neófito; dos pais; onde residiam; identificação da criança pela cor; data de nascimento; nome de padrinhos; e as naturalidades das pessoas envolvidas neste ritual. Quanto aos casamentos, apontava-se: local de realização do casamento; nomes dos noivos e de seus pais; onde eram moradores; identificação dos nubentes pela cor; nomes das testemunhas; e as naturalidades dos sujeitos envolvidos na celebração do matrimônio.³⁷⁵

Ao detalhar a filiação, a naturalidade, a residência e a identificação pela cor, a Igreja mapeava a hierarquia social e a condição jurídica dos indivíduos, distinguindo livres de escravizados, bem como solteiros, casados e viúvos. Esse conhecimento era utilizado como forma de aceitação e consolidação da Igreja como instituição de poder. No entanto, na segunda metade do século XIX, a aliança entre Estado e Igreja passou por disputas de poder, pois começou-se a discutir a necessidade urgente de um Registro Civil laico. Com o acirramento das tensões entre o Estado e a Igreja, sobretudo após a Questão Religiosa na década de 1870, o poder público não podia mais depender dos livros paroquiais para o controle de nascimentos e óbitos. Em resposta, o governo imperial acelerou a criação de leis que permitiam o casamento de não católicos e a secularização definitiva dos cemitérios.

Até então, esses registros eclesiásticos garantiam a inserção e o pertencimento à sociedade católica, sendo também requisitos para o ingresso no mundo pós-morte. No caso específico do século XIX, os registros de batismo assumiam um caráter de cidadania, visto que o Estado reconhecia o assento batismal como um documento de valor oficial. Assim:

Em âmbito nacional, uma das razões que justifica o estudo dos arquivos eclesiásticos é o fato das instituições religiosas católicas custodiarem os primeiros registros civis no país. Devemos nos debruçar sobre essas instituições porque, através delas, podemos descortinar uma outra história, uma memória coletiva não mais unicamente preocupada em arrolar grandes feitos de homens de vulto, mas também tratando do cotidiano dos extratos sociais até então ignoradas pela história oficial. Afinal de contas, quantos homens que

³⁷⁵ XAVIER, Maico Oliveira. **“Cabôcullos são os brancos”: dinâmicas das relações sócio- culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2010.p 12

habitavam as cidades brasileiras em meados do século XVII e início do século XIX não tinham os principais momentos de sua vida (batismo, casamento e morte) registrados pela paróquia mais próxima de sua residência.³⁷⁶

Neste trabalho, já citamos investigações que fizeram uso de fontes batismais e matrimoniais para analisar as relações indígenas na região da Ibiapaba. No entanto, ainda não encontramos estudos históricos que utilizem os arquivos de óbito do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto como fonte, seja em repositórios universitários, em anais de eventos acadêmicos ou em periódicos especializados. A constatação preliminar da escassez de trabalhos sobre esse *corpus* documental, ou da carência de debates a seu respeito, reforça que, “por meio do manuseio dos registros paroquiais, é possível recuperar a História Social de uma população e de seus grupos.”³⁷⁷

4.2 Vestido, sacramentado e encomendado para a outra vida.

Os registros de óbito do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto, além de tratarem do sagrado, também nos informam sobre questões de saúde pública, como a ocorrência de febres, inflamações, espasmos, sarampo e outras doenças, bem como sobre a política de cemitérios. A condição de livre ou escravizado, a profissão e os deslocamentos populacionais também constam nesses livros de óbito, uma vez que alguns párocos anotavam o local de nascimento do falecido. No tocante à presença étnica, observa-se o registro de indígenas, negros, brancos e pardos, estes últimos constituindo a maioria. No entanto, sob a ótica étnico-racial, Xavier analisa o Arquivo da Cúria Diocesana de Tianguá (ACDT), hoje Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto, aponta que,

No Ceará, a divulgação da “morte de indígena” atinge seu ápice nos anos 1860. Dois presidentes, Manuel Antônio Duarte de Azevedo e José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, chegaram a defender claramente que, na província, esses povos tinham sido extintos de vez. Não é isso que alguns dos próprios documentos oficiais, fontes

³⁷⁶ CRISTIAN Oliveira Santos. **OS PRIMEIROS ARQUIVOS ECLESIASTICOS BRASILEIROS (1551-1854): DIAGNÓSTICO**. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v.3, n.1, p.25-44, jan-jun. 2007 p. 28

³⁷⁷ FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 52

eclesiásticas do ACDT e relatos de certos viajantes (como Freire Alemão, por exemplo) revelam. Mesmo invisibilizados na fala dominante, ocultados por meio da imposição de outras categorias genéricas como, por exemplo, “pardo” e, principalmente, “caboclo”, na realidade os índios permaneciam atuantes no cenário político-social.³⁷⁸

A Igreja Católica, como instituição produtora de mentalidades e representações, estabeleceu práticas ritualísticas em torno da morte que, na história do Ocidente, relacionam-se fortemente à cultura de um paraíso. Antes dos rituais da morte propriamente ditos, os católicos deviam praticar a religião em vida para alcançar a “boa morte”. Como herança desse passado, a Ibiapaba possui hoje fortes manifestações do catolicismo popular, tais como as festas religiosas dos padroeiros das cidades, as novenas de santos e as celebrações do Dia de Finados, as quais mobilizam multidões em busca da “boa morte”. Esse cenário possui sua historicidade assentada na cristandade e nas transformações desenvolvidas antes e ao longo do século XIX.

Uma análise mais detida desses arquivos deve atentar para as mudanças sociais do século XIX, período fértil em transformações significativas decorrentes de importantes processos econômicos, políticos e culturais. Essas alterações refletem-se nos registros, permitindo compreender a sociedade para além de seu caráter meramente censitário. A descrição da causa da morte, a profissão, o falecimento no espaço doméstico, a cor do hábito fúnebre e o sepultamento em cemitério público são de interesse direto da família e da comunidade paroquial, mas também se associam a peculiaridades da realidade do período, à relação entre Igreja e sociedade, bem como à interação ou ao distanciamento entre a Igreja e a ciência moderna, que avançava em seus estudos e aplicações no século XIX.

A instituição eclesiástica, assim como o Estado, possui ordenações hierárquicas no que concerne ao tratamento do corpo morto. Os registros de óbito do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto, em Tianguá-CE, trazem aspectos da cultura religiosa oitocentista, marcada pelas peculiaridades do amálgama entre a crescente ciência moderna (que adentrava o cotidiano) e as tradições católicas, ainda fortemente arraigadas na cultura nacional do Império.

³⁷⁸ XAVIER, Maico Oliveira. **EXTINTOS NO DISCURSO OFICIAL, VIVOS NO CENÁRIO SOCIAL: OS ÍNDIOS DO CEARÁ NO PERÍODO DO IMPÉRIO DO BRASIL – TRABALHO, TERRAS E IDENTIDADES INDÍGENAS EM QUESTÃO**. Tese. (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História/UFC. Fortaleza, 2015. p. 38

O período colonial ainda se fazia presente no dia a dia da Igreja por meio de rituais, organizações e corporações a ela vinculadas, como as irmandades. Entre essas heranças coloniais, destacam-se as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, documento que constituiu o principal corpo de leis eclesiásticas (cânones) do Brasil colonial. Elas são consideradas o mais importante documento eclesiástico produzido no país durante a Colônia, tendo servido de base para a organização institucional da Igreja.

Tratava-se de um "código de leis" criado para adaptar as diretrizes da Igreja Católica (especialmente as do Concílio de Trento) à realidade brasileira. Antes de sua promulgação, o Brasil seguia as ordenações da Igreja de Portugal (as *Constituições de Lisboa*), as quais, contudo, não davam conta das particularidades coloniais, como as vastas distâncias e a diversidade de uma população frequentemente negligenciada por essas normas, a exemplo das comunidades indígenas e africanas. Sobre esse documento, Almeida reflete que,

Concebemos que a análise das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* é necessidade fundamental para o conhecimento da atuação catequética da Igreja em terras brasileiras, uma vez que, até o século XIX, elas foram a grande referência canônica e pastoral da Igreja no Brasil.³⁷⁹

Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, a morte não era tratada apenas como um evento biológico, mas como um rigoroso processo jurídico, teológico e social, inteiramente administrado pela Igreja. O documento estabelece um roteiro detalhado, cujo início se dava ainda no leito de enfermidade. A legislação impunha uma estreita relação entre medicina e religião, obrigando médicos e cirurgiões a alertarem os pacientes sobre a gravidade de seu estado de saúde para, assim, garantir a confissão e a comunhão.

Havia uma preocupação rigorosa com a moralidade e o decoro nesses momentos derradeiros, proibindo-se, por exemplo, que mulheres acompanhassem o Santíssimo Sacramento durante os cortejos noturnos, ou que o Viático fosse transladado sem a devida urgência comprovada. O pároco possuía o dever de vigilância constante, devendo acompanhar o estado de saúde de seus fregueses para

³⁷⁹ ALMEIDA, Maria Cleidiana Oliveira de **A catequese nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: perpetuação de uma memória milenar**. Dissertação de mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2014 p 13

assegurar que a Extrema-Unção e a Penitência fossem administradas oportunamente, garantindo o “bem morrer”. Esse documento aborda diversos aspectos dos sacramentos da Igreja, dividindo-se em cinco livros. O Livro Primeiro e o Livro Quarto concentram as disposições relativas às observações mencionadas, pois regulamentavam, respectivamente, os sacramentos destinados aos enfermos e as normas para os rituais de sepultamento e ofício dos defuntos, onde:

Livro I

Tit. 29. Do modo, com que se ha de levar, e administrar o Santissimo Sacramento aos enfermos

Tit. 30 Como de noite se não há de administrar a Segrada comunhão, nem levar aos enfermos sem urgência necessidade; nem permitir as mulheres acompanhar então ao Santissimo Sacramento

Tit 31 Da obrigação, que tem os que navegão no tempo de Quaresma para comungar antes de se ; e os enfermos pelo tempo Paschal

Tit 32 Do Santo Sacramento da Penitencia. Em que consista este Sacramento, sua instituição, e importância.

Tit 39 Do modo, com que os Clérigos se devem confessar, e do coidado, que devem ter os Parochos com os enfermos seus fregueses

Tit 40 Como os Médicos, e Cirurgiões devem admoestar aos doentes, que se confessem, e comunhem

Tit 48 Da obrigação, que o Parocho tem de administrar o Sacramento da Extrema-unção e como se administara

Livro IV

Tit 46 Da ordem que se há de guardar nos acompanhamentos dos defuntos, e que os Parochos os acompanhem á sepultura

Tit 47 Como hã de ser levados á sepultura, e enterrados os Sacerdotes e Clérigos

Tit 48 Dos signaes que se hã de fazer pelos defuntos

Tit 49 Como se farão os assentos dos defuntos

Tit 50 Dos Officios que se hã de fazer pelos defuntos

Tit 51 Como se farão os sufrágios aos que morrem ab intestado, aos menores e os escravos

Tit 52 Que se não fação Officios em Domingos, ou dias Santos, nem haja Sermão de exéquias; e como se repartirão as Missas que os defuntos mandarem dizer, sendo enterrados fora da freguesia

Tit 53 Das sepultura. Que os corpos dos fieis se entrerrem em lugares Sagrados, e na sepultura que escolherem

Tit 54 Que nem um Parocho, Clerigo, ou REligioso induza, ou obrigue a pessoa alguma a eleger sepultura em sua Igreja ou Mosteiro, ou a que nap mude a que tiver eleita.

Tit 55 Que se não abra sepultura na Igreja ou Adro sem se fazer a saber ao Parocho, nem se desenterrem os corpos, ou ossos dos defuntos sem licença nossa.

Tit 56 Da decência das sepulturas e que se não vendão perpetuas nem se concedão na Capella mor sem nossa licença; e do modo que haverá com os que se enterrão nas Capelas fora das Igrejas Matrizas

Tit 57 Das pessoas, a quem se deve negar a Sepultura Ecclesiastica

Tit 58 Das diligencias, que primeiro se devem fazer nos casos, em que o Direito de negar a sepultura Ecclesiastica.

Tit 59 Que na nossa Sé Cathedral e nas Igrejas Parochiaes de nosso Arcebispado se fação profissões pelos defuntos, e se reze por elles.³⁸⁰

A Igreja, como instituição que deveria auxiliar os indivíduos no combate ao que se entendia por mal e por demônio, visava salvaguardar a vida humana em duas dimensões, a saber, a terrena e a pós-morte. No item que trata da negação da sepultura, as Constituições não apresentam uma lista rígida de excluídos; pelo contrário, buscam, de diversas maneiras, garantir a misericórdia eclesiástica a todos, prevendo que: “e nos casos em que para se conceder bastão signaes de contrição, bastará para prova uma testemunha fidedigna, que testifique deles, para o defunto ser enterrado em sagrado”.³⁸¹ Ademais, determinava-se que:

“devem os Parochos administrar a seus fregueses enfermos com toda a diligencia, e cuidado o espirital soccorro do Sacramento da Extrema Unção, para que mais facilmente na ultima hora possão rebater os cavilosos assaltos do demonio”.³⁸²

Essa orientação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* constituiu um importante documento normativo da Igreja até o século XIX. Por meio dela, percebe-se a preocupação eclesiástica em regular de forma minuciosa o simbolismo diante da morte, visando “rebater os cavilosos assaltos do demonio” e evidenciando um embate espiritual no qual, mediante a estrita observância do ritual prescrito, garantia-se aos fiéis a salvação na vida eterna.

Desse modo, a tríade discursiva do demônio, do céu e do inferno, estruturada pelo catolicismo e mobilizada pela Igreja como instrumento pedagógico e coercitivo, permanecia fortemente ativa no século XIX. As ritualizações preparatórias e as executadas no momento do desenlace eram realizadas para livrar a alma do perigo infernal, permitindo-lhe alcançar a bem-aventurança eterna. O próprio registro de óbito lavrado pela paróquia materializava essa busca pelo “bem morrer”, legitimada pela aceitação da Igreja como a instituição mediadora entre o sagrado e o profano para a imensa maioria dos brasileiros. Sob as diretrizes legadas pelo Concílio de Trento:

³⁸⁰ VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia. feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide**. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2011

³⁸¹ Ibidem p 302

³⁸² Idibem p 02

Para o registro dos óbitos as regras não eram tão rigorosas e iguais. Bastava registrar a data do falecimento, o nome do morto, seu estado civil. No caso de solteiros, dever-se-ia nomear os pais, ou o fato de ter sido exposto ou ser ilegítimo. No caso dos casados e dos viúvos(as), além desses dados, era necessário indicar o nome do esposo(a). Em muitas paróquias assinalava-se a naturalidade do morto, sua idade, e atividade que exerceu. Em alguns casos indicava-se a causa da morte e se o morto havia deixado testamento. As condições do enterramento vinham por vezes mencionadas: tipo e cor da mortalha ou do caixão (século XIX) e local do enterramento. Estes dados eram porém mais raros. Em alguns países e dioceses da Europa e mesmo do Brasil os registros foram se aperfeiçoando e enriquecendo com novas informações.³⁸³

Contudo, nos óbitos analisados para esta pesquisa, embora não constem dados sobre o tipo de caixão, a indicação da cor ou do tipo de mortalha, geralmente o hábito de uma ordem religiosa, é uma informação recorrente, não se configurando como um dado raro. De fato, as variações na estrutura dos assentos e o detalhamento das informações adicionais dependiam em grande medida do pároco responsável pela escrita. Alguns sacerdotes desviavam-se do padrão básico, que consistia geralmente em data, local, causa da morte e identificação do falecido, e acrescentavam ao final do termo a indicação do hábito mortuário, encerrando o documento com a assinatura eclesiástica.

4.3 Villa Viçosa: Morrer em casa e se enterrar no cemitério público.

Os livros de assentos de óbito de Villa Viçosa apresentam dados distintos daqueles de São Benedito e de Ibiapina, tais como a indicação da profissão na maioria dos registros. Outro dado particular desses óbitos é o local do falecimento, evidenciando que a maioria das pessoas morria em casa ou na residência de familiares. Por outro lado, informações sobre o recebimento de sacramentos, a encomendação do corpo, a cor do hábito e o cemitério de sepultamento eram registradas de forma constante pelos párocos das três cidades em quase todos os assentos.

³⁸³ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a história do Brasil**. Varia Historia, n. ja 2004, p. 13-20, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Marcilio_ML_15_1433943_OsRegistrosParoquiaisEAHistoriaDoBrasil.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024.

Os registros de óbito, que embora servissem ao Estado eram lavrados pela Igreja Católica, carregavam tanto elementos da ritualização religiosa quanto aspectos das novas determinações sanitárias de sepultamento em cemitério público, conforme se observa no seguinte assento,

Aos dois dias do mês de outubro de mil oitocentos e noventa e um as duas horas da tarde(..) **falleceu de febre em sua casa no lugar Brejo-Grande nesta freguesia de nossa senhora d'assunção da Villa Viçosa**, neste bispado do Ceará, Maria da Conceição (...) tendo recebido os sacramentos da Santa Madre Igreja, seu cadáver amortalhado em hábito branco (...) foi sepultada no cemitério São Miguel.³⁸⁴

A referência aos sacramentos da Santa Madre Igreja remete-nos à ritualização da morte, que envolvia óleo, cruz, toalha limpa, vela acesa, preces, hábito e missas, entre outros elementos que constituíam um universo cultural fértil em historicidade e dotado de significado social sobre a relação dos homens com a própria existência em determinado tempo e espaço. Além da data, a indicação da causa do falecimento aponta para crises sanitárias na região, marcadas por inúmeros casos de febre. Embora a maioria dos assentos não detalhe o tipo de febre que assolava o Ceará e a Ibiapaba (referida no documento como Serra Grande), tratava-se, frequentemente, das chamadas febres miasmáticas, a respeito das quais se registrou que:

Felizmente não mais se ouviu fallar dellas até 1870, quando appareceram no alto Coreyaú até o sopé da Serra Grande e na parte superior do valle do rio Acaracú, estendendo-se no anno seguinte pela zona comprehendida entre a dita Serra Grande.³⁸⁵

Nesse mesmo documento, constam registros sobre a ocorrência dessas febres desde 1791 em regiões próximas à Ibiapaba, como em Sobral. O falecimento no ambiente doméstico evidenciava a familiaridade com o processo de morrer, o qual, por ocorrer nesse espaço, podia ser acompanhado de perto por familiares e amigos. Até o momento, não foram localizados alertas das autoridades civis especificamente sobre o óbito em casa, tampouco regulamentações médico-sanitárias que incidissem sobre esse acontecimento corriqueiro, cuja recorrência é atestada pelas dezenas de anotações nos registros de óbito. De toda forma, como explicam Bruno e Pereira:

³⁸⁴Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto. Livro 152 fl 28

³⁸⁵ Studart Barão de. **Luiz da Mota Feo e Torres e seu governo no Ceará**. RIC 1890, p.14

quando a hora derradeira se aproximava, o pároco vinha até a casa do moribundo para administrar-lhe os últimos sacramentos antes da morte cristã. Estes eram, para os cristãos, símbolo do encontro de Deus com o homem em momentos de demonstração de fé.³⁸⁶

Os registros de óbito na Ibiapaba levam-nos a compreender que se “esperava a morte em casa, na cama em que dormia, presidindo a própria morte diante de pessoas que circulavam incessantemente em torno de seu leito”³⁸⁷ No caso ibiapabano, território profundamente inserido na cultura nordestina, pode-se inferir que se costumava esperar a morte na própria rede, na qual o moribundo também poderia ser transportado para o sepultamento, dada a pobreza material da região. Esse costume remontava ao Brasil colonial, conforme registra a gravura de Henry Chamberlain, de 1822, intitulada *Funeral de um Negro*.³⁸⁸

O falecimento no espaço doméstico, contudo, entrava em confronto com as regulamentações, os alertas e as orientações das autoridades sobre os cuidados com a salubridade pública e a necessidade de evitar a proliferação de doenças, movimento que culminou na proibição dos sepultamentos no interior das igrejas. Essa vivência da morte como um ato compartilhado e público possui, segundo Philippe Ariès, uma historicidade que se estende até o século XIX, período a partir do qual o avanço da medicina e a reorganização dos hospitais iniciaram uma transição que se aceleraria no século seguinte, conforme aponta o autor,

Entre 1930 e 1950, a evolução vai se precipitar. Esta aceleração é devida a um fenômeno material importante: o deslocamento do lugar da morte. **Já não se morre em casa, em meio aos seus, mas sim no hospital, sozinho. Morre-se no hospital porque este tornou-se o local onde se presta os cuidados que já não se podem prestar em casa.** Antigamente era o asilo dos miseráveis e dos peregrinos; primeiro tornou-se em centro médico, onde se cura e onde se luta contra a morte. Continua tendo essa função curativa, mas começa-se também a considerar um certo tipo de hospital como o lugar privilegiado da morte.³⁸⁹

³⁸⁶ BRUNO Aguiomar Rodrigues, PEREIRA Geovani Dias. **A morte no ambiente doméstico: ritos fúnebres no Vale do Paraíba Fluminense Oitocentista (freguesia de Pirai)**. v. 35 n. 1 (2017): Jan-Jun. Disponível em: <https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2017.35.1.al.09>. Acessado em: 24 out. 2023.

³⁸⁷ REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista**. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada*. Vol 2. 4ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 97.

³⁸⁸ Para visualizar a imagem acessar: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19465/funeral-of-a-negro>

³⁸⁹ ARIÉS, Philippe. **História da morte no Ocidente: Idade média aos nossos dias**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2012. p. 85-86 (grifo nosso)

O falecimento de Maria da Conceição em sua residência, numa comunidade situada a cerca de 4 km da sede paroquial, evidencia a escassez de assistência à saúde no Ceará oitocentista, província que dispunha apenas da Santa Casa de Misericórdia, sediada em Fortaleza, como instituição de referência hospitalar. A partir da leitura das *Constituições*, conforme já citado, e de outros estudos sobre a morte, percebe-se que,

Havia uma expectativa de que a morte ocorresse num contexto em que o fiel pudesse controlar suas condições e determinar as de seu próprio funeral. Portanto, era desejável que o fiel não morresse subitamente, mas numa lenta agonia, que lhe permitisse ter tempo de tomar todas as providências para se preparar para a morte – inclusive escrever seu testamento. E o lugar por excelência onde se dava essa agonia deveria ser previsível e amigável; um lugar onde o moribundo pudesse estar cercado dos seus, os quais providenciariam diligentemente todas as práticas fúnebres indispensáveis para a salvação de sua alma; esse lugar era, portanto, sua própria casa.³⁹⁰

Tratava-se do tempo necessário para a chegada do pároco e para a preparação da ritualística cristã, tal como a confissão dos pecados e o recebimento dos santos óleos para garantir a salvação da alma. Por conseguinte, a doença prolongada era interpretada como uma graça divina, um intervalo vital antes da "viagem final". No entanto, também se morria na residência de familiares, como ilustra este registro,

Aos vinte seis de Março de mil oitocentos oitenta e seis nesta Freguesia de Nossa Senhora d'Assunção da Viçosa, faleceu de febre intermitente **em casa de seo avôs** a parvula, Luzia parda com idade de dois meses, filha ligitima de José Pereira da Silva e de Maria Margarida da Silva livre brasileira profissão desconhecida, no dia seguinte sepultada envolta em branco neste simiterio publico de São Miguel desta Cidade.³⁹¹

As transformações históricas que envolvem o morrer tornam o século XIX um período de transição, visto que, em épocas precedentes na sociedade ocidental, além do falecimento no espaço doméstico, os corpos eram frequentemente sepultados no entorno ou no próprio interior das habitações. Embora essa angústia não esteja

³⁹⁰ BRUNO. Aguiomar Rodrigues. **A MORTE COMO NEGÓCIO: OS MERCADORES FÚNEBRES NO INTERIOR FLUMINENSE (PIRAÍ, SÉCULO XIX)** Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro 2020. p. 183

³⁹¹ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto. 1886 Livro 152 fl 15 (gifro nosso)

registrada de forma explícita nos livros de óbito ou em relatos encontrados até o momento, a reverência ao momento derradeiro, marcada pela incerteza da salvação da alma e pelo desejo de mitigar o sofrimento do ente querido, sempre constituiu um pilar da tradição católica. A Igreja Católica, nesse sentido, consolidou-se como a principal instituição responsável pela construção das representações sociais e religiosas em torno da morte, conforme descreve Quiossa,

A hora da morte não era somente a hora do morto, mas o momento de toda a família e, às vezes, dos parentes e amigos. Morrer junto de seus familiares e das pessoas mais próximas tornou-se um preceito também para a boa morte. As famílias procuravam sempre estar em convivência constante quando tinha alguém doente na casa. Todos ficavam de prontidão para trazer a vela acesa e o crucifixo na hora derradeira. Ao lado da cama os familiares rezavam e pediam a Deus pela salvação daquela alma e que ela ficasse livre dos tormentos eternos.³⁹²

Outro dado importante sobre o morrer em casa diz respeito à assistência espiritual da Igreja Católica. Em vários registros de óbito, observa-se o atendimento domiciliar no momento derradeiro do indivíduo. Esse instante, além de reunir a família, constituía um momento de “prestação de contas” com Deus, mediado pelo pároco da freguesia, que podia ministrar diferentes sacramentos aos moribundos, a depender das necessidades de cada um. Entre os casos singulares encontrados nos assentos, destaca-se o do senhor Thomaz,

Aos dois dias do mes de Maio do anno de mil oitocentos e oitenta e nove as seis horas da tarde faleceu de estupor nesta Villa, freguesia de Nossa Senhora d'Assunção deste Bispado do Ceará, Thomaz Cesario de Carvalho casado com Anna Ferreira de Carvalho, de idade de quarenta e oito annos, natural da granja e morador que foi nesta freguesia, seu **cadaver amortalhado em habito de official da Guarda Nacional e depois de encomendado solenemente** por mim abaixo assigndado, foi sepultado no Cemiterio de São Miguel para constar lavrei este Termo que assigno. V^{gro} J. Bevilaqua.³⁹³

O senhor Thomaz era morador de Villa Viçosa, localidade que dista 67 km da cidade de Granja, onde nasceu. Na ausência de seu testamento, não é possível verificar se ele desejou ser sepultado com o fardamento militar por meio de uma

³⁹² QUIOSSA Paulo Sérgio. **O MORRER CATÓLICO NO VIVER EM JUIZ DE FORA: 1850-1950**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz De Fora 2009 p.310

³⁹³ Ibidem fl 39

declaração de última vontade ou se expressou esse desejo verbalmente; existe ainda a possibilidade de a própria família ter tomado a decisão como homenagem e representação da distinção social do falecido. O sepultamento com trajes que remetiam à identidade social ou profissional do indivíduo era uma prática recorrente nos rituais fúnebres do século XIX. O prestígio social associado à patente de oficial da Guarda Nacional na região justifica, muito provavelmente, o seu sepultamento com tal fardamento. Já o uso da cor azul ocorria em menor proporção nos registros de adultos, como se observa no assento de Maria,

Ao 29 de Fevereiro de 1885 nesta Freg^a de N.S d' Assunção de Vi^{co} Feleceu de Estopor Adulta M^a Siqueira B. Idade de 19 anos f^a Ig^a de Antonio Rangel de Siquiera, falecido e de Clanrinda Machado de Siqueira B serviço domestico e nu dia seguinte sepultou se de **Abito Azul** neste Cemiterio P. de São Miguel desta Cidade.³⁹⁴

Embora o hábito azul fosse predominantemente associado ao sepultamento de crianças, ele também compunha, em certos casos, a vestimenta fúnebre de adultos. Os assentos não trazem detalhes sobre a tonalidade do azul, cor que possuía uma forte simbologia de conexão com o céu, destino almejado pelas almas para alcançar uma existência livre de sofrimentos. Isso porque a Igreja estruturou a escatologia da vida pós-morte sobre uma tríade dogmática (Céu, Purgatório e Inferno), cujo destino final dependia da conduta do fiel perante Deus e a instituição, conforme aponta Vovelle,

A partir de uma sequência - os dois últimos séculos da Idade Média - em que está se formando, em que elites restritas se difundem em fração sempre mais extensa do povo cristão, O purgatório se fixa, na saída da crise da Reforma, em um clichê estereotipado na aparência. Sempre repetida, a imagem das pobres almas mergulhadas no braseiro de uma expiação temporária parece estabelecida para a eternidade.³⁹⁵

A tradição católica estruturou o Purgatório como um espaço de sofrimento temporário destinado à purgação dos pecados, etapa necessária para que a alma pudesse desfrutar da bem-aventurança celeste e evitar a condenação eterna no Inferno. A referência ao azul-celeste nas vestimentas e ornamentações fúnebres possui marcante conotação religiosa, conforme observado nos trabalhos de Reis e

³⁹⁴ Ibidem fl 7

³⁹⁵ VOVELLE, Michel, **As almas do purgatório, ou, O trabalho de luto**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 20

Vovelle. Paralelamente, Guertzenstein, ao analisar as cores das escrituras hebraicas na literatura rabínica, esclarece que “no Talmude Babilônico, R. Meir questiona por que o azul é escolhido: essa cor é escolhida porque ela se assemelha ao mar; o mar parece-se com o céu e o céu remete ao “Trono da Glória”.³⁹⁶

A cor branca, por sua vez, era a preferida para os amortalhamentos, independentemente de etnia, sexo ou idade. Esse fato pode ser associado à observação de Reis, que elucida que as “mortalias brancas, feitas talvez com tecido grosseiro de algodão, estava mais ao alcance dos que morriam pobres”³⁹⁷ Embora o autor afirme que essa cor era majoritariamente utilizada por populações de origem africana os arquivos de óbito da Ibiapaba não refletem a mesma quantidade de afrodescendentes existentes na Bahia oitocentista (contexto analisado por Reis em sua obra). Contudo, a recorrência da mortalha branca na região ibiapabana é perfeitamente plausível devido à pobreza material local e ao isolamento geográfico em relação aos grandes centros urbanos, fatores que limitavam o acesso a tecidos mais elaborados e caros, uma vez que o pano preto era consideravelmente mais oneroso. Além do hábito branco, encontram-se raríssimas ocorrências de outras cores nos registros. Identificou-se, por exemplo, um caso singular de uso de hábito verde:

Aos vinte seis de Maio de mil oito centos e oitenta e sete nesta freguezia de Nossa Senhora da Assumpção da Viçosa falleceu em sua casa de Tizica pulmonar a adulta Maria Francisca Bevilaqua (idade 22 annos) livre Brasileira servia domestica e no dia seguinte sepultou com o **habito Verde** neste cemiterio Publico de São Miguel desta Cidade fiz este lançamento que assigno. O Vigº F. Bevilaqua.³⁹⁸

O verde é comumente associado à ideia de esperança³⁹⁹ sentimento que, no contexto fúnebre, reflete a crença na passagem para a vida eterna. Toda a ritualística que envolve a morte é permeada por elementos dessa expectativa de salvação. Embora o verde seja uma cor litúrgica padrão no catolicismo para as celebrações do Tempo Comum, seu uso em hábitos fúnebres era bastante incomum. No que

³⁹⁶ GUERTZENSTEIN, D. S. S.. **As cores das escrituras hebraicas na literatura rabínica**. Arquivo Maaravi: Revista Digital De Estudos Judaicos Da UFMG, 12(22), 57–67. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/1982-3053.12.22.57-67>. Acessado em: 22 nov 2023

³⁹⁷ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 157

³⁹⁸ Arquivo Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto. 1887 Livro 152 fl 28

³⁹⁹ Melo Márcio Lopes de. **Formação sobre liturgia: as cores litúrgicas**. Arquidiocese de Belo Horizonte. Disponível em: <https://arquidiocesbh.org.br/diaconatopermanente/formacao-sobre-liturgia-as-cores-liturgicas/>. Acessado em: 10 jan. 2024.

concerne ao simbolismo dessa cor, o estudo sobre o *Livro de José de Arimateia* aborda o verde como representação da paciência e, a partir de suas transformações espirituais, destaca que,

a partir das mudanças de cor da Árvore da Vida, que se torna verde após Adão e Eva terem concebido sob ela Abel, obedecendo assim ao desígnio de Deus, o verde surge conotado com o início da linhagem dos homens, e à esperança na renovação e propagação do gênero humano que irá originar uma nova aliança entre os homens e a divindade, embora aqueles ainda se encontrem com a mácula do pecado de Adão e Eva.⁴⁰⁰

Sob essa perspectiva associada à Árvore da Vida, o verde no rito de sepultamento adquire o simbolismo da esperança de regeneração espiritual. Assim como a natureza se renova, o amortalhamento em verde expressava a fé de que a morte não representava o fim absoluto, mas sim uma transição para uma nova existência. Além das vestimentas, outro elemento crucial da tradição cristã que merece análise é a denominação dos espaços de sepultamento, como se verifica no registro a seguir,

Aos oito de Agosto de mil oito centos oitenta e oito nesta freg^a de Nossa Senhora da Assumpção de Viçosa, falleceu em casa de seus pais o párvulo Francisco, filho legítimo de José Corrêa de Vasconcellos e de Cândida Amália de Vasconcellos, livre, brasileiro, profissão desconhecida, com idade de 2 meses; no dia seguinte sepultou-se **envolto em azul** neste **Cemitério Público de São Miguel** desta Cidade de que fiz este lançamento que assigno.⁴⁰¹

A denominação do cemitério de Viçosa constitui uma importante chave analítica para compreender a busca dos fiéis pela salvação eterna, uma vez que São Miguel Arcanjo é, na tradição católica, consagrado como o protetor e intercessor das almas no Purgatório. A transferência dos sepultamentos das igrejas para os cemitérios públicos demandou estratégias para transmitir a sacralidade aos novos espaços fúnebres. Atribuir nomes de santos aos cemitérios servia para reforçar a simbologia

⁴⁰⁰ CHAMBEL Pedro. **O Simbolismo das Cores no "Livro de José de Arimateia. Medievalista. Nº10**, Julho 2011. Lisboa: Disponível: IEM<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4061573> Acessado em: 10 jan. 2024. Este livro trata do santo Graal cálice que continha o sangue de Jesus Cristo e transportado de Jerusalém para a Grã-Bretânia.

⁴⁰¹ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto. Livro 152 fl 35

da redenção, auxiliando na transição das almas do Purgatório em direção ao Céu. Sobre a figura do arcanjo que batiza o cemitério de Villa Viçosa, Vovelle observa,

Por intermédio de São Miguel, um santo particular por ser um anjo de estatura incomparável, deixamos o estrato intermediário dos intercessores ainda humanos para entrar no universo celeste: reencontramos a cena do juízo final, do qual essa volta pareceu nos distanciar. Contudo, sua presença está desde sempre intimamente associada: ele é o mestre de obras e o regulador da grande cenografia do fim dos tempos, manejando a espada da justiça divina, ou trazendo as balanças onde são pesados os méritos de cada um, com muita destreza às vezes, quando assume os dois papéis ao mesmo tempo. Daí talvez a ambiguidade do seu papel, que lhe confere a arbitragem tanto do juízo final quanto do juízo particular.⁴⁰²

Em sua análise iconográfica do Purgatório, Vovelle destaca a constante representação de São Miguel nas produções artísticas dedicadas ao tema. Sendo ele o responsável por pesar os méritos das almas e conduzi-las, a evocação de seu nome no cemitério funcionava como uma mediação espiritual, aproximando os defuntos de um intercessor capaz de combater as investidas do demônio na hora do juízo.

Os livros de óbito das cidades da Ibiapaba reúnem centenas de registros. Como cada folha comporta de quatro a cinco assentos, o volume documental totaliza centenas de termos, o que justifica a adoção de uma abordagem por amostragem. Essa escolha metodológica também se impõe pelo fato de que muitos assentos apresentam uma estrutura repetitiva, alterando-se apenas a data, o nome do falecido e a causa da morte. Além disso, o estado de conservação de alguns volumes históricos resultou em trechos ilegíveis, gerando eventuais lacunas nos dados. Assim, os números totais de assentos nas tabelas das cidades estudadas correspondem a metade dos registros legíveis nos livros encontrados.

Essas variações e descontinuidades também refletem o estilo de escrita de cada pároco em atuação na paróquia em diferentes momentos do recorte temporal. No caso de Viçosa do Ceará, por exemplo, os livros revelam as particularidades da atuação local e das dinâmicas sociais daquela comunidade paroquial. No caso de Viçosa,

⁴⁰² VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 97

Tabela 04- Cores dos Hábito paróquia de Viçosa (1884-1892)

Tipo de Hábito / Mortalha	Quantidade	Percentagem
Hábito/Vulto Branco	112	82,96%
Hábito/Vulto Preto	9	6,67%
Hábito/Vulto Azul	5	3,70%
Hábito Verde	1	0,74%
Não Informado / Incompleto	8	5,93%
Total	135	100%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir a partir dos dados do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce. Livro 152

A análise dos registros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Viçosa, no período compreendido entre 1876 e 1889, revela padrões significativos nas práticas de amortalhamento e na cultura material da morte na Ibiapaba do século XIX. A predominância absoluta do hábito branco (88,19%) reflete uma convergência entre ritos católicos e as condições socioeconômicas da população. O uso extensivo dessa cor, aplicado tanto a adultos quanto a párvulos, evoca a simbologia da pureza e da redenção. No que concerne à proporção de adultos e crianças na amostra, constata-se que,

TABELA 05 – Causas de Morte paróquia de Viçosa

Causa da Morte	Crianças (n)	Adultos (n)	Total	Percentagem (%)
Espasmo	28	2	30	22,39%
Febre / Febre Intermitente	7	6	13	9,70%
Indigestão	6	5	11	8,21%
Tísica / Tuberculose	0	10	10	7,46%
Estopor / Estupor	3	6	9	6,72%
Parto / Complicações de Parto	0	7	7	5,22%
Traumas / Ferimentos / Lesões	2	5	7	5,22%

Causa da Morte	Crianças (n)	Adultos (n)	Total	Percentagem (%)
Câimbra de Sangue	4	0	4	2,99%
Reumatismo	0	4	4	2,99%
Moléstia (não especificada)	1	4	5	3,73%
Mordedura de Animal (Cobra/Cão)	1	2	3	2,24%
Queimadura	2	1	3	2,24%
Catarro	1	2	3	2,24%
Sezões (Malária)	0	2	2	1,49%
Ataque	0	2	2	1,49%
Não Especificado / Ilegível	4	3	7	5,22%
Outras Causas	2	12	14	10,45%
TOTAL	57	77	134	100%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce Livro 152

No caso das crianças, o uso do "vulto branco" ou do "hábito azul" reforçava o dogma dos "anjinhos" — seres que, por estarem isentos do pecado original, prescindiam de ritos de penitência. Já o hábito preto, frequentemente associado a adultos casados e chefes de família, simbolizava o luto solene e, em alguns casos, a filiação a irmandades leigas. Por sua vez, o registro isolado do hábito verde para uma vítima de tísica pulmonar aponta para singularidades devocionais ou promessas religiosas específicas que rompiam a dicotomia entre o branco e o preto. No tocante aos sacramentos, constata-se que,

TABELA 06 -Sacramentos Paroquia de Viçosa

Sacramentos	Quantidade	Percentagem	Detalhes Rituais Identificados
Com menção a Sacramentos e	3	2,24%	Registros que citam explicitamente o recebimento

Sacramentos	Quantidade	Porcentagem	Detalhes Rituais Identificados
Encomenda			de sacramentos e/ou o ato de encomendar o cadáver.
Sem menção a estes sacramentos	131	97,76%	Registros que focam apenas na causa da morte e no hábito de sepultamento.
Total Analisado	134	100%	

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do Arquivo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce Livro 152

Os termos "Santa Madre Igreja" e "encomendado" aparecem integrados aos registros feitos pelo Padre J. Bevilacqua. A grande maioria dos assentos não possui a descrição dos sacramentos, o que se deve ao padrão adotado pelo sacerdote. É possível associar essa ausência à grande quantidade de crianças na amostra, as quais não demandavam confissão ou outros atendimentos espirituais, por se entender que não haviam cometido pecados a serem perdoados ou atos dos quais devessem se arrepender diante da morte

TABELA 07- Local de Sepultamento Paróquia de Viçosa

Local de Sepultamento	Quantidade de Assentos	Porcentagem
Cemitério Público de São Miguel	124	91,85%
Cemitério Público (Sem especificação de nome)	6	4,45%
Não Informado / Texto Cortado	5	3,70%
Total	134	100%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce Livro 152

Note-se que a padronização dos sepultamentos no "Cemitério Público de São Miguel" sinaliza a transição final do costume de enterrar em igrejas para as necrópoles a céu aberto, em conformidade com as normas higienistas da época. A predominância absoluta desse espaço evidencia a consolidação de uma necrópole centralizada para a Vila de Viçosa no final do século XIX. Os registros utilizam variações como

"Cemitério Público de São Miguel desta Cidade", "Simitério Público de São Miguel" ou "Cemitério desta Villa". Essa hegemonia documental, contudo, não anula a possibilidade de que existissem outros cemitérios em localidades distantes cujos sepultamentos não foram registrados, ou mesmo de que houvesse livros de óbito do século XIX que hoje não se encontram salvaguardados no acervo do Departamento Histórico.

4.4 São Benedito: Entre indígenas, pardos e Brancos

Entre as informações registradas com constância figuram a causa da morte, a vestimenta mortuária e o cemitério de sepultamento do indivíduo. Especificamente no Livro 245 (referente ao período de 1875-1879) de São Benedito, observa-se uma estrutura de assento bastante característica: na margem constam o nome do falecido e sua etnia; no canto superior direito, figuram o número da folha e a rubrica do pároco. O corpo do termo inicia-se com a data, seguida pela causa do óbito e pela indicação da faixa etária (adotando-se o termo "párvulo" para as crianças). Na sequência, informam-se o estado civil, o nome dos pais ou do cônjuge, o dia do sepultamento, a recepção de sacramentos ou encomendação (quando ocorridos), a identificação do cemitério e, por fim, o tipo de hábito e a assinatura do vigário responsável. Um dado que não é negligenciado nas diferentes localidades é a cor do hábito, no qual predomina o branco. Como mostra a tabela abaixo.

TABELA 08- Cor Hábito Paroquia São Benedito

Cor / Tipo de Mortalha	Quantidade	%
Branco	227	87,3%
Preto	4	1,5%
Fardado	3	1,2%
Hábito de São Francisco	1	0,4%
Roxo	1	0,4%
Não Informado	24	9,2%

Cor / Tipo de Mortalha	Quantidade	%
Total Único	260	100%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce. Livro 245

Como se observa, a expressiva recorrência do uso do branco na Ibiapaba oitocentista alinha-se às observações de João José Reis, o qual assinala que “o branco tem também importantes significados no simbolismo da morte cristã”⁴⁰³. O historiador evoca, inclusive, o relato de um senhor que desejava ser amortalhado de branco à imitação de Cristo, demonstrando que, além da simbologia da pureza, o hábito branco remetia diretamente ao Santo Sudário, o lençol que teria amortalhado Jesus. Reis aponta que o uso da mortalha branca era igualmente recorrente em Salvador nas primeiras décadas do século XIX, pois,

Uma amostra de mais de mil óbitos dos registros paroquiais de Salvador, em 1835 e 1836, revela que a mortalha branca foi usada por 44% dos mortos, a mortalha preta por 16% e o hábito franciscano por 9%. Os demais 31 % foram enterrados com outros tipos de mortalhas, inclusive os hábitos e outros santos.⁴⁰⁴

Outra nuance que pode indicar tanto uma diferenciação prática quanto uma variação de registro reside no fato de o pároco anotar que alguns paroquianos foram sepultados “em volta em branco”, “em volto em branco” ou “em volto de hábito branco”, enquanto outros aparecem descritos apenas “de hábito branco”.⁴⁰⁵ As três primeiras fórmulas sugerem que o corpo recebia apenas uma mortalha simples, um lençol ou pano claro, configurando uma preparação menos formal, na qual o cadáver era envolto à imitação do Santo Sudário. Ao analisar os rituais fúnebres na Antiguidade, Philippe Ariès observa que o corpo, mesmo quando depositado em sarcófagos ou

⁴⁰³ REIS, João José. **O COTIDIANO DA MORTE NO BRASIL OITOCENTISTA**. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org)., *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p. 111

⁴⁰⁴ Ibidem p. 111

⁴⁰⁵ Rodrigues também enxerga a predominância do hábito Branco no Rio de Janeiro oitocentista até 1845 onde identifica a superação da cor preta e também do fim da anotação das cores a partir de 1850. RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997

caixas de pedra, encontrava-se simplesmente amortalhado, isto é, envolto em um pano ou sudário⁴⁰⁶.

Por outro lado, a ausência da menção ao ato de "envolver" pode ser interpretada como um indício de que o falecido era vestido com trajes mais elaborados. Essa preocupação em trajar o morto com uma vestimenta completa geralmente sinalizava a vinculação a uma devoção específica ou a uma irmandade leiga local, que tradicionalmente fornecia as vestes aos seus confrades. Embora os registros de óbito de São Benedito omitam o pertencimento dos falecidos a essas associações religiosas, a atenção dedicada à apresentação do corpo na transição para o além revela a crença de que as vestes fúnebres desempenhavam um papel crucial na garantia de uma “boa morte”, pois

Havia toda uma simbologia nessa indumentária. Facilitadora do traspasse, a vestimenta mortuária era também uma forma de demonstrar que o defunto se apresentaria a rigor diante do tribunal divino e não correria o risco de sua alma ficar vagando. O vestir o morto era permeado por um imaginário que lhe permitiria um bom descanso eterno. Elementos como a cor e o tipo de mortalha eram também observados. As vestes dos santos eram as preferidas entre os tipos de mortalha, sobretudo a da ordem franciscana. Vestir o hábito de São Francisco era dar boas-vindas à morte, era demonstrar humildade. O desejo de alegria na vida eterna era geralmente expresso pelos pedidos de mortalha branca, herdada de uma associação da cultura africana à cristã alude ao Santo Sudário, tecido que cobriu o corpo de Jesus e é a cor oficial da pobreza. O branco era também associado à pureza.⁴⁰⁷

A morte, vista como um momento único de passagem, é carregada de simbologias construídas historicamente dentro da tradição milenar católica, a exemplo da referência ao Santo Sudário. Embora a autora destaque a preferência pelos hábitos de santos, os dados dos assentos de óbito revelam que poucas pessoas recorriam a essa indumentária devocional; de fato, o único registro dessa natureza identificado em São Benedito, no período citado, refere-se ao hábito de,

Aos vinte e trez de Dezembro de mil oito centos e setenta e seis faleceu de hidropizia com todos os Sacramentos o adutto Antonio

⁴⁰⁶ ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 250

⁴⁰⁷ SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. p. 84-85

Bandeira da Silva pardo de idade de setenta e dois annos cazado que éra com Anna Maria de Mendonça e no dia seguinte depois de encomendado foi sepultado no Semiterio Publico desta Villa de habito de São Francisco como irmão terceiro do que para constar mandei fazer este assento em que me assigno. Vigario Encomendado João Rodrigues Alves de Mendonça⁴⁰⁸

O silêncio de centenas de assentos de óbito que não registram essa diferenciação social pelo hábito contrasta com a posição de prestígio outorgada aos membros de irmandades leigas. Estes indivíduos, ao administrarem os bens materiais e simbólicos de determinada comunidade, detinham privilégios de tratamento no momento da morte. Embora se observe, no século XIX, um esforço da Igreja para mitigar o poder dessas associações, elas ainda preservavam suas distinções nos rituais fúnebres. Como se constata no tocante ao ideal do “bem morrer”, os confrades eram melhor acolhidos na preparação para a outra vida. A respeito dos sacramentos identificados na amostra analisada, observa-se que,

TABELA 09 -Sacramentos Paroquia de São Benedito

Sacramento / Rito Funerário	Número de Registros	Percentagem
Encomendação Ritual (Rito básico de recomendação do corpo/alma)	244	94%
Assistência Sacramental Completa (Confissão, Viático e Extrema-Unção)	13	5%
Ausência de Sacramentos	3	1%
Total Analisado	260	100%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce. Livro 245

No período oitocentista, a morte não era vista apenas como um fim biológico, mas como uma transição espiritual na qual os sacramentos desempenhavam um papel crucial de preparação para a passagem. Os assentos nos quais consta "todos os sacramentos" referem-se a indivíduos que tiveram tempo de receber a assistência espiritual completa antes do falecimento. Já o termo "encomendado" era a fórmula padrão utilizada pelo vigário (como João Rodrigues Alves de Mendonça) para indicar

⁴⁰⁸ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto. Livro 245 fl 45

que o sepultamento seguiu os ritos da Igreja, com o corpo já presente. Ao se referir aos rituais fúnebres no final da Idade Média, Ariès constata que “a participação da Igreja era, na época, efetivamente discreta; reduzia-se à absolvição sacramental que se seguia à confissão e à encomendação da alma, e que podia ser repetida na presença do corpo morto”.⁴⁰⁹ Nesse rito, cabia ao pároco realizar orações específicas para recomendar a alma do falecido à misericórdia divina.

O expressivo volume de registros de sacramentos nos assentos de São Benedito contrasta com a escassez dessas informações nos livros preservados de Viçosa do Ceará, embora se trate de localidades distanciadas por apenas cerca de 70 km. Essas discrepâncias nas formas de registro revelam a ausência de uma padronização rígida na lavratura dos assentos, o que tornava os vigários os principais responsáveis pelo teor e detalhamento das informações fornecidas. No que concerne à mortalidade de adultos e crianças em São Benedito nos anos estudados, constata-se uma elevada incidência de óbitos infantis, fenômeno que pode ser associado às enfermidades da época que acometiam prioritariamente a infância, conforme demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 10- Causa da Morte Paroquia de São Benedito

Causa da Morte	Crianças (n)	Crianças (%)	Adultos (n)	Adultos (%)	Total (n)
Sarampo	32	20,8%	9	8,5%	41
Diarreia / Vermes	30	19,5%	1	0,9%	31
Inflamações (Geral/Interna)	22	14,3%	14	13,2%	36
Febres (Intermitentes/Perniciosas)	18	11,7%	16	15,1%	34
Espasmo / Estupor	18	11,7%	3	2,8%	21
Moléstia Interna	6	3,9%	23	21,7%	29
Problemas Respiratórios (Catarro/Tísica)	5	3,2%	10	9,4%	15
Hidropisia / Inchaço	11	7,1%	11	10,4%	22

⁴⁰⁹ ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 124

Causa da Morte	Crianças (n)	Crianças (%)	Adultos (n)	Adultos (%)	Total (n)
Complicações de Parto	0	0,0%	11	10,4%	11
Causas Violentas (Assassinato/Tiro/Queda)	1	0,6%	3	2,8%	4
Outras (Paralisia, Reumatismo, etc.)	11	7,2%	5	4,8%	16
TOTAL	154	100%	106	100%	260

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce. Livro 245

Não se observa uma grande diferenciação entre crianças e adultos, tampouco entre mulheres e homens, no tocante ao registro de preparação para a morte. Poucos assentos demarcam privilégios ritualísticos que denotassem distinção social, a exemplo daqueles pertencentes a membros de patentes militares, como se constata no registro de óbito de Francisco,

Aos dezesete de Outubro de mil oitocentos e setenta e cinco faleceu de inflamação no fígado com todos os Sacramentos o adulto Tenente Coronel Francisco Soares e Silva branco de idade de setenta e tres annos cazado que era com Jezuína Germana Soares e no dia seguinte sendo encomendado com interro solene foi sepultado no Semiterio publico de São Pedro **fardado com as insignias do posto** do que para constar mandei fazer este assento em que me assigno. Vigario Encomendado João Rodrigues Alves de Mendonça⁴¹⁰

Identificam-se diversos marcadores de distinção social no assento de óbito acima transcrito. Inicialmente, destaca-se a prestigiosa patente militar do falecido (Tenente-Coronel), posto de destacada relevância e poder local na hierarquia da época. Outros indicadores de prestígio incluem a recepção de todos os sacramentos, a encomendação e o sepultamento solene, além do fato de o corpo ter sido amortalhado com o fardamento e as insígnias correspondentes ao seu posto, detalhe minuciosamente registrado pelo pároco. Outro aspecto a ser analisado é o nome do cemitério que, embora de caráter público, ostenta uma nomenclatura católica vinculada à transição do plano terreno para o além. No imaginário cristão, São Pedro,

⁴¹⁰ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto livro 245 fl 23

o guardião das chaves do Reino dos Céus, é frequentemente invocado como protetor das almas e guia espiritual na condução dos falecidos em sua jornada eterna.

O tenente-coronel recebeu a devida assistência religiosa antes de seu falecimento. A indicação de que lhe foram ministrados "todos os sacramentos" sugere que o vigário disponibilizou os sacramentos da Penitência (ou Confissão) e da Unção dos Enfermos (historicamente conhecida como Extrema-Unção), ritos que visavam ao arrependimento dos pecados, à eventual restauração da saúde física e, fundamentalmente, à preparação para a "boa morte". O termo "solene" evidencia um cerimonial mais pomposo em torno do corpo do falecido, a exemplo de uma missa de corpo presente celebrada perante a família e a comunidade local. Conforme aponta Alcineia Rodrigues dos Santos, "encomendar a alma, vestir o corpo a rigor e enterrá-lo em solo cristão, morrer sacramentado, todas essas eram condições que se constituíam em benefícios para a alma, preparando-a para o juízo final".⁴¹¹ Apesar de cumprir os demais requisitos para a obtenção de uma "boa morte", o oficial não foi sepultado no interior da igreja, dadas as restrições sanitárias vigentes na época, sendo encaminhado ao cemitério público da cidade. Entre os assentos que registram o termo "solene", um se destaca pelo fato de registrar o óbito de um indivíduo indígena,

Aos vinte e tres de Outubro de mil oitocentos e setenta e cinco faleceu de pheumonia confessado o adulto Luis Joze de Miranda **Indio** de idade de oitenta e sete annos cazado que era com Maria Theodora Bezerra e no dia seguinte depois de **encomendado com interro solene** foi sepultado no Semiterio publico desta Villa de habito branco do que para constar mandei fazer este assento em que me assigno. Vigario Encomendado João Rodrigues Alves de Mendonça.⁴¹²

A análise demográfica dos livros paroquiais revela que a maioria da população registrada compunha-se de pardos, seguidos por brancos, indígenas e, por fim, negros. Cumpre ressaltar, contudo, que a categoria "pardo" foi historicamente utilizada como um mecanismo de apagamento da identidade indígena, conforme discutido no início deste capítulo. Apesar das tentativas governamentais de invisibilizar a presença nativa na província, os indígenas exerciam um papel social ativo na Ibiapaba. O assento de óbito de Luís José de Miranda exemplifica essa atuação, uma vez que o

⁴¹¹ SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. p. 71

⁴¹² Arquivo Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto 245 fl 08

falecido recebeu uma encomendação solene, demonstrando que, embora reconfigurassem suas práticas culturais diante das pressões da época, esses indivíduos mantinham o protagonismo social no plano local. No que concerne aos dados étnicos identificados na amostragem, apresenta-se a tabela a seguir:

TABELA 11- Etnia- Paroquia de São Benedito

Etnia / Classificação de Cor	Número de Assentos (N)	Percentagem (%)	Exemplos nos Documentos
Pardo / Parda	108	41,54%	"adulta Maria parda", "Raymunda parda"
Branco / Branca	92	35,38%	"hábito branco", "pela cor branca"
Índio / Índia	35	13,46%	"Joanna índia", "Sebastiana índia"
Preto / Preta	12	4,62%	"Preto perenga", "adulta preta"
Não Especificado	13	5,00%	Assentos com campo de cor em branco ou ilegível.
Total	260	100%	

Fonte: Elaborada pelo autor a partir a partir dos dados do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce. Livro 245

Outro dado relevante extraído dos registros de óbito de São Benedito refere-se à identificação de apenas três indivíduos cujos corpos foram encomendados na Igreja Matriz da cidade. Curiosamente, na maioria desses casos, não consta que o falecido possuísse patente militar ou exercesse algum cargo de autoridade, bem como não há menção à recepção de sacramentos ou à realização de rituais solenes, conforme se observa no assento de José, o qual

Aos oito de Março de mil oitocentos e setenta e cinco falleceu de inflamação interna o adulto Joze pardo solteiro de idade de vinte e hum annos filho natural de Josefa de Barros Vianna solteira e no dia seguinte depois de **encomendado na Igreja Matriz** foi sepultado no Semiterio publico desta Villa em volta em habito branco do que para constar mandei fazer este assento em que me assigno. O Vigario Encommendado João Rodrigues Alves de Mendonça.⁴¹³

⁴¹³ Arquivo Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto livro 245 fl 08

É possível interpretar que, dadas as dificuldades de acesso à Matriz da cidade e diante da urgência do atendimento espiritual, os corpos não eram frequentemente conduzidos até o templo paroquial. Ainda que o pároco de São Benedito não tenha registrado explicitamente que os óbitos ocorriam no ambiente doméstico, como se observa nos assentos de Viçosa, infere-se que era no recesso dos lares e no seio familiar que os falecidos recebiam a encomendação do corpo. Outro aspecto relevante a ser considerado é a ausência de menção à confissão do enfermo, lacuna documental que pode evidenciar a ocorrência de mortes repentinas. Esse sacramento estava intimamente ligado tanto à vida quanto à morte, pois acreditava-se que a prática poderia restabelecer a saúde física ou, no limite, assegurar a salvação da alma no “caminho do além”. Ao analisar o imaginário do Além, Jacques Le Goff discute concepções teológicas que permeavam as práticas pastorais da Igreja:

A primeira é que, em caso de perigo e na ausência de um padre, é legítima e útil a confissão a um laico. O laico não absolve, mas o desejo de confissão exercido através do laico e que prova a contrição pode conduzir à absolvição da culpa (*culpa*). Este recurso extremo não é de recomendar senão em casos de perigo de morte; e se se escapar a ela deve ir-se repetir a confissão a um padre que poderá dar a absolvição: se se morrer só se terá de executar a pena (poena); quer dizer, esta prática conduz quase sempre ao Purgatório.⁴¹⁴

4.5 Ibiapina: entre cemitério público, particular e enterro na matriz

Nos arquivos de óbito da cidade de Ibiapina, cujo recorte se inicia em 1883 e extrapola o período imperial ao alcançar o ano de 1900, não se observam grandes rupturas com relação aos cemitérios, às vestimentas funerárias ou aos sacramentos na maioria dos assentos. Nota-se, em alguns registros, o detalhamento da assistência espiritual mediante a extrema-unção, a penitência, a missa de corpo presente e o viático, sendo a encomendação do corpo a prática mais frequente, embora não estivesse presente em todos os termos.

A baixa incidência de sacramentos registrados sugere que uma parcela considerável dos óbitos ocorria de forma súbita ou em locais remotos, o que impedia a chegada do sacerdote a tempo para ministrar a penitência ou a extrema-unção. É

⁴¹⁴ LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. Lisboa. Estampa. 1995. p. 257

possível cogitar, igualmente, a negligência do pároco no registro desse ritual. Ademais, a omissão sistemática dessas informações pode estar intrinsecamente ligada à alta mortalidade infantil, visto que, na teologia da época, os párvulos eram considerados isentos de pecado grave, prescindindo de confissão ou de rituais complexos antes da morte.

Constata-se uma transição na prática de registro: enquanto o vigário Pedro Cavalcante Rocha, em 1883, detalhava a vida sacramental como parte da biografia espiritual do fiel, os registros posteriores tornaram-se mais burocráticos e focados na causa física da morte. Entre as menções explícitas, a encomendação do corpo despontava como o principal serviço litúrgico prestado pela Igreja no momento do sepultamento, legitimando o trânsito do fiel para o cemitério público. Esse registro de encomenda era quase obrigatório para adultos e figuras de prestígio, a exemplo do caso do padre Manoel Simões de Araújo, cuja encomendação envolveu múltiplos sacerdotes, aspecto que sublinha a força da hierarquia clerical na época. Sobre os dados quantitativos relativos aos sacramentos, constata-se que

TABELA 12-Sacramentos Paroquia de Ibiapina

Sacramentos	Descrição nos Assentos	Total de Casos	Percentagem (%)
Recebeu Sacramentos	“Recebeo todos os sacramentos”, “Penitencia, Viatico e Extrema Unção”	14	3,2%
Não Recebeu	“Não recebeo os sacramentos” ou “não os recebeo”	10	2,3%
Somente Encomendação	Registros que mencionam apenas que o corpo foi “encommendado” pelo vigário, sem citar sacramentos em vida	62	14,1%
Omitido / Sem Registro	Registros (maioria crianças/parvulos) onde a vida sacramental não é mencionada	354	80,4%
TOTAL DE ASSENTOS		440	100%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir a partir dos dados do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce. Livro 289

O uso massivo do hábito branco (93,6%) reafirma a simbologia da “pureza”, associada não apenas às crianças, mas à maioria da população da freguesia. Por outro lado, a adoção de cores alternativas, como o preto (1,4%) ou o azul (1,4%), sinalizava a condição social do indivíduo ou o cumprimento de promessas religiosas específicas mediante o uso de vestes de ordens terceiras ou confrarias. Do mesmo modo, a menção à casula roxa no sepultamento do vigário evidencia sua distinção hierárquica diante dos demais falecidos. Essa ritualização do momento fúnebre seguia as diretrizes de um guia oficial da Igreja, o *Rituale Romanum*⁴¹⁵

TABELA 13- Cor do Hábito Paroquia de Ibiapina

Tipo/Cor do Hábito	Descrição nos Assentos	Quantidade	Percentagem
Hábito Branco	“Amortalhado de branco”, “em habito branco” ou “em bulto branco”.	412	93,6%
Hábito Preto	“Envolto em habito preto” ou “amortalhado em habito preto”.	6	1,4%
Outras Cores / Especiais	Inclui “cor roxa”, “cor rozada/encarnado”, “azul” e “Sacerdotal”.	6	1,4%
Não Mencionado / Omitido	Registros que não especificam a vestimenta (comum em registros incompletos).	16	3,6%
Total		440	100%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce. Livro 289

Os dados confirmam as preferências da região quanto às cores dos hábitos, seja pelas questões econômicas já mencionadas, seja por razões de diferenciação social, conforme será demonstrado na análise dos assentos. Os registros que omitem o hábito ou a sua cor estão diretamente associados às condições da morte, nas quais a urgência do sepultamento pode justificar a ausência de preparo espiritual ou, ainda, decorrer de uma falha de preenchimento por parte do vigário no momento do registro.

⁴¹⁵ Trata-se do livro litúrgico que prescreve os ritos ordinariamente administrados pelo clero, tais como o batismo, o matrimônio, as bênçãos e as exéquias.

Tabela 14- Causa de Morte Paroquia de Ibiapina

Causas Morte	Crianças (n)	Adultos (n)	Total	Percentagem (%)
Espasmo / Tétano / Ataque	88	7	95	21,59%
Febres (Intermitente, Perniciosa, Amarela)	42	26	68	15,45%
Diarreia, Indigestão,	28	27	55	12,50%
Respiratórias / Tísica / Tuberculose	12	40	52	11,82%
Inchaço / Hidropisia / Cardíacas	8	37	45	10,23%
Mal do Interior / Inflamação	6	22	28	6,36%
Estopor / Paralisia	6	19	25	5,68%
Parto	0	23	23	5,23%
Traumas / Causas Externas (Feridas, Queimaduras)	10	10	20	4,55%
Sarampo	12	3	15	3,41%
Outras	5	9	14	3,18%
TOTAL	217	223	440	100%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir a partir dos dados do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce. Livro 289

Os "espasmos" representavam uma das principais causas de óbito registradas. Assim como ocorria com as febres, a medicina da época ainda se encontrava em estágio inicial de desenvolvimento, o que fazia com que muitos falecimentos fossem catalogados com base nos sintomas aparentes, e não propriamente na patologia em si. Tratava-se de um termo genérico, empregado para descrever quadros de convulsões ou contrações musculares graves.

A essa limitação diagnóstica somava-se o fato de o registro ser lavrado pelo vigário, e não por um profissional de saúde, em uma região geograficamente isolada dos centros hospitalares. A predominância das febres na documentação revela um cenário no qual enfermidades como a malária e a febre tifoide eram endêmicas, de

modo que o termo funcionava como uma categoria ampla para designar diversas infecções que a ciência médica daquele período não conseguia precisar.

A vulnerabilidade a epidemias, evidenciada pela recorrência de óbitos por sarampo e coqueluche nos assentos paroquiais, aponta para a ausência ou precariedade de práticas de imunização, bem como para a rápida propagação de agentes infecciosos. Paralelamente, o expressivo volume de mortes decorrentes de enfermidades intestinais atesta a carência de saneamento básico e a falta de higiene no manejo de ambientes e alimentos, fatores que desencadeavam infecções frequentes na população. No que concerne aos locais de sepultamento, listam-se a seguir os cemitérios identificados:

Tabela 15- Local de Sepultamento Paroquia de Ibiapina

Local de Sepultamento	Descrição nos Assentos	Quantidade	Percentagem
Cemitério Público (Ibiapina)	“Cemiterio publico d'esta freguezia”, “Cemiterio publico desta villa” ou “villa de Ibiapina”.	359	81,6%
Cemitério Commum (Ibiapina)	“Cemiterio Commum desta villa” ou apenas “Cemiterio desta villa”.	74	16,8%
Cemitérios Particulares	“Cemiterio particular do Araticum” ou “Cemiterio particular do Araticum”.	5	1,1%
Cemitério da Vila de Tianguá	“Cemiterio publico da villa de Tianguá.	1	0,2%
Sepultamento em Igreja	“Sepultou-se na matriz de São Pedro de Ibiapina” (Padre Manoel Simões)	1	0,2%
Total		440	100%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir a partir dos dados do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto de Tianguá-Ce. Livro 289

A análise espacial dos sepultamentos na Freguesia de Ibiapina demonstra a consolidação das políticas de saúde pública voltadas à erradicação dos enterramentos no interior de templos religiosos, visando à higiene e ao controle sanitário da

população. Contudo, percebe-se também a persistência de privilégios e de costumes tradicionais.

Nota-se uma institucionalização estatal da morte, visto que a vasta maioria dos sepultamentos ocorreu no Cemitério Público. A existência de cemitérios particulares, embora em quantidade ínfima, como o de Araticum, pode indicar tanto o poder de influência de grandes proprietários de terras quanto as dificuldades logísticas para o transporte de corpos de áreas rurais remotas até a sede da vila.

O registro do padre Manoel Simões de Araújo, sepultado no interior da igreja, demonstra que o clero ainda mantinha prerrogativas condizentes com sua dignidade eclesiástica, mesmo diante da secularização geral dos espaços cemiteriais. Além disso, a menção ao cemitério de Tianguá nos assentos da Freguesia de Ibiapina pode apontar para relações de parentesco do falecido naquela localidade. Como já mencionado, os dados possuem particularidades que variam conforme o pároco e o perfil socioeconômico dos mortos, a exemplo do caso do padre Manoel de Araújo, o qual,

Aos vinte dias do mez de Dezembro de mil oitocentos noventa e quatro, sepultou-se **na Matriz de São Pedro de Ibiapina, amortalhado em habito de Sacerdotal, de cazulla Rocha, o Padre Manoel Lima de Araujo, Vigario que era desta freguezia**; foi solemnemente encomendado pelos Reverendissimos Padre Thomé Alves de Carvalho, encarregado da freguezia e pelo Reverendo Vigario de São Benedicto, Custodio de Almeida Sampaio; falecido na idade de cincoenta annos de uma Hidropezia pulmonar. E para constar fiz este termo. Parocho Padre Thomé Alvares de Carvalho.⁴¹⁶

A proibição dos sepultamentos nas igrejas era frequentemente flexibilizada em função da importância social do falecido. O fato de Manoel de Araújo ser o “Vigário que era desta freguezia” conferia-lhe um status social e religioso que permitia contornar as normas sanitárias impostas à população em geral e, até mesmo, às autoridades militares. O clero detinha o privilégio de ser sepultado em solo sagrado, fosse na nave ou na capela-mor, ficando, assim, preservado da considerada “profanação” de ser levado ao cemitério público. Ao tratar do período em que os enterros intramuros eram comuns, João José Reis evidencia a hierarquia existente nesses espaços,

⁴¹⁶ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto livro 289 fl 119

De um modo geral, pessoas de qualquer condição social podiam ser enterradas nas igrejas, mas havia uma hierarquia do local e do tipo de sepultura. Uma primeira divisão se fazia entre o corpo, parte interna do edifício, e o adro, a área em sua volta. A cova no adro era tão desprestigiada que podia ser obtida gratuitamente. Ali se enterravam escravos e pessoas livres muito pobres.⁴¹⁷

O assento de óbito do padre Manoel de Araújo exemplifica como o prestígio social e a relação com o sagrado se sobrepunham às leis de saúde pública no interior do Ceará, no final do século XIX. Mesmo sob a proibição vigente, a figura do vigário demandava a manutenção de ritos de devoção que reforçavam o poder espiritual da Igreja, o qual, simbolicamente, apresentava-se como superior às normas sanitárias. Assim, o vigário deveria receber o antigo ritual do repouso final sob o teto do templo que ele próprio administrava. No campo das representações históricas da morte, essa transição de costumes é analisada por Philippe Ariès, o qual observa,

Duas observações fazem-se relevantes. A primeira é sugerida por uma grande mudança dos costumes funerários, que deve se situar por volta do século XIII e um pouco antes. Até o século XII e ainda muito tempo depois nos países mediterrâneos, como a França Meridional e a Itália, o morto era transportado diretamente no sarcófago de pedra onde seria enterrado com o rosto a descoberto, mesmo que — quando era rico e poderoso — estivesse envolvido em precioso tecido. Ora, a partir do século XIII, o rosto do morto é oculto aos olhares, seja porque o corpo é cosido dentro da mortalha, seja porque é encerrado em um caixão de madeira ou de chumbo — um ataúde. Criou-se o hábito, já previsto desde há muito nos rituais, mas seguramente pouco seguido na prática comum, de colocar o corpo diante do altar durante pelo menos três missas cantadas, previstas para a salvação de sua alma. O caixão, já fechado, ainda era coberto por um tecido ou *pallium* (pano mortuário).

As práticas fúnebres seguem a dinâmica temporal e as relações culturais de cada espaço social. As distinções sociais, contudo, permanecem presentes em diferentes períodos e sociedades, o que se observa tanto na vestimenta com a qual o sacerdote era sepultado quanto na indumentária com que os militares eram enterrados. Nesses casos, a vestimenta de trabalho, com suas identificações profissionais e sociais, torna-se o manto do indivíduo diante da morte. O vigário

⁴¹⁷ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p 175

mantém sua distinção em função de seu papel social, evidenciada pelo uso da “casula roxa”, sobre a qual se destaca,

Quanto à sua origem, pela análise iconográfica de pinturas da época, conclui-se que a casula surgiu de uma espécie de manto muito utilizado pelos cidadãos romanos para protegerem-se do mau tempo, conforme diz seu nome: em latim “casula” significa “casa pequena” - um manto que cobre o corpo com um buraco para a cabeça. Desde o século 4, com a liberdade de culto cristã promulgada após a conversão de Constantino (312 d.C), gradualmente os clérigos foram se diferenciando dos cidadãos romanos no meio público. No século 6, tal diferenciação reflete-se na vestimenta, quando as casulas tornaram-se características dos “homens de Deus”. Até o século 19 a casula era utilizada pelos clérigos em diversos momentos e locais.⁴¹⁸

Esta peça de vestuário surge para diferenciar o cargo clerical dos fiéis “comuns”, servindo para demonstrar o exercício do ministério até o fim. No sepultamento, a casula funciona como uma última proteção física e espiritual, uma espécie de “armadura espiritual” e uniforme de serviço. No contexto fúnebre, observa-se a transição do homem físico para a memória institucional da Igreja, onde a roupa sobrevive ao corpo como símbolo do cargo ocupado.

Assim, o terreno e o espiritual se misturam na história da Igreja Católica, pois as vestes possuem esse duplo aspecto tanto para os seus membros quanto para a população em geral, que buscava, nos hábitos, a proteção dos santos dentro de suas possibilidades materiais e de sua crença. Abaixo uma casula brasileira de São Paulo do século XIX⁴¹⁹

⁴¹⁸ GIANNINI Fernanda Camargo In TIRAPELI Percival, CORREIA Maria Laura Faria dos Santos, JULIANO José Arnaldo. **Vestes sagradas: catálogo de exposição** São Paulo: Arte Integrada, 2011. Disponível em: https://www.deaparamentos.com.br/wp-content/uploads/2017/10/vestes_sagradas.pdf. Acessado em: 12 abr. 2025

⁴¹⁹ Ibidem p. 26

FIGURA 11- Casula Roxa



TIRAPELI, Percival; CORREIA, Maria Laura Faria dos Santos; JULIANO, José Arnaldo. **Vestes sagradas: catálogo de exposição**. São Paulo: Arte Integrada, 2011.

Outro aspecto relevante da casula são seus adereços, que podem variar, embora não tenham sido descritos no assento de óbito do Vigário. Na imagem apresentada anteriormente, observam-se motivos religiosos bordados; contudo, o registro paroquial informou apenas o uso do roxo. Esta cor aparece exclusivamente na vestimenta do clérigo, enquanto as demais cores mencionadas nos assentos, como o branco (predominante), o rosa, o azul e o preto, eram associados ao restante da população. Neste contexto,

A cor na cristandade é simbolismo da criação, do verbo de Deus - que é a luz criada e aquela a ser vivida. Está presente nas iluminuras dos livros, vitrais góticos e conjuntos de paramentos, e nesta exposição contempla as casulas. Assim, determina o branco ao Deus Pai, o azul (que evolui para o verde) ao Filho e vermelho ao Espírito Santo. Esta tradição está ligada à Antiguidade e evoca as pinturas arcaicas egípcias. A diversidade de cores das vestes sagradas tem por finalidade exprimir externamente o caráter peculiar dos mistérios da fé que se celebram. e o sentido progressivo da vida cristã ao longo do ano litúrgico. Cores diversas marcam os tempos litúrgicos. (...) Roxo cor usada nos tempos de quaresma e advento, períodos marcados pela penitência e pelo apelo à conversão. Reservada para as celebrações da Quaresma, em geral acompanha símbolos do martírio de Cristo: coroa de espinho e cravos. Está conjugado ao sacramento da penitência.⁴²⁰

A cor roxa, especificamente, é uma das mais ricas em camadas de significado. Ela sinaliza tempos de interiorização, penitência e humildade, comungando com o sentido da própria casula. Como o roxo é também a cor do Advento (tempo de espera), a casula roxa sobre o caixão ressignifica o túmulo como um lugar de "gestação" para a vida eterna. Assim, a "casa pequena" (casula) deixa de ser uma prisão sob a terra

⁴²⁰ Ibidem. p 37

para se tornar uma vestimenta de luz que sinaliza a salvação do fiel. Em sua obra clássica, Welby Northmore Pugin, ao citar Guilherme Durando,⁴²¹ esclarece que a casula denota caridade e unidade da fé, fazendo alusão à túnica púrpura com a qual os soldados revestiram Cristo,

Durandus. — “ Over all the priestly garments is put on the Casula, or chasuble ; called casula, quasi parva casa : and by the Greeks, planeta, from the winding border of the vestment. The chasuble denotes charity; for as charity covers the multitude of sins : so the vestment covers all the person. So that an allusion is thought to be contained in it to the wedding-garment of the Gospel. The breadth of the chasuble implies the wide extent of charity. Latum mandatum Tuum nimis. Quod autem casula unica et integra, et undique clausa est, significat fidei unitatem et integritatem. This garment also signifies the purple robe with which the soldiers clothed Christ.”⁴²²

Embora existam estudos indicando que, em certas localidades, os mortos recebiam cores específicas de acordo com seu grupo social, como na análise da cultura fúnebre no Recife do século XIX, onde, “para preservar a tradição de identificação da condição dos mortos, os caixões de crianças seriam cobertos com pano branco, o das donzelas com roxo e os demais com preto”.⁴²³ tal tradição não é observada nos registros ibiapabanos.

Além da mortalha, as cores estavam presentes em utensílios católicos, como identificado por João José Reis ao descrever o velório no século XIX, no qual “as mãos eram amarradas com rosários pretos para homens e mulheres casadas, azuis para as virgens, brancos para crianças e roxos para as viúvas” (REIS, 1991, p. 130). Nos assentos de óbito da Ibiapaba, não se observa essa separação de forma rígida; embora as crianças em Ibiapina apresentem hábitos de cores variadas, a maioria era amortalhada em branco. Um exemplo que foge às cores habituais é o assento da párvula Maria,

⁴²¹ Foi escrito litúrgico medieval com a obra *Rationale divinatorum officiorum* que está disponível em: <https://archive.org/details/RationaleDivinatorumOfficiorumDurandoEBeletho/mode/2up> . Acessado em : Acessado em 14 fev. 2024

⁴²² PUGIN Welby Northmore. **Glossary of ecclesiastical ornament and costume : compiled and illustrated from ancient authorities and examples**. London : H.G. Bohn. Disponível em: <https://archive.org/details/glossaryofeccles00pugi/mode/2up>. Acessado em 14 fev. 2024

⁴²³ SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das igrejas ao cemiterio: políticas públicas sobre a morte no Recife do Século XIX**. 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_ff2edbc1dc83bc46cb5d429f9d28f118. Acesso em: 24 fev. 2023

Aos treze de julho de mil oitocentos noventa e quatro, sepultou-se no cemiterio publico desta villa de São Pedro d'Ibiapina, amortalhada **em habito de cor rosada**, Maria, tendo quatro mezes de idade, falleceu de espasmos. E para constar fiz este termo. O encarregado Padre Thomé Alvares de Carvalho.⁴²⁴

Embora o destaque seja a cor rosada, deve-se atentar para a ausência de informações sobre os pais da criança, sua etnia ou se o sepultamento foi encomendado. Na liturgia católica, a cor rosa é utilizada no quarto domingo da Quaresma (*Laetare*) como preparação para a Páscoa, época da Ressurreição; por isso, essa cor possui relação com a esperança de uma “boa morte”, tratada como certa no caso de uma criança. Historicamente, o uso do rosa na Igreja remonta ao século XVI,

A cor rosa que aparece nos paramentos próprios para este dia são mencionados pela primeira vez no século XVI e parecem derivar de um costume muito antigo em que o papa benzia uma rosa neste dia. A Páscoa, no hemisfério norte coincide com a Primavera. O rico simbolismo encontrado na natureza da superação do mórbido e frio inverno pela alegria, calor e vitalidade da primavera é utilizado na liturgia, que sempre se aproxima da realidade concreta dos seres humanos. No hemisfério Sul, infelizmente não temos estações tão bem definidas e nossa Páscoa coincide com o outono, o que não deixa de gerar um prejuízo simbólico. A bênção da rosa vem justamente dessa compreensão: celebrar solenemente a vitória da primavera sobre o inverno (essa celebração data do século X em Roma). Desse modo, apesar de não benzermos rosas nesse domingo, nos vestimos de rosa para manifestar que a alegre primavera teológica, isto é, a Ressurreição do Senhor está para chegar. Cristo vence a fria morte e renasce e dá novo alento e vigor à humanidade.⁴²⁵

A cor rosa deve ser compreendida como um tom suave, relacionado ao fato de a falecida ser uma menina com apenas quatro meses de vida. No contexto do óbito infantil, o rosa, em substituição ao preto do luto pesado, reforçava a crença de que a criança, por sua pureza, alcançaria imediatamente a presença divina como um “anjinho”. A escolha dessa cor para Maria simboliza o desejo de uma vida eterna no além, superando a finitude de uma existência precocemente interrompida. Outro registro de criança com vestimenta mortuária singular é o de Izaura,

⁴²⁴ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto livro 289 fl 114

⁴²⁵ PASSOS Igor Neves. **Catequese Litúrgica: A Cor Rosa Dentro da Quaresma**. Disponível em: <https://dioceseteofilotoni.com.br/catequese-liturgica-a-cor-rosa-dentro-da-quaresma/> Acessado em 10 nov. 2024

Aos vinte e tres de Janeiro de mil oito centos e noventa e seis. Sepultou-se no Cemiterio Publico de São Pedro da Ibiapina a mortalhada em **habito encarnado** Izaura, parda engeitada com idade de tres mezes. Falleceu de espasmo para constar fiz este termo. O Vigario Francino Ignacio Costa Mendes.⁴²⁶

O encarnado, ou vermelho, é estabelecido pela Igreja e cotidianamente associado ao sangue e à Paixão de Cristo, simbolizando o amor e a entrega sacrificial. Embora o vermelho também possua relações arcaicas com a fertilidade, tal acepção não se aplica ao assento mencionado, visto que se trata de uma criança de poucos meses de vida. Além do simbolismo cristão, o uso do vermelho em contextos fúnebres na África, conforme observado por Reis, também identifica,

A mortalha mais usada pelas crianças do sexo masculino está registrada nos livros de óbito como vermelha ou à cardeal. Vários viajantes comentaram que o vermelho se destacava entre as cores fúnebres infantis, decorando caixões, panos e carros mortuários. O uso da mortalha vermelha - cor associada a atributos reprodutivos - pode também ser interpretado como uma ritualística relacionada à fertilidade, ou a sua perda.⁴²⁷

A simbologia das cores e suas relações com a doença, a vida e a morte são milenares, refletindo a percepção humana sobre elementos essenciais como o sangue, a vegetação e o céu. O uso das cores perpassa o cotidiano como marcador de poder ou como instrumento de interferência no mundo espiritual. Mircea Eliade, ao tratar do período helenístico e das relações entre as civilizações grega e egípcia, identifica essa conexão profunda com as cores,

O tema dos “sofrimentos”, da “morte” e “ressurreição” da Matéria é atestado desde o início na literatura alquímica greco-egípcia. A transmutação — o opus magnum que conduz à Pedra Filosofal — é alcançada fazendo-se passar a matéria por quatro fases, denominadas, segundo as cores que adquirem os ingredientes, mélangis (preto), leúkosis (branco), xánthosis (amarelo) e íôsis (vermelho). O “preto” (a nigredo dos autores medievais) simboliza a “morte”.⁴²⁸

⁴²⁶ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto Livro 289 fl 134

⁴²⁷ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.122

⁴²⁸ ELIADE, Mircea. **História das Crenças e das Idéias Religiosas. De Gautama Buda ao Triunfo do Cristianismo**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1979. p. 66

Nos registros de óbito da Ibiapaba, observa-se que os sepultamentos ocorriam majoritariamente em cemitérios públicos, embora surjam casos em cemitérios particulares. Estes eram utilizados quando o óbito ocorria em localidades remotas, inviabilizando o deslocamento do corpo até a sede da Freguesia de Ibiapina. Tal dinâmica é constatada no seguinte registro,

Aos vinte de outubro de mil oitocentos oitentas e trez faleceu da vida presente de constipação com sessenta annos de idade e sepultado no dia seguinte no **Cemiterio particular do Araticum**, d'esta Freguesia, adulta, Anna Rodrigues de Souza, viuva de João Gomes dos Santos; **não recebeu os sacramentos, foi encomendada e amortalhada de branco**. E para constar fiz este termo, que assignei. Vigario Pedro Cavalcante Rocha.⁴²⁹

A comunidade do Araticum, que atualmente integra o município de Ubajara, estava sob a jurisdição da Freguesia de São Pedro de Ibiapina. Situada a cerca de 20 km de distância, na parte baixa da serra, a localidade impunha severas dificuldades logísticas: para chegar ao cemitério público da vila, o cortejo precisaria subir uma encosta de aproximadamente 800 metros por acessos precários, conforme relatado por Freire Alemão e Bezerra em suas passagens pela Ibiapaba no século XIX.

Tendo em vista as adversidades apresentadas, podemos apontar que a senhora Anna Rodrigues de Souza não tenha recebido os sacramentos, mesmo com a orientação da igreja, pois “e, ainda que alguns defuntos se mandem enterrar fóra de suas Freguesias, sempre serão acompanhados pelos seus Parochos, de quem em vida receberão os Sacramentos”⁴³⁰ Além de Anna temos outro assento onde, “sepultou-se no mesmo dia no Cemiterio particular do Araticum, d'esta freguezia a adulta Maria Firmina do Nascimento, casada que foi com Alves Pereira da Silva; não recebo os sacramentos, foi amortalhada de branco”⁴³¹. Podemos associar a dificuldade de acesso para o empecilho a presença do pároco quando o indivíduo ainda estava vivo. Mas Anna não ficou desassistida espiritualmente dado seu corpo ter sido encomendado e amortalhado de branco, pois segundo a igreja

se dê com brevidade recado ao Parocho, em cuja Parochia fallecer, para que acuda ao encommendar com muita diligencia, e antes de o

⁴²⁹ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto livro de Óbito 289 fl 05

⁴³⁰ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853. p. 288

⁴³¹ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto 289 fl 04

encommendar saberá, se fez testamento, e aonde se manda enterrar, e se deixa alguns legados pois, ou obrigações de Missa, ou se no tempo de sua morte declarou de palavra alguma cousa destas, para com brevidade as fazer cumprir: e, depois saber de tudo isto, o encommendará, o lugar onde estiver com sobrepeliz e estola preta, ou roxa, guardando á fôrma, que dispoem o Ritual Romano.⁴³²

O ato de encomendar o corpo consiste na recomendação da alma do defunto a Deus. Trata-se de mais uma manifestação da busca do indivíduo pela salvação, contando com o auxílio da autoridade religiosa que deveria ouvir e atender aos últimos desejos expressos em vida. Assim, diante do corpo, o padre também deveria estar devidamente trajado para o momento fúnebre, utilizando cores carregadas de simbologia: o preto, representando o luto, e o roxo, a penitência.

Além do cemitério em Araticum, outro assento atesta a presença de mais um cemitério particular na região de Ibiapina, descrito apenas como situado fora da vila, sem localização definida,

Aos dez dias do mez de Julho do anno de mil oitocentos e oitenta e trez, falleceo da vida prezente de cobro e sepultou-se no mesmo dia no **Cemiterio particular fora d'esta freguezia** com dezaseis annos de idade o adulto Domingos Teixeira Duarte, filho legitimo de Manoel Teixeira Duarte; foi amortalhado de branco e não recebeo os sacramentos. E para constar fiz este termo, que assignei. O Vigario Pedro Cavalcante Rocha.⁴³³

Não se pode afirmar categoricamente que este cemitério servia exclusivamente para isolar vítimas de doenças contagiosas, ainda que Maria e Domingos tenham sido sepultados no mesmo dia. No caso do Sr. Domingos, especificamente, o falecimento por cobro ou cobreiro (Herpes Zoster) exigia a atenção das autoridades de saúde, mesmo que esta doença não tivesse relação direta com questões sanitárias. Mas, em períodos de crise epidêmica, as precauções sanitárias frequentemente sobrepunham-se às questões espirituais, conforme registra Alexandre.

Não por acaso, nas narrativas sobre os corpos dos coléricos estão sempre embutidas imagens de horror, por conta da forma como eram tratados, sem a obediência aos ritos. As fontes falam de corpos amontoados indecentemente em carroças, jogados pelas ruas, à

⁴³² VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853 Ididem p. 287

⁴³³ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto livro 289 fl 15

mercê dos urubus, de enterros em valas comuns, sem encomendação da alma feita por sacerdote e sem o acompanhamento de parentes e amigos, indícios da dessacralização da morte propiciada pela erupção do cólera e do impacto dela sobre os vivos.⁴³⁴

Os cemitérios particulares podiam ser de propriedade de famílias, de irmandades ou de ordens, configurando-se como espaços que não o cemitério público ou paroquial geral. O uso de um cemitério "fora" e "particular" podia ser uma medida sanitária voltada a doenças consideradas mais contagiosas (onde os mortos eram afastados do convívio dos vivos) ou por uma questão de distância geográfica da sede do município. Na história da relação entre cemitério e igreja,

na língua medieval, a palavra igreja não designava apenas o edifício da igreja, mas todo o espaço que o cercava: para a tradição de Hainaut, a igreja "paroichiale" (paroquial) é "*assavoir la nef, clocher et chimiter*", pregava-se, distribuíam-se os sacramentos nas grandes festas, faziam-se procissões no pátio ou atrium da igreja, que também era abençoado. Reciprocamente, enterrava-se ao mesmo tempo na igreja, contra suas paredes e nas imediações, *in porticu*, ou sob a calha, *sub stillícidio*. A palavra cemitério designou mais particularmente a parte externa da igreja, o *atrium*, ou *aitre* (átrio). *Aitre* é também uma das palavras da linguagem corrente para designar o cemitério, sendo que a palavra cemitério pertence mais especificamente, até o século XV, ao latim dos clérigos.⁴³⁵

Outro registro que destoa do cemitério público é o cemitério comum presente nos assentos do final de 1880 e início de 1890 onde os sepultados não possuem características impar entre si, sendo dezenas assentos que carregam este termo que pode ser uma variação do termo cemitério público. Referia-se ao lugar onde todos (o "comum" das pessoas) eram enterrados, em oposição aos sepultamentos privilegiados que ocorriam dentro das igrejas ou em catacumbas particulares. Com a proibição dos enterros dentro das igrejas (por questões de higiene pública) o cemitério passou a ser visto como um equipamento do Estado, ou seja, Público.

O conceito de cemitério comum é discutido no trabalho de Cláudia Rodrigues⁴³⁶ ao citar um artigo de um jornal católico do Rio Grande do Norte. Nele, o termo é

⁴³⁴ ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **A peste serve a qual partido? disputas políticas e epidemia do Cólera (Ceará, 1862-1863)**. Niterói: Eduff, 2024. p. 44

⁴³⁵ ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 42

⁴³⁶ RODRIGUES, Cláudia. **OS CEMITÉRIOS PÚBLICOS COMO ALVO DAS DISPUTAS ENTRE IGREJA E ESTADO NA CRISE DO IMPÉRIO (1869-1891)** Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 13, núm. 1, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526877007.pdf>. Acessado em: 10 jun. 2024

entendido como um lugar profano, dada a permissão para o sepultamento de indivíduos não católicos. Diferentemente, uma publicação do jornal cearense *Pedro II*⁴³⁷ de dezembro de 1862, trata o cemitério comum como o local onde todos se enterram em meio a alguma calamidade; isto é, o viés não é religioso, mas pragmático. Nesta mesma linha de pensamento, um artigo intitulado "EPIDEMIA DA VARIOLA", no jornal *O Estado do Ceará*⁴³⁸ de abril de 1891, cita o enterramento de uma mulher em um cemitério comum sem os cuidados sanitários necessários para evitar a proliferação da doença. Como exemplo documental, tem-se o seguinte registro,

Aos dezesete de Fevereiro de mil oito centos e noventa, nesta Freguesia faleceu da vida presente, de espasmo, na idade de um mez, a parvula Maria, parda e filha de Raimundo José Ferreira e de Raimunda Alves da Silva; e tendo sido amortalhada em branco, fora sepultada no **Cemiterio Commum desta villa**. E para constar fiz este assento em que me assigno. O Vigario, Manoel Lima de Araujo.⁴³⁹

Entre os sacramentos clássicos do momento da morte como o viático, a extrema-unção, a encomendação do corpo e a confissão, o sacramento do batismo aparece neste caso específico devido à brevidade da vida, refletindo a realidade da alta mortalidade infantil no século XIX. O documento abaixo registra tal ocorrência,

Aos vinte de Outubro de mil oitocentos oitenta e trez nasceu e faleceu logo depois, de Tetano, **sendo validamente baptizado em casa** — Manoel, pardo, filho natural de Gervasio Maria da Conceição; foi sepultado no mesmo dia no Cemiterio publico d'esta freguezia, e amortalhado de branco. E para constar fiz este termo, que assignei. O Vigario Pedro Cavalcante Rocha⁴⁴⁰

Além dos ritos mortuários convencionais, destaca-se o termo “validamente”. Ele indica que, embora o batismo não tenha ocorrido na igreja com toda a pompa litúrgica, o rito cumpriu os requisitos essenciais: o uso de água e a fórmula trinitária (“Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”). O batismo era visto como o portal para a salvação; sem ele, acreditava-se que a alma da criança não entraria no

⁴³⁷ Ordem do dia. **Pedro II**. Fortaleza 3 de Dezembro de 1862. p. 01 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&pesq=%22cemiterio%20comum%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6533> Acessado em 15 jun 2023

⁴³⁸ EPIDEMIA DA VARIOLA. **O Estado do Ceará**. Fortaleza 7 de Abril de 1891. p. 01 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=225746&pesq=%22cemiterio%20comum%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=702> Acessado em 25 out 2023

⁴³⁹ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto livro 245 fl 83

⁴⁴⁰ Ibidem 289 fl 5

Céu, ficando em um estado de indefinição espiritual. Portanto, o registro de que o infante fora “validamente batizado” servia como conforto espiritual para a família e como confirmação oficial da Igreja sobre sua entrada no Reino dos Céus. Sobre os sacramentos, temos ainda o assento de Anna,

Aos nove de Março de mil oitocentos oitenta e quatro, faleceu, da vida presente de phtisica, com quarenta e qutro annos de idade e sepultou-se no dia seguinte no Cemiterio publico d’esta Freguezia Anna Joaquina do Sacramento (inlegivel) casada que foi com Lucio Alves Pessoa; **recebeo os sacramentos da penitência, Extrema Uncção e sagrado Viático, teve missa de corpo presente, foi encommendada e amortalhada de branco.** E para constar fiz este termo que assignei. Vigario Pedro Cavalcante Rocha.⁴⁴¹

Neste registro, encontramos mais detalhes sobre o atendimento espiritual em comparação a outros documentos das cidades da Ibiapaba. Este assento contém itens regulamentados pelas Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, abrangendo desde o sacramento da penitência e a Extrema-Unção até o Sagrado Viático. A menção à missa de corpo presente e à encomendação do corpo demonstra a preocupação da família com o “bem morrer”, visando à garantia de uma “boa vida” na dimensão espiritual. Conforme estabelecem as referidas Constituições, os “sacramentos da Santa Madre Igreja são sete. O primeiro é o Batismo; o segundo, Confirmação; o terceiro, Comunhão; o quarto, Penitência; o quinto, Extrema-Unção; o sexto, Ordem; e o sétimo, Matrimônio”.⁴⁴²

Para obter a “salvação”, era necessário, primeiramente, a confissão e o arrependimento dos pecados por meio da penitência, buscando uma cura espiritual no momento em que a cura física já não era visível diante de Deus. Outra etapa fundamental é a Extrema-Unção, com o recebimento do santo óleo, visando ao perdão dos pecados. Uma vez “purificado” e com seus pecados expiados, o indivíduo poderia receber a comunhão (Viático), representação simbólica do corpo e sangue de Cristo. Além de Anna Joaquina, que recebeu “os Sacramentos da Penitência, Viático e Extrema-Unção”, destaca-se o caso da adulta Isabel, (...) parda, filha legítima de Jozé

⁴⁴¹ Ibidem livro 289 fl 11

⁴⁴² VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia.** (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.p. 261

Gonçalves do Prado e de Angelica Maria da Conceição, foi encomendada por mim, teve Missa de corpo presente e amortalhada em habito branco”⁴⁴³

A missa surge como a celebração de “conclusão” do recebimento dos sacramentos, servindo para finalizar todas as etapas rituais. O corpo poderia ser encomendado e vestido previamente, carregando a simbologia da salvação. O sacramento da Extrema-Unção servia, inclusive, para “rebater o demônio”, conforme as instruções de aplicação do óleo,

Entrando em casa do enfermo dirá: *Pax huic domui*; e posto o oleo sobre uma mesa, que para isso deve estar aparelhada com toalha limpa, e ao menos uma vela acesa, dada a Cruz a beijar ao enfermo, querendo-se elle reconciliar, o ouça: e logo continuará o mais do Ritual, lendo por elle as preces e não as dizendo de cór e ungirá logo ao enfermo com os ritos, e ceremonias ordenadas pela Santa Madre Igreja. E se o enfermo estiver em tanto perigo, que não possa durar vivo, até se acabarem as ceremonias todas, o Parocho, ou Sacerdote deixando de dizer parte, ou todas as preses, e orações fará logo as Unções, dizendo as palavras da fôrma, para que antes de morrer se lhe fação as cinco Unções substanciaes: convêm a saber nos olhos, orelhas, narizes, boca, e mãos na fôrma do Ritual Romano; e se o enfermo ainda durar vivo depois de o acabar de ungir, dirá as preces, que deixou de dizer.⁴⁴⁴

Observa-se que a ritualística católica exigia a aceitação ativa do moribundo, que deveria beijar a cruz (símbolo fulcral da reconciliação) em um gesto de penitência. Esse rito preparava o indivíduo para a unção com o óleo sagrado nos órgãos que representam os cinco sentidos, as vias pelas quais o pecado poderia vitimar o fiel, configurando, junto às preces, a preparação para sua “caminhada final”. Sendo também, que

Segundo as regras da Igreja, ao enfermo se devia ministrar a comunhão, se sua condição física permitisse, e a extrema-unção. Esta última era uma espécie de empurrão final para fora do ciclo da vida. A Igreja explicava sua função: “auxílio na hora da morte, em que as tentações de nosso commum inimigo costumão ser mais fortes, e perigosas, sabendo que tem pouco tempo para nos tentar”. O sacramento perdoava os pecados pendentes do enfermo, culpas esquecidas durante a confissão, mas podia também resultar em sua recuperação física “quando assim convém ao bem da alma”.⁴⁴⁵

⁴⁴³ Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto livro 289 fl 12

⁴⁴⁴ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853p. 128

⁴⁴⁵ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p 103

Neste cenário, a Igreja Católica normatizava o atendimento espiritual, evidenciando que, após a penitência, a Eucaristia (Viático) demandava um atendimento domiciliar pelo vigário. Esse serviço possuía regras estritas de administração, conforme as Constituições Primeiras,

107 Por viatico se administrará ao enfermo a sagrada Eucharistia. quando é provavel, que a não poderá receber outra vez e se o doente depois de commungar por viatico viver alguns dias, ou depois de haver melhorado, tornar a perigo de morte, e quizer comungar mais vezes por viatico, mandamos a cada um dos Parochos lhes leve a casa o Santissimo Sacramento todas as vezes, que acorrer tal necessidade. E posto que a não haja, se os enfermos por sua devoção quizerem comungar mais vezes na doença, por ser dilatada, o Parocho lhe levará o Santissimo Sacramento as vezes, que lhe parecer, segundo seu prudente arbitrio; de maneira que nem lhes falte na necessidade, nem fora della os prive desta consolação espiritual; nem tambem se lhe administre o Senhor imprudentemente, e com indecencia.⁴⁴⁶

A preparação para a morte no ambiente doméstico, registrada nos óbitos da Ibiapaba do século XIX, demonstra que famílias e indivíduos recorriam a esse ritual repetidamente, conforme a oscilação do estado de saúde e a necessidade espiritual. Nota-se a composição de um processo cultural e comportamental com intencionalidade transcendente, visando ao "além-vida". Sobre a eficácia simbólica desses atos, Cláudia Rodrigues destaca,

Os sacramentos eram, para o cristão, sinais que simbolizavam o sagrado e pertenciam ao universo da comunicação entre Deus (emissor) e o fiel (receptor), mas eram sinais eficazes da graça que o emissor comunicava ao receptor para sua salvação. Em número de sete - batismo, confirmação, eucaristia, penitência, unção dos enfermos extrema-unção, ordem e matrimônio – os sacramentos, enquanto sinais do encontro de Deus com o homem, em momentos existenciais densos, supunham, expressavam e alimentavam a fé. Nesse sentido, eram administrados pela Igreja em determinados nós existenciais da vida e da morte.⁴⁴⁷

⁴⁴⁶ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853. p. 93

⁴⁴⁷ RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. p.176

Saúde e doença, vida e morte estão envolvidas nas manifestações religiosas dos indivíduos, registradas por representantes da Igreja. Tais registros, contudo, não revelam se o catolicismo oficial, com seus regramentos, era obedecido na íntegra, ou se ocorriam adaptações e desobediências às normas. Em diversos registros de óbito, encontramos apenas a confirmação ou a ausência do recebimento dos sacramentos, como no exemplo a seguir,

Aos vinte e trez dias do mez de Julho do anno de mil oitocentos oitenta e trez, falleceo da vida do mal de febres com cincoenta annos de idade, mais ou menos e foi sepultada no mesmo dia no Cemiterio publico d'esta freguesia Domingas da Silva Borges, adulta, parda, solteira, não recebeo os sacramentos, foi encommendada e amortalhada de branco. E para constar fiz este termo, que assignei. O vigário Pedro Cavalcante Rocha.⁴⁴⁸

Mesmo com a vigilância da Igreja, como já observado, há casos na freguesia de Ibiapina, onde este óbito foi registrado, em que os sacramentos não foram aplicados no momento da morte. É necessário considerar, contudo, as condições de acesso aos párocos e as circunstâncias específicas do falecimento de Domingas. Diferentemente da maioria dos defuntos, cujo sepultamento ocorria no dia seguinte, ela foi enterrada no mesmo dia, fator que pode ter impossibilitado o atendimento espiritual. As relações com a morte no universo católico possuem uma dimensão cultural profunda, conforme aponta Raul Marcel Ribeiro Barros,

Se o indivíduo morresse em alguma guerra, por suicídio ou afogamento era motivo de pânico coletivo, pois não se sabia que fim teria a alma, por causa da falta do ritual de boa morte, quanto aos últimos sacramentos, a fim de garantir a salvação. Era um mau presságio a morte repentina. O medo era de que a alma vagasse pela terra até seu julgamento, caso não passasse por todo um ritual de preparação para a morte.⁴⁴⁹

4.6 Irmandades e Igreja: Disputas pelo mundo material e espiritual

O Brasil do século XIX vivia um momento em que o Estado e a Igreja buscavam se “desprender” das organizações coloniais. O primeiro procurava se firmar por meio

⁴⁴⁸ Arquivo Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto livro. 1883. 289 folha 04

⁴⁴⁹ BARROS. Raul Marcel Ribeiro. **A DESTERRITORIALIZAÇÃO FUNERÁRIA: Da inumação no interior das Igrejas aos enterramentos em cemitérios públicos entre os séculos XVIII e XIX.** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Piauí-UFPI. Teresina-PI. 2007.p. 87

de um projeto nacional de desenvolvimento atrelado ao capitalismo europeu; já a Igreja buscava consolidar a romanização através do ultramontanismo, movimento que defendia o poder e a centralização na autoridade papal. Esse fortalecimento das instituições e a busca por atuação em locais afastados dos grandes centros diferenciavam-se do ambiente original onde as irmandades se desenvolveram, pois

ambiente social das cidades europeias no período medieval obedecia a uma estrutura organizada pelas classes que a formavam, como os operários, os que tinham uma profissão definida, os mercadores, negociantes, os ricos. Cada grupo procurava se inserir nas confrarias que os identificava.⁴⁵⁰

A busca por proteção e acolhimento diante da morte fazia-se secularmente no Brasil através das irmandades. Com origens medievais, essas organizações possuíam caráter religioso, econômico e de sociabilidade, atuando tanto na ajuda para uma vida melhor quanto para uma “melhor morte”. Tal estrutura de caráter jurídico estava disseminada em várias classes sociais e etnias, estando presente também na Ibiapaba oitocentista. Esta instituição, desde o Brasil colonial, era,

De feição predominantemente laica. As irmandades, além de promoverem o culto a seus patronos celestes, encarregavam-se de prover a mútua assistência entre seus integrantes. tanto no âmbito econômico. procurando resguardá-los com suas famílias da miséria, quanto no espiritual, garantindo-lhes, por ocasião da morte, o acompanhamento ao enterro que a idéia de distinção no Antigo Regime exigia, além do cumprimento das providências necessárias à salvação de suas Almas, quais sejam a missa de corpo presente, o sepultamento em local condigno e os sufrágios posteriores por sua intenção.⁴⁵¹

Mesmo no século XIX, a essência assistencialista das irmandades não foi alterada. Sua atuação nos momentos de doença e morte permaneceu ativa no Brasil Imperial, desempenhando um papel crucial no auxílio à religiosidade católica e na infraestrutura institucional, mediante a administração e ajuda na construção de igrejas e cemitérios. Como aponta a literatura, “as irmandades caracterizam sempre o seu

⁴⁵⁰ PEREIRA, Auricléa Barros. **A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Fortaleza, antiga Irmandade dos Homens Pretos e suas ressignificações atuais**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015. p. 31

⁴⁵¹ VAINFAS, Ronaldo (org) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)** Rio de Janeiro. Objetiva. 2001. p 316

momento e o seu ambiente, dando origem à diversidade de formas, por um lado, e à fluidez e imprecisão de suas denominações, por outro”.⁴⁵² Vale ressaltar que, embora a maioria dos estudos sobre o tema foque em irmandades negras, essa realidade específica não foi identificada na Ibiapaba a partir da análise dos estatutos das irmandades locais.

As irmandades atuavam desde o período colonial e mantiveram sua relevância no século XIX na área da “cura e salvação”. Seja em Casas de Misericórdia, igrejas ou cemitérios, essas instituições eram responsáveis pela construção, manutenção e administração de tais espaços. Como aponta a historiografia,

As irmandades eram na sua essência associações corporativas chamadas de confrarias, onde seus membros eram subordinados a uma ordem hierárquica e que desenvolviam entre si compromissos mútuos de ajuda, tanto jurídica, médica, financeira, além das outras etapas da vida social, bem como, batizados e funerais.⁴⁵³

Tais associações estavam vinculadas a identidades sociais, étnicas e religiosas, devendo ser regidas por estatutos aprovados pelas autoridades imperiais. É constante, por exemplo, a publicação dessas aprovações em meio às leis da Assembleia Provincial do Ceará. Em 1858, o estatuto da Irmandade de São Benedito da Vila de Viçosa estabelecia critérios rígidos de admissão,

Art. 1 A irmandade de S. Benedito será composta de indefinido numero de pessoas de ambos os sexos.
 Exceptuão-se:
 § 1. Os menores de 12 annos e os maiores de 50
 § 2. Os que não tiverem possibilidade ou meios de decente subsistencia.
 § 3. Os que não estiverem no gozo de perfeita razão.
 § 4. Os sentenciados a prisão ou degredo enquanto durarem os effeitos da sentença.
 § 5. Os que não professarem a religião do estado.
 § 6. Os faltos de moral e conceito publico.⁴⁵⁴

⁴⁵² BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 12

⁴⁵³ RETONDAR, Patrícia Teles Ribeiro. **A MORTE AO LONGO DO CAMINHO: Reflexões da religiosidade popular presentes nas práticas mortuárias referentes às cruzes e memoriais de beira de estrada do interior paraibano**. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2017. p. 26.

⁴⁵⁴ BARROSO José Liberato, OLIVEIRA Almir Leal, BARBOSA Ivone Cordeiro (org). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos e 1835 a 1861**. Fortaleza: INESP, 2009.p 277

Para participar desta irmandade, exigia-se renda mínima para contribuir com a instituição e um perfil de idoneidade e boa imagem pública. Além disso, a filiação à Igreja Católica era obrigatória, visto que esta era a religião oficial do Estado. As irmandades funcionavam, na prática, como sistemas de auxílio mútuo e “seguros coletivos”. Os membros contribuíam financeiramente e, em contrapartida, recebiam assistência em casos de doença, velhice e morte, especialmente a garantia de um funeral digno.

A exclusão de maiores de 50 anos (conforme o § 1º do estatuto) pode ser interpretada como uma estratégia de sustentabilidade financeira, evitando a admissão de pessoas próximas à morte ou incapacidade, que consumiriam recursos sem ter contribuído proporcionalmente. Como observa Caio César Boschi, “cumprindo basicamente suas obrigações financeiras, o confrade adquiria as benesses e a segurança indispensáveis para os tempos de doença e invalidez e, no extremo, garantia seu próprio sepultamento”.⁴⁵⁵

A direção da irmandade era composta por cargos como juiz, escrivão, tesoureiro, procurador, secretário e irmãos de mesa, eleitos anualmente ao som dos sinos da igreja. Suas atribuições revelavam forte vínculo com as atividades paroquiais, como a organização da festa do padroeiro em acordo com o reverendo pároco”.⁴⁵⁶

Esta atuação, como definida por Vainfas, focava na preservação dos valores religiosos, sendo a festa do padroeiro um momento de grande mobilização comunitária na busca por uma “melhor vida e morte”. Entre as ações da tesouraria, destacavam-se,

§ 2. Administrar os paramentos, alfaías, e todos os mais moveis da irmandade nos serviços da igreja.

§ 3. Promover, conforme lhe fôr ordenado, a festividade do padroeiro, dependendo os dinheiros precisos, documentando qualquer parcella que exceder de dous mil réis.

§ 4. Mandar dizer as missas da obrigação da irmandade, apresentando certidão do sacerdote que as disser.

§ 5. Supprir ao irmão indigente que fallecer, com o necessario para ser enterrado.

§ 6. Nomemar doze irmãos dos existentes nesta povoação e vizinhança, para tirarem esmolos, dando-lhes capa e bolça, advertindo

⁴⁵⁵ BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 13

⁴⁵⁶ Ibidem. p. 279

também ao irmão esmolar para convidar os irmãos que se acharem nesta povoação, para assistirem á festas ou enterros.⁴⁵⁷

A Irmandade de São Benedito estava também a serviço da Igreja Católica, significando que a identidade religiosa era o ponto de união e de mobilização, tanto de membros quanto de não membros, para participarem das festividades religiosas. Fica evidente que os membros da Irmandade tinham um certo poder junto à atuação da Igreja na cidade. No tocante às questões da morte, o tesoureiro deveria ajudar os indigentes para a “boa morte”; isto é, administrar recursos para que a Igreja cumprisse seu papel de filantropia e de obediência à piedade, à humildade e à caridade que pregava (e ainda prega) em suas recomendações sobre a condução do momento último dos indivíduos, com o enterro custeado através da mobilização da Irmandade em arrecadar recursos para este fim. Na realidade do,

Brasil colônia e ainda nos tempos do Império a estrutura eclesiástica da Igreja Católica era deficiente no sentido de prestar uma efetiva orientação na vida espiritual das pessoas. Dessa forma a verdadeira religião da colônia seria desenvolvida por outras vias. O sentimento religioso se expressaria por formas menos canônicas.⁴⁵⁸

No Brasil colonial e mesmo durante parte significativa do período imperial, a estrutura eclesiástica da Igreja Católica apresentava fragilidades, incapazes de assegurar uma orientação sistemática e contínua à vida espiritual da população. Em razão dessa insuficiência institucional, a experiência religiosa não se consolidou prioritariamente a partir dos moldes canônicos prescritos pela hierarquia eclesial, mas a população encontrou caminhos alternativos de expressão e organização, através das irmandades. E,

com o avançar do século XIX muito dessa segregação desapareceria, mas as irmandades, agora racialmente misturadas, persistiram, embora sem o brilho do século anterior. Todas elas, no entanto, em todos os tempos, se obrigavam a zelar pela boa morte de seus membros durante as várias etapas dos ritos fúnebres, entre outras

⁴⁵⁷ Ibidem p. 280

⁴⁵⁸ LIMA. Josilene dos Santos. **“PELAS ALMAS DO PURGATÓRIO”: religiosidade e atitudes diante da morte no Piauí oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Piauí. Teresina 2013. p. 12

coisas exigindo em seus compromissos que os associados acompanhassem os funerais que promoviam.⁴⁵⁹

Os membros da Irmandade tinham privilégios, como é próprio e finalidade de organizações deste modelo, que criavam uma hierarquia no tratamento da ritualística em torno da morte. Entre as funções do secretário da Irmandade, constava a de: “§ 4. Dar os dobres de sino e repiques nas festividades por falecimento de algum irmão, por cujo trabalho não levará contribuição alguma”⁴⁶⁰. Era função da Irmandade ajudar a cuidar da vida material e espiritual dos seus membros, que também tinham inquietações quanto aos preparativos na busca de sua salvação e da possível ida a “um lugar melhor”, segundo suas concepções. Entre os privilégios dos irmãos, temos,

Art. 20. Logo que houver certeza de haver falecido algum irmão, se lhe tocaraõ sete signaes de obrigação, e ao enterro a irmandade acompanhará á sepultura, e se lhe mandará dizer por sua alma meia capella de missas; e por todos os irmãos vivos e defuntos em cada anno uma capella. Por morte dos filhos menores dos irmãos se darão cinco repiques grátis

Art. 21 O irmão que for infortunio conhecido fallir de bens não será por isso desprezado e despedido da irmandade, mas ficará isento da contribuição dos annaes, e terá por sua morte doze missas. Se por seu estado de indigencia não tiver meios de ser enterrado, o irmão thesoureiro o supprirá com quantro varas de panno branco, e vara e meia de fita preta, e lhe mandará dar os mesmos signaes que compete aos irmãos, fazendo-se-lhe também acompanhamento decente no esquife da confraria.⁴⁶¹

O badalar do sino era uma forma de comunicação fundamental nas comunidades do século XIX. Pela citação anterior, percebe-se que havia um custo para este anúncio, que não consistia apenas no tocar aleatório: havia uma orientação precisa sobre a quantidade de repiques, configurando uma verdadeira linguagem fúnebre para os habitantes de São Benedito.

A assistência ao irmanado estendia-se para além do falecimento por meio das missas encomendadas por sua alma. Ou seja, havia, e ainda há, a crença de que as

⁴⁵⁹ REIS, João José. **O COTIDIANO DA MORTE NO BRASIL OITOCENTISTA**. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org)., *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

⁴⁶⁰ Ibidem p. 282

⁴⁶¹ BARROSO José Liberato, OLIVEIRA Almir Leal, BARBOSA Ivone Cordeiro (org). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos e 1835 a 1861**. Fortaleza: INESP, 2009.p. 282.

ações dos vivos podem influenciar o destino da alma do membro no "além". Como destaca a literatura,

Os mais modestos pediam música somente na igreja, e apenas coro sem acompanhamento, estilo gregoriano ou cantochão. A música se confundia com a **percussão dos sinos**, produzindo a versão barroca da noção multicultural de que a morte feliz deve ser ruidosa. A celebração da morte dispensava o silêncio: os pobres rezavam em voz alta, as carpideiras pranteavam, os músicos tocavam, **o sacristão repicava o sino**.⁴⁶²

A indumentária fúnebre também é evidenciada na citação pelo uso do preto, seguindo a tradição ocidental vitoriana⁴⁶³ que simboliza a ausência de luz e de vida. Paralelamente, observa-se o uso do branco como simbologia da pureza e da luz, representando a esperança de que o defunto alcance na vida pós-terrena. Ainda referente à atuação da Irmandade para com seus membros diante da morte, os estatutos previam,

Art. 30. A irmandade terá um caixão forrado, coberto de panno preto, e guarnecido de galão para nelle ser conduzido o irmão que fallecer, e terá também um esquife envernizado de preto para os desvalidos e pobres.

Art. 31. Será destinado no cemiterio publico desta povoação, precedido á licença devida, um lugar apto para vinte e cinco catacumbas, onde serão sepultados os irmãos fallecidos. Haverá também uma catacumba reservada para os irmãos que mais beneficios tenham feito á confraria, e que pelos cargos na mesma occupados mereção esta distincção, a juizo da mesma irmandade.⁴⁶⁴

Percebe-se uma hierarquia na ritualística do morrer, que reproduz as relações de poder social mesmo após o falecimento. O caixão destinado ao membro da irmandade era de melhor qualidade, conferindo maior importância ao morto com posses e prestígio. A transição dos sepultamentos para os cemitérios públicos não alterou essa hierarquia fúnebre; ela apenas foi ressignificada em novo espaço e sob outras cargas simbólicas, como a arquitetura tumular e a localização do jazigo.

⁴⁶² REIS, João José. **O COTIDIANO DA MORTE NO BRASIL OITOCENTISTA**. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org)., *História da vida privada no Brasil*. Império: a Corte e a modernidade nacional, São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p. 120

⁴⁶³ Ver: SCHMITT, Juliana. **Três lições da história da morte**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2023.

⁴⁶⁴ BARROSO José Liberato, OLIVEIRA Almir Leal, BARBOSA Ivone Cordeiro (org). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Vol.03 Fortaleza: INESP, 2009.p. 282

Contudo, esta investigação não avança na análise da hierarquia arquitetônica e espacial dos cemitérios ibiapabanos.⁴⁶⁵

As distinções diante da morte tornam-se evidentes dentro da própria irmandade, onde se reservava uma catacumba especial para aqueles que mais haviam contribuído com a instituição. O conforto e o "luxo" da vida eram buscados no ato da morte: o caixão forrado e guarnecido de galão demonstra que, embora o indivíduo não pudesse mais exercer poder presencialmente, sua trajetória em vida mantinha sua escala de privilégio na morte. A diferenciação social entre o caixão ornamentado e o esquife apenas envernizado buscava perpetuar a memória do papel social dos indivíduos. Devemos atentar para,

O “morrer” no Brasil, até o século XIX, esteve associado, via de regra, à práticas culturais de uma sociedade marcadamente religiosa. Os rituais de enterramento estavam submetidos ao controle da Igreja Católica, desde as celebrações fúnebres até o local destinado para a acomodação dos mortos. Tal domínio sentiu um forte enfraquecimento no decorrer do processo de secularização da sociedade brasileira vivenciado no século XIX, sobretudo sua segunda metade.⁴⁶⁶

A reserva de vagas para a irmandade no cemitério público, em detrimento dos sepultamentos nas igrejas, comprova o avanço da secularização da morte sobre os costumes católicos. O reconhecimento da irmandade, ao garantir lugares para enterrar seus irmãos em cemitérios orientados pelo pensamento científico-sanitarista, evidencia uma mudança histórica nas relações com a morte e o morto. Como se constata no trabalho clássico da historiografia nacional de João José Reis⁴⁶⁷ autor aborda o papel das irmandades diante dessa secularização, processo que chegou a provocar revoltas populares, como em Salvador, em defesa da tradição do sepultamento em igrejas e cemitérios paroquiais.

Nesse contexto, a irmandade disputava com a Igreja oficial o poder de administração de bens e ritos. No caso da Irmandade de Viçosa, essa tensão levou a

⁴⁶⁵ Sobre esta temática ver: BATISTA Henrique Sérgio de Araújo. **ASSIM NA MORTE COMO NA VIDA ARTE E SOCIEDADE NO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA (1866-1915)**. Dissertação de Mestrado em História – UFC. Fortaleza. 2003

⁴⁶⁶ PARAENSE Marlon Pablo Souza. BARRIGA Letícia Pereira. **OS BRAÇOS MISERICORDIOSOS: IGREJA, IRMANDADES RELIGIOSAS E SECULARIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENTERRAMENTO DA BELÉM OITOCENTISTA (1850-1891)**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, 2018, Niterói. Caderno de Resumos. Niterói: SEO, 2018. p 34

⁴⁶⁷ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

disputas judiciais com o pároco local para fazer valer suas prerrogativas, tornando-se, inclusive, assunto de imprensa. Na matéria intitulada "Negócios de Villa Viçosa", observa-se,

Negócios de Villa-Viçosa.

As autoridades da Viçosa querem exgotar a paciência d'aquelle povo, e leva-lo ao desespero por suas constantes arbitrariedades, prevaricações, e acintes.

Segundo cartas que acabamos de receber já está levantada uma machina de processos por denuncias do promotor contra os adversarios politicos dos juizes, e do vigario Bevilacqua.

O juiz Vilella ou por ignorancia, ou por capricho, e em todo caso por prevaricação, porque obra contra a lei, recusou-se a mandar cumprir um compro [misso da] **Irmandade de Nossa Senhora d'[Assumpção]** [legalmente] approved pelos poderes [competentes].

(rasurado) publicamos a representação, que (rasurado) dirigiu a Irmandade ao presidente da provincia, e outra que reitera, porque a primeira tendo sido remetida á informar, o tal juiz não deu solução.

D'ella verão os leitores até como zomba da lei entre nós um juiz, que devia ser o primeiro em cumpri-la.

Os negocios da Viçosa vão tomando um caracter muito desagradavel; se a presidencia não tomar serias providencias mandando para alli um militar revestido de autoridade policial, é provavel que se deem conflictos deploraveis pela eleição.

ILLM. EXM. SR.

CÓPIA. — Tendo esta Irmandade em data de 8 de março do corrente anno queixado-se á V. Exc. do juiz municipal d'este termo o Dr. João Alves Dias Vilella, por haver negado-se por o cumpra-se no compromisso da mesma Irmandade, como verá V. Exc. da representação junta por copia, e constando a mesma Irmandade que V. Exc. mandara ao referido juiz municipal responder sobre os factos allegados na mesma representação, e não havendo até agora decisão alguma, achando-se esta Irmandade sem nada poder obrar; de novo recorre á V. Exc. para que se digne providenciar á semelhante respeito, e remover qualquer embaraço que possa apparecer contra a mesma, á fim de que não sejam preteridas suas funções.

Deus Guarde a V. Exc.

Mesa da Irmandade de Nossa Senhora d'Assumpção do Villa-Viçosa em sessão extraordinaria de 21 de junho de 1863.

Illm. Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior D. presidente d'esta província do Ceará.

ILLM. EXM. SR. — No dia 11 de janeiro p. p reuniu-se a — Irmandade de Nossa Senhora da Assumpção d'esta villa em virtude do compromisso creado por lei provincial de 5 de novembro de 1857, e approved por acto do governo provincial de 3 de agosto de 1858 estando pagos o sello, e mais direitos. Antes da reunião os interessados quizeram que o provedor de capellas pusesse o seu cumpra-se no compromisso, e procurando os supplentes do juizo municipal, porque o proprietario, o Dr. João Alves Dias Vilella, se havia retirado, ha dias, para Sobral, os supplentes responderam, que o proprietario retirando-se, não passou a nem um d'elles o exercicio, e

assim não houve de quem sollicitar-se o — cumpra-se. — Depois da chegada do mesmo que foi no ultimo de janeiro, reuniu-se a mesa hoje 8 do corrente tendo antes sollicitado d'elle o — cumpra-se. — negou-se elle a dá-lo pretextando a doutrina do aviso do ministerio da justiça do 1.º de agosto de 1853, a despeito da doutrina do final do mesmo aviso; por isso esta mesa vem respeitosamente pedir á V. Exc. que se digne dar providencias, a fim de não encontrar a Irmandade tropeços da parte do provedor de capellas.

Deus Guarde á V. Exc.

Mesa da Irmandade de Nossa Senhora d'Assumpção da Villa-Viçosa, 8 de março de 1863.⁴⁶⁸

Podemos perceber um esforço da irmandade por sua sobrevivência institucional em um cenário onde a justiça não validava sua legalidade, ainda que sua existência tivesse sido formalizada pela Lei n. 840, de 5 de novembro de 1857, pela Assembleia Provincial. Diante desse impasse, a associação recorreu ao Presidente da Província para garantir o exercício de suas atividades, entre elas a administração da capela da vila.

Para além da dimensão estritamente religiosa, a irmandade representava um importante núcleo de engajamento social, o que suscitou uma disputa política refletida na imprensa da época: as publicações em favor da irmandade concentravam-se no periódico *O Cearense*, enquanto a defesa do Pe. Beviláqua era sustentada pelo jornal *Constituição*, ambos de orientações políticas divergentes. A irmandade denunciava uma coadunação entre o juiz e o vigário, que buscavam extinguir os poderes da associação valendo-se de um aviso do Ministério da Justiça à Província de Pernambuco. Segundo esse entendimento, o Ministério detinha a prerrogativa de confirmar o compromisso da irmandade, pois

Nº 248.- Aviso de 17 de Novembro de 1853. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 17 de Novembro de 1853 Illm. e Exm. Sr.- Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio de V. Ex. de 25 de maio do corrente anno, em que consulta se compete a essa Presidencia a confirmação dos Compromissos das Irmandades Confrarias, Tendo ouvido o parecer do Conselheiro Procurador da Coroa, Manda declarar a V. Ex. que a atribuição de aprovar taes Compromissos pertence ao Governo Imperial, em vista do Art.2º § 11 da Lei de 22 de Setembro de 1828.⁴⁶⁹

⁴⁶⁸ PORTO, João Ferreira. Negócios de Villa-Viçosa. **O Cearense**. Fortaleza 10 de julho de 1863. p. 01 Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=%22irmandade%20nossa%22&id=519002109492&pagfis=5617>. Acessado em 12 Abr 2023

⁴⁶⁹ BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1853. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 3 v. Disponível na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/656db556-e504-41f5-8bf5-d3084b548dab>. Acesso em: 23 Abr 2024

As irmandades eram pauta de intensos debates legais que envolviam diversas regiões do país, nos quais a Igreja, o Judiciário e as Assembleias Provinciais disputavam o controle sobre essas associações. No caso em estudo, a irmandade recorre ao Presidente da Província para validar o seu compromisso, aprovado pela Lei n. 840, de 5 de novembro de 1857. O fim do século XIX reveste-se da tentativa da Igreja Católica de se libertar tanto da influência do catolicismo leigo colonial quanto do controle do Estado Nacional, o que gerou um ambiente de tensões e conflitos institucionais.⁴⁷⁰

No Arquivo Público do Estado do Ceará, na seção de documentação episcopal, localizamos, em avançado estado de deterioração, algumas páginas do estatuto da Irmandade da Vila Viçosa, datado de 1850. Nelas, constata-se as atividades essenciais da associação, voltadas ao zelo com a Igreja e à organização de festas religiosas. Conforme registrado em 29 de novembro de 1850

Jl^{mo} Sñ. Juiz Municipal

Os abaixo assignados, xeios de Zello da Caza do Senhor, e dezejando trabalhar no restabelecimento da Matriz de Nossa Senhora d' Assunção desta Freguesia, tem organizado hum Compromisso para a aprovação do Ex^{mo} e R^{mo} Sñ Dispo Diocesano, ou ao seu Delegado nesta Provincia, e por que pasã este desejado efeito, seja muito necessaria a informação de Vs^a, como lhe de regra de direito, os abaixo assignados, rogão a Vs^a, que haja bem informar sobre a necessidade urgentissima deste Compromisso.⁴⁷¹

O termo "compromisso" figura na abertura do estatuto da irmandade, evidenciando que o zelo pela Igreja era parte essencial de sua atuação. Cabia à associação auxiliar na manutenção da infraestrutura e dos ritos católicos, os quais possuíam relação direta com a busca pelo "prolongamento" e "melhoramento" da vida na dimensão espiritual, categorizada como o Céu, em oposição ao Purgatório e ao Inferno, concebidos pela Igreja como ambientes de sofrimento,

Os vigarios das freguezias de maranguape , Ipú, e **Villa-Viçosa**, continuam a reclamar quantias para compra de paramentos para as respectivas matrizes, que dizem despidas de todos os necessarios

⁴⁷⁰ Sobre mais conflitos sobre irmandades ver: BRASIL. **ATAS DO CONSELHO DE ESTADO PLENO TERCEIRO CONSELHO DE ESTADO, 1868-1873**. Disponível nos Anais da Senado: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/atas-do-conselho-de-estado>. Acesso em: 23 Abr 2024

⁴⁷¹ APEC.Fundo Palácio EPICOPAL DO CEARÁ/BISPADO CEARENSE, Vigários da Freguesia do Ceará. Ofícios Expedidos. Irmandade Villa Viçosa. Caixa 01 (Vol.I)

para a administração dos sacramentos, e celebração do sancto sacrifício da Missa. Submetto á vossa consideração estas necessidades, **bem-como as das obras d'essas matrizes** cujos orçamentos já vos foram enviados no anuo p. p. juntamente com os das do Crato, Jardim e Barra do Acaracú.⁴⁷²

Tendo a diferença de apenas dois anos do ofício da irmandade a este registro no relatório de província podemos enxergar que o problema ainda persistia desde 1850 informada pela atuação de fiéis da igreja/vigário e constatação do Estado em documento oficial da necessidade de melhoria da prática católica, que é vista em outros relatórios provinciais como requisito para a civilidade, moralidade e comportamento ordeiro dos indivíduos. A resposta do Pe. Bevilaqua a irmandade foi,

Se mais são os zelos, que mostram os Supp.tes no presente requerim.to, são na verd.e dignos de eternos louvores, e eu não deixarei de os tributar, e coadjuvar no q' estiver de m.a parte. Mas como os honrados confrades requerem q' me exprima com a rigorosa verd.e, fiel a ella, e zeloso de m.s direitos direi resumidamente, q' ao passo q' os honrados confrades se acobertão com o zelo da Caza do Senhor, querem usurpar os direitos e attribuições q' me competem. Examinando os artigos exarados no compromisso, q' junto me foi presente direi, q' no ponto de vista em q' pude analysar no curto espaço q' o tive em m. poder, encontrei m.s lacunas, e usurpações de direito; tenha-se a vista os §§ 2º e 3º do art. 6. Não pode a confraria nomear Procuradores nos bens Patrimoniais de m.a Ig.^a Matriz, mas só p.a q' estes bens forão doados com obrigação a cumprir p.º parocho, sendo a vont.e do m. doador, q' o Parocho fosse seu legitimo administrador. Não pode m.a Igreja com suas esmolas edificada a Ig.^a então podião apresentarem o seu estatuto ou compromisso nos termos em q' está: a mais organizando-se agora querer chamar a si a posse de bens, q' lhe não competem, é usurpar direito. Igreja, 7 de Dez.br de 1850. Vig.º Bevilacqua⁴⁷³

A documentação episcopal do Arquivo Público do Estado do Ceará possui um manuscrito do estatuto da Irmandade de Nossa Senhora d'Assunção de Villa-Viçosa, datado de 1854. O documento apresenta vários itens idênticos aos do compromisso de São Benedito, com poucas alterações em relação ao texto aprovado em 1857. No que tange às responsabilidades da irmandade, o manuscrito estabelece a ordenação

⁴⁷² REGO. Joaquim Marcos de Almeida. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial**. 1852. p.25. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 20 Jan 2023

⁴⁷³ APEC.Fundo Palácio EPICOPAL DO CEARÁ/BISPADO CEARENSE, Vigários da Freguesia do Ceará. Ofícios Expedidos. Irmandade Villa Viçosa. Caixa 01 (Vol.I)

das solenidades e festas, bem como a gestão do patrimônio, incluindo paramentos, alfaías e móveis da igreja. Sobre as questões fúnebres, o estatuto afirma,

Do Juiz

Art. 7º (...) Ele terá voto de qualidade, e seu assento em mesa será no centro dela; nas funções festivas e **funebres terá o primeiro lugar da parte do Evangelho**; nas Procissões o ultimo da ala direita, **e nos interros, no fim da Irmandade, no meio das alas: o seu distintivo será além da Capa Branca de Cêda, huma vara de prata na mão.**

Do Escrivão

Art. 8º (...) A seu lugar nas occazião de reza será a esquerda do Juiz, e nas Procissões **e interros o ultimo da ala esquerda.**

Do Thezoureiro

Art 9º (...) Administrar os paramento, alfaías, e o ultimo da ala direita, **e nos interros, no fim da Irmandadem no meio das ala o seu distintivo será além da Capa branca de cêda, huma vara de prata na mão.**(...)⁴⁷⁴

Segundo o Estatuto, a Mesa, composta pelos cargos de maior relevância: Juiz, Escrivão e Tesoureiro, representava a Irmandade nas cerimônias e momentos fundamentais do catolicismo. Observa-se a importância primordial conferida aos ritos fúnebres, manifesta no dever da associação em acompanhar o membro falecido. A organização dessa representação seguia um rigoroso regramento estatutário sobre posições e adornos, o que conferia solenidade ao momento e, conseqüentemente, prestígio ao defunto, que

Pertencer a uma irmandade era uma garantia de que, mesmo na pobreza, os irmãos teriam, na maioria dos casos, funerais dignos. Todavia, poderia existir diferença de tratamento, como no caso da quantidade de missas, entre irmãos que estivessem em dia ou não com suas obrigações.⁴⁷⁵

A Irmandade se mostra como um grupo de pessoas que buscavam, também, uma maior aproximação das práticas sagradas que podem auxiliar no momento da morte. Esta era encarada sob a garantia de jazigo, de ritualística e de uma diferenciação social associada ao acompanhamento por figuras importantes da sociedade local, todos ornados em panos de seda e prata, vinculados a uma instituição atrelada a outras esferas de poder, como a Igreja e o Estado.

⁴⁷⁴ Ibidem.

⁴⁷⁵ BATISTA Henrique Sérgio de Araújo. **ASSIM NA MORTE COMO NA VIDA ARTE E SOCIEDADE NO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA (1866-1915)** . Dissertação de Mestrado em História – UFC. Fortaleza. 2003. p. 46

Nos sufrágios, a descrição da atuação da Irmandade perante o membro (ou outros falecidos) no que tange a missas, sinos e presença de irmãos repete-se no estatuto aprovado em 1857. Este documento apresenta alterações em relação ao de 1854, tendo sido aprovado três anos depois com modificações; a diferença principal reside no registro de enterramento na igreja matriz, pois

Das Suffragias

Art. 13º A cada Irmão que falecer se mandará dizer por sua alma meia Capella de missas: e anualmente se mandará dizer huma Capella de missa em tenção de todos os Irmãos vivos e defuntos. + A Irmandade acompanhará a sepultura a qualquer Irmão que falecer, e tiver de ser sepultado na Matriz.⁴⁷⁶

O documento aprovado em 1857 não faz referência ao sepultamento na matriz, como também não menciona o cemitério público. Mesmo com a proibição de enterros em igrejas vigente antes de 1854, observamos ainda essa manifestação sem a devida explicação sobre quem teria o direito de ser sepultado na matriz. Em meio ao avanço da ciência médico-sanitária, este documento eclesiástico evidencia uma tradição de busca pela proximidade com o sagrado. No manuscrito, nota-se o desenho de uma cruz que, especula-se, serviria para demarcar divisões do estatuto ou ressaltar a importância do texto ali registrado.

O estatuto de 1854, classificado no Arquivo Público do Ceará como de caráter episcopal, passa a ter também um caráter de oficialidade perante o Estado ao ser aprovado como lei em 1857. Assim, o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Assumpção de Villa-Viçosa — aprovado pela Lei n.º 840, de 5 de novembro de 1857 — não difere, em sua organização, da Irmandade de São Benedito, apresentando apenas pequenas particularidades quando trata,

Capitulo IX.

Sufrágio

Art. 20. Por fallecimento de qualquer irmão se mandará dizer por sua alma uma capella de missas, e uma todos os annos em tenção de todos os irmãos vivos e defuntos.

Art. 21. A irmandade é obrigada a acompanhar á sepultura a qualquer irmão que fallecer.

Art. 22. Por cada irmão que houver morrido se lhe mandará dar sete signaes. O mesmo se fará pelo parocho da freguesia. Pelo prelado

⁴⁷⁶ APEC.Fundo Palácio EPICOPAL DO CEARÁ/BISPADO CEARENSE, Vigários da Freguesia do Ceará. Ofícios Expedidos. Irmandade Villa Viçosa. Caixa 01 (Vol.I).

diocesano, ou pessoa imperial se darão vinte. Pelos parentes, filhos de qualquer irmão, se darão dez repiques gratis.

Art. 23. O irmão que por infortunio fallir de bens continuará a gozar dos direitos que lhe assistirem como irmão, sem que contudo esteja obrigado a qualquer contribuição. Neste caso por sua morte se lhe applicarão doze missas.⁴⁷⁷

O estatuto da Irmandade de Viçosa trata de forma mais detalhada sobre o uso do sino para sinalizar a morte de seus irmanados: o falecimento destes terá sete sinais; para autoridades religiosas e políticas, são vinte sinais; e para parentes e filhos, dez. Já na Irmandade de São Benedito, são sete sinais para os irmanados e cinco para os filhos, não havendo menção a parentes. O uso do sino também era regulamentado pela Igreja através das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que tratam dos sinais que se hão de fazer pelos defuntos

E, para que se ponha algum termo certo, mandamos, que tanto que fallecer algum homem, se fação tres signaes breves, e distinctos; e por mulheres dous; e se forem menores de sete até quatorze annos de idade, se fará um signal sómente, ou seja macho, ou femea: e por eses signaes do fallecimento se não pedirá salario. E depois, quando forem levados a enterrar, se farão outros tantos signaes, e ao tempo que os sepultarem outros tantos; de maneira que ao todo se não fação mais signaes que até nove por homem, seis por mulher, e tres pelos de menor de idade; o que se entende na Igreja onde é freguez, ou se enterrar o defunto somente.⁴⁷⁸

As recomendações acerca dos toques dos sinos nas Irmandades não obedecem estritamente às orientações das Constituições no que diz respeito à diferenciação de gênero e quantidade de sinais; contudo, nota-se a aceitação da Igreja perante tais mudanças. Os sons dos sinos compõem mais um elemento, entre vários outros, constituídos para anunciar, diferenciar e envolver a comunidade no momento do fim de uma vida e na busca pelo início de outra, em uma nova dimensão.

No século XIX, os sons dos sinos não se restringiam apenas a missas e falecimentos, mas estendiam-se a várias manifestações, como registrado por Freire Alemão durante a mobilização para levantar o mastro da festa de São Benedito, na cidade homônima. Segundo o autor, “enfim levantaram o mastro ao som da música,

⁴⁷⁷ BARROSO José Liberato, OLIVEIRA Almir Leal, BARBOSA Ivone Cordeiro (org). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Vol 03. Fortaleza: INESP, 2009.p. 282

⁴⁷⁸ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853. p. 201-202

repigues de sino, tiros de mosquete e vozerio da gente cabocla: os homens de camisa sobre as ceroulas e as mulheres e cunhãs de lençol pela cabeça”.⁴⁷⁹

Embora não tenha ocorrido um evento como a "Cemiterada" no Ceará, a região da Ibiapaba não deixou de registrar conflitos e disputas em torno de cemitérios, enterramentos e da administração do sagrado. Tais tensões manifestaram-se na atuação de representantes da Igreja na região, especificamente na Vila de Viçosa, onde os padres José Thomaz de Albuquerque e José Bevilaqua travaram embates com a população e com as irmandades. Essas disputas envolviam o cemitério local, a administração dos bens da Igreja e questões políticas, sendo amplamente repercutidas nos jornais cearenses da época. Sobre o padre Albuquerque,

Serviços prestados.

Viçosa, 9 de outubro de 1863.

No dia 13 de setembro chegou n'esta villa o muito honrado e virtuoso missionario padre Josè Thomaz de Albuquerque e principiando suas missões prestou serviços a Deus e a humanidade, não só porque fez o povo construir um grande cemiterio de pedra com uma capella, no espaço de dez dias, tempo que elle aqui esteve, faltando unicamente o reboque, como tambem por que fez todos os emancebados, que erão casados deixarem as suas mancebas, e os solteiros casarem-se, chegando-se assim ao gremio da religião, menos o que, não obstante ter declarado em altas vazes e bom som perante o povo que se achava reunido para as missões, que reconhecia ter sido a pedra do escândalo para os seus parochianos, ainda se conserva amancebado e com a sua barregam Marteniana de portas a dentro, e ignacio José Correia com sua cunhada.

O Viçosense⁴⁸⁰

O documento articula duas dimensões principais da atuação missionária: a construção de um cemitério público e uma campanha de moralização dos costumes sexuais e familiares da população. A primeira conquista celebrada pelo jornal foi a construção, em apenas dez dias, de um grande cemitério de pedra dotado de capela. Esta realização insere-se no contexto das reformas sanitárias do século XIX, período em que autoridades imperiais, influenciadas pelas teorias miasmáticas, que atribuíam a propagação de doenças aos vapores pútridos da matéria orgânica em

⁴⁷⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)** Francisco Freire Alemão. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 349.

⁴⁸⁰ Serviços prestados. **O Cearense**. Fortaleza 30 de outubro de 1863. p. 03 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=vi%c3%a7osa&pagfis=5728> Acessado em 10 jun 2023

decomposição, buscavam proibir os sepultamentos no interior das igrejas e instituir cemitérios públicos afastados dos núcleos urbanos.

O padre missionário logrou o que as autoridades civis tinham dificuldade em realizar: mobilizar a população, por meio de sua autoridade religiosa, para erguer rapidamente uma estrutura perene de pedra. A inclusão da capela foi um elemento crucial, pois sacralizava o espaço e o tornava aceitável aos fiéis, transmutando o cemitério externo de um local meramente profano em uma extensão do solo sagrado da Igreja.

Entretanto, observa-se uma virada de discurso quando a matéria coloca em xeque as realizações do padre, apontando que seu comportamento pessoal destoava da moralidade católica por ele pregada. Embora elogiado por combater o “mancebo” (concubinato), o missionário teria incorrido na mesma prática. Somado a isso, emergem conflitos sobre a propriedade e o uso do espaço, como demonstra a correspondência publicada no jornal *O Cearense* em 1866,

CORRESPONDENCIAS.

Viçosa, 25 de Fevereiro de 1866.

Sr. Redactor. — Tendo ha dias, isto é, a 6 d'este mez noticiando-lhe o principio do inverno, e os receios que tinha de alguma acção má do povo que estava descontente com o vigario d'esta freguesia, por querer elle usurpar ao mesmo povo o cemiterio particular que o povo edificou por chamado do missionario José Thomaz, que muitas vezes declarou na occasião de pregar as santas palavras evangelicas que todo povo era dono do cemiterio, que as sepulturas dos que fallecessem, seria gratis, acontece que o vigario quer chamar a si os emolumentos das sepulturas dizendo que o Sr. Bispo foi quem deu este direito a elle, e que a chave do cemiterio elle toma sempre: isto tem despertado o povo, e certamente ha barulho grande, cujas consequencias serão funestas, e pesarão somente sobre os Exms. Srs. presidente da provincia e bispo do Ceará. Assim mesmo, Sr. redactor, é que principiam os grandes desaguisados em uma terra. Chamo, por tanto a attenção do governo geral, dos Exms. Srs. bispo e presidente da provincia para sustentarem esse direito do povo no cemiterio d'elle em Villa-Viçosa. Não faço esse noticiario sem fundamento, pois sou do povo e vivo com elle, não é só o povo da Viçosa, é tambem das comarcas visinhas, o Omnipotente não permitirá que eu veja minha terra em conflagração e desasocego por causa da avarencia do nosso parcho!! Sim Viçosa tu cahiste na desaffeição dos governos, aliás sendo tu uma terra tão productiva e de tantas esperanças, mas o que, tudo te persegue! Consola-te. Espera pelo futuro, que um dia os mesmos homens, que hoje te

oprimem, te farão justiça e reconhecerão que eras digna de toda coadjuvação para teu engrandecimento.⁴⁸¹

A construção e a manutenção de cemitérios, ao longo do século XIX, constituíram-se como espaços de intensas disputas de poder político e econômico. Nesse cenário, Igreja, Estado, irmandades e grupos políticos envolveram-se em relações peculiares, moldadas pelas especificidades de cada localidade.

No caso da Ibiapaba e, especificamente, da vila de Viçosa, figuram a Irmandade de Nossa Senhora da Assunção, representantes do clero e grupos políticos (liberais e conservadores) que se digladiam em torno desse novo equipamento público, capaz de mobilizar profundamente as camadas populares. O debate ganha relevância pública quando a administração do campo-santo torna-se assunto de jornal, no momento em que o vigário local passa a enxergar nesse "cemitério grátis" uma ameaça financeira.

Ao tentar tomar a chave e cobrar pelas sepulturas, o pároco não exerce apenas sua autoridade religiosa; ele tenta recuperar o monopólio fiscal sobre a morte, visando garantir a renda da paróquia. O discurso da época, ao mencionar um "cemitério particular que o povo edificou", revela que a população se sentia dona do espaço físico. Assim, a tentativa do vigário de "usurpar" esse local é interpretada como um roubo de propriedade coletiva, transcendendo a questão espiritual.

Este contexto ecoa a famosa revolta da "Cemiterada". Deve-se compreender que a morte, em suas dimensões espiritual e biológica, possuía também uma faceta de "negócio" que gerava contendas. No caso das irmandades, uma de suas funções era justamente a gestão dessas relações de mercado, pois, como aponta a historiografia: "todos os atos promovidos pela irmandade, para garantir a assistência de uma "boa morte", demandavam demasiados recursos. Para bem morrer, era necessário pagar por essa garantia".⁴⁸²

⁴⁸¹ CORRESPONDÊNCIAS. **O Cearense**. Fortaleza 18 de março de 1866. p. 02 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=vi%c3%a7osa&pagfis=7193> Acessado em 10 jun 2023

⁴⁸² LIMA. Josilene dos Santos. **"PELAS ALMAS DO PURGATÓRIO": religiosidade e atitudes diante da morte no Piauí oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Piauí. Teresina 2013. p. 88

A polémica em Viçosa alcançou a Assembleia Provincial, onde se debateu se a administração deveria pertencer à confraria, à paróquia ou à Câmara. O trecho das páginas d'*O Cearense* ilustra bem esses embates,

1.^a Discussão do projecto n.º 40 d'este anno que passa para a confraria de N. S. da Assumpção da Villa-Viçosa a administração do cemiterio construido por ordem do Rev. José Thomaz de Albuquerque. O SR. PAIVA: — Sr. presidente, desejo saber o plano que tem essa concessão de dupla de propriedade alheia. (Apoiados). Não sei com que direito, ou porque firmou foi edificada esse cemiterio, não fosse como fosse entendo que a assembléa não tem autoridade para dizer que o cemiterio que foi construido por alguém, fique pertencendo a tal ou tal confraria.

UM SR. DEPUTADO: — Foi feito para o uso publico.

O Sr. PAIVA: — Se pertence ao publico, pertence regularmente a matriz.

UM SR. DEPUTADO: — E quem há de cuidar?

O SR. PAIVA: — O vigario...

O SR. F. DE SOUSA: — Isso é que não convém.

O SR. PAIVA: — Em geral o cemiterios pertencem as camaras, isto é, e é o que determina a lei de 1.º de outubro de 1828 mas se esse cemiterio foi feito por ordem do Rvd. José Thomaz de Albuquerque que eu não sei quem era...

UM SR. DEPUTADO: — Era um missionário

O SR. PAIVA: — Como passar essa cemiterio hoje para uma confraria que (resurado) vai perceber emolumentos?

UM SR. DEPUTADO: — Alguem ha de administrar.

O SR. PAIVA: — Mas sem permissão do doador, como se ha de transferir a propriedade?

UM SR. DEPUTADO: — Não ha tal doador, o cemiterio foi feito a expensas do publico.

O Sr. PAIVA: — Então devem pertencer a matriz, mas nunca a confraria.

UM SR. DEPUTADO: — Menos ao vigario.

O SR. J. BRIGIDO: — Porque direito pertence a matriz?

O SR. PAIVA: — Pelo direito da posse, pelo direito consuetudinario, pelo direito de intervir: no culto em suas freguesias, e não lhe podendo negar estes direitos...

UM SR. DEPUTADO: — E' do publico.

O SR. PAIVA: — ...a elle deve pertencer. Assim Sr. presidente em quanto me não explicarem o misterio em que se acha envolvido este projecto, voto contra elle.

O SR. CARNEIRO: — Sr. presidente, confeccionando o projecto que ora se discute não tive em vista senão procurar conciliar do melhor modo possivel o bem publico com o bem religioso; o bem publico porque, para que um cemiterio preste convenientemente o serviço que é destinado deve ter um regulamento, uma vez que um cemiterio sem regulamento, em lugar de ser um bem é um mal.

O SR. PAIVA: — Então quando se enterrava nas igrejas era um mal?

O SR. CARNEIRO: — Havia regulamento. O cemiterio de que trata o projecto foi edificado pelo povo por occasião da missões dirigidas pelo padre José Thomaz de Albuquerque, a confraria a quem também se

refere o projecto; fazendo tambem parte do povo da localidade, contribuiu para a construcção do cemiterio e sendo essa confraria aquella a que pertence a matriz, é de justiça que se lhe incumba a direcção do cemiterio.

O SR. PAIVA: — A matriz pertence á confraria?

O SR. CARNEIRO: — Sim senhor, é a cargo d'ella que está a matriz.

O SR. PAIVA: — Já não pertence ao parocho?

O SR. CARNEIRO: — Na parte espirital, mas no material pertence a confraria, que é quem tem obrigação de zelar, de reparar o templo e de dar o necessario para o culto; e se tem essas obrigações, porque não é muito que lhe pertençam os beneficios dos enterramentos, que sempre foram destinados para o culto e publicos paramentos etc. Diz-se que a camara é a quem compete a administração dos cemiterios. E' isto exacto, mas é quando as camaras constroem os cemiterios, que é sua obrigação, ou quando a provincia as manda construir, por falta de meios das municipalidades; mas este que não foi feito senão á expensas do povo, não devem os seus rendimentos reverter em beneficio da camara, uma vez que não deve o publico dar esmola para a construcção de um edificio para depois passar para o dominio publico, cobrando-se ainda impostos.

O SR. PAIVA: — Quantos annos faz que foi feito esse cemiterio?

O SR. CARNEIRO: — Em outubro ou novembro de 1863, ha dous annos.

O SR. PAIVA: — E que terras está collocado?

O SR. CARNEIRO: — Em terra da villa.

O SR. PAIVA: — E as confrarias pôdem possuir bens de raiz?

O SR. CARNEIRO: — No tempo em que se construiu o cemitério ainda não existia a lei do anno passado; que aliás confirmou todas as terras adqueridas pelas corporações de mão morta, mas seguintemente não se dá o ambaraço que o nobre deputado suppõe a respeito d'esse cemiterio. Todos comprehendem que um cemiterio precisa ter regularidade, precisa ser zelado, e para isso deve estar sujeito a uma direcção, que o justamente o que se pretende realizar com o projecto, uma vez que hoje este cemiterio não tem quem o dirija. Confeccionando este projecto tive em vista regular o cemiterio do melhor modo, confiando a confraria a confecção do regulamento, e para evitar qualquer abuso, submetti o regulamento a approvação do presidente da provincia. A assembléa, que aprecie o decida. Encerra-se a discussão e o projecto posto a votos e approvado.⁴⁸³

O debate não envolve apenas a atuação e a reputação do padre Thomaz, mas foca na administração do cemitério que ele mobilizou a comunidade para construir. Observam-se diversas camadas de discussão sobre a responsabilidade do espaço, que, por princípio, deveria ser regulamentado e dirigido por uma instituição formal.

⁴⁸³ Sessão ordinária em 1º de agosto de 1865. **O Cearense**. Fortaleza 4 de agosto de 1865. p. 02 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=%22padre%20Jose%20Thomaz%22&id=1580009538342&pagfis=6640> Acessado em 02 fev 2023

É evidente o poder político da irmandade ao pautar um projeto que lhe garanta a responsabilidade administrativa sobre o cemitério, sustentado pela constatação de que a mesma confraria já gerenciava a igreja matriz. Destaca-se a fala do Sr. Carneiro sobre as atribuições da confraria em relação à paróquia: enquanto esta última se restringe à “parte espiritual”, a primeira detém o domínio sobre a “parte material”. Embora ele enfatize esse caráter material, nota-se que,

A presença das confrarias tornou-se fundamental. Essas congregações representavam, social e politicamente, os mais diversos grupos. No Brasil, existiam irmandades de brancos, de pretos e de pardos, as quais eram um dos principais veículos de manifestação do catolicismo popular. De certo modo, as irmandades propiciavam ao indivíduo um espaço mediatizador no mundo, promovendo uma forma de entendimento e percepção deste e do além. Eram o sustentáculo religioso necessário para manter-se o equilíbrio entre esses dois mundos. Em relação à morte, serviam como garantia de uma sepultura digna, acompanhada dos sufrágios da alma.⁴⁸⁴

Embora o projeto tenha sido aprovado e tais organizações desempenhassem um papel fundamental tanto na comunidade local quanto em regiões circunvizinhas, as irmandades vinham perdendo espaço. Isso ocorria devido ao crescente questionamento sobre sua autonomia e à necessidade de aprovação formal do Estado para a administração de cemitérios. Conforme observa Boschi,

O vigor inicial passa a ser manipulado e suprimido em nome de uma ameaçada, mas não comprovada, estabilidade institucional do Estado. Aos poucos, notadamente mente na segunda metade do século XVIII, estabeleceu-se uma política de decidida e explícita interferência do Estado, fazendo sucumbir a vitalidade orgânica das associações leigas coloniais e, com elas, um catolicismo peculiar.⁴⁸⁵

Ainda analisando o debate legislativo, observa-se que o Sr. Paiva, assumindo uma postura de firme oposição, questionou a legalidade da medida. Para ele, tratava-se de uma “concessão de propriedade alheia”, argumentando que, se o cemitério fora edificado para uso público, sua administração deveria, por força da Lei de 1.º de outubro de 1828, recair sobre a Câmara Municipal ou, alternativamente, ficar sob a

⁴⁸⁴ SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. p. 60

⁴⁸⁵ BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 70

tutela da Matriz e seu vigário, dado o caráter sagrado do local. Paiva via com desconfiança a transferência de um bem de uso comum para uma irmandade privada que passaria a perceber emolumentos, classificando o projeto como um “mistério”.

Em contrapartida, o Sr. Carneiro defendeu a proposta sob a ótica da justiça e da necessidade de organização. Argumentou que, diferentemente dos cemitérios custeados pelos cofres públicos, aquele campo-santo fora erguido exclusivamente às expensas do povo e da própria Confraria. Portanto, seria injusto que a Câmara Municipal, que nada investira na obra, recolhesse seus rendimentos.

O debate revelou as tensões da época entre os poderes civil, clerical e das irmandades. Apartes de outros deputados deixaram claro que a administração não deveria ficar nas mãos do vigário, sugerindo uma preferência pela gestão leiga da Confraria. O Sr. Carneiro reforçou a urgência da aprovação, alegando que um cemitério sem regulamento se tornava um mal à saúde pública. Sobre esse desfecho, Eduardo Campos afirma que,

Os cemitérios não apenas eram edificadas pelas irmandades como, as mais das vezes, por elas administrados, sendo no entanto necessário a Assembléia Provincial manifestar-se a respeito. Assim é que, depois de discussão a respeito da legalidade de a confraria de Nossa Senhora da Assunção, de Vila Viçosa, seguir gerindo o que fora erigido pelo padre José Thomaz de Albuquerque (sessão ordinária em 1º de agosto de 1865), o deputado Carneiro consegue obter aprovação de seus pares.⁴⁸⁶

O jornal *A Constituição*, em seus textos, tece elogios ao padre como missionário dedicado, reservando uma página e meia coluna para traçar o perfil de um vigário em plena batalha contra os vícios da embriaguez e da jogatina. A publicação também destaca sua contribuição para a fé e para a saúde pública, citando especificamente sua atuação na construção de cemitérios. Na edição de janeiro de 1864, lemos na abertura do artigo intitulado “As missões do Revd. José Thomaz de Albuquerque, na Granja”: “Vimos com prazer a interessante exposição, que sobre as missões do Rvd. Sr. José Thomaz de Albuquerque na cidade da Granja.”⁴⁸⁷

⁴⁸⁶ CAMPOS, Eduardo **As Irmandades religiosas do Ceará provincial: apontamentos para sua história**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1980. p. 93-94

⁴⁸⁷ As missões do Revd. José Thomaz de Albuquerque, na Granja. **A Constituição**. Fortaleza 14 de janeiro de 1864. p. 01 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235334&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Thomaz%20de%20Albuquerque%22&id=5141701445734&pagfis=57> Acessado em 05 abr 2023

Também se encontram textos que posicionam o padre como uma das figuras ilustres da cidade, destacando suas contribuições tanto para a Igreja quanto para o Estado. O jornal registra que “consta que o seu zelo contribuiu para o adiantamento das obras de uma capela daquela cidade, e para a feitura de um cemitério público, prestando assim relevante serviço ao esplendor do culto e à salubridade pública”.⁴⁸⁸

O padre também atuou como comissário do serviço de socorro à seca e há registros de sua atuação junto aos indígenas na região amazônica, vista como mais uma missão em benefício do catolicismo. Sobre esse período, o periódico registra que: “Sacerdote virtuoso. — Lê-se no Liberal do Pará: « Veio no vapor «Pará» o Rvd. Sr. José Thomaz de Albuquerque, que no órgão liberal da provincia do Ceará escreveu importantes artigos sobre a cathechese dos indios do Amazonas”.⁴⁸⁹

Como citado, observa-se também a atuação problemática de José Bevilaqua, pai do famoso jurista viçosense Clóvis Bevilaqua. Tal fato, por si só, já era polêmico por evidenciar o comprometimento do celibato clerical, uma questão que representava um desafio para a Igreja Católica desde a implementação de suas orientações normativas no Brasil. Além disso, as tensões em torno de sua figura não se restringiam à esfera privada, refletindo-se também em conflitos sobre a administração dos bens eclesiásticos e na sua relação com as elites locais, conforme,

Um marco decisivo para a Igreja na Colônia aconteceu em 1707, quando, por ordem de D. Sebastião Monteiro da Vide, foram instituídas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que transplantavam para o Brasil as determinações tridentinas e foram utilizadas para orientar o clero local na caracterização, julgamento e punição dos outrora apenas pecados, agora crimes passíveis de severos castigos. Os crimes em que poderiam incorrer os sacerdotes também faziam parte dos capítulos dessa legislação eclesiástica, dentre eles, o desrespeito ao celibato clerical.⁴⁹⁰

A autora aborda, em diversos momentos, a dificuldade da Igreja em legitimar o celibato, o qual serviria como um marcador de diferenciação entre os membros do clero e os leigos. Assim, a Igreja pretendida pelas *Constituições Primeiras do*

⁴⁸⁸ Ibidem p 02

⁴⁸⁹ Notícias, Sacerdote Virtuoso. **A Constituição**. Fortaleza 08 de outubro de 1876. p. 03 Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=%22jose%20thomaz%20de%20albuquerque%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=11401> Acessado em 05 abr 2023

⁴⁹⁰ MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. **Sacrílegas famílias: conjugalgidades clericais no bispado do Maranhão no século XVII**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007.p 14

Arcebispo da Bahia buscava distanciar-se do comportamento cotidiano de parte do clero, que frequentemente se afastava das normas institucionais, e

V. Exc Rvm.^a, do contrario o vigario representado continua no caminho do escanda- lo ostentando, e dando máos exemplos, entre estes a de levar em sua companhia para a igreja nos domingos e dias santos, quando vai celebrar a missa conventual, o seu filho Clovis !!! Este acto, Exm. e Rvm. Sr., não envolve um escarneo a ho- nestidade, não ataca os principios da mo- ral, da sociedade e da religião?! Todos dirão que sim⁴⁹¹.

José Bevilaqua teve uma participação ativa na política, acumulando diversos embates com a população e com as irmandades de Viçosa do Ceará. As contendas protagonizadas pelo vigário foram amplamente publicadas nos jornais da época. Nesse cenário, analisaremos os textos que tratam de assuntos relacionados à Igreja e ao comportamento do pároco, conforme ilustra esta correspondência de 1865,

O vigario José Bevilaqua só cuida em politica, encerra-se em sua sala a escrever mentiras para o diario *Constituição* contra o professor Marcellino, contra as autoridades policiaes do termo, contra os camaristas liberaes etc. etc., e quando chega alguém para algum sacramento ou funcções da igreja, manda dizer que está cumprindo resguardo de um purgante que tomou ha dias; amontuam-se os noivados em todas as ruas da villa esperando que o vigario mande dizer que já está bom para os despachar, chegam as crianças pagam para serem baptisadas, e a nada se move o tal vigario. Os enfermos só recebem a consolação do Santissimo Sacramento quando os parentes ou algum christão os trazem nas redes para a igreja, e hade ser no dia santificado, do contrario, elle não vai a igreja fazer o seu dever, e se chega o moribundo em dia não santificado antes da missa, isto quando elle se resolve em algum dia ir celebrar, bem, se chega depois de missa, elle vigario não vai mais a igreja confessar o moribundo. Qualquer acto do ministerio que esse vigario pratica é sempre com malcreações, descompondo os freguezes, outras vezes dando empurrões nos mesmos que elles vão de ventas pelo chão, como fez no 1.º de janeiro d'este anno, que no acto de baptisar deu um grande empurrão em um pobre moço que elle foi de ventas, e além de muitas pessoas que estavam presentes.⁴⁹²

⁴⁹¹ Correspondencias. **O Cearense**. Fortaleza 22 de fevereiro de 1866. p. 03 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=bevilaqua&id=1615708376276&pagfis=7122> Acessado em 15 jan 2023

⁴⁹² Correspondencias. **O Cearense**. Fortaleza 25 de outubro de 1865. p. 03 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=bevilaqua&pagfis=6848> Acessado em 15 jan 2023

O texto, assinado pelo pseudônimo “Macaco Amarelo”, questiona o valor cobrado pelo padre para confessar uma mulher e detalha a contenda entre o vigário e o professor supracitado. As acusações sobre a falta de assistência espiritual revelam, simultaneamente, como se dava o tratamento dos fiéis diante da morte iminente. Observa-se que tais negligências ferem diretamente o que está determinado nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, visto que a confissão e os demais sacramentos eram de fundamental importância para a comunidade, representando a purificação e o arrependimento dos pecados no limiar da morte.

Um dado relevante do cotidiano presente na citação é o uso da rede como meio de transporte para moribundos ou para o próprio cadáver a caminho do sepultamento, evidenciando a falta de recursos para a aquisição de um caixão. Sendo que, para as camadas populares daquela região, a rede não era apenas um objeto doméstico, mas um invólucro fúnebre que marcava a simplicidade e a precariedade do rito de passagem, em contraste com a suntuosidade buscada pelas elites das irmandades,

TITULO XXIX

DO MODO, COMO QUE SE HÁ DE LEVAR, E ADMINISTRAR O SANTÍSSIMO SACRAMENTO AOS ENFERMOS

102 São os Parochos obrigados por obrigados, e razao de seu officio a administrar a Sagrada Eucharistia a seus Parochianos enfermos. Pelo que mandamos, que não só com summa diligencia, e cuidado levem o Senhor a seus freguezes doentes, sendo chamados, mas que com o mesmo procurem saber se na sua Parochia alguns enfermos, que estejam com perigo de morte, aos quais se haja de administrar, para que com tempo se lhes administre, e nao succeda que por sua culpa morrão seus freguezes sem receber este espirital mantimento das almas. E assim admoestem aos enfermos, ainda que o nao estejam gravemente, a que tomem a Sagrada Euecharistia, e quando houver de levar o Santissimo Sacramento.⁴⁹³

Também se observam impasses envolvendo o padre e a irmandade acerca da administração dos bens eclesiásticos. Pelo conteúdo das denúncias, é perceptível a abrangência do poder e do controle pretendidos pela Irmandade de Nossa Senhora da Assunção, conforme relata o periódico,

O vigario Bevilacqua não quer intregar a irmandade de N. S. d'Assumpção os bens patrimoniaes de Nossa Senhora, ainda não se fallou de tanto dinheiro que tem recebido dos gados de Nossa Senhora

⁴⁹³ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853. p. 46

que tem vendido, ha dous annos o ex-vaqueiro da fazenda Faria, Feliciano Fernandes deixou na fazenda 40 e tantos bois, e 40 e tantos novilhos, e nada mais existe, tem vendido a torto e a direito gados de toda sorte, arrendado as terras e carnaúbas por alto preço. Ver-se-hão as contas que elles presta, mas um dia se arrependerá quando o nosso creador chama-lo a contas; certamente o não illudirá como illudio ao misionario José Thomaz, fingindo-se todo tremulo e arrependido chamando a si pedra do escandalo, pedindo perdão a suas ovelhas do muito que as tinha offendido, ao passo que logo depois mostrou-se muito peor, fazendo até com que ellas derramassem sangue, por causa de politica, que até então nunca tinha feito a acontecido!⁴⁹⁴

Além da gestão do cemitério e da matriz, o patrimônio da Igreja na cidade, composto por terras, gados e carnaubais, era alvo de disputa entre a irmandade e o vigário Bevilaqua. Historicamente, as irmandades e confrarias no Brasil (Colônia e Império) exerciam grande domínio sobre os bens eclesiásticos, sendo detentoras de propriedades doadas por fiéis diretamente ao santo padroeiro. Tais bens eram geridos por uma "mesa administrativa" de leigos (juizes e tesoureiros),

Viçosa, 14 de março de 1864.

Sr. Redactor.

E o que direi do padre Bivilaqua? São tantas as misérias d'ste padre que darião matéria para um grosso volume. A avareza tocou à meta: há pouco tempo morreo uma creança sem ser baptisada, por que este vigário não quiz baptisal-a sem dinheiro. E tá mandado citar todos os devedores, não se envergonhado de cobra-lhes os juros dous por cento. O índio.⁴⁹⁵

Sobre os sacramentos da Igreja, o batismo representa a porta de entrada para o mundo católico. Ao negar a uma criança esse sacramento primordial, o vigário incorre em uma falha grave, privilegiando o ganho financeiro em detrimento da salvação espiritual. Uma vez que o batismo era considerado essencial para que a alma ingressasse no reino dos céus, a avareza do padre estaria, simbolicamente, condenando a criança e configurando o crime de Simonia (a venda de favores espirituais ou sacramentos). As publicações no periódico *O Cearense* buscam

⁴⁹⁴ Correspondencias. **O Cearense**. Fortaleza 21 de junho de 1866. p. 03 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=%22missionario%20Jos%C3%A9%20Thomaz%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7441> Acessado em 15 jan 2023

⁴⁹⁵ Correspondencias. **O Cearense**. Fortaleza 22 de abril de 1864. p. 05 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=%22padre%20Jose%20Thomaz%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5873> Acessado em 16 jan 2023

corroborar tais acusações e, em uma edição de outubro de 1855, o jornal apresenta relatos de testemunhas sobre os comportamentos do pároco, e

Summario das testemunhas inqueridas em uma queixa de responsabilidade dada pelo vigario de Villa Vicoza, José Bevilaqua contra João Antunes Pacheco.— Vejão e admirem !!

TESTEMUNHA 1^a

Joaquim Carneiro da Cunha testemunha jurada (inlegível) – Perguntado se o reverendo vigario Jozè Bevilaqua tem dado provas de religioso? — Respondeo que era mui pouco religioso, por quanto tem deixado de baptisar crianças por falta de dinheiro, por ellas serem miseraveis, e estas voltado pagães em perigo de morte, tem sido baptisadas por pessoas particulares, e é um clamor geral, que elle se nega as confissões de moribundos; elle mesmo testemunha já presenciou elle faltar a confissão a uma mulher em perigo de morte, de que veio a morreo nessa occasião, isto por se achar occupado em S. Pedro em um baile, voltando os cavallos que o forão buscar. Vio mais e presenciou ao tempo em que se desmanchou a igreja, na occasião de cavar-se os alicerces, arrancaram-se ossos humanos e mandados deitar ao tempo.⁴⁹⁶

O autor do texto desfere um ataque direto à reputação do vigário, tanto sob a ótica estritamente religiosa quanto por aspectos materiais, classificando o comportamento do padre como pecaminoso pela prática da Usura. Em outro momento, o pseudônimo “Devoto de Tupã” relata que a Irmandade enviou uma denúncia diretamente ao bispo, protestando contra o desrespeito de Bevilaqua para com a imagem da padroeira: a escultura era conduzida, a mando do padre, por jovens malvestidos e sem o devido zelo com o sagrado.⁴⁹⁷ Essa tensão culmina na disputa pela legitimidade da obra iniciada pelo antecessor. Conforme a representação abaixo,

O virtuoso padre missionario José Thomaz no anno de 1863, tendo vindo a esta villa, convidou o povo para a construcção de um cemiterio, e uma capella: com effeito pôde realisar este seu tão religioso, como meritorio intento; no espaço de dez dias, deixando a obra em preto, que depois foi acabada a exforços de seus administradores. Quando o virtuoso missionario d'aqui se retirou congratulou-se com seus ouvintes, manifestando o prazer deque se achava possuido por acabar de presidir a um rebanho tão religioso, que todos (homens e mulheres) se prestaram com seus serviços pessoases conduzindo pedras, tijolo e

⁴⁹⁶ Misterios de caso em Villa Viçoza ou a vida de um saltibanco. O Cearense. Fortaleza de abril de 1864. p. 03 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=%22Jose%20Bevilaqua%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3512> Acessado em 16 jan 2023

⁴⁹⁷ Correspondencias. O Cearense. Fortaleza 26 de outubro de 1865. p. 04 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=%22Jose%20Bevilaqua%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3513> Acessado em 4 out 2023

agua para uma obra tão meritoria, e de verdadeira utilidade, ficando assim com direito a um lugar gratis para depositarem os seus restos mortaes, e que entregava este mesmo cemiterio e capella a camara municipal para regel-o ou dar-lhe estatutos ou regulamento, pagando unicamente ao vigario os seus emolumentos pela encomendação. Eis que agora, Exm. e Rvm. Sr., apresenta-se o vigario representado exigindo as chaves da capella e do cemiterio, dizendo que teve ordem de V. Exc. Rvm.^a para isso. Além do que é corrente e sabido que na assembléa existe um projecto de lei em segunda discussão, sugeitando este cemiterio e capella á administração d'esta confraria, e corre ainda a poderosa circumstancia de que a camara municipal d'esta villa é quem se acha entregue d'esta obra, como acima se declarou, occorre ainda mais a circumstancia de que o povo em massa se oppõe a entregar dito cemiterio ao vigario representado, porque está bem certo das extorções que cada momento lhe está fazendo, acontecendo que no dia 31 de janeiro proximo passado, houvesse já um conflicto entre dito vigario e o presidente da camara municipal, por occasião de ir dito vigario ali celebrar na capella, e querer ficar-se com as chaves da mesma e do cemiterio. Não convem, Exm. e Rvm. Espera esta confraria ser attendida em ordem de que dito vigario seja punido como merece. Esta confraria não se oppõe que o cemiterio e capella pertença a igreja, logo que exista uma lei que authorise, quando não abraçasse sempre a opinião do povo, e estando a frente d'elle, procurara desfazer os infames castellos do vigario representado. A V. Exc. Rvm. pede a mesma confraria venia para fazer publicar a presente representação. Deus guarde a V. Exc. Rvm.^a Mesa da irmandade de N. S. d'Assumpção da Villa Viçosa, em sessão extraordinaria de 3 de fevereiro de 1866. Illm. Exm. e Rvm. Sr. D. Luiz Antonio dos Santos, dignissimo bispo d'esta diocese.⁴⁹⁸

O texto foi publicado antes da aprovação definitiva do projeto que concedeu à Irmandade a administração do cemitério. Nele, retoma-se o debate sobre a ação conjunta do Padre Thomaz e da comunidade na construção do campo-santo. É possível interpretar que houve um acordo implícito: o povo realizou a obra em troca do direito a um “lugar grátis para depositarem os seus restos mortais”. Em contrapartida, o vigário sustenta que a posse das chaves, e o consequente controle administrativo e financeiro do espaço, é legitimada pelas ordens diretas do Bispo, D. Luiz Antônio dos Santos. Todavia, esse argumento colide com a memória coletiva do esforço popular, pois,

Thomaz feito com o povo um cemiterio n'esta villa, e declarado em muitas occasiões quando pregava as santas palavras evangelicas, que este cemiterio pertencia ao povo que foi quem o fez, e que por isso as sepulturas seriam gratis, só tendo de se pagar ao vigario a

⁴⁹⁸ Correspondencias. **O Cearense**. Fortaleza 22 de fevereiro de 1866. p. 04 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=bevilaqua&pagfis=7122> Acessado em 4 out 2023

encomendação do corpo, quando os parentes do morto quisessem.⁴⁹⁹

Para a Irmandade, essa atitude é interpretada como uma quebra do acordo original e uma usurpação de direitos. A acusação de que o vigário praticava “extorsões” sugere que o seu intuito ao controlar o cemitério era instituir a cobrança de taxas de sepultamento que, conforme a promessa do missionário, deveriam ser gratuitas, restando ao padre apenas o pagamento pela encomendação da alma (o rito estritamente espiritual).

A “oposição em massa” mencionada no documento reflete o temor da população desvalida em perder o direito ao enterro digno e gratuito, vendo-se compelida a arcar com taxas impostas pelo vigário caso este detivesse o controle das chaves. Sobre a importância e a atuação das irmandades no Ceará, Eduardo Campos atenta para,

Como se vê, as irmandades se faziam sentir em todos os setores. Despertavam intrigas, armavam-se contra os párocos de seu desagrado; promoviam procissões e festas; empreendiam desfiles pontificais; acudiam a pobres, promovendo inclusive jantares; realizavam freqüentes oitavários e novenas; administravam cemitérios, quando não os construíam; edificavam igrejas ou as reformavam, a peso de ingentes sacrifícios.⁵⁰⁰

Nesse período, o Brasil atravessava o processo de “romanização” da Igreja. Bispos como D. Luiz Antônio dos Santos (o destinatário da representação) buscavam submeter as irmandades e capelas ao controle estrito do clero, suprimindo a autonomia que os leigos detiveram por séculos. Esse processo, intrinsecamente associado ao ultramontanismo, significou a retomada da “luta pela preponderância da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil, sobretudo na segunda metade do século XIX”.⁵⁰¹

Dentro dessa lógica, a Irmandade de Viçosa adota uma postura estratégica, afirmando que “esta confraria não se opõe que o cemitério e capela pertençam à Igreja, logo que exista uma lei que autorize”. No entanto, a tensão se estendia também ao interior da Matriz de Viçosa: no texto transcrito, a irmandade reclama que o padre

⁴⁹⁹ Ibidem p. 03

⁵⁰⁰ CAMPOS, Eduardo **As Irmandades religiosas do Ceará provincial: apontamentos para sua história**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1980. p. 104

⁵⁰¹ SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do Século XIX**. 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. p. 254

agiu “sem o menor respeito” ao mandar retirar imagens do templo. Tal ato indica que o pároco utilizou sua autoridade para intervir no patrimônio da confraria sem prévia consulta, ignorando a autonomia administrativa da mesa regedora. Diante do desrespeito aos bens da associação e às tradições da religião católica, o padre Bevilaqua é denunciado ao bispo nos seguintes termos,

Illm. Exm. e Rvm. Sr. — A meza da irmandade de Nossa Senhora d'Assumpção de Villa-Viçosa, não podendo por mais tempo supportar as arbitrariedades e escandalos praticados pelo vigario d'esta freguezia padre José Bevilaqua, vem em nome da mesma irmandade representar a V. Exc. Rvm. contra o mesmo vigario, pelo recente facto por elle praticado em dias do mez de setembro d'este anno. Tendo dito vigario de mandar encarnar de novo as imagens d'esta parochia, inclusivamente a de Nossa Senhora d'Assumpção padroeira da mesma e a qual pertence esta irmandade, teve dito vigario a facilidade de mandar conduzir da matriz as mesmas imagens carregadas, sem o menor respeito ao culto divino, em cabeças de rapazes de pé no chão e de camisa e ceroula. E', Exm. e Rvm. Sr. difficil, senão impossivel acreditar este facto; mas forçoso é declarar a V. Exc. esta verdade attestada por testemunhas oculares em pleno dia! Admira, Exm. e Rvm. Sr., com effeito, que haja no seculo XIX, seculo das luzes, seculo em fim da civilisação, um vigario que assim proceda sem respeito a religião do Estado, sem temor ao Ente Supremo, e por fim sem respeitar a V. Exc. Rvm. como seu superior, e nosso meretissimo virtuoso e preclaro prelado. Esta irmandade Exm. e Rvm. Sr. já tem levado ao conhecimento de V. Exc. Rvm. alguns factos praticados pelo mesmo vigario repugnante a religião e ao culto divino; mas os nossos brados não tem até agora merecido attenção o que esta irmandade attribue que não tenham chegado aos pios ouvidos de V. Exc. Rvm.; mas espera que sendo esta representação dirigida pessoalmente a V. Exc. Rvm. seja ella attendida em face de factos tão reaes e que jamais poderão ser contestados pelo mesmo vigario. Deus guarde a V. Exc. Rvm. Meza da irmandade de Nossa Senhora da Assumpção de Villa-Viçosa, 8 de outubro de 1865. — Illm. Exm. e Rvm. Sr. D. Luiz Antonio dos Santos, digno bispo diocesano.

Illm. Rvm. Sr. — Chegando ao conhecimento d'esta irmandade que V. Rvm., tendo de mandar encarnar de novo as imagens d'esta matriz, inclusivamente a imagem de Nossa Senhora d'Assumpção á qual pertence esta irmandade, mandara carregar todas ellas em cabeças de rapazes, ás 11 horas do dia commettendo assim uma falta religiosa e de respeito ao culto divino, ostentando a mais completa irreligiosidade, esta irmandade pondera a V. Rvm. que não continúe a praticar actos d'esta ordem, devendo communicar a esta irmandade qualquer acto que com ella tenha relação, certo V. Rvm. de que nesta data a mesma leva ao conhecimento de S. Exc. Rvm. o seu procedimento e espera que V. Rvm. não concorra para a reprodução de actos de similhante natureza, devendo lembrar-se que V. Rvm. tem necessidade de ser christão, quando de sua natureza o não seja. Deus guarde a V. Rvm. Meza da irmandade de Nossa Senhora d'Assumpção em sessão extraordinaria em Villa-Viçosa, 8 de outubro

de 1865. — Illm e Rvm. Sr. padre **José Bevilaqua**, vigário d'esta freguezia. Viçosa, 10 de outubro de 1865. *O devoto de Tupan*.⁵⁰²

O fato de as imagens serem carregadas por rapazes “de pé no chão e de camisa e ceroula” (roupas de baixo) em pleno dia é visto como uma afronta à dignidade do culto divino. A irmandade acusa o padre de desrespeitar a “religião do Estado”, lembrando que, no período imperial, o Estado não era laico; logo, o desrespeito ao rito configurava também uma desordem social. Na denúncia direta contra o vigário, a irmandade chega a questionar a sua própria cristandade, colocando em xeque o compromisso do pároco com a Igreja Católica e com a espiritualidade cristã. Tal estratégia visava deslegitimar sua posição perante Dom Luís Antônio dos Santos, primeiro bispo do Ceará, que tinha a missão de romanizar o catolicismo cearense sob a lógica da Igreja ultramontana. Conforme aponta a historiografia,

A fundação da diocese em terras alencarinas foi o início da contribuição para a romanização no Ceará. A partir da Província cearense e da criação de sua diocese, a Igreja daria a arrancada do projeto de controle social e religioso para a modificação e organização do catolicismo no Brasil.⁵⁰³

Embora não seja o foco central deste trabalho, o campo político é um fator importante no conflito, o padre José Bevilaqua é acusado de intervir em Fortaleza para remover o professor da Vila de Viçosa, por este pertencer ao grupo político liberal. Além disso, atribui-se a ele a indicação de duas professoras para a vila, assunto que ocupou diversas edições do periódico *O Cearense* ⁵⁰⁴. O envolvimento de Bevilaqua com o Partido Conservador é flagrante, como se nota no relato sobre a vitória liberal em 1868: “Dizem que o tenente-coronel Magalhães, chefe dos vencidos, reunira

⁵⁰² Correspondências. **O Cearense**. Fortaleza 26 de outubro de 1865. p. 02 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=%22Jose%20Bevilaqua%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6853> Acessado em 10 mar 2023 Cearense 1865

⁵⁰³ COSTA, Francisco Joel Magalhães da. **Catolicismo e educação: a história da criação da Diocese do Crato e a ação educacional de Dom Quintino no Cariri (1914-1929)**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2016. p. 40

⁵⁰⁴ Noticiário. **O Cearense**. Fortaleza 21 de agosto de 1867. p. 01 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=bevilaqua&pagfis=7543> Acessado em 20 ago 2023

alguns deles em sua casa para subscreverem um protesto ou reclamação redigida pelo vigário Bevilaqua.”⁵⁰⁵

Para além dos comentários políticos sobre José Bevilaqua nas páginas do periódico liberal, uma estratégia clássica da época consistia em desacreditizar o oponente no campo da moralidade. As acusações focavam na suposta irresponsabilidade do vigário no trato com as “coisas sagradas”, alegando-se que, “disse mais que o vigario mandou cavar barreiros para a igreja no cemiterio que servio no tempo da expedição, deixando os ossos dos cadáveres, que arrancavam expostos ao tempo, e o mesmo fez quando cavou os alicerces da igreja, o que é público, visto e sabido de todos habitantes d'esta villa”⁵⁰⁶.

A descrição de ossos expostos “ao tempo” constrói uma imagem de horror que visa chocar o leitor. Tal relato sugere que o padre carecia da decência mínima de recolher os restos mortais e dar-lhes um destino digno, tratando-os, em vez disso, como descarte. Ao agir dessa forma, o vigário não apenas desrespeitava os cadáveres, mas também violava a própria memória histórica e o sentimento de sagrado da comunidade da vila.

O jornal *A Constituição* atua como o espaço de defesa do vigário, contrapondo-se às acusações do periódico liberal. O próprio irmão do padre publica textos em sua defesa, relatando que ele nasceu e criou-se em Fortaleza, partindo para a Vila Viçosa aos 30 anos e

SR REDACTOR.—Lendo casualmente, no jornal Cearense desta capital, uma correspondencia de Villa Viçosa de 8 de maio proximo passado, que terá de sahir por desoito vezes no mesmo periodico, com o fim torpe de fa-zer-se propalar o mais possivel as nojentas calumnias e injurias nella irrogadas a meu mano José Bevilaqua, vigario naquella freguezia ;⁵⁰⁷

O vigário também exerceu cargos em Viçosa ligados à saúde, apesar de todas as acusações de descaso com a população. Bevilaqua foi nomeado vacinador da

⁵⁰⁵ Noticiario. **O Cearense**. Fortaleza 12 de agosto de 1868. p. 01 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=bevilaqua&pagfis=7795> Acessado em 20 ago 2023

⁵⁰⁶ Correspondencias. **O Cearense**. Fortaleza 27 de março de 1868. p. 03 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=bevilaqua&pagfis=7999> Acessado em 20 ago 2023

⁵⁰⁷ A pedido. **A Constituição**. Fortaleza 19 de julho de 1865. p. 02 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pesq=%22Jose%20Bevilaqua%22&pagfis=164> Acessado em 20 ago 2023

localidade em um Brasil onde o Estado não possuía a capilaridade institucional atual (como a do Sistema Único de Saúde - SUS). Naquele período, a Igreja, por meio de seus párocos, estava presente em cada vila e conhecia cada habitante, e

Ao Dr. inspector da saude publica. - Em officio de 29 do mez findo me communica o vigario José Bevilaqua ter aceitado a nomeação de vaccinador no termo de Villa-Viçosa, para que foi nomeado por portaria de 10 de março anterior, e pede a remessa de pús vaccinico para fazer a necessaria applicação.⁵⁰⁸

Embora houvesse alertas para que não se permitisse aos padres a emissão de atestados de óbito, a atuação do clero como agente do Estado não era incomum. Os padres eram frequentemente recrutados pelo governo imperial para atuar como agentes de saúde, visto que eram figuras de autoridade e confiança nas comunidades; assim, podiam utilizar seus sermões para convencer a população a aderir às políticas públicas imperiais⁵⁰⁹. A defesa do vigário estende-se por várias edições do periódico *A Constituição*, como se observa no trecho abaixo,

A PEDIDO

O *Cearense* em seu máu habito e deffamar seus adversarios, não cessa de repetir asquerosas calumnias de factos injuriosos da vida privada contra o Revd. Sr Bevilaqua, honrado cidadão, que si não é o modello dos sacerdotes e vigarios, é tão digno como póde ser o maior numero dos amigos do *Cearense*, que occupam esta posição.⁵¹⁰

As disputas políticas tornam-se nítidas quando observamos um jornal citar o outro no embate por narrativas. Enxergamos que os relatos sobre o cemitério e a salubridade não visavam apenas à saúde coletiva, mas serviam como elementos discursivos e argumentativos contra o vigário. Nesse cenário, a rivalidade entre saquaremas (conservadores) e luzias (liberais) constituía o ponto central dos embates jornalísticos. Esta realidade não era exclusividade de Viçosa, manifestando-se

⁵⁰⁸ Expediente do dia 4 de maio de 1875. **A Constituição**. Fortaleza 21 de maio de 1875. p. 02 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pesq=%22Jose%20Bevilaqua%22&pagfis=164> Acessado em 20 ago 2023

⁵⁰⁹ Sobre o termo “pús vaccinico” Ver: LOPES, M. B. **O sentido da vacina ou quando o prever é um dever. História**, Ciências, Saúde-manguinhos. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701996000100005>. Acessado em: 23 Ago 2025

⁵¹⁰ <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pesq=%22Jose%20Bevilaqua%22&pagfis=194>

também em outras localidades, como abordado no estudo sobre a morte no Piauí oitocentista, em que Lima esclarece que

Os jornais se tornavam veículos de acusações veladas ou abertas contra alguns sacerdotes, particularmente contra aqueles que tinham maior envolvimento com a vida política. As acusações variavam entre a falta de compromisso com as obrigações sacerdotais, atitudes ilícitas e mesmo desregramentos morais, como bebedeiras e outros desregramentos morais. As páginas dos jornais acabavam se tornando palco das tensões entre leigos e clérigos.⁵¹¹

A pesquisadora também aborda a existência de padres que constituíram famílias. Esse conjunto de práticas, que destoava dos dogmas católicos, evidenciava uma instituição com sérias dificuldades para impor as leis e orientações oriundas do Vaticano. A implementação de uma Igreja Ultramontana, alinhada a Roma, mostrava-se um desafio no Brasil, tanto pelo poder das organizações laicas, como as irmandades, quanto pelo comportamento do clero. As ações dos clérigos envolviam-se com negócios diversos, entre eles a produção de cachaça, o que gerava uma contradição, visto que a Igreja buscava combater o vício da bebida e a embriaguez desde o período jesuítico. Sobre essa atuação na Ibiapaba, o registro histórico destaca,

Não foi, entretanto, o Padre José o único sacerdote a plantar canas e fabricar boa cachaça na Ibiapaba. Também o fez outro Padre José — o Padre José Bevilaqua — descendente de italiano e que foi pai do ilustre jurisconsulto brasileiro Clóvis Bevilacqua. O Padre José Bevilacqua nasceu em Fortaleza e, logo depois de ordenado, foi nomeado vigário colado da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção, da antiga Vila Viçosa Real da América, hoje cidade de Viçosa do Ceará, na Serra da Ibiapaba, em cujos brejos plantou grandes canaviais e construiu, ele mesmo, o seu engenho de madeira, pois era bom carpinteiro, ourives e mecânico. Negociava com ouro, aliás, e foi deputado provincial e político de evidência no seu tempo.⁵¹²

O texto reforça o envolvimento de parte do clero com a produção de aguardente, a política e outras atividades comerciais, demonstrando que muitos

⁵¹¹ LIMA, Josilene dos Santos. **“PELAS ALMAS DO PURGATÓRIO”: religiosidade e atitudes diante da morte no Piauí oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Piauí. Teresina 2013. p. 54

⁵¹² MACEDO, Nertan. **OUTROS REVERENDOS (SENHORES-DE-ENGENHO) NOS BREJOS DA IBIAPABA**. In CAREIRO. Instituto do Açúcar e do Alcool. 1967. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/002534/per002534_1967_00070.pdf. Acessado em: 02 Jan 2024. p. 52

sacerdotes não se dedicavam exclusivamente às obrigações religiosas ditadas por Roma. Além das dificuldades geográficas e de acesso para promover uma assistência fúnebre adequada, as condutas desviantes e o envolvimento em negócios civis, conforme aponta a documentação estudada, somavam-se aos obstáculos para a plena romanização da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que, para além da curiosidade inicial que motivou o acesso aos registros de óbito do Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto (Tanguá-CE), o contexto da pandemia de COVID-19 atuou como um catalisador, incentivando-nos a investigar o adoecimento e a morte no século XIX sob uma nova perspectiva histórica.

Esta pesquisa configurou-se como um desafio adicional, visto que o tema e o recorte temporal não representavam uma continuidade direta de nossos estudos anteriores. Enquanto na graduação trabalhamos a relação entre História e Literatura na transição do século XIX para o XX, no mestrado dedicamo-nos ao período colonial. Assim, foi necessário apropriar-se de novos conceitos, termos, temporalidades e de uma conjuntura política, religiosa e econômica específica para o pleno desenvolvimento deste doutorado.

As questões norteadoras que guiaram o início deste percurso foram: seria possível a escrita de uma tese sobre essa temática na Ibiapaba? Encontraríamos documentação suficiente? Quais fontes deveriam ser incorporadas, além dos assentos de óbito que balizaram o ponto de partida? Quais historiografias fundamentariam o trabalho?

Tais indagações foram sendo respondidas durante a elaboração do projeto de pesquisa. O fechamento, e posterior abertura parcial, do arquivo diocesano em virtude das restrições sanitárias dificultou, inicialmente, o acesso ao corpus documental completo, uma vez que dispúnhamos apenas de dados coletados preliminarmente. Contudo, com o arrefecimento da pandemia e o retorno definitivo ao arquivo, percebemos que o adoecimento e a morte na Ibiapaba oitocentista ofereciam uma possibilidade real e consistente para a escrita de uma tese original.

Conseguindo os arquivos, passamos a pensar na abordagem deste *corpus* de documentação serial. Através das leituras, fomos considerando as nuances de suas anotações e as transformações sociais expressas nesta documentação, dentro do olhar historiográfico sobre como os indivíduos pensam seu porvir, em construções simbólicas que comungam com as novas perspectivas historiográficas de "novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações

familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc".⁵¹³

A linha de pesquisa que enxergamos para a escrita foi a mudança do olhar em torno do corpo morto, essencialmente do ponto de vista espiritual para a análise médica. Uma ação concreta nesta lógica foi a mudança dos sepultamentos das igrejas para os cemitérios públicos. Os arquivos de óbito, que registram enterramentos nos cemitérios públicos e particulares, não trazem tensões sociais em torno do corpo morto, mas os relatórios de província e os jornais nos mostram que a sociedade não assistiu tranquilamente a estas mudanças. No percurso de pesquisa, as irmandades da Ibiapaba apareceram como organizações com relação privilegiada com a morte, tendo em vista que podemos observar, em título de matéria de jornal, expressões como “negócios de Viçosa”, sendo esta matéria a disputa de administração entre a irmandade e o Pe. Bevilacqua.

A preparação para a morte que se iniciava em vida estava ligada a um universo monetário e simbólico-social, pois a morte como fim definitivo, vista pela ciência, é diferente da morte vista pela espiritualidade. Esta última a enxerga como passagem de um mundo material para outro transcendental, que exige preparação, e esta deveria perpassar por organizações como o Estado, as irmandades e a Igreja.

Pensando nos indivíduos registrados nos arquivos de óbitos, vemos que as Marias, Raimundos, Josés, Antônias, Joãos, Anas, Vicentes e outras centenas de pessoas, junto com seus familiares, buscavam na preparação de uma “boa morte” uma vida celestial melhor, sem o sofrimento do purgatório ou do inferno, tão temido e arraigado na mentalidade católica.

Como a história não é só o passado pelo passado, e a morte é um assunto tabu, mas sempre narrada, chama-nos a atenção a observação de Ariès sobre as mudanças na forma como os homens encaram o morrer. A morte em casa é bem diferente daquelas que aconteceram na pandemia e no dia a dia, dado o isolamento do moribundo nos hospitais, algo que hoje faz parte do nosso cotidiano. A busca pela salvação do corpo, com os avanços da ciência e as maiores possibilidades de cura, retirou parte da sociabilidade que existia com a morte. Esta ciência, que hoje se faz nos hospitais, laboratórios, clínicas e organizações de saúde, teve um caminhar de

⁵¹³ CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil, 1988. p. 14

disputa por espaço no século XIX e hoje se consolidou; mas não totalmente, pois ainda temos rezadeiras nos hospitais e os rituais religiosos diante da morte continuam vivos.

A maior representação da ciência na Ibiapaba no século XIX, sem dúvida, foi a passagem de comissões científicas, o que nos chamou atenção, tendo em vista que ainda não tínhamos nos aprofundado no estudo destas comissões, que revelam o cotidiano da Ibiapaba em suas superstições, tradições e formas de sobrevivência no comer, adoecer e morrer. Uma história que parte de uma comissão científica nacional, com um projeto de Brasil, para a análise de registros individuais, possibilita novos olhares, questionamentos e estudos sobre pessoas e lugares simples, muitas vezes encarados como "sem história".

Esta pesquisa buscou levantar questões sobre a visibilidade de microlugares que foram perpassados por projetos nacionais e regionais, bem como contribuir para a historiografia local, carente de pesquisas acadêmicas sobre suas relações culturais, e fomentar o debate sobre a construção do que é a Ibiapaba. Também buscamos, através do tema, desmistificar a imagem de que a história de um lugar possui como foco apenas os grandes acontecimentos políticos e econômicos, mostrando que aspectos culturais e assuntos essenciais da vida possuem uma historicidade.

FONTES

LIVROS

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília. Senado Federal – Conselho Editorial. 1998

AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1048>. Acessado em 02 Abr 2024

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011

BARROSO José Liberato, OLIVEIRA Almir Leal, BARBOSA Ivone Cordeiro (org). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos e 1835 a 1861**. Fortaleza: INESP, 2009

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará**.- Ed. Fac-sim. - Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

_____. Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I. Fac-símile da edição publicada em 1863. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997[1863].

CAPANEMA, Barão de; ALEMÃO, Francisco Freire; LAGOS, Manuel Ferreira. **Trabalhos da comissão científica de exploração**. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Universal de Laemmert, 1862. p.47. Disponível em: <https://literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=208019>. Acessado em: 22/10/2024

CASTRO, José Liberal de. **Igreja Matriz de Viçosa do Ceará**. Arquitetura e Pintura de Forro. Fortaleza: Edições IPHAN/UFC, 2001.

CEARÁ. **Catalogo dos productos do Ceará, remetidos a Exposição Preparatoria do Rio de Janeiro**. Typ. Economica. 1893. p. 03. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242797>. Acessado em: 12 Abr 2024

COUTO. Domingos do Loreto. **DESAGRAVOS DO BRASIL GLORIAS DE PERNAMBUCO**. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg177349/drg177349.pdf. Acessado em 25/07/2023.

GABAGLIA Raja. **Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará**. In: A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia, Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006

GIRÃO, Raimundo. **FRANCESES NO CEARÁ**. https://www.academiacearensedelettras.org.br/revista/revistas/1953/ACL_1953_13_FRanceses_no_Ceara_Raimundo_Girao.pdf. Acessado em 10/02/2023

_____. Valdelice Carneiro. **Charqueadas**. In: Revista do Instituto do Ceará – ANNO CX – 1996

_____. Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1984

HADFIELD William. **Brazil, the River Plate, and the Falkland Islands; with the cape Horn route to Autralia. Including notices of Lisbon, Madeira, The Canaries, and Cape Verds**. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4454>. Acessado em 16Abr 2024.

KIDDER, Daniel P. Daniel Parish. **Brazil and the Brazilians: portrayed in historical and descriptive sketches**. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7914>. Acessado em 14 Fev 2024

KOSTER, Henry. **Travels in Brazil**. Disponível: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7190>.Acessadoem: 22 Abr 2024

LEITE, Serafim. **História da companhia de Jesus no Brasil. Tomo III**. Rio de Janeiro Imprensa Nacional,1943.

MENEZES Antônio Bezerra de. **Notas de viagem**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965.

MENEZES Antônio Bezerra de. **Notas de viagem: parte do norte**. Fortaleza: Typ. Econômica, 1889 . Disponível em : https://books.google.com.br/books?id=MHkCHQAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acessado em 22 Jan 2023

OCTACIANO, Nogueira. **1824**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012

PAIVA Manuel de Oliveira. **Dona Guidinha do Poço**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000237.pdf>

PATROCÍNIO. José do. **OS RETIRANTES**. Domínio Público. Disponível em:<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000168.pdf>.Acesso em: 26 Abr. 2025.

PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena do Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Ana Lima, 2011.

PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará: A Questão dos Limites Municipais**. Fortaleza: IPECE, 2010

PUGIN Welby Northmore. **Glossary of ecclesiastical ornament and costume : compiled and illustrated from ancient authorities and examples**. London : H.G.

Bohn. Disponível em: <https://archive.org/details/glossaryofeccles00pugi/mode/2up>. Acessado em 14 fev. 2024

SOUZA, Antônio Muniz de. **Viagens e observações de hum Brasileiro**. Typ. Americana de I. P. da Costa. Rio de Janeiro, 1834, p. 179. Disponível em: < https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4498/1/017189_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 14/02/2024. 2014.

STUDART, Guilherme, **1856-1938. Notas para a história do Ceará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004

_____. Guilherme. **Datas e factos para a história do Ceará tomo I**. Edição fac-sim.- Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 2001.

TEÓFILO Rodolfo. **O Paroara**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/870826962/O-Paroara-Rodolfo-Teofilo>. Acessado em: 28/10/2024

_____. Rodolfo. **A Fome**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002

_____. Rodolpho. **Varíola e vacinação no Ceará**: ed. fac-sim. - Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

_____. Rodolpho. **Scenas e typos**. - Ed.Fac-sim. - Fortaleza: FWA, 2009.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia. feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide**. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2011

VIEIRA, Antônio. Sermões XVII. **Relação da Missão de Ibiapaba**. Erechim: EDELBRA, 1998

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS (LEIS E DECRETOS)

BRASIL. [Decreto nº 464, de 17 de agosto de 1846]. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1846, Página 86, Vol. 1, pt. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-464-17-agosto-1846-560509-publicacaooriginal-83551-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. [Decreto nº 598, de 14 de setembro de 1850]. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 299, Vol. 1, pt. I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-598-14-setembro-1850-559839-publicacaooriginal-82251-pl.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. [Decreto nº 828, de 29 de setembro de 1851]. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1851, Página 259, Vol. 1. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. [Decreto nº 2.055, de 19 de dezembro de 1857]. Coleção de Leis do Brasil - 1857, Página 496, Vol. 18. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2055-19-dezembro-1857-497822-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. [Decreto nº 8.387, de 19 de janeiro de 1882]. Manda observar o Regulamento para o serviço da saúde pública. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1882, Página 97, Vol. 1, pt. II. Disponível em: <http://www.camardosdeputados.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. [Decreto nº 9.554, de 3 de fevereiro de 1886]. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1886, Vol. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publicacaooriginal-53270-pe.html>. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. [Lei de 1º de outubro de 1828]. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1828, Página 74, Vol. 1, pt. I. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html. Acesso em: 15 jun. 2023.

CEARÁ. [Constituição (1891)]. Constituição do Estado do Ceará. Fortaleza: Typographia do Estado do Ceará, 1891. p. 13. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224188>. Acesso em: 12 set. 2023.

RELATÓRIOS DE PROVÍNCIA

AGUIAR, Fausto Augusto de. [Relatório do Presidente da Província do Ceará], Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1850. p. 18. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 02 mai. 2023.

AGUIAR, João José Ferreira de. [Relatório do Presidente da Província do Ceará], Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1878. p. 13. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ALBUQUERQUE, Diogo Velho Cavalcante de. [Relatório do Presidente da Província do Ceará], Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1869. p. 03. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CUNHA, Herculano Antonio Pereira da. [Relatório do Presidente da Província do Ceará], Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1851. p. 20. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 05 mai. 2023.

GONÇALVES, Antonio Marcellino Nunes. [Relatório de Província], sessão ordinária 1860. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 12 jun. 2023.

LEMOS, Francisco de Farias. [Relatório do Presidente da Província do Ceará], Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1876. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 23 set. 2023.

MOTTA, Vicente Pires. [Relatório do Presidente da Província do Ceará], Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1854. p. 07. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PARENTE, Esmerino Gomes. [Relatório do Presidente da Província do Ceará], Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1875. p. 03. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 05 abr. 2023.

PESSOA, Caetano Estellita Cavalcanti. [Relatório do Presidente da Província do Ceará], Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1877. p. 20. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acesso em: 15 set. 2023.

REGO, Joaquim Marcos d'Almeida. [Relatório do Presidente da Província do Ceará], Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. 1852. p. 08. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>.

JORNAIS E HEMEROTECA (IMPREENSA PERIÓDICA)

A CONSTITUIÇÃO. Hygiene Publica. Fortaleza, 13 jul. 1889. p. 03. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pesq=hygiene&pagfis=6166>. Acesso em: 03 jun. 2023.

A CONSTITUIÇÃO. Regulamento das escolas do exercito. Fortaleza, 03 abr. 1889. p. 01. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pesq=hygiene&pagfis=6615>. Acesso em: 27 jan. 2024.

O CEARENSE. A Província do Ceará. Fortaleza, 23 abr. 1861. p. 02. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=ibiapaba&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5030>. Acesso em: 11 out. 2024.

O CEARENSE. População do Ceará, População Actual. Fortaleza, 17 jan. 1868. p. 01-02. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/709506/per709506_1868_02543.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

O CEARENSE. Saude Publica. Fortaleza, 14 fev. 1850. p. 03. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=febre&pa sta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=1231>. Acesso em: 27 dez. 2023.

O CEARENSE. Secca na Viçosa. Fortaleza, 25 nov. 1877. p. 04. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=Praxede s%20&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=11962>. Acesso em: 27 mar. 2024.

O RETIRANTE. Campo Grande. Fortaleza, 01 set. 1877. p. 02. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=770558&pesq=seca&pa sta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=47>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LIVROS, REVISTAS E ARTIGOS ACADÊMICOS

ALEMÃO, Francisco Freire. **Esboço da povoação de São Pedro**. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/428197>. Acesso em: 10 mai. 2023.

CEARÁ. IPECE. **Textos para Discussão, nº 111**, Nov. 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_111.pdf.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para o uso das famílias**. 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. v. 1. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6947>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FIGUEIRA, Luiz, S.I. **Relação do Maranhão [1608]**. Revista do Instituto do Ceará – RIC, p. 97, 1903.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Cerâmica Indígena do Ceará**. Revista do Instituto do Ceará – RIC, Ano LXXXIV, 1970. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1970/1970-CeramicalIndigenadoCeara.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.

MARTINS Vicente. **O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba**. In: In Revista do Instituto Histórico do Ceará Fortaleza ANNO XLII – 1928

SEBRAE. **Observatório Setorial Territorial, Serra da Ibiapaba-CE**. Disponível em: <https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/serra-da-ibiapaba-ce>. Acessado em: 20 Maio 2025.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Catálogo dos jornais de grande e pequeno porte publicados em Ceará**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1898. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1898/1898-CatalogoJornaesdoCeara.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. Museu Imperial. Arquivo Histórico. Catálogo da Coleção Capanema. Petrópolis, 2021. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/Colecao-Capanema-com-OCR.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.

ARQUIVOS PAROQUIAIS

Arquivo Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto. Livro 152

Arquivo Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto. Livro 245

Arquivo Departamento Histórico Diocesano Pe. Francisco Pinto. Livro 289

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. **A peste serve a qual partido? disputas políticas e epidemia do Cólera (Ceará, 1862-1863)**. Niterói : Eduff, 2024.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV 2010

_____. Maria Cleidiana Oliveira de **A catequese nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: perpetuação de uma memória milenar**. Dissertação de mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2014

_____, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas 2000

ALVES, Joaquim **História das Sêcas (séculos XVII a XIX)**. Edição fac-símile.- Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003

AMARAL, Luz Guilherme. **Carne Humana: a retórica do canibalismo na América portuguesa quinhentista**. Campinas- SP. 2003.

ÂNGELA de Almeida Souza, Maria. **Posturas do Recife Imperial**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002

ANTUNES Ticiania de Oliveira. **ÍNDIOS ARENGUEIROS: SENHORES DA IGREJA? RELIGIÃO E CULTURA POLÍTICA DOS ÍNDIOS DO CEARÁ OITOCENTISTA**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2016

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: Idade média aos nossos dias**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2012.

_____. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: F. Alvez, 1982

BAILÃO, André Secchieri. **Tropicalidades múltiplas: as matas, os campos e as viagens naturalistas no século XIX**. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: doi:10.11606/T.8.2022.tde-16022023-163744. Acesso em: 10 Fev. 2024

BAPTISTA, M. P. C. **Uma Província Enferma: Medo e Cólera no Piauí na segunda metade do século XIX**. 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2022.

BARROS Raul Marcel Ribeiro. **A DESTERRITORIALIZAÇÃO FUNERÁRIA: Da inumação no interior das Igrejas aos enterramentos em cemitérios públicos entre os séculos XVIII e XIX**. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal do Piauí. UFPI. 2007

BATISTA Henrique Sérgio de Araújo. **ASSIM NA MORTE COMO NA VIDA ARTE E SOCIEDADE NO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA (1866-1915)**. Dissertação de Mestrado em História – UFC. Fortaleza. 2003.

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. Brasília. Senado Federal. 2010

BORGES, Rafael Coppi. **“A TERRA LHES SEJA LEVE”: ADOECER E MORRER NA PARAÍBA OITOCENTISTA (1850-1900)**. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande PB 2021.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Editora Ática, 1986

BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza. Editora Imprensa Universitária da UFC, 2003

BRUNO Aguiomar Rodrigues, PEREIRA Geovani Dias. **A morte no ambiente doméstico: ritos fúnebres no Vale do Paraíba Fluminense Oitocentista (freguesia de Piraí)**. v. 35 n. 1 (2017): Jan-Jun. Disponível em: <https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2017.35.1.al.09>. Acessado em: 24 out. 2023.

_____. **A MORTE COMO NEGÓCIO: OS MERCADORES FÚNEBRES NO INTERIOR FLUMINENSE (PIRAÍ, SÉCULO XIX)** Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro 2020

BURKE PETER. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2005

CAMPOS, Eduardo **As Irmandades religiosas do Ceará provincial: apontamentos para sua história**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CARDOSO Ciro Flamarion, VAINFAS Ronaldo **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**, (Org.). - Rio de Janeiro: Campus, 1997

CARDOSO, Alírio. **A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)**. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000100016>. Acessado em 12 Ago 2023

CARRARA, Sérgio. **Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil**, da passagem do século aos anos 40 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. 339 p. ISBN: 85-85676-28-0. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acessado em: 15 jan 2023

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

CATROGA, Fernando. **O culto dos mortos como uma poética da ausência**. ArtCultura. v. 12 n. 20. 2010.

CAVALCANTE, F. H. B. (2013). **Ciência brasileira em ação: natureza e história nas investigações da Comissão Científica de Exploração (1859 – 1861)**. Cadernos De História Da Ciência, 9(2), 11–41. Disponível em: <https://doi.org/10.47692/cadhistcienc.2013.v9.34307>. Acessado em: 12 ago 2023.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAMBEL Pedro. **O Simbolismo das Cores no “Livro de José de Arimateia. Medievalista. Nº10, Julho 2011. Lisboa:** Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4061573> Acessado em: 10 jan. 2024

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990

COSTA, Ana Carolina Silva da. **Higiene, elegância e embelezamento: representações e discurso higienista na fundação de Belo Horizonte (1892-1907)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2011

COSTA, EMÍLIA VIOITI DA. O Escravo na grande lavoura. In: IGLÉSIAS, Francisco... [et al.]. **Coleção História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico, v. 5. Reações e Transações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

COSTA, Francisco Joel Magalhães da. **Catolicismo e educação: a história da criação da Diocese do Crato e a ação educacional de Dom Quintino no Cariri (1914-1929)**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2016.

COSTA João Paulo Peixoto. A Balaiada no Ceará: possibilidades de pesquisa. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; PEREIRA, Josenildo de Jesus; MATEUS, Yuri Givago

Alhadeff Sampaio (Orgs.) **Histórias e memórias da Balaiada** São Luís, MA: Editora UEMA; Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. Disponível em: <https://repository.essex.ac.uk/34310/1/517%20-%20Historias%20e%20memorias%20da%20Balaiada.pdf>. Acessado em: 10 Fev 2023.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Na lei e na guerra: política indígena e indigenista no Ceará (1798-1845)** Teresina: EDUFPI. 2018

_____. Um celeiro de mão-de-obra: trabalho indígena e o processo de civilização no Ceará (1812 – 1820). In: **Etnicidades** v. 23 n. 32. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/672>. Acessado em 10/01/2025

COSTA, Maria Cléia Lustosa. **INFLUÊNCIAS DO DISCURSO MÉDICO E DO HIGIENISMO NO ORDENAMENTO URBANO**. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 9, n. 11, p. 63–73, 2017. DOI: 10.5418/RA2013.0911.0006. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6492>. Acesso em: 2 dez. 2024.

_____. **O discurso higienista e a ordem urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

_____. **Vida e morte na Fortaleza antiga: a higienização da cidade no século XIX**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021

COUTO, Cristiana L. M.; ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. **As relações entre alimentação, saúde e doença no Brasil império: Das teses médicas aos livros de cozinha**. História da Ciência e Ensino: construindo interfaces, [S. l.], v. 12, p. 34–45, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/view/25517>. Acesso em: 12 mar. 2024

CRISTIAN Oliveira Santos. **OS PRIMEIROS ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS BRASILEIROS (1551-1854): DIAGNÓSTICO**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Nova Série, São Paulo, v.3, n.1, p.25-44, jan-jun. 2007

CUNHA George Henrique de Moura. **Ensaio sobre a economia da província do Ceará durante do século XIX**. Revista Economia Política do Desenvolvimento Maceió – AL V.5 N.7. JUNHO/2018. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/repd.v9i21.8746>. Acessado em: 11/04/2025

CYSNEIROS, FRANCISCO FREIRE ALLEMÃO DE. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970)**. Disponível em <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/dicionario>. Acessado em 26 ago 2024

DA SILVA, V.; AMARO GOMES DE ALENCAR, F. **FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CEARÁ: DAS 16 VILAS ORIGINAIS AOS 184 MUNICÍPIOS ATUAIS** - DOI 10.5216/bgg.v35i1.35484. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 35, n. 1, p. 53–69, 2015. DOI: 10.5216/bgg.v35i1.35484. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/35484>. Acesso em: 28 jul. 2025.

DANTAS Rodrigo Aragão **BARBEIROS-SANGRADORES: AS TRANSFORMAÇÕES NO OFÍCIO DE SANGRAR NO RIO DE JANEIRO (1844-1889)**. Dissertação (mestrado) História das Ciências e da Saúde. Oswaldo Cruz – Fiocruz. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_rodrigo_dantas.pdf. Acessado em: 15/11/2023

DE OLIVEIRA, A. L. **História da saúde no Brasil: dos primórdios ao surgimento do SUS**. Revista Encontros Teológicos, [S. l.], v. 27, n. 1, 2016. DOI: 10.46525/ret.v27i1.198. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/198>. Acesso em: 30 nov. 2023

DELAMARQUE Elizabete Vianna. **JUNTA CENTRAL DE HIGIENE PÚBLICA: VIGILÂNCIA E POLÍCIA SANITÁRIA (ANTECEDENTES E PRINCIPAIS DEBATES)**. Dissertação (mestrado em História). Oswaldo Cruz-Fiocruz. Rio de Janeiro. 2011

DEUZAIR José da Silva. **A (RE)INVENÇÃO DO FIM: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Goiás. 2012.

DIAS Dayane Julia Carvalho. **Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE)**. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 175–194, 2019. DOI: 10.20396/resgate.v27i2.8656538. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8656538>. Acesso em: 4 dez. 2024

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil império**. São Paulo. Contexto, 2017

DOSSE, François. **A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio, Editora Universidade Estadual de Campinas, 1992.

ELIADE, Mircea. **História das Crenças e das Idéias Religiosas. De Gautama Buda ao Triunfo do Cristianismo**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1979

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. V 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESTEVAM Karine Ribeiro. **CÓDIGOS DE POSTURAS E ORDENAMENTO DO ESPAÇO URBANO E DA SOCIEDADE DE FORTALEZA NO SÉCULO XIX**. Dissertação de Mestrado PPG em Geografia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza -CE, 2018.

FALCON, Francisco José Calazans. **Despotismo Esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A IMPRENSA EM PAUTA: Entre as contendias e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FERNANDES, TM. **Boticas, indústrias farmacêuticas e grupos de pesquisa em plantas medicinais: origens no Brasil**. p.29 In: Plantas medicinais: memória da ciência no Brasil [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/bg6yw/pdf/fernandes-9788575413487-03.pdf>. Acessado em: 29/Jul/2023.

FILHO Claudio Bertolli. **SOBRE A MORTE E O MORRER NA TERRA DOS BANDEIRANTES: SÉCULOS XVI E XVII**. In: FILHO, Claudio Bertolli, MARQUES José Carlos, RODRIGUES Eli Vagner Francisco. A morte e suas múltiplas faces organizadores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014

GIANNINI Fernanda Camargo In TIRAPELI Percival, CORREIA Maria Laura Faria dos Santos, JULIANO José Arnaldo. **Vestes sagradas: catálogo de exposição** São Paulo: Arte Integrada, 2011. Disponível em: https://www.deaparamentos.com.br/wp-content/uploads/2017/10/vestes_sagradas.pdf. Acessado em: 12 abr. 2025

GOMES LIMA, Rafaela. **OS TIPOS EM FORTALEZA: UMA PEQUENA HISTÓRIA DA IMPRESSÃO CEARENSE NO SÉCULO XIX**. Oficina do Historiador, [S. l.], p. 1620–1633, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/18968>. Acesso em: 3 dez. 2024.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar : medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2004

GUERTZENSTEIN, D. S. S.. **As cores das escrituras hebraicas na literatura rabínica. Arquivo Maaravi**: Revista Digital De Estudos Judaicos Da UFMG, 12(22), 57–67. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/1982-3053.12.22.57-67>. Acessado em: 22 nov 2023

HARDMAN, F. F., & Kury, L. **Nos confins da civilização: Algumas histórias brasileiras de Hercule Florence**. História, Ciências, Saúde-manguinhos, 11(2), 385–409. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000200008>. Acessado em: 15 Jan 2024.

HAROUEL, J-L. **História do urbanismo**. São Paulo: Papirus, 1998.

HAUCK, João Fagundes et al. **História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo**. Segunda época; A Igreja no Brasil no Século XIX. 3 ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1992

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira, Tomo II – O Brasil Monárquico, volume 3: O processo de emancipação.** 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

HOORNAERT, Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo.** Petrópolis: Vozes, 1985. 2 v.

IGLÉSIAS, Francisco. [et al.]. **Coleção História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico, v. 5. Reações e Transações.** Livro terceiro, Capítulo VIII (Medicina no período imperial). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JACOBINA Ronaldo Ribeiro [et al.] **História da medicina: história das especialidades médicas clínicas.** Salvador : EDUFBA, 2022

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte.** Brasília: Senado Federal. 2008

KURY, Lorelai. **As expedições naturalistas no Brasil no século XIX: o período da Independência foi uma época áurea para as viagens científicas de europeus ao Brasil. 200 anos depois, devemos refletir sobre o tipo de conhecimento que produzimos e sobre o que queremos para o século XXI.** Cienc. Cult. [online]. 2022, vol.74, n.3. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220043>. Acessado em: 10 mar. 2024

LEAL, Vinicius Antonius Holanda de Barros. **História da medicina no Ceará.** Fortaleza: INESP, 2019.

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório.** Lisboa. Estampa. 1995

LEITE, C. H. F. **TEORIA, METODOLOGIA E POSSIBILIDADES: OS JORNAIS COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA.** Revista Escritas, 7(1), 03–17. Disponível em: Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/1629>. Acessado em: 04 Ago 2024.

LIMA. Josilene dos Santos. **“PELAS ALMAS DO PURGATÓRIO”: religiosidade e atitudes diante da morte no Piauí oitocentista.** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Piauí. Teresina 2013

LOPES, M. B. **O sentido da vacina ou quando o prever é um dever.** História, Ciências, Saúde-manguinhos. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701996000100005>. Acessado em: 23 Ago 2025

MACHADO, Maria Helena. P.T. **Raça, ciência e viagem no século XIX.** Intermeio. São Paulo 2018.

MAIA, Légio de Oliveira. **SERRAS DE IBIAPABA. De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial - Século XVIII.** Tese (Doutorado em História)- UFF, Niterói, 2010

_____. **Cultuadores da Vinha Sagrada: Missão e tradução nas Serras de Ibiapaba (século XVII)**. Dissertação de Mestrado ao programa de Pós – graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2005

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a história do Brasil**. Varia Historia, n. ja 2004, p. 13-20, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Marcilio_ML_15_1433943_OsRegistrosParoquiaisEAHistoriaDoBrasil.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene: a invenção de modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)** 2 ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema. A formação do Estado imperial**. 5ª. ed.; São Paulo: Hucitec, 2004

MAZZA, Tayná Bonfim Mazzei. **Da cultura material à vida: urnas mortuárias e dinâmicas de contato no Planalto Meridional Brasileiro – Séc. XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.457>

MELO Márcio Lopes de. **Formação sobre liturgia: as cores litúrgicas**. Arquidiocese de Belo Horizonte. Disponível em: <https://arquidiocesebh.org.br/diaconatopermanente/formacao-sobre-liturgia-as-cores-liturgicas/>. Acessado em: 10 jan. 2024.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. **Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVII**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007.p 14

MORAIS Jéssica Gadelha. **“AQUI JAZEM” MUITAS HISTÓRIAS: UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO DO ACERVO HISTÓRICO DO CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO EM CAMPO MAIOR - PIAUÍ (1804-1978)** Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí. Teresina. 2016.

MOREIRA, José de Alencar Nunes. **Origens, crescimento e progressos na cotonicultura do Brasil**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa de Algodão. - Campina Grande: EMBRAPA-CNPA : Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/95065>. Acessado em 22/11/2024

MOREIRA Paulo Italo. **Popularização das ciências naturais no Ceará no final do Século XIX**. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=831. Acessado em: 21 jun 2023

_____; OLIVEIRA, Almir Leal de. **A história natural dos sertões do Ceará de Antônio Bezerra em notas de viagem (1889)**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 3, 2012, Fortaleza; SEMINÁRIO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – UFC, 10, 2012, Fortaleza. Anais. Fortaleza: UFC/UFPE/UFPA/UFMT, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26065>. Acessado em: 24 fev. 2023

_____. **As viagens naturalistas de Antônio Bezerra de Menezes e as Ciências Naturais no Ceará na segunda metade do século XIX**. Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. Rio de Janeiro. 2016

MOTA, Jaqueline Ferreira da. **A confissão tupi: a problemática dos confessionários jesuítico-tupi nos séculos XVI-XVIII nas missões do Grão-Pará e Maranhão e do Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MOTT, M. L. **Fiscalização e formação das parteiras em São Paulo (1880-1920)**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 35(1), 46–53. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342001000100008>. Acessado em 12 Abr 2024

NETO Clovis Ramiro Jucá. **Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, 20(1), 133–163. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100006>. Acessado em: 21/03/2025

NUNES ED. **Sobre a história da saúde pública: idéias e autores. Ciênc saúde coletiva** 2000;5(2):251–64. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200004>. Acessado em: 17 out. 2023

OLIVEIRA Almir Leal de. **Antônio Bezerra, o cearense que elucidou a História do Ceará**. Fundação Waldemar Alcântara. 2021. Disponível em: <https://www.fwa.org.br/antonio-bezerra-o-cearense-que-elucidou-a-historia-do-ceara/> Acessado em: 25 abr. 2023

OLIVEIRA, José de Arimatéia Vitoriano de. **Normas e formas da escrita da História do Ceará (1884-1903)**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.p 102. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54051>. Acessado em: 10 jan. 2025.

PARAENSE Marlon Pablo Souza. BARRIGA Letícia Pereira. **OS BRAÇOS MISERICORDIOSOS: IGREJA, IRMANDADES RELIGIOSAS E SECULARIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENTERRAMENTO DA BELÉM OITOCENTISTA (1850-1891)**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, 2018, Niterói. Caderno de Resumos. Niterói: SEO, 2018.

PASSOS Igor Neves. **Catequese Litúrgica: A Cor Rosa Dentro da Quaresma**. Disponível em: <https://dioceseteofilotoni.com.br/catequese-liturgica-a-cor-rosa-dentro-da-quaresma/> Acessado em 10 nov. 2024

PEREIRA, Auricléia Barros. **A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Fortaleza, antiga Irmandade dos Homens Pretos e suas ressignificações**

atuais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015.

PINHEIRO, Adson Rodrigo da Silva; LEMOS, Mayara de Almeida. **PERIÓDICOS CEARENSES DO OITOCENTOS NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS.** p. 03 In: XII Semana de História da Feclesc História e Histórias: Desafios Contemporâneos, 2016, Quixadá. História e Histórias: Desafios Contemporâneos, 2016. v. 1. p. 1-108. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos_completos/245-6880-05062016-234231.pdf. Acessado em: 22/04/2023

PORTO Alegre, Maria Sylvia. **Comissão das Borboletas: a ciência do império entre o Ceará e a Corte (1856-1867).** Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

PORTO Alegre, Maria Sylvia. PREFÁCIO. In: Kury, Lorelai (Org.). **Comissão Científica do Império: 1859-1861.** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio. 2009.

QUIOSSA Paulo Sérgio. **O MORRER CATÓLICO NO VIVER EM JUIZ DE FORA: 1850-1950.** Tese (doutorado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora 2009

QUIOSSA Paulo Sérgio. **O MORRER CATÓLICO NO VIVER EM JUIZ DE FORA: 1850-1950.** Tese (doutorado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz De Fora 2009

REGO. Joaquim Marcos de Almeida. **Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sessão da Assembleia Legislativa Provincial.** 1851. p.13. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166/items>. Acessado em: 20/01/2023

REIS, João José. **O COTIDIANO DA MORTE NO BRASIL OITOCENTISTA.** In NOVAIS, Fernando A. e Souza, Laura de Mello (Orgs.). História da vida privada no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

_____. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991

RETONDAR Patrícia Teles Ribeiro. **A MORTE AO LONGO DO CAMINHO: Reflexões da religiosidade popular presentes nas práticas mortuárias referentes às cruzes e memoriais de beira de estrada do interior paraibano.** Dissertação (Ciências das Religiões) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa 2017

RIBARD Franck. FUNES Eurípedes A. Fortaleza, uma cidade negra na “Terra da Luz” in: FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eulo Fagner Silva; RIBARD, Franck (Orgs.) **Histórias de Negros no Ceará** [recurso eletrônico] -Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p 19. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1aJcVigGLboJJcO6E32SoJ859SwAaHx-l/view>. Acessado em: 10/12/2024

RIBEIRO, Márcia Moisés. **Exorcistas e demónios: demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Campus, 2003

RIOS, Kenia Sousa. A Comissão Científica e a Seca do Ceará. In: **A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema ou Raja Gabaglia**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997

_____. **OS CEMITÉRIOS PÚBLICOS COMO ALVO DAS DISPUTAS ENTRE IGREJA E ESTADO NA CRISE DO IMPÉRIO (1869-1891)** Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 13, núm. 1, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526877007.pdf>. Acessado em: 10 jun. 2024

RODRIGUES, Eugénia. **Discurso médico e práticas alimentares no Hospital Real de Moçambique no início do século XIX**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p.609-627. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/9cXHRBV3ywQDtvNWpYzCP6s/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 12/10/2023

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência: a ciência moderna**. 2. ed. – Brasília FUNAG, 2012

ROWLAND Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003

SALLAS, A. L. F. **Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação**. História, Ciências, Saúde-manguinhos, 17, 415–435. 2010. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000200009>. Acessado em: 12 Jan 2024

SANTOS Juvandi de Souza. **PRÁTICAS FUNERÁRIAS E CULTURA MATERIAL NOS SERTÕES DA PARAÍBA: A NECRÓPOLE SÍTIO PINTURAS I, EM SÃO JOÃO DO TIGRE**. Dissertação (mestrado) Arqueologia Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE. 2009. p. 25. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/450/1/arquivo1107_1.pdf. Acessado em 08/05/2023

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011

SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará investigado: a Comissão Científica de 1859**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará,

Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2011

_____, Paulo Cesar dos. **A Província e a ciência nacional: a Comissão Científica de 1859 no Ceará.** Khronos, São Paulo, Brasil, n. 10, p. 159–179, 2020. DOI: 10.11606/issn.2447-2158.i10p159-179. Disponível em: <https://revistas.usp.br/khronos/article/view/174575>. Acesso em: 11 out. 2023

SEMEÃO, Lucas de Almeida. **Prática batismal e os cuidados com o corpo e com a alma no Brasil colonial (séculos XVI e XVII).** Oficina do Historiador, 15. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2022.1.41788>. Acessado em: 05 Set 2023

SCHMITT, Juliana. **Três lições da história da morte.** Rio de Janeiro: Ed.UFRJ

SCOVILLE. André Luiz Martins Lopez de. **LITERATURA DAS SECAS: FICÇÃO E HISTÓRIA.** Tese (Doutorado em Letras e Artes) - UFPR. Curitiba, 2011.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra o corpo e a cidade na civilização ocidental.** Rio de Janeiro Record. 2003

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das igrejas ao cemiterio: politicas publicas sobre a morte no Recife do Seculo XIX.** 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_ff2edbc1dc83bc46cb5d429f9d28f118. Acesso em: 24 fev. 2023

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. **Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica.** Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.], v. 4, n. 8, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/941>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009

SOUZA, Ricardo Luiz de. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: o conhecimento e o poder (1838-1945).** Londrina: Eduel, 2020

TARGINO Elyonara de Brito Lyra. MARIANO Serioja Rodrigues Cordeiro **AS DOENÇAS VIRANDO NOTÍCIAS: OS DISCURSOS SOBRE DOENÇAS NA IMPRENSA DA PARAÍBA (1850-1860).** XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB. v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.ufpb.br/evento/index.php/xviieeh/xviieeh/paper/view/3217/2659>. Acessado em: 10 set. 2023

TAVARES Diego Fontes de Souza. **OS MUROS DO ALÉM: A construção do Cemitério do Alecrim e a (des)secularização da morte em Natal/RN.** Dissertação em Ciências das Religiões, UFPB, João Pessoa 2016.

_____. **A SECULARIZAÇÃO DA MORTE: CEMITÉRIOS PÚBLICOS E AS POLÍTICAS SANITÁRIAS EM CHOQUE ÀS VELHAS FORMAS DE SE ENTERRAR NA NATAL OITOCENTISTA.** Anais do XIV Simpósio Nacional da ABHR 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/890/761>. Acessado em: 10 Jan 2023.

TEIXEIRA, Karoline Viana. **A seiva e o traço: configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861).** 2017. 397f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2017.

UJVARI, Stefan Cunha. **História das epidemias.** São Paulo : Contexto, 2020.

VAINFAS, Ronaldo (org) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)** Rio de Janeiro. Objetiva. 2001

_____. **A heresia dos índios - Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995

VOVELLE, Michel, **As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto.** São Paulo: Editora UNESP, 2010

WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de posturas e regulamentação do convívio social no século XIX.** Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1992

WEBER, Eugen Joseph. **França fin-de-siècle.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

XAVIER, Leopoldo Bibiano. **Revivendo O Brasil-Imperio.** Franca: Artpress, 1991.

XAVIER Maico Oliveira **“Cabôcullos são os brancos”: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX.** Dissertação (Mestrado em História)-UFC, Fortaleza, 2010.

_____. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do império do Brasil - trabalho, terras e identidades indígenas em questão.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018.

ANEXO

Relação do Objectos existentes na Ambulância de Viçosa

Relação dos objectos existentes, pertencentes a
ambulância remettida pelo Governo a Commis-
são sanitaria de Villa Rica

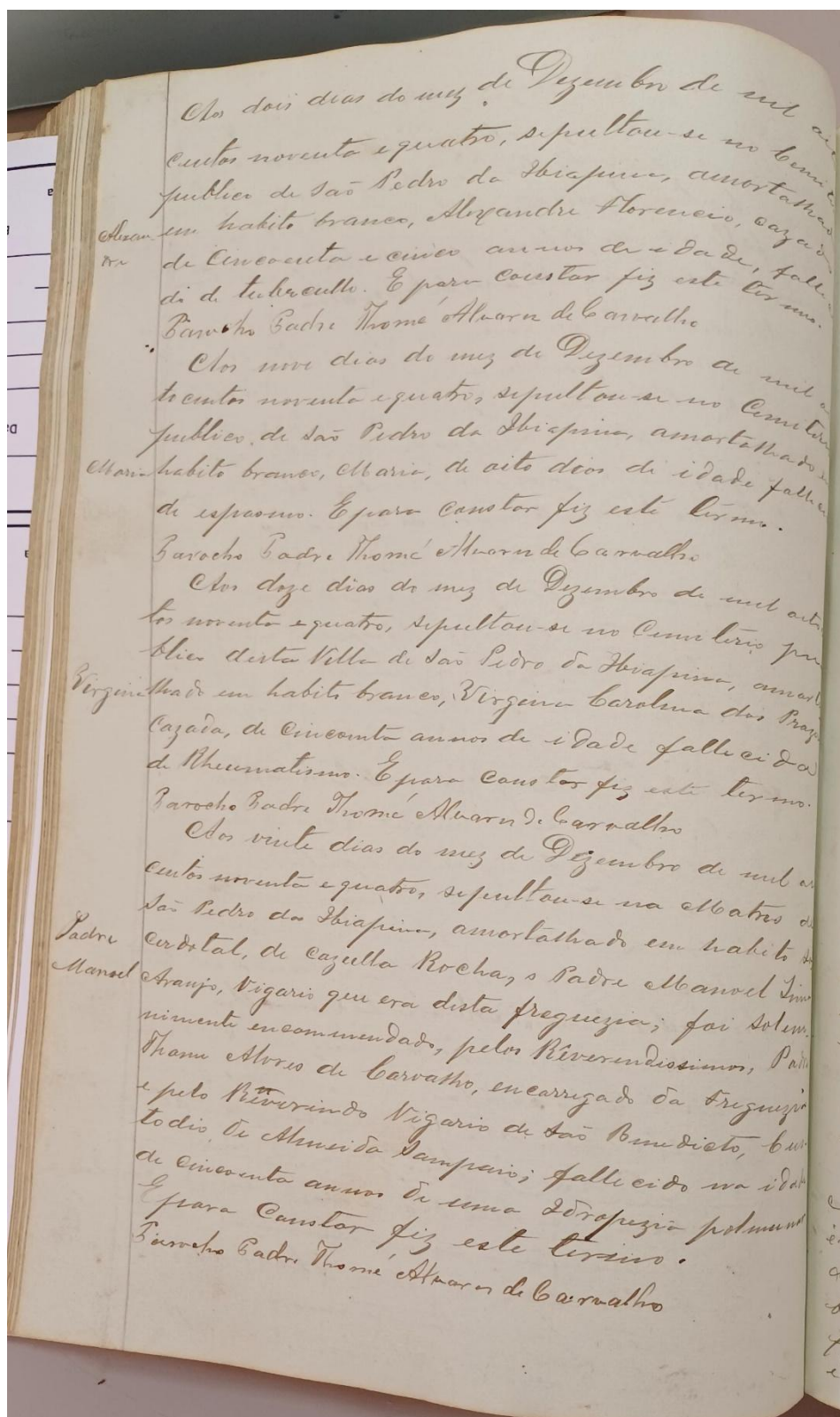
28 Cobertores de lã
50 Coroados de bacto
15 Garrafas com remedios
1 Embulto com sal Inglez — em man. etado
1 D.^o com mustarda — idem
1 D.^o com tilia — idem
1 D.^o com macela — idem
2 D.^o com flor de Dover — idem
1 D.^o com ipecaeuana — idem
1 Caixa de pillulas — idem
1 Carteira com medicam^{tos} homeopathicos — idem
1 D.^o com tintura — idem
3 Folhetos sobre o tratam^{to} do cholera
5 Impressos — idem
10 Officio dirigidos a' Commisao

Todos estes objectos foram-me entregues pelo
D.^o Fernando Elbarache de Albuquerque, mem-
bro da Commisao, quando retirou-se da
Comunidade.

Villa Rica 20 de Junho de 1867.

Vicente de S.^a Santos

Assento de Óbito de Ibiapina do Pe. Manoel



Assentos de Óbitos de Viçosa com anotações de mortes em casa

- com idade (três anos) filha legítima de Angelo Perilegua e de Luiza Brita Perilegua falecida. Livre Brasileiro propicio desconhecida mudada seguinte Sepultou-se de pullo aquel posto Cemiterio Publico de São Miguel desta Cidade.
- 10 Ao truz de Dezembro de mil e oitocentos e trinta e cinco nesta Pzgia Naimundacio de Nossa Senhora d'Assumpção da Virga Faleceu de Espasmo Partha filha parvula Naimunda Partha com idade (quatro muis) filha natural ral de Joana Maria da Conceição livre Brasileira propicio desconhecida e mudada seguinte Sepultou-se de pullo em Branco neste Limiteiro Publico de São Miguel desta Cidade.
- 11 Ao quatro de Dezembro de mil e oitocentos e trinta e cinco nesta Pzgia Freguezia de Nossa Senhora d'Assumpção da Virga Faleceu de furo Maria co quebrado em casa do Linhar porí Lopus Frius adulta Maria de Tal. de Tal. Partha com idade 17 annos livre Brasileira arvoza de Gerado Faleceu em casa de seu pai de Tal. de Tal. Partha com idade 17 annos livre Brasileira arvoza de Gerado te Limiteiro Publico de São Miguel desta Cidade.
- 12 Ao onze de Dezembro de mil e oitocentos e trinta e cinco nesta Pzgia Francisco de Nossa Senhora d'Assumpção da Virga Faleceu de Espasmo Branco em casa de sua residência oparvulo Francisco Branco com idade (um dia) filho legit. filho legitimo de Ignacio Francisco Magalhães e de Magdalena Maria Magalhães livre Brasileiro propicio desconhecida e mudada seguinte Sepultou-se de pullo em Branco neste Limiteiro Publico de São Miguel desta Cidade.
- 13 Ao vinte cinco de Dezembro de mil e oitocentos e trinta e cinco nesta Pzgia Laurino uizia de Nossa Senhora d'Assumpção da Virga Faleceu de Espasmo Partha em casa de sua residência oparvulo Laurino. Partha idade (cinco muis) filho legit. filho legitimo de Manoel Luciano de Vasconcellos e de Maria Magalhães da Conceição, livre Brasileiro propicio desconhecida e mudada seguinte Sepultou-se de pullo em Branco neste Limiteiro Publico de São Miguel desta Cidade.

**Assentos de Óbitos de Ibiapina: Recebeu os sacramentos da Penitencia,
Viatico e Extrema Unção**

31
Bocho

de João Torquato Vianna e de Maria Rodrigues de Souza
foi sepultado no mesmo dia no Cemitério publico desta
freguesia e amortalhado de branco. E por o costar fôr
este termo, que assignar.

O Vigário Pedro Carneiro Bocho

Isabel
¶ Aos vinte dias do mês de Junho do anno de mil
oitocentos oitenta e tres falleceu da vida presente de
mal de phthisico e sepultou-se no dia seguinte no
Cemitério publico desta freguesia, com vinte e seis
anos de idade, tendo recebido os sacramentos da Peni-
tencia, Viatico e Extrema Unção de indulto Isabel
pardo, filho legitimo de José Gonçalves do. Oiro e
de Angélica Maria do Carmo; foi encomendado
por viar, por viar ao presente amortalhado
em habito branco. E por o costar fôr este termo
que assignar. O Vig. Pedro Carneiro Bocho

Ignacio
¶ Aos doze dias do mês de Julho do anno de mil e oitenta
e tres falleceu da vida presente de tu-
berculo e sepultou-se no mesmo dia no Cemitério pu-
blico desta freguesia, com dez e seis annos de idade o
adulto Ignacio Alves de Carvalho, filho legitimo de
Alexandre Alves de Carvalho; e ao morrer, não recebeu
os sacramentos, teve encomendado a de fôr amortal-
hado de habito branco. E por o costar fôr este ter-
mo, que assignar.

O Vig. Pedro Carneiro Bocho

Francisco
¶ Aos doze dias do mês de Julho do anno de mil e oitenta
e tres falleceu da vida presente com annos
e setenta e sete de idade o parvulo Francisco, parvo, filho legi-
timo de Francisco de Souza Barros e de Maria do Rosario
e sepultou-se no mesmo dia no Cemitério publico desta
freguesia, foi amortalhado de habito branco. E por
o costar fôr este termo, que assignar. O Vig. Pedro Carneiro Bocho